

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM PROGRAMA DE
PÓSGRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS

A REPRODUÇÃO DO ESTIGMA

Sobre um (des)conhecido “lugar perigoso” da periferia de Manaus

SILVIA ADRIANA LIMA CORRÊA

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Corrêa, Silvia Adriana Lima
C824r A Reprodução do Estigma: sobre um (des)conhecido “lugar perigoso”
da periferia de Manaus / Silvia Adriana Lima Correa. 2017 187 f.: il.
color; 31 cm.

Orientador: Fábio Magalhães Candotti
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Estigma territorial. 2. Relações de poder . 3. Perigo.
4. Violência simbólica. 5. Periferia manauara . I. Candotti, Fábio
Magalhães II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Resumo

Esta dissertação se propõe a discutir os processos sociais inseridos nas diferentes etapas de *deterioração da imagem* de determinado lugar em relação ao seu conjunto. Seu objetivo é compreender como esses processos se dão em uma comunidade do bairro Petrópolis, referida neste texto pelo nome fictício “Santa Clara”, onde uma localidade de entorno de igarapé foi eleita o “lugar perigoso”. Propôs-se uma análise da construção histórica e social desse “lugar perigoso”, compreendendo-o, antes, tanto como um produto-fim de um amplo projeto societário neoliberal, cujas escolhas político-econômicas permitem a multiplicação de espaços de moradia precária no contexto urbano contemporâneo, quanto como gradação última em uma ordem macro de relações de poder e força, em que se tem a formação de grupos classificáveis, mais ou menos aceitáveis, no mundo social. O *Bodozal*, nome pelo qual é designado o “lugar perigoso” da comunidade Santa Clara, é um exemplo emblemático de como os simbolismos afetam de forma concreta a produção das realidades, tornando “verdades” informações que sequer requerem prévias reflexões para assim figurarem. A partir de uma análise relacional, observou-se dois grupos que se destacaram em campo antagonicamente: os moradores das ruas da parte alta da comunidade, associados à sua área “boa para morar”; e os moradores dos becos, na baixada, à margem do igarapé, residentes na localidade “degradada” da comunidade. As representações sobre o “lugar perigoso” em questão justificam-se por dois bons motivos. Primeiro, pelas condições materiais de moradia precária e pelo simbolismo imputado à ideia de “favela”, cujo modelo mental reporta às periferias das cidades centrais do país, projeção essa que faz com que a ficção se sobreponha à experiência diária do lugar localizado na periferia de Manaus. Segundo, pela posição dessa localidade no *espaço social* no contexto da cidade de Manaus, a saber, as margens de um dos igarapés que entrecortam o perímetro urbano da cidade, cujo significado socialmente construído é esmiuçado no decorrer desta dissertação. A confluência de tais condições sustenta, no plano simbólico, um processo de distanciamento e desumanização da imagem do morador desse tipo de localização, esses lidos socialmente e de forma generalizante como “bandidos”, “gente que não presta”, ainda que o cotidiano da localidade não apresente um quadro proporcional à expectativa sobre ela lançada. Ao mesmo tempo produz-se condições reais, cenário e roteiro perfeitos para a reprodução de práticas condenáveis socialmente ou, sendo mais direta, para a reprodução de práticas consideradas criminosas em contexto atual e que se fazem presente na localidade. À medida em que essas condições e julgamentos se reforçam por meio dos processos de comunicação, as ruas da parte alta se valorizam, em oposição à baixada que figura como espaço sem valor. Mas, se o jogo de *distinção* implica em relações de alteridade para obtenção de um posição privilegiada no mundo social, para os moradores da baixada essa dinâmica pode representar uma boa possibilidade para a fuga da desclassificação social. Então, da mesma forma que são julgados, os moradores da baixada também julgam a partir de critérios estabelecidos entre si, recorrendo aos critérios de diferenciação e reconhecimento em que tentam eleger os mais *desclassificados* em contexto local. O *estigma territorial* lançado sobre a localidade e todos seus efeitos concretos apenas se reforçam, paradoxalmente, por meio dos mesmos indivíduos que lhes estão sujeitos.

Palavras chaves: 1. Estigma territorial. 2. Relações de poder. 3. Perigo. 4. Violência Simbólica. 5. Periferia Manauara.

Abstract

This dissertation proposes to discuss the social processes inserted in the different stages of deterioration of the image of a certain place in relation to its set. Its objective is to understand how these dynamics occurs in a community of Petrópolis neighborhood, referred to in this text by the fictitious name "Santa Clara", where a locality of igarapé surroundings was elected the "dangerous place" in relation to the other locations of its surroundings. It proposes an analysis of the historical and social construction of this "dangerous place", understanding it rather as a product-end of a broad neoliberal societal project, whose political-economic choices allow the multiplication of precarious housing spaces in the context as a final gradation in a macro order of relations of power and force, in which one has the formation of classifiable groups, more or less acceptable, in the social world. The Bodozal, named for the "dangerous place" of the Santa Clara community, is an emblematic example of how symbolisms concretely affect the production of realities, making "truths" information that does not even require previous reflections to figure it out. From a relational analysis, we observed two groups that stood out in an antagonistic field: the residents of the upper part of the community, associated with their "good to live" area; and the residents of the alleys, in the lowland, on the fringes of the stream, residing in the "degraded" locality of the community. The representations of the "dangerous place" in question are justified by two good reasons. Firstly, due to the material conditions of precarious housing and the symbolism imputed to the idea of the "favela" to which it associates, whose mental model reports to the peripheries of the central cities of the country, a projection that makes fiction to a large extent overlap to the daily experience of the place located in the outskirts of Manaus. Secondly, the social space that represents this type of location in the context of the city of Manaus, namely, the banks of one of the igarapés intersecting the urban perimeter of the city, who's socially constructed meaning is elucidated in the course of this dissertation. The confluence of such information leads to a process of detachment and dehumanization of the image of the resident of this type of location, those read socially and in a generalizing manner as "bandits", "people who do not lend", even if the daily life of the locality does not present a proportional to the expectation it has. At the same time, real conditions, a perfect scenario and script are produced for the reproduction of socially damaging practices or, more directly, for the reproduction of practices considered criminal in the present context and that are present in the locality. To the extent that this information is reinforced through communication processes, the streets of the upper part are valued, as opposed to the lowland that appears as worthless space. But if the game of distinction implies relations of alterity to obtain a privileged position in the social world, for the inhabitants of the lowland this dynamic may represent a good possibility for the escape of social disqualification. Then, just as they are judged, the residents of the lower town also judge from established criteria. Recalling the criteria of differentiation and recognition in which they try to elect the most disqualified in a local context, the territorial stigma thrown on the locality and all its concrete effects are only reinforced, paradoxically, by the same individuals who are subject to them.

Keywords: 1. Territorial Estigma 2. Power Relations 3. Danger 4. Violence Symbolic 5. Manauara outskirts.

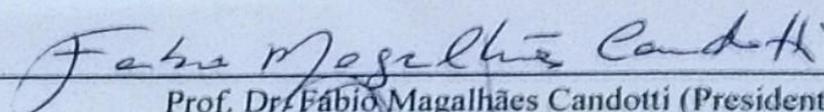
SÍLVIA ADRIANA LIMA CORRÊA

A REPRODUÇÃO DO ESTIGMA: SOBRE UM (DES)CONHECIDO
“LUGAR PERIGOSO” DA PERIFERIA DE MANAUS

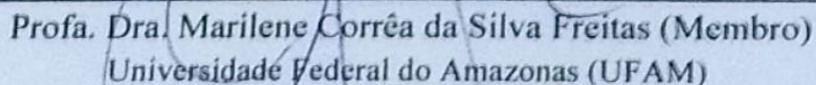
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestra
em Sociologia.

Aprovado em 07 de novembro de 2017

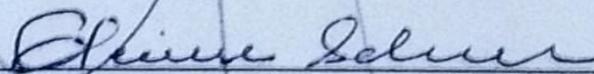
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Magalhães Candotti (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (Membro)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Profa. Dra. Elenise Faria Scherer (Membro)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Crônica de um “lugar perigoso”

Uma mulher, moradora do entorno de um igarapé situado em zona central da cidade de Manaus, está subindo a ladeira da comunidade em que reside. São aproximadamente 07:30 da manhã. Ela caminha rumo ao ponto de ônibus, de onde partirá em direção ao trabalho. Está distraída, seu olhar está fixo na tela de seu celular. De repente é abordada por dois rapazes de aproximadamente 19 e 20 anos, ambos, para ela, visivelmente entorpecidos. É uma tentativa de assalto. Eles exigem que repasse seu aparelho celular. O que fazer? – Pensa (ou não). Sem tempo para mensurar as consequências de sua reação, ela brada:

– Vocês sabem que eu sou moradora daqui de baixo? Espera aí. Vocês vão ver!

A mulher desce a ladeira e ensaia chamar alguém na região dos becos no entorno do igarapé onde mora, área conhecida como o “lugar perigoso” daquela comunidade. Talvez por serem conhecedores da fama que recai sobre o lugar, os dois rapazes apenas recuam:

– Hey, era só brincadeira. Não era pra acreditar, não. Reforçam, sinalizando que se tratava apenas de um mal-entendido.

Nada mais era que um blefe. A mulher não conhecia de fato alguém que coubesse na expectativa dos dois rapazes, mas tinha dimensão, ainda que institivamente, do estigma imputado ao seu lugar de moradia. Enfim, achara uma utilidade positiva para sua desvantagem de morar em um lugar onde, como dizem, “só tem gente que não presta”. Aparelho celular preservado, dia de trabalho garantido. Vida que segue.

(Fato verídico, ocorrido com uma moradora da localidade do entorno do igarapé da “comunidade Santa Clara” no bairro Petrópolis, zona sul da cidade de Manaus, Amazonas)

"Não, eu não sou do lugar dos esquecidos
Não sou da nação dos condenados
Não sou do 'sertão' dos ofendidos
Você sabe bem, conheço o meu lugar"

(Belchior)

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os incentivadores, companheiros e companheiras, que fizeram com que minha empreitada durante os anos de mestrado fosse uma experiência rica em aprendizado e crescimento, não apenas acadêmico, mas pessoal. Quero agradecer à família: irmãs e irmãos, e meus pais, Domingos e Erondina, pelo incentivo incansável e o cuidado com minha filha sempre que precisei me ausentar. Minha mãe, querida. Exemplo de simplicidade e sabedoria: muito obrigada. Agradeço, ainda, à minha filha, Fernanda Emanuele, minha “pessoa preferida”, como ela mesma afirma, cuja existência me impulsiona cotidianamente a me tornar uma pessoa melhor. Obrigada, filha.

Quero agradecer aos amigos Adriana, Mônica, Jeckson e Renata, que se fizeram sempre presentes, cuja amizade torna a vida mais leve e, por isso, também, os objetivos mais possíveis de serem alcançados. Muito obrigada aos quatro pelas conversas, pelo incentivo, pela oportunidade de saber que há, para além dos vínculos consanguíneos, laços que se tornam essenciais para nossa jornada pessoal. Gonzaguinha dizia que “toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas” e, por isso, afirmo, aprendo muito com vocês. Obrigada.

Agradeço à professora Heloisa Helena do departamento de Serviço Social da Ufam, por aceitar minha proposta inicial de pesquisa na comunidade Santa Clara, ainda em experiência de iniciação científica e depois no Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, o que pôde garantir as bases para minha proposta de pesquisa no mestrado que resultou nesta dissertação. Agradeço aos colegas de mestrado que de algum modo somaram para a compreensão do pensamento sociológico, um desafio para mim, Assistente Social de formação. Foi uma honra dividir essa experiência com vocês, obrigada. Agradeço, à servidora Marluce, secretária do PPGS, sempre muito compreensiva e gentil. Aos meus interlocutores que tiveram a generosidade de contribuir com esta pesquisa, abrindo a porta de suas casas e, em certa medida, externando seus sonhos e projetos, angústias e alegrias. A pesquisa tornou-se uma experiência tão marcante em aprendizado não apenas pelo conteúdo intelectual produzido na academia, cujo acesso tive por meio dos diferentes livros

que li. Mas, também, por suas contribuições. Obrigada a todos. Aos companheiros da comunidade, membros da Associação de Moradores, líderes e participantes do movimento social por moradia que durante algum tempo esteve presente na localidade estudada. Por um cuidado, não apenas comigo, mas com meus interlocutores e comunidade estudada, não pude revelar o nome real do lugar onde desenvolvi a pesquisa, tampouco daqueles que contribuíram dando seus relatos e, apenas por isso, lamento. Sinto por não poder agradecer de uma forma mais direta a todos, citando-os nome a nome para que pudessem mensurar a importância de sua participação e o tamanho de minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador, Fábio Candotti, com quem tive o prazer de dividir essa experiência de pesquisa. Obrigada pelas oportunidades de ampliação de visão teórico metodológica quando da participação em grupos de pesquisa e em discussões que em muito contribuíram para o resultado-fim deste trabalho. Obrigada pelos momentos de orientação, sempre muito ricos. Mas, agradeço, principalmente, pela paciência e pela forma respeitosa e generosa com que conduziu a relação orientador-orientanda. Obrigada por tudo.

Agradeço, inclusive, a todos aqueles não mencionados que, por motivos alheios às nossas vontades, estiveram distantes nesses últimos anos, mas que são sabedores de sua importância em minha caminhada. Pessoas essas cuja distância física não impede a proximidade afetiva e que, de algum modo, contribuíram para que eu desejasse ser uma pessoa melhor, pessoal e profissionalmente. Obrigada por suas existências e por terem cruzado meu caminho.

Agradeço, por fim, à CAPES pela bolsa de mestrado que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa durante esses dois anos. Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia que estiveram presentes em minha formação, seja por meio de aulas, conversas, enfim, todas as formas de troca de conhecimento. Aos professores de pós-graduação em História e Geografia, onde cumpri algumas disciplinas. Todos tiveram uma contribuição ímpar para que esta pesquisa pudesse alargar-se, propondo-se numa dimensão interdisciplinar. Obrigada a todos. Quero finalizar dizendo que me sinto orgulhosa por ter feito parte, de alguma forma, da trajetória do PPGS e, por isso, agradeço: a todos, muito obrigada!

Sumário

| | |
|---|------------|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 13 |
| CAPÍTULO 1: ASPECTOS GERAIS DO ESTIGMA TERRITORIAL..... | 27 |
| 1.1. Bases materiais e simbólicas do estigma territorial..... | 28 |
| 1.1.1. A superurbanização da cidade contemporânea e o acesso à moradia..... | 28 |
| 1.1.2. Premissas privatistas da moradia: a casa como expressão de poder..... | 31 |
| 1.1.3. O estigma e violências simbólicas: instrumentos de manutenção da ordem social..... | 34 |
| 1.2. Manaus: o estigma territorial em diferentes gradações..... | 38 |
| 1.2.1. A cidade em relação ao Brasil..... | 41 |
| 1.2.2. A constituição da cidade e seus espaços internos degradados..... | 48 |
| 1.2.3. Os igarapés como lugar de sociabilidade dos pobres..... | 53 |
| CAPÍTULO 2: O BAIRRO, A COMUNIDADE, A LOCALIDADE..... | 60 |
| 2.1. Universo geográfico da pesquisa..... | 61 |
| 2.2. A comunidade | 74 |
| 2.2.1. Ocupação e constituição da comunidade..... | 76 |
| 2.2.2. Influência da igreja católica e as novas figurações religiosas | 79 |
| 2.3. A localidade do entorno do igarapé: alterações físicas e manutenção do estigma..... | 82 |
| 2.4. A localidade e a comunidade em relação ao bairro..... | 87 |
| CAPÍTULO 3: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO (DES)CONHECIDO LUGAR PERIGOSO | 94 |
| 3.1. Constituição do “lugar perigoso” | 95 |
| 3.1.1. As representações de “lugar perigoso” sobre a localidade | 102 |
| 3.1.2. A generalização da periferia: o caso das <i>banlieues</i> francesas e <i>gueto</i> estadunidense..... | 107 |
| 3.2. O rio de janeiro não é aqui: dando rosto à localidade manauara..... | 111 |
| 3.2.1. O estigma e a relação com os aspectos físicos geográficos..... | 114 |
| 3.2.2. Composição populacional..... | 116 |
| 3.2.3. Cultura e identidade..... | 119 |
| 3.2.4. Sociabilidades comunitárias, estigma, ilicitudes e violência..... | 121 |
| 3.2.5. Os marcadores da relação bandido/trabalhador..... | 124 |
| 3.3. A imagem do “galeroso” como marcador de território perigoso..... | 126 |
| 3.4. A relativa harmonia na localidade e o medo nas favelas cariocas..... | 130 |
| CAPÍTULO 4: A INTERIORIZAÇÃO DO ESTIGMA PELOS MORADORES DA LOCALIDADE: CONSEQUÊNCIAS, ESTRATÉGIAS, REPRODUÇÃO..... | 136 |
| 4.1. As relações de força entre os grupos classificáveis..... | 137 |
| 4.2. As diferentes formas de deterioração da imagem do morador da margem do igarapé..... | 141 |
| 4.2.1. A pecha de “imundos” e as condições materiais de moradia..... | 142 |
| 4.2.2. Pressuposição de comportamentos moralmente condenáveis..... | 144 |
| 4.3. O olhar de cima: “bandido tem que morrer” | 146 |
| 4.4. O olhar de baixo: contexto familiares | 151 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 4.5. | As condições materiais na formação de disposições e matizes sociais..... | 153 |
| 4.6. | Da fama ao isolamento simbólico do lugar..... | 162 |
| 4.7. | Estratégias de reconhecimento e diferenciação entre os debaixo – a eterna busca por respeito..... | 165 |
| 4.7.1. | Periferia dividida: a formação de gradações grupais e reações de alteridade..... | 167 |
| 4.7.2. | A condição de “cúmplice de bandido” sob a perspectiva do morador da baixada..... | 173 |
| 4.7.3. | A fragilidade da “relativa harmonia” na baixada..... | 176 |
| 5. | NOTAS FINAIS..... | 180 |
| | BIBLIOGRAFIA..... | 188 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A necessidade de compreender o caso de uma localidade manchada pelo estigma de “lugar perigoso”, situada às margens de um igarapé que entrecorta uma das comunidades do bairro Petrópolis, zona sul da cidade de Manaus, partiu de observações inferidas ainda em minha experiência de iniciação científica pela Universidade Federal do Amazonas, empreendida entre os anos 2012 e 2013. Na ocasião inicial de pesquisa, concentrei minha análise sobre as condições materiais de moradia nas margens do igarapé – cuja imagem atual reporta a um grande esgoto a céu aberto, onde centenas de famílias constituem seu cotidiano –, situando os problemas contemporâneos dessa localidade no escopo do processo de urbanização desta cidade. Sublinhando alguns condicionantes em linhas gerais, tais como os eventos de migração, o aumento do contingente populacional urbano, o posicionamento neoliberal do poder público local em face da questão habitacional na cidade, para quem o segmento popular sem condições de aquisição de terra arrendada não importa, pude compreender que a paisagem “degradada” do lugar em questão nada mais é que o produto-fim de todo esse processo.

Entretanto, curiosamente, outro problema evidenciava-se a medida em que a pesquisa ia se desenvolvendo. Ainda em experiência de iniciação científica, foi possível identificar um aspecto imaterial que sobressaía de forma concomitante à materialidade do processo acelerado de degradação do igarapé que entrecorta a comunidade, aqui tratada pelo nome fictício de “comunidade Santa Clara”¹. Refiro-me ao processo constante e latente de deterioração da imagem do “morador do igarapé” na pequena comunidade, identificado em um conjunto de narrativas de uso frequente, inclusive, entre os próprios moradores. As práticas de *juízo* em relação a esse grupo social identificadas por mim em campo, apresentavam-se em ordem sempre ascendente: as narrativas começavam por caracterizá-los como “negligentes” com o lugar de moradia, quando tratados como “imundos”, e culminavam em sua criminalização de forma generalizada, quando classificados como “bandidos”. Observe-se o universo de significados e sentidos que há entre um atributo e outro, e é justamente no intervalo em que o primeiro se reifica no

¹ Não apenas a comunidade é referenciada nesta dissertação a partir de um nome fictício, mas todos os interlocutores que contribuíram para a produção deste estudo, assim como todos os indivíduos citados indiretamente. Também não será identificado o nome do igarapé, embora um conhecedor da cidade possa identificar que trata de um dos igarapés pertencentes à bacia de Educandos que perpassa essas imediações.

segundo e na forma como essa compreensão se reproduz no contexto contemporâneo da própria localidade, é que reside a preocupação de pesquisa desta dissertação.

A pequena localidade é apenas um recorte espacial pertencente à comunidade Santa Clara, situada no bairro Petrópolis. Geralmente designada pelos moradores de outras localizações como o lugar onde “só tem gente que não presta”, o “lugar perigoso” da comunidade. Mas, o que o processo de criminalização generalizada desses sujeitos sociais guarda de relação com o processo de degradação dos igarapés em Manaus?

Os estudos locais esforçam-se para demonstrar como áreas de entorno de igarapés, passaram a ser vivenciadas em suas diferentes formas de uso pelos segmentos populares de Manaus, assim como foram sendo suprimidas e passíveis das ações de degradação por parte da elite que determinou a produção do espaço urbano nesta cidade em seu processo de industrialização, de modo tal que hoje esses cursos d’água figuram tão somente como grandes esgotos a céu aberto. É certo que os estudos científicos locais referidos explicitam os sentidos do observador e a centralidade que as águas ocupam em contexto local, pois a cidade, assim como toda a região em que se insere, está envolta em um universo fluvial. Então, a perspectiva do observador registrada nos escritos locais de forma predominante, denota um “sentir” o ambiente em que as transformações da relação entre o “homem” e os igarapés, são narrados considerando não apenas conflitos e tensões relativos à degradação de seu aspecto físico, mas também de sua dimensão simbólica.

Apenas em contexto amazônico, os pequenos afluentes ainda são denominados de “igarapé”, que em linguagem indígena quer dizer “caminho da canoa”. O termo revela não somente características físicas – os cursos d’água são relativamente estreitos para os padrões da região e, comportam apenas pequenas embarcações –, mas reporta a uma forma de uso, inclusive, extinta no contexto urbano da cidade de Manaus, embora, simbolize uma forma de mobilidade comum e vital em contexto amazônico: locomover-se por meio de canoa, ou pequenas embarcações motorizadas é uma (e as vezes, apenas a única) forma de mobilidade entre os diferentes municípios e comunidades do interior do Estado do Amazonas. Sendo Manaus o centro urbano desse estado – que revela grandes dimensões não apenas em termos físicos, mas culturais –, esta cidade vai se distanciando desses significados e se homogeneizando em conformidade ao estilo de vida urbano dominante. Em que pese o conhecimento de que a abordagem do tema “urbanização” comporta em si toda uma discussão que pressupõe cuidado quando do uso de categorias-chaves como o

“urbano”, “rural”, “cidade”, dentre outras, sua densidade ² não haverá como ser desenvolvida em sua amplitude neste trabalho, mas em síntese estas categorias são discutidas no primeiro capítulo, quando da análise do *urbano* na Amazônia, posto que o entendimento desta questão última dependa de clareza em termos destas categorias mais gerais.

Os moradores de margens dos igarapés de Manaus parecem ser projetados mentalmente como uma espécie de extensão da imagem atual desses cursos d’água. Ambos se fundem e formam um “lugar”, um ambiente que destoa (ao menos em tese e discurso político) do projeto de cidade que a elite atual diz pretender. É possível depreender que à medida que as elites foram possibilitando a transformação dos igarapés em grandes esgotos, sem uma preocupação adequada de conservação, os atributos imputados aos grupos residentes em suas margens foram acompanhando tais transformações. Minha curiosidade inicial que possibilitou a intuição do problema trazido para o mestrado partiu desse ponto: numa escala local de existência e distribuição de equipamentos urbanos na comunidade Santa Clara, os atributos depreciativos vão se conformando à precariedade desses serviços (saneamento, esgotamento sanitário, organização de unidades habitacionais) em sentido sempre relacional e comparativo entre os becos do entorno do igarapé na baixada e o restante da comunidade Santa Clara residente nas ruas da parte alta, e destes em relação ao bairro Petrópolis.

²É necessário antes de adentrar no debate sobre a urbanização na Amazônia, cuidado ao pontuar conceitualmente os termos “cidade” e “urbano”, conforme destaca Lencioni (2008). Esse cuidado se justifica, segundo a autora, por que essas palavras se tornam obscuras na medida em que a primeira sugere trivialidade e, por isso mesmo, possibilita o direcionamento a diversos entendimentos; ao mesmo tempo em que a segunda se torna pouco clara em seu substrato. Ao analisar o sentido dessas duas palavras, Lencioni afirma que “tanto a cidade, como objeto, quanto o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente” (p.114). Para ela, a dimensão da palavra *cidade* é ampla, então, elenca características que operam como pontos de definição do que pode ser considerado “cidade”, como a ideia de “aglomeração” e “sedentarismo” (ou seja, a aglomeração durável). Ela observa, ainda, que o fato das atividades agrícolas serem predominantes em algumas cidades, não interfere na constituição delas enquanto tal, posto que conservam outros dois elementos citadinos por ela identificados, a saber, o “mercado” e “administração pública”. Além de citar outros autores como Paulo Cesar Xavier Pereira, Pierre George, Max Derruaux e Manuel Castells que desconsideram o tamanho da população na definição de “cidade”, por constituir-se variável relativa a depender do tempo e lugar em que está inserida. Para discutir o conceito de urbano, Lencioni recorre a uma análise Lefebvrianas, na medida em que entende esse termo concernente a um mundo pós-industrial, ou seja, a uma sociedade que nos termos de Lefebvre “nasce da industrialização e a sucede”. Além de Lefebvre, outros autores fazem uma análise relacional envolvendo o urbano e a industrialização, mas este faz críticas severas ao reducionismo que compreende o urbano como produto inerente desse processo, por entender, assim como outros autores, que essa pressuposição obscurece seu substrato. Assim sendo, a ideia de urbano aparece, na maioria das vezes, vinculada à de capital industrial e à de sociedade capitalista industrial. Por essa perspectiva, apenas a partir daí emerge a sociedade industrial no Brasil, ao mesmo tempo em que o surgimento do urbano se situa entre os anos 30 do século XX.

A partir de uma abordagem analítica relacional, as áreas de entorno do igarapé, curso d'água hoje contornado por estruturas de rip rap³, sempre são interpretadas como propícias à concentração de “delinquentes”. Importa nesta dissertação tornar compreensível em que medida morar em um lugar com tantas deficiências materiais de moradia torna possível a relação prévia dos moradores a práticas ilícitas, e de que forma essa correlação interfere na reprodução concreta de práticas condenáveis socialmente no espaço interno dessa localidade. Aí está a proposta central do trabalho: compreender em que medida o simbolismo construído socialmente sobre esse lugar de moradia colabora para que seus habitantes reproduzam internamente as mesmas informações entre e sobre si. Reprodução essa em que o discurso dominante se impõe, a despeito da experiência local, cuja dinâmica tende, paradoxalmente, a reforçar ainda mais o estigma, mas agora ‘por dentro’, de forma estruturante. É longo o trajeto analítico a percorrer.

Assim, esta dissertação deve ser interpretada, antes, como um convite à reflexão sobre como as condições materiais de moradia impostas às camadas populares ocupam um estatuto central na reprodução de uma ordem social estabelecida num contexto de desigualdades e conflitos de interesses. Com base no exemplo da pequena localidade, importa compreender como e porque se estabelece a relação entre determinado ambiente empobrecido de moradia e atributos depreciativos de forma generalizada e ascendente, quer dizer, quanto mais precarizado o lugar se mostra, mais criminalizado ele se torna. Quais os meandros desse estigma? E o principal: como o estigma imputado à localidade, interfere na compreensão que os moradores têm de si e, por implicação, corrobora a reprodução do “lugar” estigmatizado?

Partindo do princípio que haja diferentes formas de reação dos moradores, mas que todas elas estão implicadas no jogo de fuga da desclassificação social, cumpre esclarecer quais as estratégias de diferenciação por eles utilizadas, para se autoafirmarem e apontarem, por fim, os considerados mais desclassificados em escala local. De que forma

³ Termo geotécnico. Consiste em solo ensacado para contenção de erosões, no caso em questão faz parte da estrutura de drenagem do igarapé. Ultimamente quando alguém se refere a algo próximo ao igarapé, por vezes, utiliza o termo técnico “rip rap” em vez de seu nome original. Algo do tipo: “ele mora bem ao lado do rip rap”. Como se verá adiante por meio do estudo de Gomes (2004), o igarapé hoje é assimilado indissociável do nome da técnica que o contorna, na mesma medida em que já é apreendido como um curso d'água poluído pelos jovens manauaras.

esse estigma se reforça por dentro? Quais implicações dessa sociodinâmica? São perguntas que permeiam os quatro capítulos deste texto.

A área de baixada em questão, entrecortada por um igarapé, constituída essencialmente por becos, situada dentro dos limites espaciais da comunidade Santa Clara no bairro Petrópolis é um desses casos que demonstra como a ausência de reflexão nos processos cotidianos de comunicação faz com que ignoremos a própria experiência e adotemos o discurso dominante em determinadas situações. Os discursos e representações relacionados ao lugar aqui em questão, identificados por mim nas narrativas de diferentes tipos de sujeitos sociais, constituem um conjunto de informações que o apontam como o “lugar perigoso” da comunidade Santa Clara, um espaço onde “só tem gente que não presta”, “barra pesada”, “pilantra”, etc. A localidade é por mim bem conhecida e essas afirmativas em relação ao seu ambiente também sempre foram por mim percebidas, mas, apenas no trajeto de pesquisa foi possível estranhá-las. Foi o exercício de pesquisa, a partir da prática de *estranhar o familiar* (VELHO, 2004: p.126), próprio da postura epistemológica de um pesquisador, que fez com que desse momento em diante, todo tipo de informação tornasse cada vez mais evidente o estigma do lugar, desde as conversas informais até as observações das interações sociais nas ruas e becos da comunidade. Não foi difícil então, perceber que toda prática criminosa que ocorria nas ruas da parte alta da comunidade Santa Clara, era automaticamente atribuída aos moradores dos becos do entorno do igarapé na baixada, assim como tornou-se impossível daí em diante, não estranhar essa prática de criminalização generalizada do lugar. Restou-me apenas mensurar as dimensões desse estigma, apesar de toda eufemização investida nos processos de comunicação entre moradores de ambos os ambientes, fator que faz com que, de forma implícita, essa compreensão dominante ganhe o estatuto de uma verdade dada e inquestionável.

O caso do estigma em questão parece mesmo estar relacionado ao simbolismo do lugar de moradia. Ao propor, por exemplo, um exercício mental referente aos ambientes dos entornos dos igarapés no perímetro urbano de Manaus, conduzindo à formação de imagens mentais acerca dos indivíduos que residem nessas imediações, automaticamente, um conhecedor desta cidade poderá visualizar o tipo físico e social das pessoas que geralmente residem nesses lugares, seu modo de vestir ou falar, pressupondo, inclusive, algumas características concernentes ao caráter desses indivíduos. Do ponto de vista das

interações sociais, Goffman (1963, p.5)⁴, que trata de forma esmiuçada o conceito de *estigma*, salienta que os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As informações mentais arraigadas que nos permite prever as categorias de pessoas associadas a determinados ambientes, também nos conduzem à previsibilidade de seus atributos. A amplitude dessa percepção se dá de forma tal que pode abarcar atributos de diferentes naturezas, como, por exemplo, a possível “ocupação” de determinado indivíduo, até o grau de “honestidade” a ele associado. Norbert Elias e Bourdieu, por sua vez, observam os processos de estigmatização no escopo das *relações de poder* e das relações de força entre classes por meio das *violências simbólicas*, respectivamente. Ambos os autores partem do princípio, cada um a seu modo, de que é no microcosmo do mundo social que se sustentam as assimetrias sociais, sendo estas inscritas nas práticas cotidianas de reconhecimento e diferenciações intergrupais, como será discutido ainda no primeiro capítulo. Esta dissertação se filia a esse roteiro analítico, não negligenciando, porém, o fato deste estudo tratar de uma problemática urbana dentro de uma região tão peculiar em relação ao mundo, como é a região Amazônica, por isso a contribuição de autores que fazem leituras importantes sobre a *urbanização na Amazônia*: Becker(2013), Browder e Godfrey (2006), Oliveira e Schor (2009). Outros autores também estão presentes na discussão que envolve a “Amazônia”, enquanto construção analítica, e a cidade de Manaus, cujas demandas destacaram-se no decorrer da pesquisa: Silva (1996) ao tratar de um assunto que sai caro ao amazonense como o reconhecimento (e

⁴ Embora Goffman seja utilizado como referência para o estudo do estigma, entende-se que sua análise interacionista de certa forma se mostra limitada ao reduzir o processo de produção do estigma ao âmbito individual, diferente de Elias e Bourdieu, perspectivas, aliás, às quais se filia esta dissertação. Ortiz (1983: p.19-20) destaca, por exemplo, semelhanças e diferenças entre o interacionismo simbólico de Goffman e a sociologia de Bourdieu: “Uma comparação com os escritos de Goffman nos permite, mais uma vez, constatar em que medida a sociologia de Bourdieu, muito embora reabilite a problemática do ator social, se distancia da perspectiva do interacionismo simbólico. Partindo da ideia de representação teatral, Goffman define a interação como encontro entre atores que se deparam diante de uma situação cara a cara. O fenômeno social pode ser comparado a uma peça teatral que retira seu sentido último do desempenho dos agentes individuais que compõem o texto final. Visto que, para Goffman, o ator age em função de seu parceiro, o problema que uma situação coloca é sempre de cunho individual; trata-se de resolver a questão: "Como um agente pode regular a conduta do outro para que ele assegure, de maneira mais vantajosa, o seu desempenho?" Bourdieu questiona justamente esta possibilidade de o indivíduo poder definir a situação objetiva em que se dá a interação com os outros parceiros. O que o interacionismo simbólico considera como determinação do agente (subjetividade), Bourdieu apreende como objetivamente- estruturado ". Duas conclusões importantes podem ser tiradas. Primeiro, enquanto a análise goffmaniana se encerra dentro dos limites de uma micro-sociologia, a interpretação proposta por Bourdieu abre a possibilidade de uma macro-sociologia dos campos sociais. Com efeito, posto que para Goffman o fenômeno social se identifica a uma peça teatral, toda observação se dá necessariamente em escala reduzida, o que confina a análise aos limites concretos de uma fábrica, um prédio etc. A compreensão da realidade como teatro pressupõe um princípio epistemológico idêntico à observação antropológica: O observador possui a mesma dimensão que a sociedade observada. Para Bourdieu, a questão se coloca em outro nível, pois o campo não é o resultado das ações individuais dos agentes. Abre-se, assim, a possibilidade de se estudar as relações existentes num campo determinado e, por conseguinte, as estratégias dos agentes que o compõem e o sistema de transformação ou de conservação da sociedade global. A segunda conclusão, na realidade um corolário da primeira, pode ser resumida na seguinte fórmula: enquanto o interacionismo se prende a uma análise compreensiva da realidade, a sociologia de Bourdieu permite uma análise de cunho estatístico”.

diferenciação) racial; Scherer (2004) no que diz respeito à condição de informalidade da classe trabalhadora manauara; Oliveira e Costa (2007), Costa e Schmitt (2010), Oliveira (2008), Gomes (2004) e Costa Junior e Nogueira (2010) ao tratarem especificamente da cidade de Manaus e das ações relacionadas à moradia no entorno do igarapé.

Cumprir discutir, ainda, a sensação de *perigo* expressa por meus interlocutores ao entrarem em contato direto ou indireto com a localidade. Foi Mary Douglas (1966) quem fez um estudo sobre a correlação entre as sensações de *pureza e perigo* em que a ideia de *poluição*⁵ trata de um conceito cultural e não “ambientalista”, central para esta análise. No debate proposto, a ideia de *poluição* se aplica na medida em que o lugar parece conduzir a uma imediata percepção de *desordem* em oposição ao modelo mental de organização e adequação urbana, cujas sensações entrelaçam-se à ideia de *imprevisibilidade*, onde, necessariamente, parece residir a sensação do *perigo*.

“O desconhecido amedronta” foi, inclusive, uma das fases que ouvi em campo de uma de minhas interlocutoras. Mas, o mesmo lugar que pode ser considerado desconhecido, também pode, paradoxalmente, ser conhecido. A sensação de perigo que afeta meus interlocutores indica que são detentores de uma “certeza” quanto a existência de práticas perigosas no lugar que possam representar um risco às suas integridades físicas, por compreenderem que nele se concentram os mais diferentes tipos de “delinquentes”. A pequena localidade não é um lugar que possa ser considerado “famoso” ou coisa que o valha, como é o caso de algumas localizações em Manaus, cuja mancha recai sobre bairros e até zonas inteiras mais recentemente ocupadas na cidade. Mas, o conjunto de características físicas e culturais que a localidade reúne, por si só, parece lhe sentenciar à deterioração e é a partir dessa percepção sobre o lugar que se observa o desenrolar dos mais diferentes tipos de sociabilidades e possibilidades de reação dos moradores dessa baixada, gerando, inclusive, *disposições* que reforçam ou negam o *ethos* de “delinquência” imputado à localidade.

Ao compreender a relação entre as condições materiais de moradia e a construção social do estigma territorial, a intenção é ilustrar como essas práticas de *juízo* (BOURDIEU, 2007) corroboram e legitimam a negação de direitos a certos grupos sociais

⁵ Entendendo-se como *poluição* qualquer coisa que sugere anormalidade por parecer estar fora do lugar e que, por este motivo, confronta nossos hábitos mentais mais arraigados e contradiz, necessariamente, nosso sistema de classificação.

como os que residem nesse lugar. No momento em que o direito a ter direitos no Brasil passa constante e necessariamente por uma espécie de crivo moral neoliberal, em que se pressupõe que os indivíduos tenham que ser virtuosos para serem considerados cidadãos de direito, torna-se importante discutir as causas da reprodução das “delinquências” por via inversa, situando em que medida as condições materiais de vida impostas às camadas populares contribuem diretamente para a (re)produção de sociabilidades que a própria sociedade condena ao mesmo tempo que fomenta sua reprodução. Tentemos visualizar situações concretas em que as produções simbólicas contribuem efetivamente na violação de direitos desses indivíduos: uma criança que é explorada sexualmente, uma mulher que é agredida, um jovem ao ser abordado por policiais, um grupo de moradores solicitando providências para o problema de alagação ou do lixo nos igarapés. Em todos esses casos, o senso comum acerca desses sujeitos abre precedentes para culpabilização da violação de seus próprios direitos. A ideia de presunção de inocência estabelece que, em termos gerais, “todos são inocentes, até que se prove o contrário”. Entretanto, no caso dos moradores dessa localidade essa lógica se inverte: todos são culpados, até que se prove o contrário. Enfim, a abordagem de análise desse trabalho propõe um questionamento ao entendimento comumente utilizado e pregado como verdade absoluta, aquele que defende que o ser social é determinado por sua consciência individual, quando é o ser social que tem uma posição determinante na constituição da consciência do indivíduo.

A análise do processo de estigmatização da pequena localidade no entorno do igarapé da comunidade Santa Clara norteia-se pelas premissas de *historicidade* e *processualidade*, de modo que os acontecimentos estejam cronologicamente organizados nos quatro capítulos que compõem este texto dissertativo. O *marco temporal* considera, em síntese, as primeiras expressões de *urbanização* na região amazônica, assim como o marco espacial se propõe a situar esta região em face do mesmo processo em escala global, garantindo, assim, a possibilidade de comparações e de colaboração na formulação de um diagnóstico mais amplo sobre as transformações urbanas no mundo contemporâneo. Embora não seja possível falar de um assunto tão amplo sem estar sujeito a limitações, uma vez que as diferentes dimensões que compõem a totalidade do assunto sejam de uma amplitude cujo alcance torna-se impossível para apenas uma dissertação.

O campo trouxe grandes contribuições para os direcionamentos da pesquisa e as escolhas epistemológicas aqui feitas, quando da análise dos discursos e percepções dos moradores da comunidade e das interações sociais inscritas em seus cotidianos. Seguindo

a proposta de uma análise relacional, utilizo a ideia de *espaço social* de Bourdieu (2007), na medida em que identifico a existência de subgrupos justapostos em diferentes posições possíveis no espaço, estreitamente inseridos nos sistemas de disposições (*habitus*) característicos das diferentes classes e frações de classe. Essa abordagem dialoga com a postura epistemológica de Norbert Elias, segundo o qual o estigma se justifica a partir de diferenças grupais, ao observar a maneira como um grupo é capaz de apropriar-se das oportunidades de poder, utilizando-as para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante.

O acúmulo de informações obtidas em campo me fez chegar a alguns subgrupos que se alinham dentro de duas principais e diferentes perspectivas, quais sejam, o *olhar de fora* e o *olhar de dentro*. Na primeira perspectiva estão incluídos três subgrupos: o primeiro diz respeito ao morador de outras localizações do bairro Petrópolis, esse conhecedor do fato da comunidade Santa Clara ter surgido por meio de “invasão” em uma área constituída por bairros antigos e de sua representação primeira em relação ao conjunto do bairro Petrópolis, para o qual até hoje a comunidade Santa Clara é vista como uma região *outsider* em relação às demais localizações do bairro; o segundo subgrupo que também se alinha à essa perspectiva e que justifica, em grande parte, minha escolha por compreender o estigma territorial em questão a partir da categoria *perigo*, trata do que chamo de “transeunte”, aquele morador de outros bairros populares da cidade de Manaus, não conhecedor da trajetória da comunidade e de sua relação primeira com o conjunto do bairro Petrópolis, mas que por algum motivo, adentra às regiões das partes alta e baixa da comunidade – para os donos dessa perspectiva os critérios de *juízo* reservam-se ao aspecto sensitivo, quer dizer, o alerta de perigo é ativado no momento em que se deparam com a aparência dos becos e dos sujeitos sociais que ali se concentram; o terceiro subgrupo detentora da perspectiva do *olhar de fora*, trata do morador da *parte alta* da comunidade Santa Clara, estando esse na condição de conhecedor da dinâmica interna da comunidade e, em certa medida, da localidade de baixada, mas que se dissocia desses, embora componham a mesma comunidade, por ser entendido (e se entender) como morador de uma boa localização, diferente dos moradores dos becos da baixada, cuja localização entendem representar a “parte perigosa da comunidade”. Em oposição a esses subgrupos, estão, claro, os detentores do *olhar de dentro*, a saber, os moradores da localidade de baixada no entorno do igarapé, subgrupos esses cuja heterogeneidade, tratada em detalhes nos capítulos 3 e 4, é ignorada pelos moradores de outras localizações, identificados de forma generalizante

como “gente que não presta”, constituem o espaço marginalizado da comunidade. Suas reações em relação ao estigma territorial ao qual estão submetidos ocorre de forma variada, embora essas ajudem, por fim, a reforçar o estigma territorial em questão, seja no sentido de negação ou reforço das expectativas sociais lançadas sobre o grupo ao qual pertencem.

A construção teórica em que os subgrupos se percebem (ainda que de forma latente) em oposição espacial, me levou a trabalhar de forma mais detalhada as narrativas dos subgrupos que mantêm relações de alteridade dentro do espaço físico da comunidade Santa Clara, os quais tive acesso às narrativas por meio de entrevista. Assim, os moradores da parte alta da comunidade são os representantes do *olhar de fora* que foram meus interlocutores diretos, escolhidos tanto por serem conhecedores da localidade de baixada, quanto por manterem com os moradores dessa localização, inclusive, relações de amizade e/ou parentesco; os moradores da baixada, por sua vez, são os detentores do *olhar de dentro* sobre os quais me debrucei mais detalhadamente – esses subgrupos distintos são o que identifiquei nesse trabalho como *gradações grupais*. Entretanto, também recorro de forma transversal à narrativa dos outros subgrupos (moradores antigos de Petrópolis e os transeuntes), para explicar a construção do estigma, uma vez que não foram considerados apenas dados obtidos de maneira direta, a partir de aplicação de questionário e entrevistas, mas aqueles advindos de um recurso etnográfico, ou seja, de observações do cotidiano, de conversas informais, que permitiram compreender a forma como as pessoas interagem umas com as outras e como se percebem entre si. Foram ao todo 04 grupos familiares, os entrevistados de forma direta, que deveriam expressar o contraste das perspectivas do morador da parte alta e do morador da baixada, nos becos.

Em seguida, o estudo se debruça de maneira mais detalhada sobre as sociabilidades da parte baixa da comunidade, com o intuito de compreender detalhadamente quais elementos operam como critérios de diferenciação utilizados (ou não) por esses moradores como estratégias de fuga da “desclassificação social” (Bourdieu, 2007) a qual estão submetidos, assim como a produção de *disposições* diferentes decorrentes dessa sociodinâmica.

Como pretendeu-se compreender o problema em seu processo, o resgate histórico da comunidade foi concebido a partir das trajetórias individuais dos moradores da comunidade Santa Clara, num exercício de rememoração que possibilitou um comparativo entre as décadas anteriores e a presente data. Recorrendo aos participantes da pesquisa, fora

apreendido ainda, quais os tipos de situações consideram “perigoso” e a frequência com que essas situações ocorrem no local recentemente, a fim de mensurar em que medida esse sentido de *perigo* se justifica. Sentem-se mais inseguros na localidade, ou em outro lugar? Por quê?

Organização do texto

Como já mencionado, esse texto está organizado em quatro capítulos. No primeiro deles, traço uma análise dos aspectos materiais e simbólicos mais gerais, concernentes à dimensão macro do problema aqui desenvolvido, embora saiba que por mais bem detalhada a análise macro, nunca se torna possível alcançar todos os aspectos explicativos de sua totalidade. Dessa forma, começo pontuando as condicionantes que favoreceram a produção de moradia precária em contexto contemporâneo, traçando um quadro atual dos processos de ocupação do espaço urbano protagonizados pelos segmentos populares. Sublinho, sobretudo, como esse processo repercutiu em cidades situadas nos países considerados subdesenvolvidos e emergentes da América Latina, com o intuito de demonstrar como se correlaciona a produção de moradia precária e estigma territorial. Esse é o momento do texto em que trago as discussões teóricas sobre as quais se sustentam a presente análise, e que ressurgem transversalmente no decorrer dos demais capítulos. Situo, então, a produção de estigmas no bojo das relações de poder, permeadas por violências simbólicas cotidianas. Em seguida, mas ainda no mesmo capítulo, problematizo, em dimensão macro, como as violências simbólicas aparecem no processo de urbanização da cidade de Manaus, quando da demarcação de espaços estigmatizados, considerando que as práticas de estigmatização local estejam inscritas nas relações de poder existentes em escala global.

Ainda que pareça ambicioso, por se tratar de um assunto denso, faço uma síntese do processo de urbanização em contexto amazônico e, mais especificamente, da cidade de Manaus, destacando suas peculiaridades em relação ao Brasil e ao mundo, sendo essa uma cidade amazônica. Peculiaridades essas que são tratadas nesse texto como as bases materiais e simbólicas em sentido mais amplo do estigma territorial em questão, considerando que esse seja concebido em escalas, na medida em que a cidade de Manaus represente para o restante do país e do mundo o que a localidade representa em relação às suas imediações em dimensão micro – uma periferia da periferia. Em síntese, os argumentos estão organizados no sentido de demonstrar como, do mesmo modo que os

aspectos materiais em contexto global são determinantes para a existência de lugares empobrecidos como a localidade estudada, as disputas simbólicas estabelecidas em escala mundial são determinantes na mesma proporção para a marginalização desses lugares empobrecidos, como é o caso das áreas de entorno de Igarapés em Manaus. Para tanto, situado no tempo e no espaço, o lugar (ou não-lugar) desta cidade em relação ao Brasil e ao mundo e o modo com que a elite local lidou com a sua (des)importância nesse cenário, negando de forma até agressiva ambientalmente, elementos que detinham simbolismos de incivilidade por estarem associados a uma cultura regional considerada inferior, como é o caso das áreas de Igarapés. Considerando que o não-lugar da cidade implique em uma não-imagem, explico como os parâmetros de julgamento impostos à pequena localidade estigmatizada em questão sequer estão pautados em informações locais, mas em uma imagem de periferia externa à cidade de Manaus que se fez conhecida por meio da mídia e que corresponde a regiões centrais do país, havendo necessidade de dar rosto a esse pequeno fragmento da periferia Manauara nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, apresento um quadro em que seja possível mensurar o universo geográfico da pesquisa, a partir de um panorama espacial e temporal do bairro Petrópolis e, mais detalhadamente, da comunidade Santa Clara e localidade do entorno do Igarapé em questão. Nesse momento, sublinho os principais acontecimentos históricos do processo de urbanização da cidade que resultaram na ocupação e constituição de novos ambientes habitacionais populares em período mais recente, como é o caso da comunidade em questão. Entretanto, para reconstituição específica de ocupação da comunidade recorro a um exercício de rememoração dos moradores, com o suporte de notícias de jornais da época, observando como são interpretadas as práticas que possibilitaram a existência dessa comunidade e da localidade. Descrevo em detalhes as sutis diferenças no espaço físico e social de cada uma dessas fatias territoriais, tentando concretizar mentalmente a partir dessa leitura, a paisagem em que está inserida a pequena comunidade e, por conseguinte, a localidade de baixada.

O terceiro capítulo é reservado para discussão específica do processo de constituição dessa localidade em “lugar perigoso”, situando o surgimento dessa percepção no tempo e no espaço no contexto da cidade de Manaus. Apresento as representações e exemplos mentais de “lugares perigosos” que foram utilizados por meus interlocutores, na tentativa de interpretarem a pequena localidade. De certo modo, compreendo parte desse capítulo como uma espécie de parêntese, por discutir modelos mentais de perigo

identificados nas narrativas dos entrevistados que correspondem a exemplos de periferias situadas em regiões muito distantes da localidade, seja do ponto de vista territorial ou cultural. Modelos esses fomentados pelos grandes veículos de comunicação em massa, mas que muitas vezes se sobrepuseram em campo, em detrimento de exemplos locais concretos de violência e perigo. Como se verá nesse capítulo, a generalização da delinquência associada à ambientes de moradia popular não é uma exclusividade brasileira. Recorro a algumas pesquisas realizadas em periferias emblemáticas do Brasil, da França e dos Estados Unidos da América demonstrando como se processa a generalização da delinquência em ambientes de moradia popular tendo como foco a peculiaridade de cada caso, ao mesmo tempo em que tento situar o caso da localidade, pretendendo dar rosto a esse pequeno fragmento da periferia Manauara, ainda que com limitações.

No quarto capítulo me aprofundo no cotidiano e sociabilidades contemporâneas da comunidade e, de forma especial, da localidade de baixada. Discuto as consequências e estratégias de superação do estigma por parte de alguns moradores, ou de sua reprodução por parte de outros, identificados por mim em campo. Esse é o momento de confronto mais detalhado entre as duas percepções compreendidas analiticamente como distintas em campo: a perspectiva do morador das ruas da parte alta e do morador dos becos da baixada, identificando as entrelinhas inseridas nos processos de comunicação que acentuam a marginalização generalizada desse espaço. Mas, esse é também o momento em que me dou conta que ao tentar compreender um movimento de mudança na dinâmica local, já estou me deparando com outro quadro que vai se delineando em conformidade com as mudanças do cenário e discursos político e econômico local, nacional, global. O campo evidenciava uma transição recente na dinâmica da localidade, quer dizer, aquele lugar antes afetado periodicamente por eventos de violência, parecia vir vivenciando nesses últimos anos uma rotina que sugeria uma “relativa harmonia”.

Entretanto, os acontecimentos associados ao crime e à violência urbana ocorridos na cidade de Manaus no intervalo de tempo em que desenvolvia este estudo fez com que observasse como a realidade é deveras dinâmica e como é frágil o contexto de “paz” em uma localidade estigmatizada. A sequência de mortes na periferia de Manaus em um final de semana sangrento, em julho de 2015 e o massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em janeiro de 2017, exigiu que estivesse atenta às mudanças na dinâmica local, sendo o lugar em questão considerado um “reduto dos párias”, quer dizer, um espaço de moradia propício à concentração de “bandidos”, “traficantes”, “vagabundo”, etc. – todos

aqueles tipos sociais relacionados à população carcerária e “delinquente” brasileira. Os eventos que tornaram a rotina manauara permeada por sensação de insegurança, repercutiram na pequena localidade do *bodozal* trazendo um novo quadro de eventos de assassinato com características, até então, inexistentes. Demonstro nesse momento do texto, como o contexto de “relativa harmonia” observada em campo, construído paulatina e tacitamente entre os moradores, passa a dar espaço a uma rotina em que os eventos de morte por execução tornaram-se uma constante em termos de possibilidade e efetividade. A imagem da Manaus “cidade perigosa” reproduzida cotidianamente pelos veículos de massa, tão reforçada nos discursos políticos pré-eleitorais a partir de então, seguidos de promessas inflamadas de “resolução do problema”, parece aproximar-se ainda mais das analogias até então responsáveis pela criminalização generalizada de lugares como a pequena localidade.

CAPÍTULO 1
O ESTIGMA TERRITORIAL

1.1. BASES MATERIAIS E SIMBÓLICAS DO ESTIGMA TERRITORIAL

1.1.1. A superurbanização da cidade contemporânea e o acesso à moradia

A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, situada no seio da Floresta Amazônica, ao extremo norte brasileiro, não está isenta, por esses atributos, de apresentar uma característica comum entre as cidades empobrecidas distribuídas mundo a fora, a saber, a expansão de sua fronteira urbana e aumento de seu contingente populacional. Manaus é hoje uma metrópole com população estimada em 2.057.711 de habitantes, conforme dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mesmo instituto demonstra, ainda, um espantoso acréscimo populacional de 37.410 habitantes entre os anos de 2014 e 2015 na cidade, correspondendo a um aumento de 1,8% em apenas em um ano. Dados esses que correspondem a apenas uma pequena amostra do contínuo e intenso processo de inchaço populacional desencadeado nesta cidade, desde os momentos remotos de sua urbanização. Sobre o acelerado crescimento populacional de Manaus, Costa e Schmitt observam que:

Em 1970, Manaus abrigava 284.118 habitantes, sendo sua população 4,2 vezes maior do que a de 1940. O crescimento demográfico relativo foi da ordem de 325%, no decorrer do período 1940/1970. Somente na década de 1970 o crescimento foi de 74,6%[...] Até a década de 80, do século XX, o número de bairros em Manaus era de aproximadamente 37 mais o Distrito Industrial, hoje esse quadro é outro, com 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não são oficialmente bairros, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares[...] (COSTA e SCHMITT, 2010. p: 5)

Entretanto, Manaus é apenas uma entre tantas outras cidades situadas em países pobres e emergentes a sentir os impactos socio-espaciais de uma nova ordem urbana emergida sob os ditames do capital, cuja característica em comum reside na capacidade de produzir espaços urbanos essencialmente contraditórios e excludentes em face de um acelerado crescimento populacional. É comum que o aumento da população urbana nas cidades seja atribuído à “generosa” oferta de emprego que esses centros urbanos oferecem. Todavia, estudos importantes como de Davis (2006) demonstram que, pelo contrário, o crescimento do contingente populacional urbano não está necessariamente associado à grande oferta de emprego nos centros urbanos, visto que esses apresentem um quadro recente de aumento do desemprego, alta de preço e queda de renda. Segundo Davis, a *superurbanização* das cidades trata, antes, de um produto-fim da crise agrária mundial,

impulsionada mais pela pobreza gerada em áreas de campo que pela oferta de emprego nos centros urbanos. O fenômeno da “urbanização sem crescimento” tornou-se comum em países do dito terceiro mundo, marcadamente a partir da década de 1970, quando da crise mundial da dívida externa e, mais posteriormente, da reestruturação da economia desse bloco de países sob a liderança do FMI, nos anos 1980. Isso por que:

[...] as políticas de desregulamentação agrícola e de disciplina financeira, impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial continuaram a gerar êxodo da mão de obra rural excedente para as favelas urbanas, ainda que as cidades deixassem de ser máquinas de emprego” (DAVIS, 2006: p. 25).

O intenso crescimento urbano somado às premissas neoliberais de condução da cidade, tornaram possíveis a transformação da moradia em mera mercadoria, fazendo explodir nas cidades uma série de problemas ditos urbanos, sobretudo, a produção em massa de favelas. No escopo de superurbanização da cidade contemporânea, a moradia ocupa um lugar central na medida em que suas contingências explicitam e materializam as diferentes formas de desigualdades. É na paisagem urbana que as contradições se mostram evidentes, ao mesmo tempo em que silenciam latentes conflitos, dramas e angústias, individuais e coletivas. Oliveira e Costa (2007) observam que “a importância de se entender a cidade a partir da produção da moradia é que ela possibilita unificar os vários campos de análise urbana”, posto que os problemas ditos urbanos se associam, não por coincidência, à espacialidade produzida na cidade. Observe-se como os espaços vão tomando simbolismos em conformidade ao seu grau de adequação para a habitação humana, de modo tal que quanto mais precarizado se mostra o ambiente de moradia, mais se abre precedentes para sua estigmatização. Ainda que o “morar” esteja na base das necessidades humanas, sendo possível a partir disso mensurar outras dimensões da vida humana, na cidade contemporânea conduzida pela premissa privatista, a moradia é compreendida apenas como mais uma mercadoria de grande potencial lucrativo, cuja aquisição de espaços mais ou menos valorizados passa, necessariamente, pelo poder de compra individual.

Neste sentido, diferenças espaciais, especialmente nas áreas consideradas como subnormais por apresentarem os piores índices de qualidade de vida, mostradas no Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus, de 2006, e utilizadas na elaboração deste texto se enquadram no que Mark Gottdiener (1994, p. 41) denomina de zona de transição e se constituem como desvalorização do ambiente construído, parte da lógica de produção e do crescimento da cidade baseado no desenvolvimento desigual dos padrões espaciais. (OLIVEIRA e COSTA, 2007: p.)

A aquisição da casa por meio do mercado imobiliário formal não está, no entanto, acessível sequer à metade da população citadina, correspondendo a apenas 20% da demanda habitacional nas cidades, conforme observa Davis. Ao restante da população, alienada do “imóvel valorizado” disponível por meio do mercado imobiliário, não resta outra opção senão recorrer à coragem e criatividade, seja para enfrentar as empreitadas das ocupações ditas irregulares, seja para submeter-se à moradia por aluguel num círculo de endividamento e dependência sem fim.

Se pela ocupação irregular nas áreas de risco das localizações centrais da cidade, como encostas de barranco, margens de córregos, mesmo outro tipo de lugar com características de relevo que não interessam ao mercado imobiliário formal ou ocupando as zonas limítrofes onde há pouquíssima infraestrutura urbana, desencadeando um movimento de horizontalização dos perímetros urbanos da cidade, os segmentos populares vão, ao seu modo, dando forma à paisagem citadina, ocupando aceleradamente a parte que lhes cabe nesse latifúndio. Em ambas as situações, esses assentamentos caracterizam-se pela grande quantidade de domicílios, geralmente construídos pelo próprio morador, localizados em áreas com limitado acesso à infraestrutura urbana. Além disso, ao contrário do que se imagina, as “invasões” dos estratos empobrecidos são toleradas em algumas situações, mas essencialmente em áreas tão desvalorizadas sob os parâmetros do mercado imobiliário formal, que sequer alguém com poder econômico para ter acesso ao mercado imobiliário formal, cogita a possibilidade de fazer valer sobre elas os direitos de propriedade privada:

Como observa a economista urbana Eileen Stillwaggon: “Em essência, os invasores ocupam terra não arrendada, terra que tem tão pouco valor que ninguém se dá o trabalho de fazer cumprir seus direitos de propriedade sobre ela”. Em Buenos Aires, por exemplo, a maioria das *villas* de emergência – habitadas muitas vezes por imigrantes ilegais bolivianos e paraguaios – localiza-se ao longo das margens fétidas do poluídíssimo rio de La Reconquista e do rio de La Matanza. [...] As *villas* só são toleradas porque esses terrenos estão temporariamente sem valor numa economia em depressão. [...] Do mesmo modo, os precários *ranchos* de invasores em Caracas: continuam subindo lentamente as encostas íngremes e sujeitas a deslizamento que nenhum incorporador com sanidade mental consideraria sequer como um terreno que pudesse vender. A invasão tornou-se um jogo de azar contra um desastre inevitável. (DAVIS, 2006: p. 49).

A produção de moradia precarizada, destinada aos segmentos populares nas cidades, se multiplica e se sustenta ainda mais em função de outro aspecto obscuro em face do drama da busca por moradia, visto que nela a lógica do mercado imobiliário formal se

reproduz – não apenas de romantismos vive o processo de ocupação irregular nas cidades. Davis explica que os eventos de “invasões” também podem comportar relações de mercado, na medida em que os segmentos empobrecidos alienados do mercado imobiliário formal, passam a ser assimilados por uma espécie de “mercado imobiliário informal”, concretizando o que ele denomina como “urbanização irregular”. Os loteamentos irregulares fomentados muitas vezes em terra ociosas de pessoas ricas que, ao permitirem a constituição desses assentamentos irregulares, acabam cobrando dos “invasores” um valor em conformidade com seu padrão econômico. Tornam-se um negócio lucrativo para os donos de terra na medida em que a existência desses assentamentos, geralmente constituídos na orla da cidade, exijam da parte do poder público a implementação de infraestrutura urbana (por mínima que seja), além de haver uma grande possibilidade que estes proprietários sejam ressarcidos pelo governo. Em síntese, o autor afirma que “a urbanização irregular é, com efeito, a privatização das invasões” (Davis, 2006).

1.1.2. Premissas privatistas da moradia: a casa como expressão de poder

Compreendendo que a cidade figure como um grande campo de tensões, torna-se perfeitamente estratégico a utilização de diferentes recursos (materiais e imateriais) que justifiquem e tornem legítimas as desigualdades inscritas no processo de aquisição de moradia adequada. Nesse sentido, uma série de recursos discursivos são utilizados pelo mercado imobiliário formal, ao sinalizar soluções para o que se convencionou chamar de “ausências estatais” – embora a estrutura do estado brasileiro permita que a iniciativa privada opere como uma extensão do poder público e *vice-versa*. Ao veicular a necessidade de “morar bem”, promovendo-se em decorrência do desejo individual de se estabelecer moradia em lugar “seguro” e em “área valorizada”, o mercado imobiliário formal impõe de antemão a associação entre valor (preço alto) e acesso a serviços e bens coletivos que, em tese, deveriam ser distribuídos de forma equitativa e gratuita entre a população cidadina.

Observe-se que a categoria *lugar* aqui mencionada é definido como *posição*, nos termos de Bourdieu (2010), sempre em sentido relacional. Então, o que se entende nas entrelinhas a partir da arguição do mercado imobiliário formal sobre “lugar valorizado”, é que seu oposto seria um “lugar desvalorizado”, onde há pouco ou nenhum serviço básico, tais como segurança, saneamento básico, educação, áreas de lazer, asfaltamento, dentre outros, o que implica outra correlação, ainda que inversa à descrita anteriormente. Decorre

desse estratagema a concretização dos *espaços físicos* valorizados em oposição aos desvalorizados (aqueles que não interessam ao mercado imobiliário formal). Desse modo, os bens e serviços coletivos são barganhados e distribuídos de acordo com o que a posse do capital econômico de cada indivíduo pode proporcionar. Na escala de valorização/desvalorização de terra urbana, imposto pelo mercado imobiliário formal, os níveis mais baixos estão representados pelos “espaços degradados” da cidade. Não por coincidência, ocupados pelas camadas populares sem poder aquisitivo para compra de “imóvel valorizado” disponibilizado por meio do mercado imobiliário formal. Sob a perspectiva de Bourdieu (2010) a estrutura do *espaço social* se retraduz nos contextos mais complexos, assumindo formas de oposições espaciais, cujas diferenças produzidas pela lógica histórica são dissimuladas pelo *efeito de naturalização*.

[...] o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial dos bens ou serviços, privados ou públicos. A posição do agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está “sem eira nem beira” ou “sem residência fixa”, que não tem – quase – existência social), e pela posição reativa que suas localizações temporárias (por exemplo, os lugares de honra, os lugares regulados pelo protocolo) e, sobretudo permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações de outros agentes; ela se exprime também no lugar que ocupa (no direito) no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos ou salas, terras para cultivar, para explorar e para construir etc.) que são mais ou menos embaraçosos ou, como se diz às vezes, “space consuming” (o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação de poder). (BOURDIEU, 2010. p: 160-161)

Entretanto, as disputas territoriais na cidade não se dão tão somente por meio de polaridades sociais, mas a partir de relações de poder inscritas no seio dos espaços de moradia popular. Ao falar de conflitos de interesses, intrínsecos às disputas pelo uso dos espaços na cidade, assim como aquelas relacionadas à luta por moradia, o mais provável é pensar que esses embates envolvam forças dicotômicas distribuídas entre classes econômicas díspares. Todavia, a experiência mostra que esses conflitos estão inscritos nas relações cotidianas, entre aqueles que *a priori* são lidos socialmente como “iguais”, tornando muito mais angustiante discutir a produção e reprodução da pobreza e as mazelas dela decorrentes, posto que estas se sustentem por dentro. Sim, é possível afirmar sem romantismos que a periferia tem seus critérios de distinção entre si e que a partir da mesma lógica sob as quais são assimilados pelo mundo social, assimilam seus pares. Um exemplo

emblemático está nas práticas de locação de imóveis em contexto popular, conforme pontua Davis, quando um pobre ao se apossar de terra, seja pela sua compra ou invasão, nela estabelece seu lucro, alugando para pessoas ainda mais pobres. Observe-se que viver de locação configura uma estratégia de enriquecimento dos pobres a partir da exploração de gente ainda mais empobrecida, além de garantir o estabelecimento de divisas simbólicas hierárquicas dentro da própria periferia. Mike Davis observa que os locatários tendem a ser os moradores mais invisíveis e impotentes das *favelas*, incapazes de se organizarem como grupo, apesar de serem demarcados como tal.

As figurações que comportam a periferia, para além do exemplo acima citado, permitem compreender os espaços de moradia popular como um ambiente heterogêneo e permeado por conflitos latentes entre subgrupos que se justapõem, tendo como base os mesmos parâmetros utilizados em outros níveis. Significa dizer que, em linhas gerais, morar em um “lugar bom” nos espaços de moradia popular pressupõe, necessariamente, a existência do “lugar ruim”. Mas, como se constroem essas subdivisões territoriais e de que forma tornam-se justificáveis? Aqui se tem abertura para outra questão: se, por um lado, as condições materiais de reprodução da cidade desigual são sustentadas, como se vê, por meio de práticas políticas e econômicas vigentes dadas em diferentes níveis, do contexto macro ao micro, por outro lado, esses aspectos materiais não se sustentam sozinhos, mas dialeticamente e em conformidade à dimensão simbólica que a justifica. Ainda que os elementos de diferenciação não sejam o mesmo em todos os níveis, a dinâmica e estrutura hierárquica das relações sociais permanecem e se adequam a cada um deles.

A ideia de uma periferia heterogênea, dividida hierarquicamente em subgrupos que se movimentam no sentido de se reconhecerem e se diferenciarem entre si, abre espaço para a abordagem sociológica de mais um aspecto que emerge em conformidade à produção de áreas empobrecidas nas cidades contemporâneas: as relações de poder que justificam os estigmas territoriais sobre áreas de moradia popular e sua reprodução por dentro, entre os próprios moradores dos espaços estigmatizados. Em síntese, assim como nos ambientes de classes sociais com poder aquisitivo elevado se estabelece alguns códigos de distinção, assim também o é nas periferias pauperizadas.

1.1.3. O estigma e a violência simbólica: instrumentos de reprodução da ordem social

Norbert Elias compreende que o estigma se processa no escopo das *relações* cotidianas de poder. O processo de estigmatização, diz Elias, nunca é uma questão de despreço individual ou pessoal, mas se justifica a partir de diferenças grupais, forjadas sob uma concepção hierárquica das relações. Tais diferenças figuram como marcadoras de conflitos e demarcadoras de privilégios, de modo tal que a tendência de um grupo a estigmatizar o outro está diretamente relacionada às tentativas de monopolização de poder. Quando Elias fala de “poder”, está falando de algo que se inscreve de forma latente nas interações sociais, assumindo várias formas e sob o pretexto dos mais diferentes critérios. Exemplo muito próximo do que está sendo tratado neste trabalho está no seu livro escrito em parceria com John L. Scotson, *Os estabelecidos e os outsiders*, cujo objetivo inicial seria estudar a delinquência entre os jovens de uma pequena comunidade inglesa chamada Winston Parva. Entretanto, o trajeto empírico logo os conduziria para outro objeto de análise que estaria na base de toda a discussão sobre delinquência naquele lugar: as relações sociais e as disputas intergrupais que implicam.

A comunidade foi dividida analiticamente em grupos: a zona 1, formada por moradores de classe média e a zona 2, composta por operários, formavam um bloco hegemônico de moradores antigos que gozavam de relações sólidas na comunidade e requeriam para si o status de “boa vizinhança”, denominados pelos autores como *estabelecidos*; ao passo que a zona 3, composta por um grupo heterogêneo de imigrantes que chegaram ao local durante a primeira guerra mundial, isolado e estigmatizado, figurava como os *outsiders*. A compreensão que se tinha internamente à comunidade era que a delinquência seria uma característica associada estritamente ao grupo de moradores de loteamento novo, referente à zona 3. Notam os autores, entretanto, que não havia muitas diferenças socioeconômicas entre os moradores da zona 2 e 3, apesar dos primeiros se posicionarem de maneira superior aos últimos. As fofocas e constrangimentos do grupo estigmatizador em relação ao grupo estigmatizado decorria de um *tipo de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido*, conforme pontua Elias, a tal ponto que os próprios *outsiders* tomavam para si essa compreensão como verdade. Os autores puderam inferir que o estigma naquele pequeno lugar apresentava características estruturais das relações de poder, representando uma espécie de “paradigma-empírico” que pode ser projetado em diferentes contextos, dos mais simples aos mais complexos. Em síntese, Norbert Elias

utiliza o exemplo da comunidade *Winston Parva* para explicar que o estigma se estrutura, necessariamente, a partir da relação entre *estabelecidos* e *outsiders*.

Do mesmo modo que as relações sociais são discutidas por Norbert Elias como *relações de poder*, elas também são abordadas a partir da inteligência de Pierre Bourdieu como *relações de força* entre classes sociais. São as agressões e imposições simbólicas empreendidas entre classes sociais, responsáveis pela produção/reprodução de uma perspectiva hierárquica das relações e reforçadas cotidianamente nos microcosmos do mundo social, o que Bourdieu denomina como *violências simbólicas*. Quando o que está em jogo são interesses de grupos que se posicionam de forma antagônica em relação a algo, diz Bourdieu, há necessariamente a tendência de um grupo impor-se, estabelecendo a partir de sua posição um “caráter objetivo” às relações, pressupondo que tais informações parciais sejam tidas como uma “verdade” total e legítima sobre os grupos, embora produzidas de maneira enviesada. Quanto mais interesses há, mais se recorre a estratégias que conduzem a uma redução objetivista e parcial em relação aquilo que se opõe, observando-se a:

[...] visão que os ocupantes de cada posição podem ter dos ocupantes das outras posições, e que confere sua forma e sua força próprias à propensão de cada grupo para tomar e dar a verdade parcial de um grupo como a verdade das relações objetivas entre os grupos. (BOURDIEU, 2007, p:18)

O poder simbólico insere-se, por assim dizer, de maneira implícita nos processos de interação e comunicação social, sendo responsável pela produção e reprodução de “crenças”, quer dizer, de informações que não requerem prévia reflexão para serem compreendidas como “verdades”. Para Bourdieu, as produções simbólicas estão à serviço dos interesses das classes dominantes – embora sejam apresentadas como interesses universais – cuja funcionalidade é a de garantir a legitimação de consensos coletivos acerca do mundo social. Por esse motivo, torna-se necessário evidenciar as imposições simbólicas onde menos se deixam ver, pois, quanto mais sutis se constituem, mais reconhecidas e legítimas se tornam. É no caráter invisível do *poder simbólico* atuante na legitimação de determinadas compreensões acerca do mundo social, que reside a função política do simbolismo, posto que garante, dialeticamente à dimensão material correspondente, a reprodução da ordem social estabelecida e, simultaneamente, a demarcação de distinções hierárquicas, sejam elas sociais ou espaciais. As distinções, forjadas nas relações de

comunicação, são sempre relações de força. Por esta razão, legitimam a dominação de uma classe sobre a outra, a preço de sutis e contínuas investidas de *violência simbólica*.

A aversão aos estilos de vida diferentes é, com efeito, uma das mais fortes barreiras entre as classes (e suas frações). Bourdieu (2007) faz uma densa análise sobre *gosto* de classe, para demonstrar que esse é um dos meios mais eficazes de reprodução de *violência simbólica* que garante inversamente tanto o “enobrecimento” de um grupo, quanto a “estigmatização” de outro (idem, p.09). Ele destaca a existência de um *jogo da cultura* que comporta disputas seculares entre diferentes classes sociais com concepções distintas sobre. As disputas consistem em definir o grupo detentor de uma relação legítima com a cultura, a ponto de estabelecer o que seja considerado de fato, “a” *cultura legítima*. Desse modo, assimila-se um jogo de *distinção* em que a *cultura dominante* – vista como ‘referência positiva’ de cultura legítima – corresponde à alta burguesia, considerada no mundo social como detentora de um *estilo de vida*⁶ próprio e raro e de uma “nobreza cultural” inacessível aos demais segmentos posicionados em outras classes. As pequenas burguesias (e frações de classe aspirantes à), por sua vez, se auto afirmam a partir de alguns elementos baseados nas informações já existentes, provenientes da *cultura dominante* a qual almejam, mas adquiridas a partir do meio *escolar*, e expressas de outra forma como, por exemplo, roupas, móveis, etc. Nesse jogo, porém, as *classes populares* são o que Bourdieu denomina como ponto de contraste e de ‘referência negativa’ à cultura considerada legítima, e, por isso, passíveis de estigmatização “que todo grupo produz ao fixar indivíduos em classes hierarquizadas” (idem, p.27). Desse modo, identificar as informações inerentes ao *gosto popular* e recusá-las torna-se um comportamento estratégico para autoafirmação dos *agentes sociais* em um lugar melhor posicionado no espaço social. Esse é o ponto em que residem *as violências simbólicas*, veiculadas por meio dos processos de comunicação social e utilizadas como instrumentos de produção/reprodução de uma percepção hierárquica das relações que justificam as assimetrias sociais.

⁶ Corresponde a um conjunto de informações que estão implicados no “jogo da cultura”, segundo o qual o *gosto* e, em especial, a forma como se o adquire, opera como elemento determinante e diferenciador de classes. Para Bourdieu (2007), as classes dominantes são detentoras do “gosto legítimo” adquirido não apenas pelo meio escolar (posto que considera haver uma relação entre *gosto* e *capital escolar*), mas por uma herança intergeracional, quer dizer, seu diferenciador em relação à demais classes corresponde à origem. As classes médias estão relacionadas ao *gosto médio*, adquirido na escola e as classes populares associa-se ao *gosto popular* que “varia em razão inversa ao capital escolar” (idem, p.21). Os *estilos de vida*, para Bourdieu, *exprimem* os efeitos de condições particulares de existência.

Os jogos de distinção, que sustentam e são sustentados pelas *violências simbólicas*, conduzem a divisões de classes que não se justificam tão somente pelo viés economicista, mas a partir de um conjunto de bens (materiais e imateriais) que compõem o *estilo de vida* de cada classe ou fração de classe. Quando Bourdieu se refere à *classe*, está falando de uma figuração que requer a soma de diferentes capitais, para além do aspecto econômico, critérios esses a partir dos quais, as *distinções* se justificam. Ressalte-se o caráter *subordinado* do poder simbólico, enquanto produto da soma de outras formas de poder, que passam, necessariamente, pela “transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico”, conforme ele afirma. Nessa equação, considera-se a aquisição de diferentes capitais, a saber, *social, econômico, cultural*, segundo os quais se estabelecem as escalas sociais.

O marcador das relações passa a ser aquele que justifique a distinção de um indivíduo em relação ao outro, num eterno jogo de reconhecimento e diferenciação, em que ganha quem estiver em maior conformidade com os bens relativos à *cultura dominante* e mais distante àqueles associados à *cultura popular*. Uma equação que tem como resultado a demarcação de fronteiras simbólicas, na medida em que se estipula escalas hierárquicas que aproximam ou distanciam os indivíduos da proposta de civilidade aceita como legítima no mundo social. As coisas das quais o indivíduo se apropria simbolizam, necessariamente, um *espaço social*, esse definido a partir da exclusão mútua, ou seja, como *estrutura de justaposição de posições social*.

Mas se, por um lado, há uma eterna pretensão por diferenciar-se e distanciar-se do outro, por outro lado, os espaços de moradia impõem uma semelhança e *aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem* (BOURDIEU, 2010: p.11). Projetando a análise bourdieuana aos espaços de moradia popular, é possível afirmar que as variáveis em questão operam como passaportes de aceitação social, podendo garantir aos indivíduos desde o status do “mais rico entre os pobres”, até posições ordinárias como o de “cidadão” em detrimento de outros que lhe cercam e que estão posicionados socialmente (por serem lidos como tal) abaixo dessa linha. Daí se abstrai as eternas disputas inscritas nas dicotomias populares, tais como, “trabalhador” e “vagabundo”, “cidadão de bem” e “bandido”, “mulher de respeito” e “piriguete” etc. Marcadores sociais muito presentes em espaços de moradia popular, mas que correspondem a uma estrutura hierárquica das relações sociais, encontrada em diferentes níveis de disputa por aceitação e status social. Trocando em miúdos, ao se nivelar a partir dos parâmetros da *cultura*

dominante, a periferia se organiza em gradações grupais e se constitui heterogênea, dividida ao mesmo tempo em que reproduz a estrutura hierárquica das relações dentro de seu espaço. Porém, é possível observar, ainda, que a aceitação da cultura popular como mais condizente com a satisfação em relação às diferentes dimensões da vida humana, é uma marca daqueles que se reconhecem em tais *disposições*. Significa afirmar que mesmo sendo sabedores (ainda que instintivamente) do jogo de relações de força que envolve as práticas relacionadas à cultura dominante *versus* a cultura popular, muitos sujeitos sociais preferem associar-se ao estilo popular de viver, ainda que almejem o poder econômico das classes mais abastadas.

Antes de Bourdieu, Norbert Elias (1994) já apontava o *constrangimento* como ferramenta de reprodução de violência e divisões grupais hierárquicas, ao demonstrar como as regras de etiqueta adquiridas no decorrer do *processo civilizador* imposto ao mundo ocidental após a Idade Média, converteram-se em uma outra forma de exercício de violência. Permitindo o estabelecimento de uma relação hierárquica entre cortesãos e burgueses e destes em relação às camadas empobrecidas. Esta eterna busca por uma maneira de classificar os indivíduos e simultaneamente, separá-los em escalas que os aproximam ou distanciam de níveis aceitáveis de “civilidade” considerada legítima, está na base da discussão aqui proposta. A partir também dos estudos de Elias e Bourdieu, torna-se possível corresponder práticas de distinção ao processo de produção e reprodução dos estigmas territoriais em seus vários níveis, percebendo-os a partir da sociodinâmica que os sustenta.

1.2. MANAUS: O ESTIGMA TERRITORIAL EM DIFERENTES GRADAÇÕES.

Ao propor uma análise relacional, reservo para este primeiro momento do trabalho o desafio de situar a cidade de Manaus em um quadro político, econômico e social amplo que possibilite visualizar sua posição em relação ao restante do país e do mundo. De posse desse contexto, compreendendo o lugar (ou não-lugar) desta cidade em relação a outras regiões, torna-se possível chegar aos parâmetros sob os quais se forjam as distinções grupais e territoriais internas a ela e que podem contribuir para a compreensão do estigma posto como problema neste trabalho. Assim, reuni adiante alguns autores que situam esta cidade no tempo e no espaço, segundo os quais será possível demarcar as especificidades

de sua urbanização, possibilitando a compreensão do que esta cidade se tornou ou o que por ventura tenha deixado de se tornar.

Convém compreender nos tópicos que seguem por que – a despeito de ser hoje uma metrópole com uma população que cresce intensamente e detentora da 6ª economia no país – para grande parte da população das regiões consideradas centrais no país e do mundo, Manaus ainda é percebida como um lugar muito “distante” e irrelevante no cenário nacional, percepção que se aprofunda ainda mais em relação a outras capitais da região Norte do país, consideradas ainda menos importantes. No caso de Manaus, talvez por situar-se na Amazônia, sendo essa região um desses objetos cujas representações construídas socialmente tornam seu substrato bastante obscuro em função da imagem de vazio demográfico que lhe é imputado. A ideia de homogeneidade territorial que recai sobre a região parece a fazer conhecida por todos, dando a impressão de não requerer abordagens complexas para compreendê-la, ao mesmo tempo em que se mostra desconhecida, por estar presa à dimensão aparente, obnubilada pela imagem de floresta inalterada.

Manaus, a cidade em região amazônica “remota”, foi se moldando ao longo de seu processo de urbanização como a grande periferia brasileira, sobre a qual pesa uma estranha invisibilidade. Pode-se afirmar que se trata da metrópole que não existe no mapa, cuja visibilidade nacional/internacional só lhe é concedida vez por outra, quando das tragédias eventuais, sejam elas naturais ou sociais. Manaus é como uma grande ilha, não apenas no aspecto físico, por estar geograficamente “distante” das capitais centrais do país, mas (e sobretudo) em decorrência de um patente isolamento simbólico que faz com que as distâncias se tornem ainda maiores.

Mas, o que tem esses dados a ver com a discussão sobre estigma territorial de um pequeno lugar empobrecido, localizado às margens de um igarapé de Manaus? É simples o ponto do qual parto: ao compreender o estigma como produto das relações de poder, cuja estrutura se mantém em diferentes escalas sociais, entendo esta cidade, antes, como uma grande periferia em território brasileiro. Em escala maior ao estigma que recai sobre o pequeno lugar que trago como meu objeto de estudo, está o estigma sobreposto à cidade na qual a pequena localidade se situa. Corresponde Manaus à periferia heterogênea referida há algumas linhas, marcada por conflitos internos e identitários de onde decorrem as figurações que justificam os estigmas. Uma grande periferia, estigmatizada por pairar sobre

si um imaginário fantasioso que, a partir de uma concepção hierárquica de cultura e civilidade, lhe concede o status de lugar “incivilizado”, ou em outros termos, lhe posiciona em um “não-lugar” no universo urbano do país.

Porém, a cidade reage e, por sua vez, reserva internamente estratégias que podem, ao menos em tese, garantir-lhe uma possível aceitação social diante do restante do país e do mundo. Nem que para tanto tenha que negar veemente sua identidade, suas características territoriais e culturais, como pode ser entendido o caso dos igarapés. Se falar de violência simbólica é se reportar à disputa secular entre *cultura dominante* e *cultura popular* nos termos de Bourdieu, ou entre o que se julga “civilizado” e “incivilizado” como aponta Elias, esta cidade pode ser posta no centro de tal discussão. Mesmo em dias atuais, volta e meia chamam atenção episódios em que há a associação desta região a um território “não civilizado”, por situar-se no seio da floresta amazônica e associar-se à cultura indígena.

É necessário dar um passo atrás, para galgar dois à frente se se pretende entender os dilemas desta cidade em sua gênese, concatenando-os aos estigmas territoriais demarcados em seu espaço urbano presente, sobretudo aqueles relacionados aos assentamentos humanos do entorno dos igarapés de Manaus, em função do apelo simbólico desse tipo de lugar em Manaus. Na trajetória de sua urbanização, é possível visualizar uma cidade alienada de seu país e ligada diretamente aos ditames econômicos internacionais, guiada por uma elite local que já explicitou posturas diferentes – primeiro, se esforçando ao máximo para adequar-se aos moldes do “mundo civilizado”, tornando-se um pedaço da Europa, não à toa, já se pretendeu que Manaus fosse a “Paris dos Trópicos”; e, em momento mais recente, tornando-se uma elite predadora que sequer habita a cidade. De que forma os igarapés tornavam-se obstáculos para os planos das elites locais em expressar no espaço urbano de Manaus traços da cultura dita civilizada dominante e quais escolhas políticas fomentaram a produção da degradação desses espaços na cidade desde os primeiros sinais de sua urbanização até o momento atual, é algo que se propõe a discutir, paulatinamente, nas linhas que seguem. Antes, entretanto, é necessário compreender quais forças externas contribuíram para que Manaus se tornasse hoje uma cidade de segunda importância em termos simbólicos, quer dizer, uma metrópole praticamente invisível social, política e economicamente. Se a cidade, enquanto uma grande periferia, já se apresenta invisível, em maiores proporções de invisibilidade se concebe a imagem (ou não-imagem) de suas periferias. Mas, se há um vão de informações sobre a periferia manauara, quais sentidos e significados têm preenchido tais lacunas?

1.2.1. A cidade em relação ao Brasil

As cidades amazônicas aparecem nos estudos de Mike Davis como uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo o mundo, onde mais de 80% do crescimento populacional tem se dado em áreas consideradas por ele como “favelas”, de modo tal que as palavras “urbanização” e “favelização” nessas cidades podem, inclusive, ser entendidas como sinônimos. Como já mencionado, essa série de condicionantes possibilita a criação do cenário adequado para demarcação de espaços degradados socialmente, aptos a serem estigmatizados. No contexto da cidade de Manaus, há um tipo de espaço que representa perfeitamente essa dinâmica, por terem sido no processo de urbanização da cidade (como ainda o são) alvo de degradação humana e ambiental: os igarapés, estreitos cursos d’água que entrecortam o perímetro urbano da cidade de Manaus. Quis o destino, quer dizer, a história socialmente construída, que esses cursos d’água se resumissem no presente a grandes esgotos a céu aberto, cuja orla é ocupada por milhares de pessoas que estabelecem seu cotidiano em meio ao lixo e precário saneamento básico. Mas, assim como há um esforço no sentido de compreender o quadro socioeconômico macro em que se inserem as desigualdades sociais, é necessário também investir o mesmo esforço no entendimento do quadro maior das relações de poder e violências simbólicas que fomentam e justificam tais desigualdades.

Postas anteriormente as orientações conceituais centrais desse trabalho, a saber, a estrutura das *relações de poder* que justificam a produção de estigmas, sugerida por Elias através do par “estabelecidos-outsiders” e endossado a partir da inteligência de Bourdieu no que concerne às *violências simbólicas* cotidianas que permeiam tais relações. Cumpre abordar a questão em sua amplitude, posto que ao tratar de um pequeno lugar empobrecido e estigmatizado, localizado às margens de um igarapé em Manaus, deva-se compreender que este esteja situado, antes, dentro de uma cidade, de uma região, de um país, com posição atribuída a si no mundo social. Todos inseridos em um universo de representações e escalas sociais hierarquicamente estabelecidas, antes mesmo de este aglomerado sedentário amazônico ser considerado uma cidade hoje denominada de “Manaus”. Imaginemos que o estigma territorial da localidade situada na periferia desta cidade, corresponda a apenas um pequeno fragmento que está no fim de todo um processo global de relações de poder, na mesma medida em que o empobrecimento nela existente, esteja relacionado a uma conjuntura político-econômica global, conforme expõe Davis em sua

análise conjuntural sobre o empobrecimento das cidades. Então será necessário, antes mesmo de adentrar nas especificidades do lugar em questão, compreender com cuidado como se dá a socio-dinâmica desse processo em cadeia, fazendo um esforço de aproximação de seu contextos, desde o mais complexo, até o mais simples.

Pode-se afirmar sem medo, que a cidade de Manaus, assim como toda região da qual faz parte, é relativamente desconhecida e praticamente invisível para as demais regiões brasileiras consideradas centrais, embora ocupe um papel importante no cenário econômico brasileiro representando a 6ª economia do país. Entendendo que pontos centrais de um território assim o são, inexoravelmente, se considerados em relação a uma periferia, do mesmo modo que a periferia só se justifica pela existência de pontos territoriais centrais. Então, é correto afirmar que estamos em região que corresponde à periferia brasileira. A cidade mais “distante” das demais regiões centrais do país, ligada a elas tão somente por via aérea. Dessa forma, é necessário que se tire o véu de sua imagem para que seja possível concebê-la em seus traços e especificidades, para evitar qualquer ambiguidade ao tratar de temas que sejam compreendidos de maneira diferente em outras regiões.

Falar de Manaus é, antes, mexer no vasto imaginário produzido sobre sua relação com a ideia mentalmente produzida e reproduzida de “Amazônia”. Discutir sobre categorias como a “cidade” e o “urbano” na Amazônia brasileira, então, requer cuidado. Não é algo trivial, uma vez que a palavra “Amazônia” parece remeter imediatamente a informações mentais arraigadas de modo tal que, em primeiro momento, pareça não ser concatenada à palavra “urbano”. Esta região, ou talvez apenas seu simulacro, opera para o mundo como uma espécie de universo paralelo desconhecido e, nessa simplificação, torna-se também e contraditoriamente, conhecida por todos aqueles que acreditam que esta cidade se resume a uma imensa extensão da floresta Amazônica. “Cidade da Selva”, “Metrópole da Amazônia” são alguns epítetos utilizados para designar com fidelidade essa relação muito bem demarcada socialmente.

Tais representações influenciam concretamente na trajetória da cidade, por este motivo, nos estudos sobre o trajeto de urbanização desta região, as categorias “urbano” e “rural” ganham novas abordagens, são percebidas de forma múltipla e flexível, a despeito das teorias tradicionais sobre elas. Bertha Becker (2013) está entre os autores que tiveram o cuidado de elencar as especificidades do processo de constituição das cidades amazônicas. Em sua intelecção, sublinha o caráter extrínseco dos planos econômicos

desenvolvidos para a região no ponto em que tais especificidades justificam a atual posição desta cidade em cenário nacional e internacional. Becker explica que o imaginário de floresta natural (a imagem mental do espaço “não alterado” ou “não habitado”) imputado a esta região, fez com que a discussão sobre a urbanização na Amazônia fosse negligenciada, a ponto de tornar-se imperceptível o processo de urbanização nela ocorrido que, segundo ela e demais autores como Browder e Godfrey (2006), Oliveira e Schor (2009), foi diferente das demais regiões brasileiras.

Compreendendo a floresta amazônica como uma grande fronteira de expansão do capital, a autora destaca a primeira grande diferença desta região em relação ao restante do país. Becker ressalta que desde seu povoamento, a região apresenta uma trajetória distinta a do restante do país, uma vez que tenha sofrido uma ocupação europeia tardia em relação às demais regiões brasileiras e, por conseguinte, tenha desenvolvido uma história diferente em relação a elas. Entretanto, a autora reforça que essa versão Amazônica de expansão do sistema capitalista colonial em terras brasileiras simplesmente não foi difundida. Outro ponto que destaca confronta a máxima de que os processos de urbanização são dados por uma única via em que o “rural precede o urbano”, ao destacar que na Amazônia a relação entre o urbano e o rural se deu de forma invertida. Becker entende que a especificidade da urbanização amazônica reside no fato do urbano surgir como estratégia de povoamento para fomentar as atividades econômicas ligadas à agricultura e não o contrário, como comumente se conclui: no caso da constituição das cidades amazônicas, os núcleos urbanos foram o pontapé inicial para a ocupação do território.

Já nos primeiros contatos com a região, ainda nos anos de 1970, intrigou-nos o acelerado processo de urbanização numa região florestal, cujo planejamento governamental enfatizava e subsidiava uma ocupação destinada à agropecuária. Logo ficou patente o papel das cidades na real meta do planejamento regional, qual fora finalmente promover a ocupação definitiva e explorar os recursos da Amazônia. Por essa razão, a verdadeira fronteira urbana foi implantada pelo Estado na região antes mesmo da expansão da fronteira agropecuária e mineral, que caracterizou o processo de ocupação: a essa fronteira oficial associaram-se os núcleos nascidos espontaneamente e o crescimento de outros (BECKER, 2006. p: 12).

Browder e Godfrey (2006), também consideram as especificidades da urbanização amazônica concatenada à exploração de recursos naturais e às migrações para os assentamentos de fronteira, diferente de outras regiões do país, onde os primeiros sinais de urbanização são sinalizados a partir da emergência de uma sociedade urbana-industrial –

como parece ter sido o caso de cidades centrais brasileiras, cuja maior expressão está situada ao sudeste do país, na figura das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Becker destaca outra característica própria da urbanização na Amazônia, qual seja, o desenvolvimento das cidades por “surto econômico”, isto é, por meio de um ou mais crescimentos explosivos durante no mínimo duas a três décadas, fomentados por impulsos econômicos externos, seguidos de longos períodos de estagnação econômica. É verdade que a autora observa a região por uma perspectiva desenvolvimentista, destacando as possibilidades não vividas pela região em função da característica de ocupação (para a exploração) do território que aconteceu por aqui (mais evidente do que em outras regiões do país), assim como da negligência governamental diante da região. Becker salienta que o *desenvolvimento responsável* das cidades não pôde acontecer, pois careceu de consolidação de estrutura política e econômica, ficando suas possibilidades reduzidas apenas aos períodos de surtos econômicos fomentados pelo governo, seguidos de outros tantos períodos de estagnação. Além disso, Browder e Godfrey sublinham a ligação direta desta região a forças econômicas de nível global durante muito tempo, embora isso não tenha sido suficiente para sua inserção ao sistema econômico mundial, concedendo à região apenas a função de fornecedora de produtos locais típicos. Pode-se resumir a condição da região em face da estrutura da economia global na qual não se inseriu, em apenas uma frase de Becker, quando explica que “ser parte de uma hierarquia é muito diferente de ser um membro de uma rede”.

Em síntese, tanto Becker quanto Browder e Godfrey concordam que a Amazônia corresponde a uma grande fronteira que já nasce urbanizada, quer dizer, compreendem a região como a floresta que se urbaniza a partir de suas fronteiras em constante transformação, além de ter sido por um lado, inserida de maneira frágil ao contexto econômico internacional, reduzida a mera fornecedora de produtos locais específicos, a ponto de ser facilmente substituída ou descartada; por outro lado, desconectada durante muito tempo da economia nacional. Por isso o caráter efêmero dos surtos econômicos característicos da urbanização amazônica, ocorridos apenas quando do aumento de demandas por determinados produtos próprios da região, o que atribuiu força à economia de competição local, nacional e global. Entretanto, a fragilidade está no fato da região não ter sido inserida no desenvolvimento da economia como um todo, o que possibilitou ter entrado em decadência com maior facilidade e, por consequência, ter enfrentado períodos de estagnação que aconteceram com a mesma intensidade investida nos surtos econômicos.

Entenda-se que os autores estão falando das cidades amazônicas como um todo, incluindo pequenas, médias e as duas cidades consideradas metrópoles em escala local, Belém e Manaus, com o cuidado, porém, de estabelecer diferenciações entre todas elas, pois entendem que o correto seria tratar da região de maneira plural, considerando as Amazôniaas múltiplas existentes.

Manaus, enquanto cidade amazônica, também esteve inserida e de maneira estratégica nesse processo, desenvolvendo uma característica típica de cidades desta região, por ocasião da economia voltada para a exportação de matérias primas e de gêneros tropicais, qual seja, o fato de estar ligada mais diretamente ao mercado externo do que necessariamente ao mercado nacional, desde sua primeira expansão urbana representada pelo *boom* da borracha, ainda nas últimas décadas do século XIX, conforme afirmam Oliveira e Schor (2009). Entretanto, para se ter dimensão do que representou à época a economia da região, os autores demonstram que, no período em que as economias regionais eram determinadas individualmente por meio da monocultura, a borracha era o segundo produto mais exportado, chegando a representar quase 40% das exportações brasileiras, ficando atrás apenas do café.

Grosso modo, essa dinâmica vai delineando o que viria a ser no futuro o “não-lugar” da cidade – e de toda região amazônica – no país e no mundo, posto que até então, não estivesse inserida estruturalmente na economia em nenhum dos dois contextos. Oliveira e Schor (2009) tecem considerações sobre a co-dependência da cidade diante do condicionamento de impulsos externos à região para seu desenvolvimento, compreendendo essa característica como uma marca de atuação da elite que conduzira até então os direcionamentos da cidade, sendo possível identificar a dinâmica que contribuiu para que fosse se delineando como uma cidade de segunda importância no país. Assim, afirmam:

“Essa talvez seja a principal característica da temporalidade e espacialidade da Amazônia, aí incluída Manaus: a espera. O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional, é sempre inacabado, é o transitório nunca chegar ao ponto. Aqui se está sempre a espera de migalhas que nos são lançadas pelos de fora, e isso decorre de o espaço-tempo da Amazônia caracterizar-se pelo atraso, por um processo que não se conclui [...] Na Amazônia e especialmente em Manaus, na visão dos segmentos dominantes com fortes influências da velha elite extrativista, a história não deve ser feita, deve ser esperada[...] Isso é mais significativo tratando-se de uma cidade que teve um papel importante na economia do mundo, visto que nos tempos áureos da borracha Manaus fez parte das *Global Cities* com todo o simulacro que o período encerrou. Trata-se, portanto, da espera de um lugar que antes estava ligado à rede e agora sonha em voltar a

ser, já fez parte do mapa e agora percebe como é duro ser um não-lugar”. (OLIVEIRA e SCHOR, 2009. p:70-71)

Mas, se existe um “não-lugar” da cidade, existe também uma “não-imagem” a ele relacionado. Talvez pelo fato da história de Manaus ter sido determinada por forças externas, como exposto pelos autores, esta cidade não tenha construído uma narrativa própria, forte o suficiente para tornar visível sua especificidade histórica, mas tenha reproduzido a história contada pela perspectiva do *outro*. Como se para preencher o vácuo de informações sobre a cidade e explicar seu trajeto urbano, se recorresse automaticamente a uma trajetória socio-espacial pronta, desencadeada em outras regiões, mas maciçamente veiculada e expressa como versão unívoca de história brasileira vivida e determinada pelo *outro*. Observe-se que após anos de estagnação econômica por ocasião da “crise da borracha”, a cidade recebe mais um incentivo externo à região e, por implicação, outra representação sobre si. A política de integração da Amazônia ao Brasil, promovida pelo governo federal na década de 1960, deu origem a uma série de ações desenvolvimentistas com o intuito de fomentar novas atividades econômicas na região. Mas, ao mesmo tempo fez surgir uma nova retórica acerca da cidade e região, resumida agora a um grande “vazio demográfico”.

Pode-se afirmar que Manaus não é vista (tampouco se enxerga) a partir de uma perspectiva que a considere enquanto processo, mas por meio de uma imagem externa projetada sobre si. Para os de fora, ainda se resume a um grande “vazio demográfico” distante de tudo, uma espécie de universo paralelo; enquanto que para os de dentro tende a se equivaler à imagem virtual de um Brasil central que quanto mais se reforça, mais torna invisível Manaus em suas especificidades. Falar desta cidade é trazer uma versão do Brasil, cuja visibilidade só se torna possível de ser alcançada na medida em que se evidencia sua invisibilidade em relação às regiões centrais do país do qual faz parte.

Observe-se que parti do ponto de que esta cidade seja uma grande periferia em terras brasileiras e que este momento do trabalho esteja reservado tanto para tornar tal condição evidente em relação às regiões centrais brasileiras, quanto para compreender as macroestruturas intrínsecas aos processos de *relações de poder*. Os aspectos discutidos pelos autores acima estão inscritos na estrutura da *relação de poder* que sugere o par “*estabelecidos e outsiders*”, no ponto em que os primeiros justaponham sua visão de mundo sobre os segundos, produzindo consensos sobre o mundo social ao nível destes últimos introjetarem tais informações como se verdades fossem. Compreendendo que tais relações garantem tanto a permanência da cidade em posição subalterna, quanto sua invisibilidade

em cenário nacional, é possível visualizar adiante como essa dinâmica incide diretamente na produção/reprodução do estigma territorial aqui estudado. Ratifique-se que estes aspectos já correspondem por si só a elementos constitutivos do estigma territorial, embora a alguns níveis acima ao da localidade estudada, cuja dinâmica será desenvolvida com cuidado nos capítulos seguintes.

Ao evidenciar que as especificidades da cidade de Manaus enquanto periferia brasileira invisível seja obnubilada pela versão virtual de cidade correspondente àquelas localizadas em regiões centrais brasileiras, sobretudo, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, tem-se uma abertura para compreender que, em maiores proporções, se dá a invisibilidade de seu espaço interno e de seu cotidiano no presente. Ou dizendo de outra forma, sob os mesmos parâmetros de interpretação projetados sobre a cidade como um todo, se estabelece os julgamentos sobre seus espaços internos empobrecidos. Apesar de não negar as bases materiais do estigma aqui posto, entendo que tal dimensão simbólica contribui concretamente para a produção/reprodução da imagem de “lugar perigoso” imputado à pequena localidade de entorno do igarapé em Manaus, na medida em que falar sobre o “urbano” em contexto amazônico é algo pouco assimilado como relevante, assim como a referência de periferia brasileira se dê a partir da representação das periferias das cidades centrais do país, cuja imagem está associada aos mais diversos tipos de crime de forma generalizada. Isso porque as mídias televisivas que alcançam os mais distantes rincões brasileiros distribuem uma visão única de periferia que reporta imediatamente a uma forte sensação de perigo.

Um pouco mais à frente neste trabalho será discutido como essa projeção das periferias das cidades centrais brasileiras sobre a periferia de Manaus influencia a visão do manauara sobre esses espaços na cidade, particularmente no que diz respeito ao tipo de localidade que trato: o entorno dos igarapés. Mas, antes, é necessário conhecer a processualidade da construção da imagem desse tipo de lugar, sendo ele um espaço ocupado pelos segmentos populares de Manaus, sublinhando os meandros envolvidos em sua trajetória de degradação diante do avanço da urbanização.

Pude observar que os estudos de Geografia urbana apontam a importância dos igarapés no que diz respeito às disputas simbólicas de ocupação e formas de uso do espaço urbano desta cidade. Os estudos sobre a trajetória de urbanização da cidade concedem a esses cursos d'água especial atenção, demonstrando como a eles foram atribuídos significados distintos na trajetória da cidade, até chegar a sua representação atual, quando são concebidos estritamente como grandes esgotos a céu aberto. Isso não se dá por acaso,

a cidade de Manaus situa-se na confluência de dois importantes rios amazônicos, o Negro e o Solimões, que formam o rio Amazonas. Além disso, a cidade é entrecortada por igarapés, cursos d'água que em diferentes momentos da história tiveram diferentes representações, mas que em suma, sempre estiveram relacionados ao *estilo de vida* popular do amazonense.

O igarapé sempre foi uma *localização* na cidade associada aos segmentos populares em todos os sentidos, seja no âmbito do lazer, do trabalho, mobilidade ou da moradia. Embora boa parte das atividades que compunham essa relação tenha desaparecido no processo de modernização da cidade, o trajeto de sua extinção sempre esteve inserido no bojo das disputas simbólicas entre o que se entende por cultura legítima e cultura popular, assim como a aquisição de novos costumes e formas de uso da cidade foram cerceando paulatinamente o estilo de vida presente em suas margens. Uma espécie de negação da cidade às suas características naturais e culturais ou prenúncio de uma nova proposta de civilidade para a cidade.

1.2.2. A constituição da cidade de Manaus e seus espaços internos degradados

O período da economia da borracha, um dos emblemáticos momentos de povoação e alteração da arquitetura da cidade, implicou que Manaus passasse por um intenso processo de modernização, mas não seria incorreto afirmar que se tenha intensificado também no campo simbólico, a partir de então, um contínuo *processo civilizador* (sempre presente no processo de urbanização de Manaus), cuja expressão está concretizada na espacialidade da cidade. Segundo Oliveira e Schor.

[...] a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional e local, é uma determinação do exterior. (idem,2009: p.64)

Inseridos no bojo do processo global de expansão do capital, estavam também os novos padrões de comportamento que caracterizam o *processo psíquico civilizador*, cuja expressão se materializa nos padrões europeus arquitetônicos impostos à cidade, assim como em período mais recente de sua história, são os elementos de cultura reconhecida mundialmente como legítima que sufocam e dão desimportância à cultura regional. No fogo cruzado entre o que seria “civilizado” ou “incivilizado”, Manaus correspondia (e anda corresponde) a apenas uma cidade periférica da América Latina, marcada fortemente pela

cultura indígena, tentando defender-se a partir de uma elite local que, antes se movimentava no sentido de adequar-se aos ditames do “mundo civilizado” para o habitarem a cidade, e agora mantém uma postura sequer vivendo seus espaços internos. Oliveira e Schor (2009, p.59), destacam com estranheza o fato de que Manaus situada em um universo fluvial e entrecortada por igarapés, “cresce de costas para o rio”, quando da observação às edificações da região central da cidade, todas construídas de frente para as Avenidas produzidas pela ação do “homem civilizado” ao mesmo tempo em que estão de costas para a orla da cidade.

O momento em que se determina sobre Manaus a necessidade de fazer de sua paisagem urbana uma extensão das cidades europeias, também marca o início da agonia dos igarapés da cidade. Partindo do princípio de que para a elite responsável pelos direcionamentos político-econômicos locais, os igarapés representam não apenas obstáculos físicos de conformação da cidade, mas entes que simbolizam fortemente o estilo de vida popular amazônico, torna-se possível identificar a gênese dos conflitos identitários manauaras envolvendo os igarapés e a produção do espaço urbano da cidade de Manaus.

Na paisagem da cidade, os igarapés podem ser considerados lugares integrados de modos sucessivos simultâneos às novas lógicas e dimensões de construção da cidade, que explicitam as contradições e as desigualdades sociais, concretizadas em desigualdades socioespaciais. Desvendar na espacialidade pretérita da cidade de Manaus as contradições que a forjaram implica identificar que na estruturação do espaço urbano há dimensões criadoras e prenes de simbolismos e de imaginação. Tais dimensões também são importantes na produção do espaço urbano, pois restituem e dão sentido à vida e garantem formas espaciais que tendem a desaparecer com a tendência homogeneizante do espaço urbano, mas que permanecem no imaginário coletivo. (OLIVEIRA, 2008: p.35).

Nesse roteiro, a supressão e degradação dos igarapés representam um exemplo emblemático de homogeneização urbana, ditada primeiro pelo estilo de vida francês, conforme da ideia dominante de civilização projetada sobre a cidade (assim como ocorreu em todo o mundo); e em período mais recente, no contexto da cidade moderna, pela disputa secular entre cultura dominante *versus* cultura popular. Por essa perspectiva, entende-se que os igarapés como o lugar dos pobres amazonidas, incomodavam duplamente por seu aspecto físico e cultural.

Do ponto de vista espacial, a cidade caracteriza-se por uma geomorfologia entrecortada de igarapés. Ora, esses cursos d'água serviriam não apenas para a realização de atividades como lavar roupa, apanhar água, pescar, mas também para a circulação e,

principalmente, para a realização das festas e dos eventos humanos. Os igarapés, até meados do século XX, permitiam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo pelos segmentos populares, em parte porque esses espaços escapavam ao controle das estruturas de poder, visto que não necessariamente faziam parte do lazer dos segmentos mais ricos. (OLIVEIRA e SCHOR, 2009. p: 69-70)

Cumpra sublinhar como o processo de aterramento e degradação de igarapés, conforma uma disputa no campo simbólico entre propostas diferentes de sociabilidades ou, melhor afirmando, de civilidades. Quando se fala da origem da cidade de Manaus, ouve-se necessariamente a versão da constituição da cidade a partir de sua região central. De fato, foi a partir do momento em que o centro de Manaus foi ocupado pelas elites extrativistas, que foi possível observar elementos característicos do que se entende por uma organização de cidade contemporânea. Lencioni (2008) destaca o cuidado devido quando do uso da palavra “cidade”, uma vez que esta sugere trivialidade e, talvez por isso mesmo, possibilite o direcionamento a diversos entendimentos. Assim, elenca algumas características essenciais que podem ser consideradas pontos determinantes para constituição de cidades, como aglomeração e sedentarismo (ou seja, a aglomeração durável), além de outros elementos, como mercado e administração pública. Apesar de não se ater à rigidez, tendo o cuidado de ressaltar que o conceito de cidade, por ser apenas um reflexo do real, é infinitamente mais pobre do que o real.

Então, do ponto de vista conceitual, esta cidade de fato se constitui a partir do centro. Perspectiva que retoma, inclusive, a teoria de urbanização amazônica exposta há algumas linhas – entendendo a região como uma grande fronteira que surge já urbanizada. A cidade de Manaus toma forma urbana a partir do centro, e seu processo de ocupação, fomentado por ambiciosos projetos econômicos para a cidade, se dá em torno de meados do fim do século XIX.

A guisa de uma sistematização temporal, o processo de produção do espaço urbano de Manaus, pode ser analisado a partir de três períodos importantes: o apogeu do ciclo da borracha que durou até a década de 1920, o de decadência/estagnação econômica que perdurou entre 1920 até final da década de 1960, e o de 1960 até os dias atuais, simbolizado pela implantação da Zona Franca, atual Polo Industrial de Manaus. (COSTA e SCHMITT, 2010:p.3)

Entretanto, é correto também afirmar que a história da formação da cidade que parte do centro, reflete o estilo de vida dos endinheirados que por aqui viveram e por isso, compreender a ocupação e formas de uso primeiros dessa parte mais central de Manaus,

sua paisagem caracterizada pelos prédios em estilo europeu, típicas expressões arquitetônicas da chamada *Belle Époque*, sua dinâmica e representações, significa resgatar a cidade a partir da trajetória dos segmentos abastados. O progresso promovido pelas elites extrativistas no período em que Manaus foi representada pelo epíteto “cidade do Fausto”, revelava o desejo de transformar esta cidade na “Paris dos Trópicos”. Em consonância com tais mudanças espaciais está a relação de conflito envolvendo os igarapés que entrecortavam o perímetro urbano da cidade, uma vez que esses cursos d’água *a priori* determinavam os limites físico-territoriais do avanço dos elementos do urbano sobre o espaço inalterado.

Até meados do século XIX, os igarapés resistiram às intervenções e mantiveram-se presentes nas formas do espaço da cidade, estabelecendo, de certo modo, os limites de crescimento da cidade (...) até os anos sessenta sua ocupação produziu-se num processo que retoma a forma da cidade do final do século XIX, com o aterro dos igarapés da parte central da cidade e a construção de três pontes na Avenida Sete de Setembro. No final do século XIX, a cidade passou pela primeira expansão urbana, quando então foram aterrados, somente na parte central, sete igarapés (Valle, 1999), o que possibilitou a expansão da cidade para o leste e para o norte. A forma urbana de Manaus foi sendo moldada a partir do padrão topográfico limitado por vales afogados, com o rio Negro penetrando cidade adentro. A cidade foi se conformando aos igarapés que isolavam os blocos urbanos, e sua forma foi estruturada pelo conjunto de sistemas naturais, igarapés, áreas alagadas e margem do rio Negro. Se até o final do século XIX foram os igarapés que condicionaram a direção do crescimento da cidade, no início do século XX, os fatores naturais de limitadores da cidade foram sendo superados por aterramentos e pela construção de pontes. (OLIVEIRA, 2008: p.34).

Os Igarapés são frequentemente elementos centrais nos estudos consultados que tratam da produção do espaço urbano de Manaus. Não apenas por serem elementos naturais constituintes do relevo da cidade, mas em grande parte pela sociabilidade e simbolismos que reportam, assim como sua influência cultural e social na sociedade Amazonense, informações essas marcadas na memória coletiva manauara. Autores como Costa Junior e Nogueira (2010) destacam como os igarapés foram (e ainda têm sido) alvo constante de ações de embelezamento por parte dos gestores locais. Observam que em um intervalo de um século, as ações de ultrapassagem desses cursos d’água se reatualizam, quer dizer, “embelezar” a cidade, por esse ponto de vista, seria torna-los outro ambiente, o que pressupõe seu aterro e/ou a retirada da população de suas margens. São essas ações que fazem com que Costa Junior e Nogueira identifiquem similitudes nas gestões de Eduardo Ribeiro, governador do Amazonas entre os anos de 1892 a 1896 e de Eduardo Braga, esse com dois mandatos consecutivos de governador do Estado entre 2003 e 2010. Os autores

demonstram que cada gestor, em seu tempo, incorpora planos para Manaus norteados por parâmetros internacionais de urbanismo, a despeito das características regionais e naturais da cidade. Assim:

Enquanto o primeiro viveu num tempo impregnado de ares de beleza, progresso e civilização, quando a modernidade imprimiu as suas marcas na paisagem de Manaus, considerada àquela época a “Paris dos Trópicos” o outro vive a Manaus da Zona Franca, das novas tecnologias, onde as cidades reproduzem uma lógica globalizada pautada no desenvolvimento industrial. (COSTA JUNIOR e NOGUEIRA, 2010: p.190)

Costa Junior e Nogueira explicam que o início das políticas de embelezamento destinadas às áreas de igarapés se deu a partir da gestão de Eduardo Ribeiro. Destacam, inclusive, três períodos em que o nome desse gestor opera como ponto referencial, a saber, período pré-Eduardo Ribeiro; Era Eduardo Ribeiro e período pós-Eduardo Ribeiro. Destacam que a ideia dos “igarapés como obstáculos” se dá ainda no período pré-Eduardo Ribeiro, na administração de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1852) elencando dois elementos importantes desse período: a produção de um croqui que serviria posteriormente como incentivo para implementação de obras de ultrapassagem desses cursos d’água e o estabelecimento do Código de Posturas em 1868, que coibiria a retirada de água do igarapé do Aterro, impossibilitando o uso das águas dos igarapés pela população, além de outras regras estabelecidas no sentido de coibir também a prática de costumes e do *estilo de vida* local. É patente o fato de que houve um contínuo processo de distanciamento do povo Manauara de suas raízes culturais e costumes regionais para dar vez a uma cidade alheia de si, mas próxima de um modelo homogêneo e global de cidade. Uma das formas de se identificar tal processo é observar o trajeto de avanço do urbano sobre a cidade caminhando paralelamente à degradação dos igarapés, quando das tentativas de desaparecer com eles e a população que a eles se associa.

O conceito de “belo” na cidade já governada por Eduardo Ribeiro, dizem Costa Junior e Nogueira (2010), espelhava-se no estilo de vida francês, devendo-se refletir na forma da arquitetura dessa cidade. O intuito de Eduardo Ribeiro seria “vencer” os igarapés, objetivando “melhorar” o aspecto da cidade, a partir do parâmetro urbanístico e arquitetônico estabelecido. Foi em sua administração que houve o aterro de um número expressivo de igarapés para abertura de avenidas, além da construção de pontes que fizeram com que fosse ignorado e extinto o tráfego por meio de suas águas. Paulatinamente, esses canais fluviais passaram a ser vistos como indiferentes à paisagem. Observe-se como na

elite de uma cidade periférica como Manaus repercutira a influência do modelo francês de civilização, fenômeno marcante de uma época que mesmo entre os povos europeus fora objeto de análise, dada sua condição de fator desencadeador de violências simbólicas e de estabelecimento de hierarquias sociais. É o que demonstra Norbert Elias ao tratar das disputas entre os membros da classe média alemã, conhecida como *intelligentsia* e a nobreza cortesã alemã, ainda em meados do século XVIII, cuja batalha se impunha no sentido de ultrapassar o modelo de civilização francês reproduzido e determinado pela sociedade de corte até então. Tratava de uma tentativa da *intelligentsia* impor-se enquanto anunciadores de uma cultura (*Kultur*) legítima, cujas realizações intelectuais, científicas e artísticas, os tornariam verdadeiramente superiores à ideia de civilização (*Zivilisation*) reproduzida pela nobreza, presa a costumes e regras de etiqueta, mas que até então eram os detentores do poder. Embora, adiante na história, após a perspectiva burguesa se tornar dominante no mundo social ocidental, quando da decadência da nobreza, os burgueses garantissem a estrutura social hierárquica por meio da ideia de cultura.

1.2.3. Os igarapés como lugar de sociabilidade dos pobres em Manaus

Estar em Manaus é saber-se situado em um dos principais centros urbanos da “Amazônia”, área múltipla cuja densidade humana e cultural é traduzida em um termo utilizado por Pizarro (2012, p.18): a “nação de águas”. Partindo desse ponto, é possível depreender que falar das sociabilidades e modos de vida, seja “urbano” ou “rural”, em contexto amazônico, é, necessariamente, tocar na relação do “homem” com a água, seja do ponto de vista de memória afetiva e cultural, ou no sentido mais pragmático quando da necessidade de mobilidade. Assim, os estudos realizados nos centros de pesquisa da Amazônia, muitas vezes ignorados pela discussão “estrangeira”, dão pistas da importância que essa relação ocupa na espacialidade e sociabilidades da cidade de Manaus, enquanto uma cidade pertencente ao universo fluvial amazônico.

Os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes são discursos conduzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, ou aqueles em que a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso, quanto no caso dos exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram em uma infinidade de furos, igarapé, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo. São os discursos de uma nação de águas. (PIZARRO, 2012: p. 18)

Os estudos sobre a urbanização de Manaus não fogem à regra e destacam analiticamente como se dá essa relação. Observe-se como as análises demonstram a representação dos espaços dos igarapés para elite local responsável pela produção do espaço urbano manauara, e a forma como seus anseios em relação a esses cursos d'água e as sociabilidades neles existentes, vão se concretizando na paisagem e sentidos da cidade. Desse modo, os igarapés passam a figurar em determinado momento da história de Manaus, como elementos destoantes de uma nova proposta de civilidade defendida pelas elites locais, então vistos, no processo de industrialização da cidade, como “entrave do progresso”, até chegarem ao ponto atual em que figuram como “áreas degradadas”, parte da cidade que se nega. Isso por que:

Além de terem sido vistos como barreiras à expansão da capital amazonense (OLIVEIRA, 2003), os igarapés no contexto da industrialização passaram a representar paisagens feias e malcheirosas, ocupadas por aqueles que pouco poderiam escolher onde morar, e que encontraram nas margens dos igarapés a possibilidade mais barata de construir sua moradia. (COSTA JUNIOR e NOGUEIRA, 2010: p.191)

Os autores refletem ainda o destino dado aos moradores dessas imediações, uma vez que em cada empreitada interventiva um grande número de famílias seja abstraído de seu ambiente. Assim ocorreu na gestão Arthur Reis (1964-1967), quando se observa um grande movimento socioespacial na cidade, decorrente da locomoção de centenas de famílias da orla de Manaus, a conhecida “Cidade Flutuante”, típico povoamento que se estabelecia nas águas do Rio Negro. Com a política de higienização da orla da cidade, Arthur Reis estabelecia os alicerces para o que viria ser a Zona Franca de Manaus em 1967.

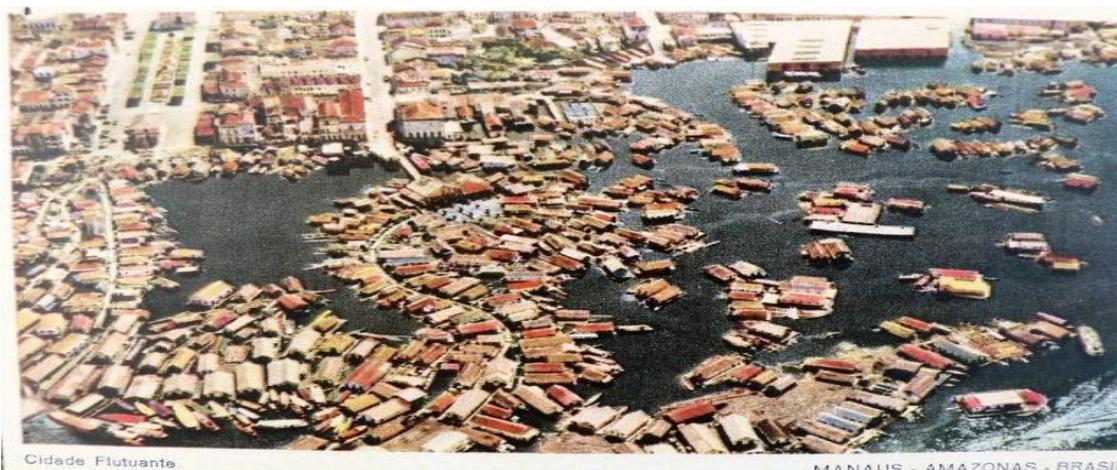


Figura 1. Cartão Postal mostrando a Cidade Flutuante, Manaus, 1963. Fonte: <http://manausdeantigamente.blogspot.com.br/2013/04/a-cidade-flutuante-da-manaua-antiga.html>



Figura 2. Fonte: <http://manausdeantigamente.blogspot.com.br/2013/04/a-cidade-flutuante-da-manaus-antiga.html>

Em intervenções emblemáticas mais recentes, as políticas de embelezamento da cidade envolvendo áreas de igarapés ganham novo fôlego. Em 1997 é a vez do prefeito Alfredo Nascimento de propor um projeto ambicioso, que seria transformar as áreas de igarapés da região central da cidade em uma “Nova Veneza”. Entretanto, relembram os autores, essa medida não foi concluída, concedendo a Eduardo Braga na figura de governador, a oportunidade de finalizá-las, mas, por sua vez, implementando desde 2003 o mais recente programa dedicado a essas áreas, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim)⁷. A área de que trata a presente pesquisa se insere nesse contexto, uma vez que as primeiras transformações no sentido de contenção do entorno do igarapé que corta a localidade por meio da implementação de um rip rap, aconteceram na gestão do prefeito Alfredo Nascimento. Esse evento marca, inclusive, o momento de transição da condição dos igarapés, que a partir de então, passariam a ser concebidos popularmente não mais como afluentes naturais derivados de bacias hidrográficas da cidade, mas como grandes esgotos a céu aberto, dado o fato de que a canalização do igarapé pressupunha a construção de grandes tubos de esgoto, cuja finalidade seria conduzir todo

⁷ Programa do governo do Estado que a partir do ano de 2003 passou a servir como modelo de intervenção para áreas de fundo de vale em Manaus, implementado nos igarapés pertencentes às duas principais bacias hidrográficas da cidade: a bacia do Educandos e a bacia do São Raimundo. O igarapé em questão faz parte da bacia de Educandos, aonde o programa vem sendo implementado por etapas desde 2006. Essa intervenção equivaleria apenas a mais uma etapa do processo a concluir.

o tipo de esgotamento sanitário e doméstico para seu leito. Com a reatualização do projeto da gestão de Alfredo Nascimento sob o comando de Eduardo Braga, com a implementação do Prosamim, os danos continuaram.

É público e notório que o Prosamim tem surtido um efeito oposto ao seu objetivo constante no site oficial do governo, qual seja: “de contribuir para solução dos problemas ambientais, sociais e urbanísticos que afetam a população da cidade de Manaus, prioritariamente, as áreas situadas nas áreas dos igarapés”. No ano 2016, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação contra o Estado do Amazonas, o ex-coordenador da Unidade de Gerenciamento do Prosamim, Frank Abraham Lima, as construtoras Concremat Engenharia e Andrade Gutierrez – responsáveis pelas obras do Prosamim III, implementada na bacia de Educandos, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiador dessa etapa. A ação se justifica pelos sérios estragos ambientais causados pela canalização, desmatamento e aterramentos dos igarapés. Os afluentes da bacia de São Raimundo encontram-se cada vez mais poluídos devido a tais ações, constituindo-se enquanto grandes esgotos a céu aberto. Mas, esse assunto será mais bem demonstrado nos capítulos 2 e 3, ao tratar do cotidiano dos moradores diante do quadro social e ambiental deixado nessas áreas.

Os impactos socioambientais misturam-se ao distanciamento que paulatinamente essa cidade foi desenvolvendo em relação aos igarapés, influenciados pela postura oficial do poder público local. Gomes (2004) trata de um aspecto relacionado a essa representação mais recente dos igarapés, quando esses cursos d’água já são absorvidos como grandes esgotos a céu aberto. Segundo a autora, a percepção coletiva em relação a esses afluentes que cortam o perímetro urbano de Manaus mudou em um pequeno espaço de tempo, em decorrência das sequentes intervenções humanas que sofreram. Em nada mais que três décadas a representação desses cursos d’água mudou completamente. Data do início da década de 1970 que:

(...) os igarapés da cidade passam a ser percebidos, em sua realização espacial, indissociavelmente ligados aos danos que lhes sobrevieram como se atributos fossem, em razão da desmedida intervenção humana no meio ambiente que, ao modificar radicalmente o lugar, destituindo-lhe de seus significados, deu-lhe conceito novo. Na cidade, a percepção dos indivíduos não apreende “igarapé”, mas “igarapé-poluído”. (GOMES, 2004: p. 128)

Em função das intervenções recentes que pressupõem a drenagem dos igarapés, seu aspecto também recebe alterações que influenciam na percepção dos Manauaras e os vinculam mais facilmente à ideia de esgoto. Assim, elementos não naturais, tais como concreto, sacos, tijolos, material usualmente utilizado para a implementação de rip rap, fazem parte da descrição dos igarapés. Nesse sentido, “os igarapés são apresentados da mesma forma nos mapas mentais já analisados: o igarapé é registrado em confusão com o nome da técnica utilizada pela ação de governo para transformá-lo” (GOMES, 2004: p. 129). Significa dizer que comumente não se refere mais aos cursos d’água somente pelo nome de igarapé, mas também pelo termo “rip rap”, a técnica que alterou sua paisagem e cerceia seu curso, ao mesmo tempo em que direciona toda espécie de esgoto para seu leito.

Na Manaus industrial dos tempos modernos, os elementos regionais e naturais foram sendo substituídos de maneira intensa pelos elementos que representam o estilo de vida urbano – no lugar das casas de madeira, por exemplo, foram sendo construídas casas de alvenaria, além de outros costumes cotidianos alterados e muito concreto por todos os lados. Entretanto, a “modernidade “imposta à Manaus pressupõe em vez de igarapés limpos, como parte da paisagem e da sociabilidade da cidade, igarapés poluídos que representam a área “degradada” da cidade, um lugar por onde se evita passar, restrito apenas pelos segmentos populares que ainda habitam em suas margens, ou seria mais adequado falar, às margens do “rip rap”. Uma realidade muito diferente do que conta Oliveira:

Os igarapés eram também lugares da festa e dos acontecimentos, significando feixes de possibilidades que ensejavam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo pelos segmentos populares, em parte porque esses espaços escapavam ao controle das estruturas de poder, uma vez que não faziam necessariamente parte do lazer da elite. A Manaus dos igarapés limpos, de águas cristalinas, do “banho” na cachoeira foram gradativamente extintos com o crescimento da cidade. Até a instalação da Zona Franca de Manaus havia abundância de natureza, mas havia também abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, visto que as necessidades de tempo de trabalho eram menores. Havia o tempo da festa para preparar as concretizações do ser e para a renovação da vida. Nas entrevistas com moradores da cidade, é possível identificar que a cidade de Manaus, até a década de sessenta, era uma cidade balneária. (OLIVEIRA, 2008. p: 39)

Como já mencionado, em meados de 1970 são intensificadas as ditas “invasões” às margens dos igarapés do perímetro urbano da cidade de Manaus, prática que acabam por multiplicar o que se denomina tecnicamente em contexto atual de “aglomerados

subnormais”, popularmente conhecidos como “favelas”. Já salientava Mike Davis que foi exatamente nessa década que as cidades latino-americanas passaram a crescer intensamente a partir das “favelas”, em função tanto do empobrecimento da população no campo expulsa para as regiões empobrecidas do perímetro urbano das cidades, quanto da incapacidade destas de garantirem os direitos sociais a essas populações. Em Manaus não foi diferente.

Em contexto atual, com a dimensão ambiental dos problemas urbanos em alta nas discussões sobre as cidades, torna-se claro que desde as mais remotas ações de embelezamento da cidade de Manaus envolvendo áreas de igarapés, esses processos têm causado impactos danosos a esses cursos d’água, seja por meio de aterro, seja por meio da poluição de suas águas, uma vez que hoje figuram como grandes esgotos a céu aberto. Além disso, no que tange à questão de moradia precária, a dinâmica das ações de expropriação dos moradores dessas localizações reporta ao que Harvey descreve à luz de Engels, ao pontuar que:

Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; os becos imundos desaparecem para a grande alegria da burguesia (...), mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar. (HARVEY, 2014: p. 51)

A degradação ambiental parece reificar-se em degradação humana, na medida em que morar nessas imediações representa ser detentor de uma espécie de incapacidade social, a incapacidade de determinar (por meio da escolha) seu lugar de moradia. O problema que este trabalho traz procura tornar compreensível em qual momento essa “incapacidade” transforma-se em sinônimo de “delinquência” e “vagabundagem”, dando vida ao estigma territorial aqui estudado.

A questão posta no capítulos seguintes é em que momento e através de que processos sociais esse tipo de localização deixa de ser apenas o lugar de moradia dos segmentos populares e passa a ser considerado um tipo de “lugar perigoso” ou, como afirmam comumente sobre a localidade estudada, “onde só tem gente que não presta”?

CAPÍTULO 2

O BAIRRO, A COMUNIDADE, A LOCALIDADE.

2.1. UNIVERSO GEOGRÁFICO DA PESQUISA

Meu olhar de pesquisadora não se dissocia do olhar de quem carrega memórias sobre o lugar, uma vez que, assim como meus interlocutores, conheço bem a área em que desenvolvo a pesquisa. Assim, ao visualizar edifícios nas partes altas, casas, ruas ou os becos e rip rap na baixada, não os percebo apenas como estão no presente, mas os resgato em seu sentido anterior e em sua duração. Nesse caso, uma caminhada solitária é também uma percepção das transformações que o espaço sofrera; transformações essas que remetem a lutas, sensações de lazer, momentos esses vividos individual e coletivamente. As memórias de meus interlocutores muitas vezes trazem informações que se confrontam entre si e em relação às minhas, mas em um exercício conjunto de rememoração, possibilitam trazer à tona pequenos pedaços que vão se encaixando como um quebra cabeça.

De agora em diante, proponho uma caminhada pela comunidade, assumindo a perspectiva de um *transeunte* que, ao transitar por essa área, observa atentamente sua paisagem. Tento identificar em que momento a sensação de *desordem*, em oposição ao modelo mental de organização e adequação produzido socialmente, se torna evidente a ponto de conduzir à ideia de *imprevisibilidade* e, por implicação, à sensação de *perigo* (Douglas, 1966). O “desconhecido” (conhecido, todavia, essencialmente por meio do discurso) e o “imprevisível”, nesse caso, parecem remeter, necessariamente, à ideia de *impureza* que Douglas destaca como sendo constituída de sensações ocasionadas por ameaças a padrões, tais como a “sujeira” em oposição à “limpeza”, “desordem” em oposição à “ordem”, dentre outros. Trata, pois, de relacionar o estado aparente das coisas e o modelo mental de ordem socialmente aceitável, para identificar em que momento o alarme de perigo é acionado no transeunte e a partir de quais informações esse é conduzido à sensação de ameaça e à condenação. Compreendendo, antes, o imprevisível como símbolo de subversão à ordem por que:

Quem diz ordem diz restrição, seleção dos materiais disponíveis, utilização de um conjunto limitado de todas as relações possíveis. Ao invés, a desordem é, por implicação, ilimitada; não exprime nenhum arranjo, mas é capaz de gerá-lo indefinidamente. É por isto que aspirando à criação de ordem, não condenamos pura e simplesmente a desordem. Admitimos que esta destrói os arranjos

existentes; mas também que tem potencialidades. A desordem é, pois, ao mesmo tempo, símbolo de perigo e de poder. (DOUGLAS, 1966: p. 72)

Então, caminho desde a parte alta onde fica a porta de entrada da comunidade, até os becos localizados na baixada no entorno do igarapé, considerada sua porta dos fundos, um ambiente de fronteira da comunidade, onde se identificou o despertar da sensação de perigo nos interlocutores. Entendendo, porém, que analisar o aspecto sensível é apenas uma dimensão do processo de estigmatização do lugar, onde o que está em questão é o imediato, aquilo que já fora, entretanto, produzido simbólica e materialmente, de maneira processual.

Estou numa avenida central da cidade de Manaus que opera como via de conexão entre diferentes zonas da cidade, por onde trafega uma quantidade diversa de linhas de ônibus com destino para os “quatro cantos” da cidade. Nessa avenida há uma grande circulação de carros e pessoas de vários bairros que passam por, ou se deslocam para essa região da cidade em busca de algum serviço. Afinal, nessas imediações estão concentrados uma série de órgãos públicos, empresas privadas e serviços importantes: fóruns, canais de TV e rádio, agências bancárias, serviços de previdência social, serviço de proteção ao consumidor, sede de ministério público, prédios de secretarias do governo do estado; há ainda, condomínios residenciais destinados a grupos sociais de classe média baixa e alta; há lojas e empresas de médio e grande porte; há uma escola da rede estadual e escolas particulares de ensino regular e especializado. Esse é o cenário da Avenida André Araújo em Manaus, que em determinado ponto de sua extensão dá acesso à entrada principal da comunidade Santa Clara.

Na entrada principal da comunidade, observa-se um grande muro que compreende todo um quarteirão, dando o indicativo do que pode ser considerado o único empreendimento de grande porte dentro de seus limites territoriais. Trata-se do muro da gráfica, que fora instalada na região desde o ano 1990, após tentativas sem sucesso dos moradores de estabelecerem moradias nessas imediações da parte alta. Seguindo a regra que a entrada de um espaço de moradia, deva ser representada por prédios e construções melhores em relação ao seu conjunto interno. Desde então, a gráfica opera como um potencial contratante dos moradores da comunidade, além de tornar-se mais um órgão de grande porte que compõe a Avenida André Araújo.

Um pouco adiante, tenho a opção de seguir em linha reta ou dobrar a esquerda, podendo percorrer por outras duas ruas que conduzem ao destino almejado, a baixada do entorno do igarapé. Importa salientar que a comunidade tem uma estrutura modesta, mesmo

sua parte alta é caracterizada por uma paisagem que denota um aspecto precarizado de serviços: ruas estreitas, com asfalto gasto e esburacado, a ausência de calçadas, porém nada que a torne diferente em grandes proporções do conjunto do bairro Petrópolis. Mesmo suas características topográficas.

Assim, como todo o bairro Petrópolis, a comunidade Santa Clara é permeada por áreas de elevação e baixada. Nas imediações de sua parte central, nas proximidades de um templo da Igreja Católica, há áreas de depressão condenadas pela defesa civil há aproximadamente 20 anos – com o aspecto de uma grande cratera, cujas elevações comportam ruas asfaltadas. Os moradores dos barrancos e dessa área de baixada correm o risco iminente de erosões e alguns eventos de deslizamento de terra, como de fato já ocorrera algumas vezes.

Interessante que, de igual modo ao entorno do igarapé (destino para qual me dirijo), essa parte de nível mais baixo é caracterizada pelo grande número de moradia aglomeradas em becos, pontes de madeiras, estando até mais suscetível às intempéries da natureza do que a localidade que estudo. Entretanto, essas imediações sequer são mencionadas por meus interlocutores, quando se trata de descreverem quais partes da comunidade lhes parecem perigosas. Credito a assimilação diferenciada dessa localização pelos moradores da comunidade, ao fato de estar situada em região central da comunidade, nas proximidades da igreja Católica, diferente da pequena localidade estigmatizada em questão neste trabalho que se situa em região de fronteira. Feltran (2008) chama atenção para a ideia de *fronteira* enquanto demarcação, conexão entre aquilo que se divide e regulação de fluxos permeados por conflitos, ainda que latentes. Esse é um dos pontos que diferencia a localidade em questão nesse trabalho de outras similares a ela, mesmo dentro dos perímetros da comunidade, porque o igarapé opera em si, inclusive, como linha de fronteira. Quer dizer, de um lado do igarapé estão os que pertencem à comunidade Santa Clara, do outro lado estão aqueles que pertencem ao bairro Petrópolis, embora, todas as interações comunitárias dos moradores de ambos os lados do igarapé na baixada estejam diretamente ligadas mais à comunidade Santa Clara que ao bairro Petrópolis. Além disso, as casas e sociabilidades dessas imediações de baixada próxima à igreja católica, não estão visíveis para os que caminham pelas ruas das partes elevadas, como ficam aquelas situadas na localidade estigmatizada, não podendo em função disso, operar como elementos de confronto aos parâmetros mentais de ordem dos transeuntes.

Seguindo em linha reta, na rua principal da comunidade, percebo que essa é uma das poucas ruas que em nenhuma parte se observa a existência de barrancos em erosão,

como há em outras que de igual modo levam à área de baixada. Nela, há casas de alvenaria, algumas poucas de madeira que ainda persistem em compor a paisagem, há as escolas, etc. Também é ali que mora um de meus interlocutores, Eduardo, 40 anos, representando o grupo dos moradores da parte alta, cuja trajetória trato em outro momento deste trabalho. Sua casa se localiza ainda em frente ao muro da gráfica, um pouco mais na descida, onde pouco se observa aglomerações de vizinhos interagindo entre si, embora há alguns anos essas imediações já tenha sido assim. As casas estão geralmente fechadas e algumas delas, apresentam uma fachada caprichada, ainda que o interior seja modesto. Dentre as ruas consideradas principais, essa é a que detém maior circulação de pessoas, que se dirigem da baixada à parada de ônibus e *vice-versa* e de veículos. Embora sua estrutura física seja também estreita, caracterizada pela ausência de calçadas em boa parte de sua extensão.

Sigo em frente e um pouco mais abaixo, veem-se as duas escolas da comunidade, que se localizam praticamente uma em frente à outra. No espaço entre as duas escolas funcionou, durante alguns anos, a “garagem” da linha de ônibus local, retirada em função do pouco espaço existente na rua. Estou nesse momento me aproximando dos becos, mas ainda na rua principal, em sua parte baixa, próximo às escolas. Quanto mais me aproximo da localidade estigmatizada, mais noto a presença de pessoas nas vias públicas, quer dizer, se as ruas da parte alta se caracterizam por operarem como via de “passagem”, as ruas da parte baixa e os becos em especial, são um ponto de “concentração” de pessoas, onde vizinhos interagem entre si de maneira mais próxima. Nesse ponto da rua principal, há um mercadinho de um morador antigo, tradicional na comunidade, cuja estrutura reforçada por câmaras e grades é reveladora. Já fora vítima de roubo há alguns anos, todos creditados aos moradores dos becos. Além desse empreendimento, ele também possuía uma taberna⁸ no entorno do igarapé, antes de seu processo de drenagem e implementação do rip rap. Após a retirada de casas do lugar onde seu comércio ficava situado, ele passou a investir no mercadinho situado na rua principal da comunidade. Esse é mais um dos moradores das ruas da comunidade, que migrou das áreas alagadiças para uma localização mais segura, longe da possibilidade de enchente do igarapé e, por conta disso, mais valorizada.

Seguindo adiante, chegando ao fim da rua, observo uma pequena entrada para os becos. Estou me aproximando da região de fronteira entre os dois bairros adjacentes à comunidade em sua baixada. Nessas localizações um beco leva a outros tantos que formam

⁸ Termo utilizado popularmente em Manaus para designar os pequenos estabelecimentos comerciais situados em bairros da periferia da cidade.

uma espécie de labirinto no entorno do igarapé e operam como linha divisória entre um bairro e outro. Eduardo, meu interlocutor da parte alta, fala que o “beco da morte”, situado um pouco mais adentro, representa os limites territoriais da comunidade. Entretanto, não adentro nos becos por enquanto, esse percurso me levaria para outro destino, ou seja, por essa via chegaria ao que os moradores denominam como *chavascal*, outra parte da baixada que geralmente não se associa à comunidade e nem ao bairro Petrópolis, mas ao bairro São Francisco.

Dobro a esquina à esquerda e sigo em outra pequena rua, em direção à localidade estigmatizada em questão, a qual os moradores denominam como *bodozal*. Observa-se que a diferenciação nos termos utilizados para designar localizações semelhantes ao olhar de fora (ambas são compostas por becos e estão situadas no entorno do igarapé), corresponde tanto a um indicativo da percepção dos moradores em relação às características de relevo da localidade, quanto a uma tentativa de diferenciação entre o que pode ser considerado um ambiente “melhor” ou “pior” nessas imediações. Embora toda essa região seja compreendida como uma localização insalubre, sendo considerada de segunda categoria, conforme demonstra os termos utilizado pejorativamente para designá-los, para os moradores, há sempre um meio de eleger uma área de moradia pior que a sua.

Ao que tudo indica, o *chavascal* pode ter recebido esse nome ou por sugerir sujeira, conforme indica seu real significado, pois o tom utilizado para pronunciar o termo assim sugere, ou por ser um lugar onde o solo aparentava ser um pouco mais firme do que em outras partes da baixada em função de existir um matagal, além de terra encharcada. Um morador dessa localização desde meados de 1980 com quem conversei eventualmente, afirmara que em algumas partes das proximidades do *chavascal*, inclusive, as águas dos igarapés não chegavam. Seguindo por esses becos do “*chavascal*” chego ao bairro São Francisco.

Sigo então, rumo ao “*bodozal*”. Insisto nesse trajeto, pois é esse o caminho informado como sendo rota de grande circulação de pessoas entre o bairro Aleixo e Petrópolis até meados de 1980. Caminho utilizado para chegar ao primeiro batalhão da polícia militar localizado no bairro, mas que agora aparece na narrativa dos interlocutores como uma localização a ser evitada, onde “só tem gente que não presta” ou sendo considerado o “lugar perigoso da comunidade”. A palavra *bodozal* também é usada em forma de zombaria, pois reporta ao nome de um peixe da região, caracterizado por ter a casca grossa e viver em áreas alagadas, conhecido por Acari Bodó, termo esse empregado

para ilustrar a condição de quem vive nessas imediações que, assim como o peixe, vive na lama.

Estando na entrada do beco, mas ainda na rua, observa-se um outro estabelecimento comercial também considerado tradicional na comunidade. Ao lado, a casa de uma das principais líderes que encabeçara o movimento por moradia na localidade ocorrido entre os anos de 2009 a 2012, quando fora solicitado a implementação do Prosamim que até hoje não fora efetivado. Por essas imediações já é possível perceber um “amontoado” de lixo em frente a esse estabelecimento comercial, produzido pelo próprio comércio e/ou trazido pelos moradores dos becos, misturado a fezes de cachorro que há em grande quantidade no local. Na entrada dos becos que dá acesso a tantos outros, observa-se um bueiro com a tampa quebrada, sobre o qual tem-se que pisar para seguir até as imediações do igarapé. Além disso, o solo revertido de concreto, esburacado em toda a extensão do beco, tanto em função de corrosão ocasionada pelo desgaste que o tempo e a chuva proporcionam, quanto pela ação dos próprios moradores, que assim o fazem para conserto de tubulações de água que eles mesmos operam.

Há núcleos familiares numerosos que residem no início desse beco. Ao circular por ele, o transeunte deve fatalmente deparar-se com alguns deles que, durante o dia, sentam-se em frente às suas casas, quer dizer, nas laterais dos becos, para conversar. Agem como se essa prática fosse seu momento de distração: observar as pessoas passarem com seus trajes de trabalho ou de escola, talvez especulando entre eles, qual seria, o destino daqueles que passam nos dias úteis. Engrossam a fileira dos “desocupados” que “passam o dia sentados” como afirmam alguns interlocutores, mas esses são “crentes”, em vez de “bandidos” e, como se verá um pouco adiante neste trabalho, essa diferenciação tem um peso significativo na forma como os moradores se percebem. É diferente ser um “desocupado convertido” e um “bandido”, embora as situações se assemelhem na inadequação profissional desses indivíduos ao mercado de trabalho formal.

Quanto à estrutura das casas, igualmente à área elevada da comunidade, nessas imediações da baixada há também predomínio de casas de alvenaria à madeira, mas o número de casas de estrutura mista (madeira misturada com alvenaria e outros tipos de materiais) se torna mais evidente. Então, nesse ponto dos becos não importa tanto a “fachada” da casa, mas sua funcionalidade, embora existam aqueles que se esforcem em demonstrar uma fachada com detalhes de melhor acabamento. É perfeitamente possível encontrar na baixada moradores com melhor poder aquisitivo e capital escolar residindo em uma casa aparentemente (no sentido literal da palavra) mais simples que os moradores

da parte alta, ainda que, no jogo de diferenciação e autoafirmação, os primeiros sempre estejam em desvantagem em relação aos segundos, por morarem no “bodozal”, quer dizer, por sua posição no espaço.

Desse ponto em diante, já é possível perceber alteração na fisionomia dos que visitam o lugar pela primeira vez, ao se depararem com o ambiente dos becos. Tento sublinhar os detalhes que podem contribuir para concretizar as sensações que alguns transeuntes possam sentir ao se depararem com o aspecto do lugar que, somados ao estilo de vida dos moradores, lhe concedem o ar de “degradação”. Desse modo, uma informação importante diz respeito ao odor dos becos ocasionado por uma soma de fatores. Há, por vezes, fezes de animais e pequenos pontos de água empossada na extensão dessas vias, algo menos evidente nas ruas da parte alta. Soma-se a isso, o aspecto dos bueiros esburacados e do lixo acumulado em alguns pontos. Durante o período de chuva e ao amanhecer o odor parece ser mais forte, uma vez que as águas da chuva espalham os dejetos fecais, assim como a umidade do período noturno contribui para evidenciar-lo. Recordo da fala de um morador que entrevistei ainda em experiência de iniciação científica. Sua casa fica localizada ao lado da estrutura do *rip rap*. Ele, nascido no município de Parintins, dizia que não conseguia se acostumar ao cheiro que vinha do igarapé, ao mesmo tempo em que percebia como os moradores estavam acostumados com o odor a ponto de sequer conseguirem estranhá-lo. “Eu consigo perceber o mau cheiro e não me acostumo de jeito nenhum”, dizia ele.

No transcurso desse beco há uma estreita entrada para uma viela, separada apenas pelas paredes das casas cuja largura parece não ultrapassar a medida de um metro. Pode-se observar pela manhã, algumas pessoas saindo desse beco para trabalhar, quando terão que fazer o trajeto inverso ao que estou fazendo. É um percurso que mede aproximadamente 1 km, rumo à grande avenida, onde passam os ônibus. São trabalhadores com diferentes destinos e ocupações: há desde aqueles que saem para trabalhar vestidos de bermuda e chinelo e que desenvolvem atividades laborativas como pedreiros, ajudantes de pedreiro, flanelinhas, pintores, trabalhadoras domésticas, além de outros profissionais do mercado informal como camelôs, vendedores ambulantes que há em grande número na localidade. Indivíduos para quem a condição de “trabalhador” não extingue a possibilidade de sua estigmatização, uma vez que ocupam na divisão social do trabalho um espaço considerado desprivilegiado socialmente. É bastante evidente na localidade que a maioria dos moradores adultos estejam inseridos no mercado informal de trabalho. Importa destacar,

no entanto, que esse quadro não foge à regra do conjunto da cidade e do Estado do Amazonas. Dados do IBGE, divulgados em 2016 no jornal Diário do Amazonas, indicam que 58,6% dos trabalhadores do estado estavam atuando no mercado informal do trabalho em 2015, observando-se uma escala sempre crescente desse segmento.

Em 2013, do total de pessoas com mais de 16 anos que trabalhavam no Estado, 55,1% atuavam no mercado de trabalho informal. Esse número aumentou para 57,5%, no ano seguinte. Em 2015, chegou a 58,6% o número de trabalhadores que atuavam no mercado informal no Estado. (Jornal Diário do Amazonas, portal@d24am.com. Publicado em 02 de Dezembro de 2016)

Além disso, o estudo revela que os maiores índices de trabalhadores informais nesse mesmo ano, um índice de 61%, eram negros ou pardos e recebiam 80,9% a menos que os trabalhadores com carteira assinada. Apesar da matéria destacar que entre os anos 2005 e 2014 esses dois segmentos apresentavam uma escala ascendente de renda, em 2015 “houve uma queda de 4,6% em relação ao ano anterior. O rendimento médio em trabalhos formais (R\$ 2.195) foi quase o dobro dos informais (R\$ 1.174)” (idem, 02 de Dezembro de 2016).

Scherer (2004), em estudo sobre o desemprego, trabalho precário e *descidadanização* na Zona Franca de Manaus, situa o aumento da informalidade do trabalhador manauara articulado às necessidades de expansão da economia internacional, quando da reestruturação do modelo capitalista brasileiro em meados da década 1990. Esse conjunto de variáveis incidiu diretamente na diminuição de postos de trabalho formal na cidade de Manaus, embora sublinhe que o desemprego estrutural não se tratava naquele momento de uma novidade. Scherer explica que apesar da Zona Franca ter figurado durante seus *anos dourados* (1970 e 1980) como um potencial empregador dos migrantes – ex trabalhadores rurais, recém chegados do interior do Amazonas – desde aí já excluía grande parte desse segmento que não se adequava ao perfil desejado pelas indústrias. Assim, homens e pessoas com mais de 25 anos sempre foram consideradas inaptos para o trabalho nas linhas de montagem do distrito, pois as indústrias:

[...] incorporam no seu processo produtivo um número expressivo de trabalhadores desqualificados, jovens, dóceis, predominantemente do sexo feminino de acordo com a exigência do processo produtivo na época. Mas deixou de fora uma população trabalhadora supérflua, não incorporada: *as necessidades médias da expansão do capital* (MARX, 1975, p. 485). Os postos de trabalhos criados não foram suficientes para incluir a demanda de trabalhadores e as consequências mais visíveis foram o desemprego e o crescimento do setor informal. (SCHERER, 2004: p.129)

Com o ajuste neoliberal no início dos anos 1990 que permitia a abertura comercial exterior, possibilitando a redução de tarifas de importação sobre as indústrias da ZFM e, por consequência, a maior concorrência entre os produtos produzidos na Zona Franca e similares importados disponíveis no mercado nacional, houve um decréscimo expressivo da mão de obra industrial conforme demonstram os dados da Suframa destacados pela autora.

A partir dos anos 90, percebe-se um decréscimo do emprego nas indústrias do ZFM. Em 1991, o processo produtivo contava com 58.875 trabalhadores; em 1996, cinco anos após, com 48.090 e encerrou o último ano do milênio com 39.652 empregos no Distrito Industrial. Isto significa dizer que na década de 90, a Zona Franca de Manaus excluiu do processo produtivo 37.146 trabalhadores, ou seja, uma média de 3.740 por ano. (SCHERER, 2004: P.131)

Em síntese, o processo de reestruturação produtiva e o advento da automação da linhas de montagem, além do quadro de recessão por que passava o país no início da década de 90, são variáveis que conduziram à escassez de postos de trabalho no distrito industrial e empurraram o ex-trabalhador formal – considerado agora velho demais e desqualificado para retornar às atividades que desempenhava – para o mercado informal, seja abrindo pequenos comércios em suas casas com o dinheiro da rescisão, ou migrando para outra área da informalidade que não requer muita qualificação. Um quadro, aliás, muito comum na pequena localidade estudada. Scherer sublinha, ainda, que a perda de emprego relacionada à mão de obra desqualificada na cidade de Manaus, tem um peso maior que na região Sudeste do país, onde o trabalhador é assimilado com maior facilidade para sua realocação no mercado de trabalho.

Tem-se no presente, espaços inteiros de moradia na periferia de Manaus, demarcados pela grande leva de trabalhadores informais, alienados de seus direitos trabalhistas e vivendo do jeito que podem. A localidade do entorno do Igarapé na baixada da comunidade Santa Clara em Petrópolis é um desses espaços de moradia com grande concentração de trabalhadores do mercado informal, cuja trajetória pessoal e profissional correspondem a esse percurso traçado por Scherer (2004). Como se verá adiante neste texto, a relação que os moradores da baixada desenvolvem com o trabalho opera como um dos elementos de diferenciação entre si, na mesma medida em que as figurações “trabalhador formal” e “trabalhador informal” são utilizadas para demarcarem os melhores posicionados e os mais desclassificados no espaço social. O que implica em pensar na

existência atual de não apenas uma classe trabalhadora, mas de pelo menos duas subclasses, distintas e que por vezes, estão na defesa de interesses diferentes⁹.

Há, ainda, para além de grupos distintos de trabalhadores, aqueles que sequer se encaixam nessa categoria. São os ditos “desocupados” (alguns com problemas de dependência de álcool e de outras drogas ilícitas), mas que acabam operando como uma espécie de “faz-tudo” ao realizarem pequenos serviços mal remunerados para os outros moradores que não querem executá-los, ainda que não sejam compreendidos pelos outros moradores como um “trabalhador”. A figura do “desocupado” abrange uma gama grande de perfis dos moradores da baixada, todos julgados a partir do parâmetro do acesso ao trabalho e de sua licitude, como será explicado em outro momento deste trabalho. Mas, há também aqueles trabalhadores do mercado formal, empregados do comércio, desde vendedores até gerentes de pequenos e médios estabelecimentos comerciais, trabalhadores do polo industrial, profissionais efetivos de serviços públicos, aqueles que trabalham em agências bancárias e ambientes mais formais, atividades essas expressas por meio de suas vestimentas.

Seguindo um pouco mais adiante, passo pela casa de um jovem casal, onde reside outro de meus interlocutores, Henrique, 31 anos de idade, juntamente com sua esposa. A casa de dois andares em que moram foi construída recentemente; seu interior impecavelmente limpo e arrumado, com a porta e janelas quase sempre abertas, deixando à mostra o interior da residência aos que passam, cuja limpeza e organização entram em contraste com o aspecto do beco. A propósito, no “lugar perigoso” é comum observar as casas com as portas abertas e as pessoas do lado de fora, conversando, além dos becos, geralmente povoados, cheios de gente. Ocorre que, a depender do “tipo de gente” aglomerada, pode-se sentir mais ou menos seguro e, pelo que se pôde constatar em campo, a concentração de pessoas nos becos, sugerem perigo àqueles moradores de outras

⁹ Os anos em que desenvolvi a pesquisa foram marcados por inúmeros conflitos político – ideológicos no país, acontecimentos esses passíveis de diferentes interpretações, cujo resultado final foi a retirada da presidenta eleita, Dilma Rousseff no ano 2016, após um processo extremamente questionável de “impeachment”, embora o interprete como um golpe no povo brasileiro e em sua (já capenga) democracia representativa. Mas, o que é importante ressaltar: salta os olhos a pouca adesão do trabalhador manauara às manifestações que diziam lhes representar, o que parece acontecer não apenas pela campanha de criminalização dos movimentos sociais associados à esquerda. É patente a não identificação dos trabalhadores informais com atos como “Greve Geral” promovidos na cidade por movimentos sociais e sindicados. Desses acontecimentos, é possível observar esses dois grupos bem demarcados: enquanto os trabalhadores formais faziam greves reivindicando a garantia de direitos sociais históricos, a parcela de trabalhadores informais (ou seja, a grande maioria dos trabalhadores de Manaus) continuavam suas labutas individuais cotidianas, indiferentes ao discurso de “greve” enquanto meio de conquista de direitos. Fazer greve contra quem, se são trabalhadores precarizados de si mesmos?

localizações. Embora, os eventos de violência nas vias públicas da localidade apresentem uma inexpressiva incidência.

É possível perceber, ainda, que na maioria das vezes os domicílios são caracterizados pela “coabitação familiar”, uma variável que aparece insistentemente nas pesquisas demográficas como um indicador negativo para a cidade em termos de qualidade de vida no quesito habitacional. Situações em que os filhos em idade adulta formam suas famílias, mas permanecem residindo na mesma casa ou em um “puxadinho” construído por eles mesmos na casa dos pais. Por vezes, observa-se a existência de mais de três núcleos familiares na mesma unidade habitacional, além de membros da família extensa (tios, avós, sobrinhos) e até agregados. Embora, esse não seja um quadro muito diferente das famílias da área elevada.

Mais adiante em minha caminhada, há o cruzamento de três becos, e no meio desse cruzamento um bueiro, onde alguns moradores (em sua grande maioria, homens) se aglomeram, sentando-se sobre sua tampa e tornando ainda mais estreita a passagem. Esse é um dos pontos de concentração de mais uma leva de “desocupados” que aparece na fala de alguns de meus interlocutores, mas, esses considerados como os “vagabundos” não convertidos. É observável como a religião se inscreve de maneira central na percepção dos moradores da baixada entre si e, por esse motivo, torna-se necessário ser demarcado como “evangélico” ou, em menor expressão, um católico frequentador das atividades da igreja, pois essas figurações muito presentes nas interações sociais existentes nos becos, podem trazer um pouco mais de dignidade ao “desocupado” da localidade, sendo esse grupo o mais preterido e pauperizado em escala local.

Dobrando à direita, chego no beco onde está a casa do núcleo familiar da senhora Conceição, uma de nossas interlocutoras. É uma pequena taberna de estrutura mista (madeira e alvenaria), onde residem pai, mãe e os três filhos – os dois mais velhos formados e a caçula, uma jovem transexual que ainda está cursando universidade, que também é uma interlocutora. Em frente à casa da senhora Conceição, observa-se uma casa de madeira, onde reside uma família numerosa, aliás, mais de um núcleo familiar, cujos membros adultos estabelecem praticamente toda sua rotina na localidade: durante o dia, vendem mantimentos e verduras; à noite, montam seu material em frente à sua casa, para a venda de churrasco. A propósito, a atividade comercial é a ocupação (informal) de boa parte dos moradores. Em algumas vezes em que fui ao estabelecimento dessa família pude perceber o conteúdo das conversas, cujo assunto transitava entre estilo de roupa e técnicas de pintura de cabelo que fazem questão de manter. A atendente vez por outra é uma moça de pele

“parda”, com mini short e blusinha, que mantém relações de amizade muito próximas com seus vizinhos da frente, a família da senhora Conceição. Outras vezes, o atendente é um rapaz jovem, de aproximadamente 17 anos, cabelos com franja longa em tom claro, devido a aplicação de luzes. Existe um estilo de vestir, de arrumar o cabelo que eles se esforçam em manter e que, em todo momento, ressalta as informações próprias da cultura popular predominante na localidade.

No beco as crianças brincam, trançam-se entre si de tal modo que o transeunte, de certa forma, participa de suas brincadeiras, ao precisar desviar-se delas. Mas, essa cena é mais frequente ao final da tarde, o que indica que grande parte das crianças estejam ocupadas com outras atividades durante o dia. Ao caminhar pelo beco, observa-se certa quantidade de lixo nos cantos, pequenos e médios buracos no chão com água da chuva empossada em função do concreto desgastado. Há mais de uma década sem manutenção, as tubulações de esgoto expostas sobre a superfície dos becos, apresentam-se esburacadas; deterioraram-se tanto em função do tempo, quanto pelo peso diário dos moradores que transitam sobre as estruturas de cano de esgoto, uma vez que as tubulações ocupam boa parte de sua largura, obrigando os moradores a caminhar por cima delas. Além disso, os bueiros e tubulações ficam constantemente entupidos quando dos eventos de chuva, em função do lixo que desce junto com as águas, fazendo com que alagamentos voltem a assombrar os moradores, embora em proporção bem menor, se comparado à década anterior. Há pequenas bancas para venda de comida estabelecida pelos próprios moradores, muitas vezes ao lado dessas estruturas esburacadas do esgoto, onde se aglomeram pequenos grupos de pessoas, geralmente ao final da tarde.

Ando um pouco e chego ao igarapé, onde fica o rip rap, deparando-me diretamente com uma ponte. Do outro lado, estão as outras casas da baixada entendidas como pertencentes ao bairro Petrópolis, caminho por onde se chega às ruas das partes altas do bairro. Ao observar o “rip rap” percebe-se que toda a extensão do que seria sua calçada está ocupada por pequenos barracos que funcionam como pontos comerciais. Na verdade, as duas laterais de concreto do rip rap onde seriam as calçadas foram sendo apropriadas aos poucos pelos moradores, que ali construíram seus pequenos barracos e montaram suas vendas, ao assimilaram a calçada como um espaço ocioso, a despeito de sua funcionalidade pública. Então, os barracos improvisados presentes nas laterais do rip rap apenas acrescentam mais uma informação “poluidora” à localidade.

Nesse lugar onde cursava livremente o igarapé, agora está o rip rap e a rua construída ao lado, que funciona como única via de acesso às imediações da baixada a dentro, havendo sempre grande fluxo de pessoas e veículos, apesar do pequeno espaço. Esse ambiente também corresponde ao espaço de lazer à noite para parcela dos moradores, geralmente aqueles que fazem sua rotina na localidade, sejam os ditos “desocupados” em suas mais distintas variações, os trabalhadores de atividades braçais, sejam homens, mulheres e crianças. À noite, a partir de aproximadamente 18:00hs, transitar por essa via se torna mais difícil dado o grande número de gente que se concentra nesse ponto da localidade. A maioria se reúne para vender ou consumir comida que, aliás, parece ser a ocupação (mais um tipo de atividade informal) que se torna preponderante entre mulheres adultas que não trabalham fora, uma vez que essa seja a forma mais viável e acessível para grande parcela dos moradores de obtenção de renda: cozinhar e vender seu serviço.

A ocupação da calçada pelos barracos improvisados empurra os pedestres para rua que existe ao lado do rip rap, fazendo com que concorram com os carros por espaços para transitar. Durante o dia, há de tudo um pouco: venda de peixe, CD's pirata, brechós, frutas, etc. Há ainda quem tenha aproveitado para fixar moradia, construindo pequenos barracos que medem no máximo 1x3 metros, cujo material é variado – madeiras reutilizadas, pedaços de compensado, lona, tijolos. Esse lugar trata-se também da localização que representa para alguns moradores das partes elevadas, o centro do “lugar perigoso”, dado o ambiente que sugere. Na verdade, a concentração de um quantitativo de gente na rua no horário noturno, causa um impacto ao *olhar de fora*, não pela quantidade de pessoas em si, mas em decorrência do contexto: um lugar insalubre, repleto de pessoas com um estilo de vestir e se comportar preterível socialmente, as músicas que ressoam em volume alto, a figura do “desocupado” (homens e mulheres sem uma ocupação definida, vistos como “preguiçosos”) e no limite, a figura do “galeroso” e da “piriguete”. Entretanto, essas informações são sempre difusas, pois não há um ponto em específico que se demarque como o “lugar perigoso”. Para alguns, ele pode começar até mesmo antes desse ponto, ou seja, no exato momento em que se visualiza os becos da baixada, a circulação de pessoas, a forma de se vestirem ou interagirem, a maneira de usar determinados cortes de cabelo etc., tudo indica para os transeuntes que há algo incômodo, “perigoso”, “desordenado”.

Nessa rua, reúnem-se grupos de homens de diferentes idades, geralmente no início da noite que fazem questão de denotar sua associação a alguma prática ilícita, expressa pela forma de falar e pelos diálogos que desenvolvem entre si, sem receio em relação àqueles

que passam. Não se sabe ao certo quantos e exatamente quem têm algum envolvimento com a venda de drogas ilícitas ou outras práticas criminosas, nem mesmo busquei especular nesse sentido posto que a investigação não se propõe a trazer tais informações, mas se sabe que alguns ficam nas laterais de uma das pontes, outros em outro beco um pouco mais adiante, exatamente na passagem que faz a intersecção entre a comunidade e o bairro Petrópolis. Pode-se ouvir ligeiramente o tom de suas conversas ao passar entre eles, entretanto, o acordo tácito local pressupõe regras na interação entre os moradores que não permitem a abordagem e o confronto. Convém transitar, deixar estar, tornar-se passivo e visualizar como “natural” àquilo que fuja do controle, dinâmica construída estrategicamente pelos moradores.

2.2. A COMUNIDADE

Um jornal local noticia o aniversário de 28 anos da comunidade no ano 2014 utilizando os seguintes termos: “Moradores gozam da posição geográfica do bairro e apesar de algumas carências, conquistaram outras conquistas importantes”. A localização em uma região central da cidade é de fato um dos argumentos que advogam a favor da moradia na comunidade, apesar de sua paisagem expressar deficiências em termos de estrutura urbana, conforme salienta o enunciado jornalístico. A comunidade Santa Clara tem como adjacentes dois bairros centrais da cidade, como já mencionado, os bairros Aleixo e São Francisco, sendo compreendida pelos moradores de maneira diversa, embora a prefeitura tenha passado a interpretar essa área como pertencente ao bairro Petrópolis recentemente. Apesar disso, não há nenhuma delimitação oficial que indique seu perímetro exato. Assim, os limites da comunidade dependem do mapa mental de cada morador, cuja referência central é a Igreja Católica Santa Clara. O próprio nome da comunidade revela a influência da Igreja Católica, enquanto instituição, em sua constituição, formando um agrupamento socioespacial que se compreende de maneira indissociável à percepção eclesial sobre o espaço.

Para efeito de explicação e melhor compreensão, a comunidade refere-se a um pequeno território ocupado em meados de 1980, constituído como tal em 1986. Seu território compreende hoje um conjunto de aproximadamente 15 ruas e dezenas de becos, abarcando parte das localidades do entorno do igarapé, embora alguns moradores não percebam essas áreas de baixada como parte da comunidade. Assim como todo bairro

Petrópolis, o solo da comunidade Santa Clara apresenta áreas elevadas e de baixada: nas partes altas localizam-se as ruas, estreitas e sem calçada em sua grande maioria. Na área de baixada existem algumas ruas cujo trajeto direciona aos becos no entorno do igarapé, onde se forma uma espécie de labirinto, espaço identificado pelos meus interlocutores como “o lugar perigoso”, “onde só tem gente que não presta”.

A área hoje compreendida como o território da “comunidade Santa Clara” corresponde a um ponto de intersecção entre três grandes bairros antigos; um deles, o bairro Aleixo, a circunscreve nas imediações da parte alta, enquanto os outros dois, São Francisco e Petrópolis, situam-se nos limites das partes baixas. Sim, o bairro Petrópolis também é compreendido como um bairro vizinho, apesar de atualmente comportar o território da comunidade. Tanto assim que os moradores se compreendiam (e alguns ainda adotam essa compreensão) de maneira diferente. A lógica da percepção se justificava a partir de uma perspectiva territorial: aqueles que residem em ruas, tanto da parte alta quanto da parte baixa, se reconheciam pertencentes ao bairro Aleixo; os que residem na área de baixada, onde havia pontes de madeira e hoje existem os becos, percebiam-se pertencentes à Petrópolis e São Francisco. Na figura abaixo, apresento a representação de como se situa a comunidade em relação aos bairros antigos, onde é possível visualizar a complexidade com que se define esse espaço e a localidade estigmatizada em questão neste trabalho. Observe-se que a comunidade Santa Clara está situada no perímetro territorial compreendido como bairro Petrópolis, mas por se tratar de uma região constituída mais recentemente, também é compreendida individualmente. A localidade estigmatizada, por sua vez, em condição de *região de fronteira*, tende a ser isolada simbolicamente em relação a todas essas representações coletivas territoriais, seja em relação aos bairros ou à própria comunidade, pois pode ser entendida como parte de algum, todos ou nenhum deles.

Com maior clareza se identificam as ruas como parte da comunidade Santa Clara, a região onde ficam os becos, por sua vez, tornam-se difíceis de serem identificadas como parte componente sua. Afirma-se isso porque o igarapé e os becos que lhe cercam estão situados em região fronteira entre a comunidade e os dois bairros (Petrópolis e São Francisco), de modo que o conjunto de vielas da baixada parecem pertencer a todos os lugares e ao mesmo tempo a lugar nenhum. Alguns moradores percebem, inclusive, o igarapé como uma linha divisória em que se pressupõe o término da comunidade, mas essa informação sempre soa incerta – as localizações de entorno do igarapé funcionam como a porta dos fundos da comunidade Santa Clara.

A parte alta da comunidade, por sua vez, concentra o que nesse universo geográfico são considerados símbolos centrais: A igreja católica que dá nome à comunidade, a Associação de Moradores, o Clube de Mães, a Gráfica (único empreendimento privado considerado de grande porte, localizado dentro dos limites territoriais da comunidade e que emprega alguns moradores). Nessa localização do bairro se tem mais fácil acesso à Avenida André Araújo, pois se está próximo da entrada da comunidade e, apesar das deficiências comuns aos bairros de periferia de Manaus, hoje apresenta uma paisagem diferente de seus anos iniciais de ocupação.

2.2.1. Ocupação e constituição da comunidade

Por estar tratando de uma região da cidade ocupada recentemente se comparada aos outros bairros que a circunscrevem, todos constituídos em meados da década 1950, não há registros oficiais ou acadêmicos anteriores que tratem do trajeto de ocupação desse espaço em específico. Desse modo, foi necessário recorrer à rememoração dos moradores para que reconstruíssem, diante de mim, a trajetória histórica de constituição da comunidade, além de lançar mão de informações constantes nos documentos pertencentes à associação de moradores local. Fica claro, no entanto, que a ocupação se deu em um momento de expansão do perímetro urbano da cidade por meio das ocupações, fenômeno iniciado desde a década de 1970 e narrado por inúmeros estudos científicos. Tratava-se, portanto, de um momento em que essas ocupações iam determinando o caminho pelo qual a cidade deveria se expandir. Os lugares que comportavam as ocupações populares, tratados sob a pecha de “invasão”, fossem onde fossem, eram (como ainda são) tratados com acidez por parte da imprensa local.

Os registros da associação de moradores relatam o início da ocupação da área datado do ano 1984. O documento informa que a liberação das terras para a moradia na comunidade em 1986, ano em que fora constituída, é parte do rol de conquistas de organizações populares como CUT, sindicatos dos metalúrgicos e Igreja Católica, representada na figura de uma personagem emblemática dos eventos de ocupações populares por moradia nos anos 1980 em Manaus, a irmã Helena Augusta Walcott. Segundo esse documento, esses personagens conseguiram juntos, não apenas a liberação desta terra para moradia popular, mas de algumas outras ocupações no perímetro urbano da cidade. A irmã Helena esteve à frente da constituição de diversos bairros como Santa

Etelvina, Monte das Oliveiras, Crespo, Zumbi, Santo Agostinho, João Paulo, dentre outros. Não há como falar dos eventos de ocupação popular de moradia nesse período sem se reportar a sua figura: uma senhora negra, com gestos fortes e uma religiosa comprometida com movimentos sociais ligados aos CEB's (comunidades eclesiais de base) entre os anos 1970 e 1980.

Eduardo, 39 anos, casado, pai de uma menina, morador da parte elevada da comunidade desde 1988, é um de meus interlocutores que contribui para o resgate desse trajeto, assim como para a compreensão da constituição da localidade de baixada no “lugar perigoso”, como, inclusive, ele mesmo entende. Eduardo lembra que, quando chegou à comunidade ainda com 12 anos de idade, havia poucas casas e o espaço foi sendo “invadido” aos poucos. Ele recorda que a área onde hoje é a comunidade era utilizada como atalho, uma espécie de trilha para aqueles que se locomoviam entre os bairros Aleixo e Petrópolis. Sobretudo, os trabalhadores do Primeiro Batalhão da Polícia Militar, situado no bairro Petrópolis. Sua tonalidade de voz indica, inclusive, certa discordância em relação aos eventos de ocupação popular de moradia que julga serem bagunçados, exceto a comunidade onde mora (também oriunda do que ele denomina “invasão”), por não ter sido uma “invasão bagunçada, foi uma invasão que foi feita aos poucos”. Em sua memória, o momento inicial de ocupação local reporta a outro personagem de quem pessoalmente nunca tinha ouvido falar, uma líder comunitária de nome Santana. Segundo ele, essa senhora tomava a frente de vários processos de ocupação nos anos 1980.

Dizem que foi a irmã D* que começou aqui, né? Mas, na verdade já tinha umas casas aqui quando ela veio pra cá. Aqui e lá embaixo. Mas, era poucas, assim. Muito mato. Aí quando eles viram que já tinha muitas pessoas aqui, eles vieram. A irmã D* com essa Santana, né. Que ela era fomentadora de invasão, né? (...) Ela era fomentadora de invasão. Tanto que quando começou a ficar urbanizado ela foi embora pro Zumbi, pra invadir pra lá. (...) A igreja veio depois, né? A igreja deu continuidade no que já tava sendo realizado aqui, que as pessoas vinham chegando pra cá aos poucos. Aí quando a igreja veio com um grupo de pessoas, aí... aí ficou. (Eduardo, 2015)

As mudanças em termos de estruturas foram acontecendo aos poucos, na medida em que ocorriam as ocupações pontuais dentro do perímetro da comunidade. Para os moradores do entorno do igarapé esses eventos representavam uma oportunidade de aquisição de terreno melhor situado territorialmente. Havia mobilidade no espaço interno da comunidade, fomentada pelas ocupações que aconteciam, volta e meia, nas áreas de platô elevado consideradas “vazias”. É o que nos revela outra interlocutora, moradora de

uma das tantas ladeiras que caracterizam o solo da comunidade, Sra. Aline. Ela é moradora do bairro Petrópolis desde o fim da década 1970 e, após morar de aluguel em diferentes localizações do bairro, mudou-se para as imediações da comunidade em meados 1980. Ela faz parte do grupo dos que saíram da área alagadiça e conseguiram um terreno em solo um pouco mais elevado, após ter comprado uma casa localizada em uma das ladeiras da comunidade. Sua casa localiza-se nas proximidades da baixada do entorno do igarapé, praticamente onde os becos terminam e inicia a rua. Assim como ela, muitos moradores das ruas da parte alta de hoje, já foram moradores da parte baixa. As mudanças se deram ou por meio das ocupações residuais que aconteceram entre 1970 a 1990, ou por meio de compra de um terreno ou casa. Dessa forma, sua memória registra a existência de casas nas margens do igarapé desde a década 1970. Segundo ela, nesse período, as partes altas da comunidade eram tomadas apenas por mato e foram sendo ocupadas aos poucos, ocasiões em que alguns moradores migraram de baixo para cima. Era o tempo de terrenos grandes e famílias numerosas, da presença do verde das árvores, dos costumes interioranos como o cultivo de pequenos canteiros que proporcionavam verduras regionais, como chicória, cebolinha, coloral etc.

Serviços básicos como luz e água só era possível, em meados da década 1980, por meio de ligação clandestina. Enquanto os bairros antigos de seu entorno já contavam com equipamentos de infraestrutura urbana, por se constituírem havia mais ou menos duas décadas, a comunidade era repleta de casas de madeira e ruas sem asfalto. A chuva fazia com que as ruas da comunidade nas partes altas, ficassem tomadas por lama em função do solo argiloso; enquanto as partes baixas situadas às margens do igarapé da Cachoeirinha eram tomadas por enchentes.

2.2.2. Influência da Igreja Católica e as novas figurações religiosas

A “comunidade” Santa Clara corresponde, antes de tudo, a uma representação territorial da igreja católica. Seu nome, por si só, expressa a influência e presença ativa dessa instituição no trajeto histórico da comunidade. Entretanto, essa determinação sobre o espaço não se limita a uma comunicação interna entre fiéis da igreja, ela se estende a todos os moradores dessa região, de modo que não apenas católicos assim se reconhecem, mas aqueles que têm suas moradias em alguma rua ou beco do lugar, a despeito das diferenças religiosas – todos estão no território da comunidade. Por vezes, as duas histórias,

igreja e comunidade, se entrelaçam e se confundem – embora, a igreja tenha estabelecido sua primeira capela anos após a constituição da comunidade. A ideia de dar nome santo a esse pequeno território teria partido de uma promessa de irmã Helena, segundo a qual, havendo sucesso no processo de solicitação de liberação das terras para a moradia popular, a comunidade receberia o nome que hoje lhe denomina. Informações essas que constam nos documentos da associação de moradores, onde a figura da igreja Católica da comunidade aparece constantemente, quando dos eventos de solicitação de melhorias de infraestrutura local.

A estratégia da igreja na constituição de uma comunidade forjada a partir de laços de vizinhança pauta-se na premissa de que grupos primários pertencentes a uma mesma região tendem a se reconhecer em suas demandas em comum, uma vez que sejam motivados pela proximidade e reconhecimento entre si, sentindo-se à vontade para a exposição de ideias e busca por soluções para os problemas comunitários identificados. Na prática da partilha de opiniões, dinâmica comum às CEBS (Comunidades Eclesiásticas de Base) da igreja Católica, percebe-se que os problemas não são individuais, mas de todos. Todavia, a práxis da igreja não comporta as tensões que se inscrevem nas nuances de classe contidas em um mesmo território, pelo contrário, tenta unir aqueles cujas demandas grupais revelam-se cotidianamente distintas. É um pressuposto da igreja o convívio harmônico entre classes. Todavia, o ato de reconhecer-se ou não enquanto comunidade, sendo ela em gênese uma abstração católica é, com efeito, fator revelador das diferenças silenciadas. O modo de laço afetivo da comunidade se fragmenta na medida em que essas diferenciações são expressas concretamente no próprio território, considerando um aspecto central de ordenação normativa de convivência comunitária, segundo Tönnies: a religião.

Observe-se que, ao mesmo tempo em que a influência da Igreja Católica sobre a comunidade perpassa os estágios primários de sua ocupação e se inscreve de forma atuante nos processos de reivindicação por melhoria nos anos posteriores, fazendo com que a caminhada da igreja se entrelace ao da comunidade a ponto de confundirem-se. Também, e contraditoriamente, perde sua força de atuação em contexto contemporâneo, dado o número cada vez mais expressivo de evangélicos, ainda que figure como instituição sempre atuante quanto dos eventos de reivindicação do bairro. Curiosamente, a área de baixada demonstra ser uma das regiões da comunidade onde a igreja católica tem menos influência, na mesma medida em que há por parte dos moradores, certo receio de reconhecer-se pertencente à comunidade. Além (ou em função) disso, nessas imediações há um número

expressivo e crescente de pequenos templos que se espalham pelos becos e vielas, cujas estruturas não requerem grande dispêndio. Isso porque casas podem se tornar igrejas, estabelecimentos comerciais fecham e quando abrem as portas passam a funcionar como templos religiosos, assim como homens que desempenham diferentes atividades tornando-se pastores e passam a ter como fonte de renda as atividades que desenvolvem em seus pequenos templos evangélicos que, aliás, eles mesmos fundam. Há geralmente mais de um pequeno templo em um mesmo beco e cada qual representa uma vertente evangélica diferente ou, por vezes a mesma, mas apesar das semelhanças, não há um indicativo de unidade, mas práticas religiosas pontuais e fechadas em si. Em grande parte, essa subdivisão se atribui à figura do pastor morador da localidade e fundador do seu pequeno templo, do seu pequeno rebanho que contribui para que ele continue se dedicando integralmente à atividade religiosa, pois, deve ele mesmo ser exemplo vivo da prosperidade que prega. As roupas expressam esse desejo: homens de terno e gravata, mulheres com vestidos longos e salto alto circulam pelos becos e se dirigem aos cultos.

A disputa por fiéis é desigual, pois a igreja católica situa-se, como já mencionado, na parte alta da comunidade. A localidade de baixada passou a contar em tempo mais recente apenas com uma pequena capela, ao lado do igarapé, agora contido em rip rap. As atividades desenvolvidas na capela eram da responsabilidade da paróquia São Pedro, mas recentemente passou a compor a Área Missionária do bairro. O motivo alegado foi a proximidade da localidade à igreja Santa Clara e à Área Missionária, cujos fiéis agora são responsáveis pelos direcionamentos das missas e eventos realizados na capela, uma vez que os moradores da baixada não se envolvem de forma expressiva nas atividades da igreja católica a ponto de tomar a frente de suas atividades. Chama atenção que mesmo em divisão territorial clerical, torna-se difusa a associação das áreas de baixada de igarapé, onde ficam os becos, ao bairro que lhe é de fato correspondente.

É necessário explicar que em termos estruturais eclesiais, a “comunidade” faz parte de uma área missionária do bairro Petrópolis juntamente com outras 3 comunidades, algumas das quais abarcam os conjuntos habitacionais do bairro, ao mesmo tempo em que a paróquia de São Pedro abrange outras regiões de Petrópolis. A percepção da igreja sobre o espaço é dada a partir da estrutura e densidade demográfica que cada região apresenta, de modo que dioceses com densidade demográfica e estrutura menor, geralmente aquelas constituídas mais recentemente, são consideradas áreas missionárias e, outras com características opostas, constituem-se enquanto paróquias. Para que se tenha dimensão da

extensão do bairro Petrópolis, observe-se que nele constam uma área missionária e uma paróquia. A comunidade Santa Clara hoje é mais que uma diocese subordinada à estrutura da Igreja Católica, mas tornou-se, por assim dizer, uma espécie de bairro “não oficial”. Talvez isso explique a forma difusa como é compreendida em todo seu conjunto: sendo parte do bairro Petrópolis e, ao mesmo tempo, tendo status de um pequeno bairro.

Em síntese, a religião enquanto “modo de união afetiva” na comunidade, conforme pontua Tönnies, ocupa uma posição central nesse contexto, pois é determinante para articulação ou desarticulação coletiva, uma vez que se não há reconhecimento, possivelmente não há proximidade e, não havendo proximidade, os laços afetivos comunitários tornam-se inférteis. Se há um *ethos* religioso imperativo em cada localização da comunidade, eu diria que, grosso modo, nos becos da baixada esse *ethos* corresponde ao evangélico pentecostal, cujas atividades das igrejas tornam-se mais evidentes, assim como o reconhecimento de grande parte dos moradores; enquanto na parte alta da comunidade as atividades relacionadas à igreja católica tem maior visibilidade e inserção da comunidade como um todo. Mas, claro, isso apenas em linhas gerais, pois essas duas figurações religiosas dividem espaço em todo território da comunidade, de tal modo que qualquer tentativa de organização popular agora não requer apenas o apoio da Igreja Católica, mas dos pastores que se subdividem em pequenos templos e diferentes vertentes evangélicas, embora esses sejam mais resistentes em assimilar a reivindicação por demandas coletivas como *práxis* religiosa.

2.3. A LOCALIDADE DO ENTORNO DO IGARAPÉ: ALTERAÇÕES FÍSICAS E MANUTENÇÃO DO ESTIGMA

A paisagem natural do igarapé e a arquitetura das casas que o circundam mudou, assim como os significados sobre ele. Há lembranças fragmentadas a respeito do trajeto socio-histórico dessa parte da comunidade, por não haver documentos ou estudos que contenham registros específicos sobre sua ocupação e transformações. Esta é a parte da história da cidade que não se conta, mas apenas se faz referência genericamente, enquanto parte de um fenômeno ocorrido em Manaus de forma mais intensa a partir da década 1970, a saber, as ditas “invasões à margem dos igarapés”. Nada consta sobre sua trajetória e as sociabilidades que comportou em tempos pretéritos, nem do percurso que o conduziu a ter a aparência de um lugar “onde só tem gente que não presta” em contexto contemporâneo.

Nem mesmo nos documentos da Associação de Moradores a localidade tem destaque, havendo apenas uma pequena referência sinalizando que a intervenção feita pelo prefeito Alfredo Nascimento do ano 1997, quando da drenagem do igarapé em rip rap e retirada de vários núcleos familiares do lugar, teria sido uma solicitação dessa associação, onde a localidade é mencionada como “área alagadiça”. A invisibilidade da ocupação do lugar talvez se dê pelo fato de que o ato de constituir moradia no entorno do igarapé não seja um feito que se ostente, mas um problema a ser sanado. Assim, é tão somente pela história oral que se tornou possível a ilustração desse pequeno fragmento da periferia de Manaus, denominado sarcasticamente pelos seus arredores como “Bodozal”.

A história oral revela que apesar de a parte de baixada no entorno do igarapé ter sido ocupada em meados da década 70 do século XX, antes mesmo da ocupação da parte alta e da constituição da comunidade Santa Clara, as intervenções estatais nessas imediações datam de período recente. Até a década 1990, a possibilidade de algum veículo motorizado percorrer o chão do entorno do igarapé ainda era algo muito remoto para os moradores, irreal até. Até então, havia apenas casas em estilo palafita e pontes de madeira construídas pelos próprios moradores, dado ao solo alagadiço e úmido. Os terrenos eram consideravelmente grandes com espaço suficiente para a existência de árvores de grande porte, como jambeiros e mangueiras. As casas mantinham certa distância umas das outras. Além disso, os moradores em grande parte advindos do interior do Amazonas mantinham o hábito interiorano de cultivar hortaliças em pequenos canteiros, para uso pessoal, além de pequenas criações de galinha e outros animais de pequeno porte. A paisagem do lugar nesse período era caracterizada pelas moradias feitas de madeira no estilo palafitas, com canelas altas, próprias para evitar que a enchente alcançasse o assoalho das casas e para prolongar sua duração, uma vez que em solos dessa natureza a areia tende a soterrar paulatinamente as casas, fazendo com que fiquem cada vez mais baixas e então, mais suscetíveis às enchentes. No contexto de áreas de entorno de igarapés, inundáveis por natureza, somente esse modelo de casa é adequado.

As enchentes sempre geraram insegurança, pois, não se sabia o quanto as águas poderiam subir e, dependendo da intensidade da chuva, muitas casas poderiam ser tomadas pelas águas do igarapé. As famílias das palafitas de “canela” mais baixa, aquelas sem recurso financeiro suficiente para renovar a madeira e reconstruir casas com “canelas” mais altas, eram as que já contavam com essa possibilidade. Em 1997 foi realizado processo de drenagem do igarapé e sua contenção em rip rap, ação que fez parte do projeto “Nova

Veneza” idealizado pelo então prefeito Alfredo Nascimento. Pela perspectiva dos moradores, até então reféns da incerteza em relação aos períodos de chuva, parecia que a implementação do rip rap haveria de melhorar as condições de moradia no lugar ao dar fim aos eventos de enchentes. Do ponto de vista de alguns moradores, o lugar teria se tornado, enfim, ideal para moradia, sobretudo se for considerada sua localização nas proximidades do centro da cidade. A expressão “fica perto de tudo”, funciona quase como um consenso entre os moradores da baixada, quando se referem às vantagens de morar na localidade.

Após o igarapé drenado, as pontes de madeira foram sendo retiradas, dando lugar às dezenas de becos que hoje caracterizam o lugar. Aquelas ações propunham-se iniciais, o poder público garantiria que dentro em breve outras etapas do projeto seriam executadas e finalizariam os planos da prefeitura para o local. O que mais se ouvia era a promessa de que todas as casas seriam retiradas e que os moradores seriam realocados para uma área próxima, pondo fim à agonia coletiva vivenciada em tempos de chuva, ocasionada pelas enchentes, além da construção de uma avenida que ligaria dois bairros centrais da cidade. Naquela ocasião, porém, não houve a construção da avenida que deveria ser construída nas duas partes laterais do rip rap, conforme havia sido prometido inicialmente, mas apenas a construção de uma rua estreita, até hoje inacabada e sem saída, descrita no tópico anterior.

Os técnicos da prefeitura, responsáveis pelas obras no local daquele período, informavam aos moradores que “em breve” as obras teriam continuidade, e deixaram algumas casas marcadas para serem retiradas tão logo voltassem, não deixando, contudo, datas específicas para tanto. Entretanto, os anos se passaram e não houve a ação de complementação prometida até o momento em que desenvolvi esta pesquisa. O projeto ficara inacabado, deixando como herança para os moradores o atual quadro da localidade: o igarapé poluído contido em rip rap, cujas canalizações implementadas direcionam os resíduos domésticos para seu leito, além do grande acúmulo de lixo em suas margens, trazido pelos moradores dos becos (sem acesso a esse serviço) para que o caminhão coletor possa recolher.

Mesmo com todas as deficiências e precariedades presentes no lugar, alguns moradores que viram as mudanças acontecerem, consideram que a localidade hoje está melhor que antes. Uma de minhas interlocutoras, a sra. Mirtes, natural do interior do Pará, remonta o momento em que os becos, ainda alagadiços, passaram a receber asfalto, no fim da década de 1990. Sua casa fica localizada ao lado da estrutura do rip rap e fora comprada

há aproximadamente seis anos. Afirma que antes morava a alguns becos dali, ainda nas imediações do igarapé, onde constantemente via sua casa tomada pela água, chegando a atingir, segundo ela, a altura do pescoço. Seu filho continua morando no lugar de onde ela saiu:

Sabe como é a casa dele? É assim, fica atrás do quintal dos outros. Como diz o outro, ‘fica no miolo’ (...) Ele mora assim... ele comprou um beco lá pra poder passar pra lá, né. Então ele mora assim, no miolo mesmo. Casa daqui, casa dali”. (Mirtes,2015)

Geralmente, os moradores da baixada que moram em localizações como essas que a sra. Mirtes descreve fazem como ela fez, ou seja, compram outra casa um pouco mais próxima das ruas, ainda que seja no entorno do igarapé, pois é apenas o que seu poder de compra permite. Essa “mobilidade” dentro das imediações da baixada lhes parece vantajoso, haja vista a dificuldade introduzida na rotina daqueles que moram, como ela indica, no “miolo” dos becos. Dificuldades essas que atingem dimensões primárias do cotidiano dos moradores, como o ato de jogar lixo, de ter que retornar para casa à noite, de precisar transportar objetos de grande porte para seus domicílios, ocasião em que é necessário um esforço maior do que aquele empreendido por quem reside em local onde há livre acesso de carros. Ela atualmente mora ao lado do rip rap, mas não na rua, ainda na parte onde ficaram os becos e convive com o aspecto do igarapé em dias atuais, repleto de lixo e esgoto sanitário, além das pragas urbanas como baratas e ratos que fazem sua morada na estrutura do rip rap, porém em sua percepção – decorrente de sua experiência pessoal – , teve uma melhoria de vida.

Antes da implementação do rip rap e a contenção das águas do igarapé, ela e os demais moradores daquelas imediações, convivia com o problema que considera muito mais perturbador: as enchentes. Ainda que seu ambiente de moradia seja considerado insalubre em relação ao contexto da cidade, ela entende que houve melhoria e assim compreende por ter como parâmetro as ocasiões anteriores em que tinha que conviver com o medo de ver sua casa tomada pelas águas do igarapé que inundavam toda a extensão da baixada em períodos de chuva e as limitações de se morar em um lugar em que pouco se podia construir ou planejar, além das dificuldades cotidianas de circulação. Além disso, era necessário um investimento constante em reforma da casa que implicava em desconstruir toda sua estrutura e construir outra, com canelas mais altas.

A senhora Mirtes se sente, aliás, orgulhosa por ter feito parte do grupo de moradores que conseguiu o que ela denomina como “urbanização”. Entretanto, é possível identificar relações de clientelismos envolvendo políticos locais quando das alterações que o lugar sofrera, indicando como os moradores enxergam o processo de aquisição de melhorias pessoais e coletivas. Diz ela:

Olha, quando eu fazia campanha, quando eu trabalhava, ainda não era asfaltado isso aqui, não era nada, a gente ia atrás pra conseguir um asfalto (...) esses postes ‘das luz’ do pessoal que tudo era gato, não era? Era só aqueles pauzinhos enfiados não era? (...) nós ia (...) a gente tirava foto, aí ele [um político candidato em período de eleição] levava lá pra assembleia. Levaram até aquele negócio do Prosamim lá, logo que começou. Sabe o quê que eles disseram disso aqui? Que já tava como se tivesse concluído isso aqui. (...) aí nós saímos atrás de asfalto, pra colocar luz pra gente, tudinho aqui, sabe? Água... a gente ia atrás mesmo. (Mirtes, 2015)

Assim, os becos e a rua começaram a ser asfaltados, sobretudo, nos períodos pré-eleitorais em que alguns moradores eram contratados para trabalhar nas campanhas divulgando os serviços conseguidos pelos candidatos, com o intuito de aquisição votos. Observe-se como as “mudanças” acontecem no sentido de não alterar o contexto empobrecido: ao mesmo tempo em que a existência do lugar de moradia inadequada permite a existência de demanda aos políticos, fazendo com que operem como garantidores de melhorias individuais, também se fomenta a partir dessas relações clientelistas a permanência de moradia na localização que, em tese, o poder público deveria agir no sentido de evitar. A partir da doação de material de construção, da promoção pontual de aterramento em determinado beco, da construção de pontes de madeira, garante-se a reprodução do lugar e da perpetuação desses políticos no poder por gerações, visto que há sempre novas promessas em que a regra é “mudar” para manter tudo como está.

Com o aterro de alguns becos, os moradores passaram a construir casas de tijolo no lugar das palafitas. Hoje, ao redor do igarapé poluído, milhares de famílias desenvolvem sua rotina em meio à precariedade de serviços básicos como, por exemplo, a coleta de lixo, cujo acúmulo sobre a estrutura do rip rap, rende uma paisagem poluída (no sentido ambiental e cultural) e insalubre ao lugar. Todavia, a compreensão do sentido de “pobreza” na localidade em relação à comunidade e bairro dos quais faz parte, não é algo trivial. Ao redor do rip rap que comporta o acúmulo exacerbado de lixo, também é possível observar uma fileira de carros e motos estacionados na rua ao lado do rip rap, todos pertencentes aos moradores dos becos dessa baixada. Aliás, essa cena é comum na localidade: uma pessoa

adulta (homem ou mulher) sem propriedade, por vezes morando em condição de coabitação familiar ou alugado, ser possuidora de um veículo.

Enfim, a própria área de entorno do igarapé é, em si mesma, um grande mosaico. Hoje drenado, o igarapé não ultrapassa a largura de 10 metros, observando-se em seu entorno variados tipos de construção habitacional (casas de madeira, alvenaria e mista) as quais muitos denominam “autoconstrução”. Desde que fora implementado o rip rap, todas as tubulações não trazem para o leito do igarapé apenas as águas da chuva, mas esgoto sanitário e doméstico e não apenas local. Não é possível afirmar que os resíduos despejados no leito do igarapé se restrinjam aos produzidos na área, uma vez que os tubos de concreto que desembocam em seu leito se instalam como parte das tubulações de esgoto da cidade. Por vezes, sua água apresenta uma tonalidade diferente que não se sabe exatamente de onde vem, além do odor forte que apresenta.

Em suma, a localidade é em relação às áreas altas da comunidade e do bairro Petrópolis, o lugar menos adequado para moradia humana e, por implicação, o menos valorizado também, em tal nível que essa compreensão culmina em sua marginalização de forma generalizada. Mas, observe que, entre uma afirmação e outra, quer dizer, entre o fato de ser o lugar menos adequado para moradia e o mais estigmatizado, há uma densa discussão. Entretanto, a comunidade Santa Clara nem sempre fora constituída de áreas que se dissociavam entre si em termos de infraestrutura urbana, uma vez que surgira de ocupação popular em meados dos anos 1980, operando como área marginal em meio a um conjunto de bairros antigos. Havendo alterações na paisagem de sua parte elevada no decorrer desses anos, há uma parte sua que, do ponto de vista aqui problematizado, permanece como uma mancha em termos de precarização: as áreas do entorno do igarapé. Importa refletir como no contexto de mudanças da comunidade Santa Clara, as condições precarizadas impostas aos moradores da baixada passaram a operar como vetores para a associação dos moradores à “delinquência” de forma generalizada.

2.4. A LOCALIDADE E A COMUNIDADE EM RELAÇÃO AO BAIRRO

No interior da repartição municipal e estatal dos espaços de Manaus, o bairro Petrópolis situa-se na Zona Sul de Manaus, a mais antiga da cidade. Nela se concentra alguns dos bairros mais tradicionais, somando 18 no total, quais sejam: Centro,

Cachoeirinha, Betânia, Colônia Oliveira Machado, Crespo, Educandos, Distrito Industrial I, Japiim, Morro da Liberdade, Petrópolis, Praça 14 de Janeiro, Presidente Vargas, Raiz, Santa Luzia, São Francisco, São Lázaro e Vila Buriti. Falar da Zona Sul é falar necessariamente dos primeiros sinais de urbanização de Manaus. A cidade toma forma urbana a partir do centro em meados do fim do século XIX, fomentado por ambiciosos projetos econômicos. Era então, “a cidade sem problemas, pretendida, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista” (OLIVEIRA e SCHOR 2009, p. 66), como já mencionado no primeiro capítulo.

Entretanto, dizem Oliveira e Schor, desde então já se observava que a cidade do progresso, detentora das mais avançadas técnicas urbanísticas da época e uma importante infraestrutura urbana, não era acessível a todos: “na ‘Manaus do fausto’, o espaço é sempre um largo cenário onde só a elite tem rosto” (OLIVEIRA e SCHOR 2009, p. 67), ficando a cidade precarizada (nunca ausente), obnubilada pelo glamour dos tempos áureos da borracha. Foi por volta da década de 1920 que Manaus iniciou um de seus períodos mais longos de estagnação econômica, em função da decadência da economia da borracha, fazendo com que esta cidade relegada que se concentrava às margens do centro, explodisse e tomasse visibilidade.

A partir da década de vinte a cidade entra em crise; embora mantenha a ostentação, vem à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos, e surgem as espacialidades dos trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés: dos bairros Educandos, Curre (Glória), Plano Inclinado (Aparecida), Matinha (Presidente Vargas), São Raimundo, Morro da Liberdade. Nestes lugares predominava a ausência ou precariedade dos serviços urbanos e moradias insalubres. Os dados se referem ao período denominado como o da cidade em crise e demonstram a precariedade dos serviços urbanos e das habitações, com um percentual da população morando próximo às áreas alagadiças e sem acesso ao abastecimento de água, por exemplo. E em consequência da redução das atividades econômicas e da forte migração, a cidade se expandiu e foi ocupada por uma grande quantidade de casas de palha e de casas flutuantes, além do aumento das habitações em palafita. E em meados da década de 1960 Manaus já contava com mais de 200.000 habitantes. (COSTA e SCHMITT, 2010: p.4)

À medida que a cidade foi se expandido horizontalmente houve a criação paulatina de outros bairros, entre 1950 e 1960: “a leste – Imboca, Sta. Luzia, Morro da Liberdade, Raiz, Crespo, São Lázaro, Betânia, São Francisco, e Petrópolis; a oeste – Santo Antonio, Glória e Compensa; ao norte – São Geraldo, Chapada, São Jorge e Vila Amazônica e Adrianópolis” (COSTA e SCHMITT, 2010: p.4). Requer atenção o lugar do bairro

Petrópolis no tempo e no espaço em face do processo de expansão da cidade de Manaus. Surgindo inicialmente como um assentamento popular nos anos 1950, após a explosão da cidade periférica quando do período de estagnação econômica datado da década de 1920, era, então, completamente desprovido de serviços essenciais básicos. Anos mais tarde, na década de 1970, o bairro entraria na rota da intensificação da atividade imobiliária em terrenos desocupados, conforme é possível compreender a partir do cruzamento de informações entre diferentes fontes bibliográficas.

A carência de estudo sobre o bairro impossibilitou de certo modo a compreensão de sua constituição enquanto processo. Há apenas um pequeno livro de Tiago (2008) que faz da coleção “Histórias dos Bairros” da Prefeitura de Manaus, em que é possível encontrar algumas pontuais informações um tanto quanto fragmentadas sobre a trajetória de Petrópolis, pois o livro se dirige a ser apenas um breve registro informativo. Segundo o autor, a história de povoamento do bairro Petrópolis começa com a família de Alexandre Montoril, coronel de origem cearense. Apesar de o bairro ter sido fundado em 24 de setembro de 1951, foi a partir da grande e famosa enchente do rio Amazonas, em 1953, que seu processo de urbanização foi intensificado. Na ocasião, as famílias de diferentes cidades do interior do estado do Amazonas vieram buscar abrigo em Manaus, dado o fato de terem perdido suas casas e pertences na enchente. O coronel teria iniciado, então, o loteamento de uma área.

Não fica claro a forma como se deu a distribuição dos lotes. Mas, cerca de 20 anos após as primeiras expressões de ocupação desse espaço, já na década de 1970, surge um novo personagem de sobrenome Monteiro, alegando ser dono de boa parte das terras que compunham o bairro, apropriando-se de alguns terrenos e cobrando dos moradores instalados certa quantia em valor para que esses pudessem permanecer no local.

Esses dados podem ser interpretados como indicadores de que o bairro Petrópolis tenha passado por dois eventos iniciais de ocupação muito parecido com que descreve Davis (2006) ao tratar dos loteamentos fomentados a partir da “urbanização irregular”, conforme descrito no primeiro capítulo. O primeiro refere-se à primeira ocupação nos início dos anos 1950, embora não se possa afirmar com exatidão, uma vez que não estejam claros quais critérios o coronel Montoril utilizou para distribuição de lotes. Teria ele cedido gratuitamente parte de suas terras? Sabe-se, entretanto, que o coronel Alexandre Montoril gozava de grande popularidade, teria sido eleito prefeito de Coari e deputado estadual pelo Amazonas. O outro evento ocorre na década de 1970, quando toda a cidade entrava na rota

da intensificação da atividade imobiliária de áreas tidas como “desocupadas”, algumas das quais foram destinadas à constituição de loteamentos para famílias de baixa renda. Apesar do bairro ter sido ocupado havia duas décadas, em 1970 ainda não contava com os serviços básicos, como sistema de saneamento, água encanada e rede elétrica.

A pesquisa realizada por Antônio Gelson Nascimento entre os anos 2001 e 2005 citada no livro, cujos resultados serviram de aporte para elaboração de um mapa dos homicídios na cidade de Manaus, divulgado pelo Diário do Amazonas (2007), demonstra que o bairro Petrópolis aparece como responsável por 14,09% dos homicídios na zona sul. Curiosamente, um dos fatores alegados para justificar tal índice é, além da “ausência de políticas, programas e equipamentos sociais, o que acaba por transformar as áreas pauperizadas em espaços marcados pela violência” (Tiago, 2008. p:23), o fato de o bairro apresentar “a maior concentração de pessoas pobres”. Chama atenção a demarcação do bairro como destinado aos mais pobres da Zona Sul e a associação da maior incidência de homicídios a essa variável, ao mesmo tempo faz-se uma correlação entre o aumento da violência e a ausência de serviços básicos. Apesar disso, não se pode afirmar que no contexto da cidade, Petrópolis possa ser considerado um bairro em todo o seu conjunto manchado como “lugar perigoso”, não se trata de um bairro “famoso” pelos eventos de violência, como ocorre com outros bairros e zonas ocupados mis recentemente e que se tornaram emblemáticos para a população manauara nesse sentido.

Há uma diferenciação socioeconômica bem demarcada dentro dos limites do bairro, antes muito mais evidente do que hoje, inclusive, e essa percepção está no livro: “os conjuntos habitacionais Jardim Petrópolis e Vale do Amanhecer e os condomínios João Paulo VI, Nova Jerusalém e Vale do Sol I e II, que formam um cenário diferente de outras áreas de Petrópolis, com aspecto de área bem desenvolvida economicamente” (Tiago, 2008: p.18). A precariedade em termos de infraestrutura é comum a todo o bairro, mas nada que sobressaia à precariedade encontrada em todo contexto da cidade, com exceção às áreas de conjunto que comportam, inclusive, as áreas de lazer do bairro, como a praça. Os conjuntos se localizam nas proximidades comunidade Santa Clara, essa surgida como um enclave de gente “perigosa”, como eram (e ainda são) compreendidas as ocupações de terra.

De fato, apesar de ser um bairro popular, Petrópolis não conta até hoje com serviços básicos como uma feira, quadra poliesportiva, mesmo serviços de agência bancária são

escassos. Há apenas um pequeno posto de atendimento bancário destinado à polícia militar, localizado no Primeiro Batalhão da Polícia Militar que tem sua sede no bairro. A maioria dos moradores segue para agências nos bairros vizinhos, como o bairro Cachoeirinha e Aleixo. Somam-se a isso as ruas sem calçada que completam a paisagem do bairro com suas partes baixas e altas, cujo trajeto a pé pode ser acarretado por muitos transtornos, dado o fato de o transeunte ter que competir espaço com os carros nas ruas ao ter que circular pelas inúmeras ladeiras que o bairro apresenta. Áreas públicas de lazer são praticamente inexistentes, havendo apenas a praça do bairro localizada nas imediações dos conjuntos. Petrópolis comporta também a sede do Partido dos Trabalhadores (PT), situada nas proximidades do colégio Estadual Tiradentes, escola anunciada como um dos maiores colégios eleitorais da cidade. A sede fomentou a constituição do projeto “Alternativo” que, em meados da década de 1990, reunia voluntários que se dispunham a dar aula pré-vestibular gratuita. Hoje o projeto tem sede própria e ainda fornece cursos variados para os moradores, embora de maneira independente às ações do Partido dos Trabalhadores.

No livro citado, não há registros, porém, sobre a ocupação das margens do igarapé que perpassa a localidade, sendo improvável que essas imediações tenham entrado no rol de terras passíveis de loteamento nos primeiros sinais de povoamento do bairro, mas ocupadas pelas camadas sem poder aquisitivo para compra de terra arrendada. Talvez as moradias no entorno do igarapé não tenham sido consideradas pelo autor em função de se tratar de uma região de fronteira entre dois bairros adjacentes à Petrópolis, a saber, o bairro São Francisco e Aleixo, podendo não ter sido compreendida como parte do bairro por seus interlocutores. Trata-se de uma região difusa em termos de pertencimento territorial aos bairros.

Do ponto de vista legal recente, no contexto do Plano Diretor da cidade, as margens dos igarapés são consideradas áreas de preservação ambiental. Em tese, não podem ser ocupadas considerando uma distância de 30 metros de seu leito. Em que pese o fato de sua margem ter sido ocupada em meados da década de 1970 e 1980, bem antes que a legislação resguardasse áreas de fundo de vale, nenhum morador dessas localizações é proprietário de fato e de direito dessas terras, uma vez que nem prefeitura e nem governo do estado concedem o título de posse tendo como justificativa essa premissa técnica – os moradores estão sempre na iminência de serem retirados em função da legislação que proíbe sua permanência, mas recebem eventualmente apoio para sua permanência, quando dos períodos pré-eleitorais. Importante ressaltar, ainda, que a comunidade Santa Clara

corresponde dentro do bairro Petrópolis a uma área mais recentemente ocupada, foi constituída por volta da primeira metade dos anos 1980, momento em que as moradias do entorno dos igarapés já estavam estabelecidas, inclusive. Logo, parte das moradias no entorno do igarapé foram sendo assimiladas como parte da comunidade, por incentivo da Igreja Católica. Dessa forma, essa parte do bairro Petrópolis que corresponde à comunidade Santa Clara sequer é citada pelo autor, devendo sua trajetória ser resgatada nesse trabalho a partir da história oral de seus moradores.

Como já se explica acima, a Igreja Católica tem forte influência nas interações sociais do bairro, por ter representado durante muito tempo um poderoso instrumento de aproximação entre o que é diferente, quer dizer, entre pessoas que se associam entre si por constituírem a mesma religião, a despeito de suas diferenças de classes, origem, etc. Essa é uma premissa da igreja que é motivo para diferentes interpretações, pois, se por um lado ela promove a harmonia entre sujeitos de diferentes classes, por outro lado, essa mesma aceitação intergrupala pode ser interpretada como uma posição conservadora do *status quo*, ao silenciar conflitos latentes inerentes à correlação de classes, o que interfere diretamente na reprodução das violências simbólicas. Mas, essa é uma discussão ampla que não haveria como tratar com o cuidado que requer neste trabalho. Cumpre, então, esclarecer que foi a partir desse compromisso da Igreja Católica em relação aos mais pobres, que três décadas após o surgimento do bairro Petrópolis, ela advoga de forma atuante para o processo de formação da comunidade Santa Clara e de sua incorporação às demais comunidades pertencentes ao território do bairro Petrópolis.

Quando a comunidade surgira, completamente sem serviços básicos (conforme acontecera anteriormente quando das moradias à margem do igarapé), o bairro já contava com outras áreas melhores equipadas. Então, a imagem da comunidade Santa Clara em meados da década de 1980 é de uma área completamente desestruturada em termos de equipamentos urbanos e desarticulada de seu entorno, que passaria a ser assimilada paulatinamente a partir do compromisso da igreja católica com as articulações das populações empobrecidas. Entretanto, a cidade vivia um momento de grande expansão do perímetro urbano, em que as ocupações operavam como estratégias da população empobrecida para a aquisição de terreno e da casa própria, sendo mal vistas pela sociedade manauara, sobretudo, pelos segmentos responsáveis pela formação de opinião pública. Aqui é o momento em que se percebe a origem dos conflitos intergrupais latentes no contexto do bairro Petrópolis que interessam para esta discussão, considerando que os

moradores da comunidade Santa Clara, seriam vistos naquele momento como os “invasores” pelos demais moradores das outras localizações do bairro, conforme a opinião pública dominante daquele momento. Toda a área que hoje representa a comunidade seria vista naquele momento uma área “perigosa”, pela ótica de criminalização das “invasões”, embora haja um esforço (principalmente do interlocutor morador da parte alta) em sinalizar que esta teria sido uma “invasão ordenada”. Uma área nova que se constituiria por meios depreciados socialmente (a “invasão”), e que se soerguia vizinha a bairros antigos e já estruturados com serviços ditos urbanos.

Chamando atenção para as escalas constitutivas do estigma, aqui observa-se mais um movimento em que o grupo estigmatizado passa a buscar meios para desconstruir a imagem de inferioridade imputada a seu espaço de moradia. Quando as mudanças na estrutura da comunidade foram acontecendo, a existência de áreas mais impossibilitadas de acompanhar tais mudanças e já eleitas anteriormente como áreas degradadas pela elite manauara – as áreas do entorno do igarapé – passaria a justificar a sensação de perigo que acompanhava o imaginário reproduzido sobre a comunidade Santa Clara. E é sobre esse espaço de tempo em que a localidade passa a ser compreendida como “lugar perigoso” que se desenvolve todo o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO (DES) CONHECIDO LUGAR PERIGOSO

3.1. CONSTITUIÇÃO DO “LUGAR PERIGOSO”

Ao inferir que a pequena localidade tenha sido eleita como a parte perigosa e degradada da comunidade em que se situa, entendo que ela assim se constitui se compreendida em relação aos seus arredores considerados mais seguros e melhores para se morar. Assim, compreender como a localidade é percebida em relação os bairros adjacentes, às avenidas que o circundam, à comunidade da qual faz parte, permite mensurar a partir de quais parâmetros os moradores estabelecem suas percepções territoriais, localizando em que momento esse pequeno recorte territorial se tornou um lugar estigmatizado. Quando falo de “lugar” como um ponto estigmatizado no espaço urbano, estou me referindo às suas dimensões físicas e sociais, quer dizer, enquanto espaço físico, como localização (onde está situado) e como “espaço social, sob um ponto de vista relacional, como posição, como gradação em uma ordem” (BOURDIEU, 2010: p. 160), o que implica considerar as sociabilidades nele existentes em sentido comparativo a outras existentes nas demais localizações de Petrópolis.

Paiva (2014), ao tratar do estigma no bairro Bom Jardim, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, lugar marcado como um ponto perigoso no contexto daquela cidade, sublinha a diferenciação territorial interna entre as partes melhores equipadas em termos de infraestrutura urbana e as mais empobrecidas, esses últimos reconhecidos como moradores das *favelas* do bairro. Não diferente do que encontrei em campo na pequena localidade Manauara do entorno do igarapé, as áreas mais empobrecidas do Bom Jardim foram por ele identificadas como aquelas sobre as quais o estigma pesava mais intensamente, sendo consideradas as áreas mais violentas e perigosas do bairro, na mesma medida em que figuravam como alvo principal das ações policiais, como no caso da comunidade Marrocos por ele estudada. O autor enfatiza que essa representação ao ser interiorizada pelos moradores locais, desencadeava ainda, uma baixa autoestima e compunha um imaginário que reforçava ainda mais o estigma:

Outra situação que encontrei no Bom Jardim, em relação ao *sentimento de indignidade pessoal*, diz respeito à situação dos segmentos populacionais mais pobres do Bairro que, de acordo com sua percepção, sofrem com a discriminação local por se sentirem moradores da *periferia da periferia*. [...] A própria noção de que a Marrocos era uma comunidade de pessoas muito necessitadas de ajuda e apoio, expressa por moradores locais, faz parte de uma representação baseada nessa lógica estruturante dos sentimentos de *indignidade pessoal*, pois reflete essa ideia geral da necessidade de ajuda de “pessoas incapazes” de mudar uma

realidade aparentemente impossível de ser transformada internamente. (PAIVA, 2014. p: 94; 95).

Como e em que medida essas diferenciações estão implicadas no contexto da comunidade Santa Clara, quando da produção e reprodução da localidade como o “lugar perigoso” em relação ao seu entorno? Cumpre endossar mais uma vez, que nem o bairro Petrópolis, a comunidade, ou a localidade, são exemplos emblemáticos de “lugar perigoso” na cidade de Manaus, pois há outras áreas que desempenham esse “papel” nas manchetes da imprensa televisionada ou escrita da cidade. O problema de pesquisa, reforço, foi concebido em experiência de pesquisa na localidade, posto que seja muito sutil a legitimidade da assertiva que o demarca como um lugar onde “só tem gente que não presta”. No decorrer dos dois anos de pesquisa em mestrado fui compreendendo os meandros do estigma quando da necessidade dos indivíduos em demarcarem-se em uma posição superior àqueles estabelecidos nessa localização – estranhar algo degradado é sugerir-se em posição oposta, puro, limpo, correto. Entretanto, admitir que o estigma se sustente pelas justificativas impostas no processo de comunicação de maneira irrefletida, a despeito da experiência cotidiana da localidade, seria coadunar com a naturalização tanto dos julgamentos, quanto das desigualdades encontradas em campo. É possível, a partir das premissas de processualidade e historicidade, identificar quais aspectos materiais e simbólicos foram necessários para a demarcação da localidade como o “lugar perigoso” nesse espaço.

A comunidade Santa Clara surgiu em um momento de horizontalização de Manaus, quando as ocupações eram, em certa medida, determinantes para constituição de novos bairros na orla da cidade. Está claro até aqui que, além de a comunidade ter surgido de um processo de ocupação popular de moradia nos anos 1980, está localizada em uma região central da cidade, circunscrita por bairros antigos que apresentam uma trajetória diferente no que diz respeito ao acesso à moradia, embora haja similitudes em aspectos socioeconômicos e de mobilidade. A área que hoje corresponde à comunidade Santa Clara tratava de um terreno considerado “vazio” entre os bairros São Francisco e Petrópolis, ambos constituídos havia mais de trinta anos. Então, ao fazer o cruzamento de informações, tem-se um quadro dos anos 1980 em que é evidente uma linha divisória entre o espaço dos bairros antigos, constituídos por meio de loteamentos (ainda que populares) e apresentando uma relativa infraestrutura urbana; e o espaço mais recentemente ocupado sob a pecha de “invasão”, como a comunidade Santa Clara, onde sequer serviços básicos como água e

energia existiam. Nesse momento da trajetória manauara, as “invasões” eram o problema da vez:

O processo de crescimento da cidade, durante as décadas de 1980 e 1990, criou um conjunto de deficiências e problemas urbanos: o espraiamento indiscriminado da ocupação urbana, com aumento das invasões, nas zonas leste e norte, além do agravamento da situação às margens dos igarapés; a inadequação dos instrumentos de planejamento e controle; a insuficiência e a desarticulação da malha viária; a descaracterização ou substituição paulatina de edificações de interesse histórico e cultural; a intensificação da atividade imobiliária em terrenos desocupados; e a deficiência da infra-estrutura urbana, principalmente dos sistemas de esgoto sanitário, e dos serviços e equipamentos sociais básicos. (COSTA e SCHMITT, 2010. p: 5)

A década 1980 proporcionou não apenas o surgimento de bairros e comunidades novas, mas novas áreas estigmatizadas no contexto da cidade, decorrente do processo de deterioração da imagem do “invasor de terras”, o “baderneiro”, atribuído aos populares que ocupavam esses espaços na cidade. Além da ideia de “desordem” que as ocupações populares traziam, também eram responsabilizadas por “enfear” a cidade, torná-la suscetível às mazelas de toda sorte. Como exemplo, tem-se as zonas Norte e Leste, ambas hoje consideradas regiões-problema e estigmatizadas de maneira generalizante, sendo a última também a região mais populosa da cidade, sobre a qual o peso do estigma se torna mais ainda evidente. Observe-se como o jornal *A crítica* trata das ocupações populares nesse período, indicando o tom de intolerância com que eram assimiladas:

“Êxodo. Acredita-se que uma das causas básicas para o inchaço da capital, é justamente o êxodo rural, que está atraindo o homem do campo para as cidades ou para as sedes de municípios, gerando com isso uma busca de ocupação de terras ociosas e que na maioria das vezes servem tão-somente para especulação imobiliária, gerando os conflitos que assistimos não só em Manaus, como em todo o país. Ou o governo que entra faz algo de concreto para fixar o homem ao campo e mesmo fazer triagem dos que vem de outros Estados brasileiros, ou certamente esta crise vai tomar aspectos de luta com muito sangue derramado. Já disseram alguns, que terra cheira a sangue e os últimos incidentes, com morte, tem demonstrado isso.” (A CRÍTICA, 03 de Março de 1987)

E ainda:

"Cerca de 300 famílias estão disputando a posse de uma gleba de terra medindo 93 metros de frente e mil de fundos (...). A invasão começou ano passado, mas a confusão só veio à tona neste início de ano, e a previsão é de que haja confronto, uma vez que os posseiros afirmam que irão resistir o quanto puderem, a uma possível evacuação (...). A ordem no local é enfrentar qualquer força policial que intervir no problema."(ACRÍTICA: 1987).

À época, a precariedade da comunidade Santa Clara se tornava mais evidente por fazer fronteira com as áreas dos conjuntos do bairro Petrópolis e outro conjunto de classe média situado no Aleixo. Em determinado momento da trajetória da comunidade, essa diferença em relação às demais localizações da zona em que se situa, concedeu-lhe a pecha de um lugar inferior e perigoso. A ideia de desordem atribuída às áreas constituídas a partir de ocupação popular era endossada nos discursos políticos, na mídia televisiva e impressa, sendo entendidas como localizações onde todo tipo de atrocidade poderia acontecer. Embora alguns de meus interlocutores, sobretudo da parte alta, tentem atenuar essa condição pretérita da comunidade, não há como negá-la. Quando pergunto sobre a existência de “galeras”¹⁰ na comunidade, Eduardo, morador da parte alta responde:

Não, não tinha não. Aquilo era alguns galer... [não completa a fala] uma turminha, nem se compara com o que veio depois. Tipo, as galeras grandes, a “Anjos e Selvagens” [galera de outro bairro] que realmente eram galeras de 50 a 70 (...) logo no começo do bairro não tinha confusão não. Pra não dizer que não tinha confusão, sempre tem aqueles adolescentes, né, que brigam entre si por causa de um jogo de futebol e tal. Então, criou-se uma rivalidade (interna à comunidade) entre o [território] Santa Clara 1 e o [território] Santa Clara 2. Aqui era o Santa Clara 1 e ali [fala o nome de um campo da comunidade] era o Santa Clara 2... Então, criou um pequena rivalidade que não durou muito tempo, não (...) é, foi o nascimento das galeras, né. Foi aí que começou (...) uma turminha daqui, uma turminha dali e tal, começava a brigar. (Eduardo, 2015)

Nesse sentido, Eduardo explica que em determinado momento, a comunidade passou a ser percebida internamente pelos moradores, a partir da posição territorial oposta de dois grupos: “Santa Clara 1” e “Santa Clara 2”. Essas diferenciações implicavam na limitação de circulação de moradores (sobretudo de homens jovens) pelos dois subterritórios da comunidade. Uma caminhada de um morador do Santa Clara 1 pelo território do Santa Clara 2, por exemplo, podia resultar em brigas e “carreiras” (uma turma se reunia para “botar pra correr” o morador estranho ao território). Pautados nessa percepção, os moradores dos dois subterritórios podiam fomentar brigas nos diferentes espaços em comum que por ventura viessem a dividir, como é o caso dos campos de futebol, por ser uma das principais atividades de lazer na comunidade naquele período. Entretanto, esses eventos de brigas não aparecem tanto na fala de Eduardo, cuja preocupação parece ser enfatizar como a comunidade tornou-se perigosa no presente, ainda

¹⁰ Espécie de gangues que existiram em Manaus entre as décadas de 1990 a 2000. Há diferentes interpretações sobre o que e quem teriam sido seus membros.

que pareça contraditória sua afirmação. Importa ressaltar que sua fala reporta aos eventos de violência concernente a toda a comunidade, mas de forma específica aos espaços onde ficam as ruas. Sequer os eventos envolvendo os becos nas proximidades do igarapé aparecem em suas recordações, espaço que hoje se torna evidente para ele como o “lugar perigoso da comunidade”.

Pergunto a Eduardo, se recorda de como nos anos 90 havia uma rotina de mortes de homens jovens na comunidade, seja em função de rixa entre os membros das (pequenas) galeras e agregados¹¹, seja em função de conflito envolvendo policiais. Enfim, um cotidiano diferente do atual, em que pouco se observa eventos de violência na comunidade que resultem em briga ou morte. Ele responde positivamente e, em seguida, exemplifica:

Lembro. Inclusive o irmão da Rute morreu assim. O policial chegou com a arma no peito dele, ele disse: “atira”. Ele pegou, atirou. Aí o cara morreu. Pediu pra morrer...era galeroso¹², né. Usava droga.. E morreu como bandido”. (Eduardo, 2015)

Em síntese, no período em questão, a comunidade figurava como um recorte territorial recém-constituído dentro de uma zona de bairros antigos, que reproduzia as sociabilidades existentes nas ditas invasões e em bairros periféricos mais recentes. Mesmo em dias atuais, se algum evento de crime ou violência acontece nas áreas mais antigas do bairro Petrópolis, muito facilmente associa-se à comunidade, de uma maneira geral, sem distinção. Então, aqui marca-se uma perspectiva: a do morador de outras localizações do bairro Petrópolis, conhecedor do surgimento da comunidade e de sua representação primeira em relação ao conjunto do bairro. Para esse morador, até hoje, a comunidade Santa Clara é vista como uma região *outsider* em relação às demais localizações do bairro Petrópolis. É o que ouvi de uma moradora de outra localização do bairro Petrópolis: “Ué, mas o que eu ouço é que a Santa Clara [a comunidade] é perigosa, toda ela”. Todavia, em contexto atual e internamente à comunidade, se tem uma explicação para essa percepção, e ela reside no apontamento dos becos no entorno do igarapé (agora mencionado como “rip rap”), como o lugar concentrador dos mais diferentes tipos de delinquentes. Tem-se, então, uma segunda perspectiva, a do morador da comunidade Santa Clara, para o qual a área em

¹¹ Pessoas que mantinham relações próximas com as galeras, mantinham estilo de vida parecido, mas não se consideravam membro da galera.

¹² Membro de galera. Um pouco adiante, tratarei dessa figura do “galeroso”, demonstrando de maneira cuidadosa como esse personagem aparece no processo de estigmatização da localidade.

que reside corresponde a um bom lugar de moradia – sobretudo, por estar localizado em zona central da cidade – exceto pela existência de becos na baixada que, segundo esse ponto de vista, representam a “parte perigosa da comunidade”. Mas, há também o que chamo de “transeunte”, aquele morador de outros bairros populares da cidade de Manaus, não conhecedor da trajetória da comunidade e de sua relação primeira com o conjunto do bairro Petrópolis e que está na condição de visitante da área ao adentrar nas regiões das parte alta e baixa da comunidade. Para os donos dessa perspectiva os critérios de *juízo* reservam-se ao aspecto sensitivo, quer dizer, o alerta de perigo é ativado no momento em que se deparam com o aspecto aparente dos becos: os moradores, a quantidade de casas umas próximas às outras, as músicas, as interações que consegue visualizar, etc.

Em todas as perspectivas expostas, têm-se uma construção social em que são selecionados preventivamente os supostos *tipos sociais* que corresponderão aos grupos “propensos a cometer um crime”, conforme analisa Misse (1999), ao tratar do que ele denomina de *sujeição criminal*: a operação “através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado como ‘propenso a cometer um crime’” (Misse, 1999). No contexto em questão, esses critérios de *criminação* correspondem, antes, a toda comunidade em decorrência de seu surgimento por meio de “invasão”. Em contexto mais recente, essa compreensão se concentra com maior ênfase sobre a localidade no entorno do igarapé que perpassa a comunidade Santa Clara, por uma soma de fatores que abarcam, inclusive (ou principalmente), as condições materiais de moradia.

Entretanto, a localidade e comunidade não podem ser entendidas como um “lugar famoso” em termos de delinquência em Manaus. E alguns elementos concretos contribuíram para atenuar a condição estigmatizada da comunidade no contexto dos anos 1980 e 1990, possibilitando que no presente não figure como um exemplo emblemático de delinquência. Grosso modo, o fato de ser um território pequeno, localizado entre bairros antigos em região central da cidade, tornou a comunidade obnubilada pela imagem emblemática de outras “invasões” que eram constituídas naquele momento na orla da cidade, totalmente desprovidas de infraestrutura urbana, cuja imagem era veiculada pela mídia como um “antro de desordem”, que concentrava gente disposta a tudo.

As narrativas de meus interlocutores coadunam com a ideia de que o discurso de “lugar perigoso” tenha surgido a partir desse momento, quando da resistência popular pela ocupação e uso do espaço urbano. Eduardo, o morador da parte alta da comunidade, reluta em admitir que um dia toda a comunidade tenha sido interpretada da mesma forma, quer dizer, como um “lugar perigoso”, muito menos admite que ainda assim o seja. Mas, acaba por concluir que a comunidade surgira em momento que ainda não havia a percepção de “lugar perigoso” atribuído a bairro algum em Manaus, não recorda desse tipo de compreensão nesse período ainda em meados dos anos 1980. Em sua memória, essa percepção começou a aparecer na narrativa manauara a partir dos anos 1990. Segundo ele:

[...] isso surgiu depois. Lá pelos anos 90, 92... esse negócio de ‘Ah, eu moro em tal bairro’, ‘ah, lá é perigoso’. Isso surgiu depois, naquela época [...]. Essa ideia de perigo e tal, não tinha”. (Eduardo, 2015)

A fala de Eduardo se direciona no sentido de ressaltar que a comunidade sempre fora harmoniosa, foi uma “invasão ordenada”, diferente das demais que considera terem sido “bagunçadas”. No presente, é uma característica da narrativa dos moradores da parte alta da comunidade a alegação de que seu lugar de moradia é harmonioso, imputando as características de desordem e marginalidade aos “becos do rap”.

Outra interlocutora que reside na parte alta e que já fora moradora da baixada, recorda que enquanto morava no entorno do igarapé, em meados da década 1980, o ambiente era tranquilo, as famílias eram numerosas e participavam de atividades em comum, como as festas de fim de ano. Segundo ela, naquele período era comum que os moradores organizassem grupos folclóricos, tais como cangaço, quadrilhas juninas, cirandas, sendo esse um dos principais meios de interação entre os moradores, sobretudo, os jovens. Havia uma acirrada disputa para saber quem ocuparia o lugar dos personagens principais nas danças. Ela também entende que a ideia de perigo associado à localidade não existia até meados dos anos 1990. Ambos reforçam a ideia de que a imagem de lugar perigoso foi algo que em certo momento tornou-se evidente, mas que nem sempre existira em relação tanto à parte alta, quanto à parte de baixada.

Para Misse (1999), a *acusação indireta*, quando não é feita ao indivíduo, mas sobre ele, quer dizer, quando uma “fofoca” passa a circular sobre alguém ou um grupo – nesse caso todos os moradores da baixada – no sentido de associá-lo a alguma ação reprovável, pode tomar proporções a ponto de sair da dimensão do boato e chegar ao nível de uma

denúncia, cujo resultado implica numa relação de poder entre acusadores e acusados. Segundo ele, “a acusação exteriorizada ultrapassa a intimidade e ganha esfera pública. Aqui ela pode se tornar também, e principalmente, o modo de operar o poder numa relação social” (Misse, 1999. p: 14). É a partir desse ponto que parto ao discutir as relações entre moradores das ruas da parte alta e da baixada, se os primeiros conseguiram tornar concretas essas diferenciações entre um ambiente e outro dentro da mesma comunidade, seu espaço de moradia se torna valorizado, ao passo que os segundos, ao estarem disputando em condições relativamente desiguais, veem seu lugar de moradia ser estigmatizado.

3.1.1. As representações de “lugar perigoso” sobre a localidade

Chama atenção em particular, a forma como a fala de cada interlocutor expressa fragmentos de memória distintos ao tratarem do mesmo período, em que sua posição no espaço parece ser uma condicionante. Na perspectiva de Eduardo, a comunidade aparece tranquila nos anos 1990. Apesar de admitir que tenha em certo momento figurado como um lugar perigoso, em sua impressão foi por pouco tempo, imagem que acredita não mais existir, inclusive. Mesmo quando chega a recordar que, internamente, a comunidade já fora dividida em dois grupos territoriais rivais, conforme descrito anteriormente, seu tom de voz sugere que tenha sido algo sem importância, uma fase curta pela qual a comunidade passou. Entretanto, ao interpretá-la como um lugar pouco perigoso naquele momento, o faz em sentido comparativo aos bairros que figuravam como emblemáticos em termos de “perigo” nesse período, onde se concentravam as “galeras grandes”.

Cumprido esclarecer, antes, que quando Eduardo se refere ao “galeroso” existente na comunidade naquele momento não o está entendendo exatamente como um “bandido”, mas como “cara que cheirava cola, que não tinha nada pra fazer ficava brigando com os outros”. Ainda que essas constantes confusões resultassem em um número expressivo de mortes no ambiente da comunidade como um todo, Eduardo considera aquele período mais tranquilo que o atual. “Bandidos”, segundo ele, existem atualmente na comunidade, na baixada próximo ao *rip rap* especificamente, “por que é lá que se concentram os bandidos [...] bandidos são os traficantes, os ladrões, os caras que sobem de lá pra roubar aqui”. Para ele, esse fator tem tornado a comunidade mais perigosa que antes, embora perceba que tenha ocorrido um número significativamente inferior de eventos violentos que resultem em morte ou atentado à integridade física dos moradores, como era na década anterior. Em sua

visão, se os “galerosos” naquele período eram apenas jovens encenqueiros que consumiam drogas baratas como a cola, hoje eles podem ser considerados os “bandidos” da comunidade, pois vivem de práticas ilícitas e consomem entorpecentes pesados, o que o faz sentir muito mais inseguro. A narrativa de Eduardo vai se processando de forma ascendente, culminando em uma direta associação desses grupos a diferentes tipos de crimes de forma generalizada como roubos, furtos, venda de drogas ilícitas, soando-lhe muito mais ameaçador que as confusões e mortes do passado ocasionadas por conflitos entre moradores e desses em relação à polícia. Apesar da distância histórica e geográfica, pode-se compreender a narrativa de Eduardo no escopo das mudanças de perspectiva sobre a ideia de crime trazida por Foucault (1987), quando trata da transição de uma criminalidade de sangue associada aos segmentos populares no século XVII, para a prática de *ilegalismos* que passam a ter como alvo principal os bens, as propriedades, no contexto do século XVIII, quando o mundo passa a ser pautado na valorização jurídica e moral das relações de propriedade. Eduardo sugere que práticas que resultem em morte como os linchamentos e a pena de morte, por exemplo, são justificáveis, pois seriam direcionados a “bandidos”, segundo ele essas práticas não são crimes e sim, justiça.

A senhora. Conceição, moradora de um dos becos da baixada desde o início dos anos 1990, matriarca de uma família de três filhos e esposo, donos de uma “taberna” e outras casas na localidade, chegando por essas bandas ainda no auge das “galeras”, percebe os eventos de violência e crime no sentido inverso à perspectiva de Eduardo, ao tratar do mesmo período. Quando se refere à sua primeira impressão ao chegar à localidade por volta do ano 1991, logo afirma: “o pessoal por aqui era muito violento”. Ela lembra que nos anos 1990 havia frequentes confusões e brigas na baixada, além de ser muito forte em sua memória a presença efetiva da polícia no lugar. Relata que era comum presenciar a perseguição de policiais a alguns moradores acusados de praticarem atividades ilícitas, sobretudo, roubos e furtos. Havia tiros da parte da polícia, embora o uso de arma de fogo pelos moradores fosse algo incomum. A senhora Conceição, assim como os interlocutores da baixada, é a que mais se recorda dos eventos de brigas e confusões comuns na localidade: “Era muito violento (...) tinha vez que corriam com terçado um atrás do outro (...) tinha uns que eram ladrão, tinha uns que bebia e fazia desordem, né?”.

Apesar disso, a senhora Conceição consegue perceber uma mudança no cotidiano do lugar, fazendo um comparativo entre os dias atuais e os anos 1990, afirmando que essas cenas muito comuns antes, agora são praticamente inexistentes e faz uma observação sobre

como essa representação sobre o lugar ficou marcada: “Aqui é muito mal falado (...) Nossa senhora! É como uma tatuagem”. Consegue perceber como a impressão dos outros em relação ao seu lugar de moradia seria como uma “tatuagem” que os moradores levariam consigo até os dias de hoje. Curiosamente, sua experiência cotidiana não a livra do desconforto de saber-se moradora de um lugar mal falado e, apesar de reconhecer que a dinâmica do lugar não apresenta as cenas que descrevera, ela sugere uma situação hipotética. Ao perguntá-la se a cena que narrara era comum, ela responde: “não, de primeiro tinha, mas agora nunca mais eu vi”. A sensação de perigo atribuída ao seu lugar de moradia, entretanto, parece ser por ela interiorizada e está presente também em seus sentidos, ainda que inconscientemente, a despeito de sua experiência presente, em nível tal que ela chega a pressupor situações que sequer presenciara até o momento.

Depois que passou esse rip rap aí, ficou foi pior, sabe por quê? Se acontece alguma coisa, os ladrão, eles somem pra qualquer canto. Dá pra sair pra tudo quanto é canto aqui, agora. De primeiro não dava. Se polícia visse atrás de um cara, ou ele tinha que entrar dentro de uma casa, porque só era ponte, não tinha pra onde ele ir. E agora tem pra onde. Todo canto você vai, né? (Conceição, 2015).

Um marcador que aparece tanto na narrativa de Eduardo, quanto na da senhora Conceição trata da presença da venda de drogas ilícitas no lugar e de indivíduos que desenvolvem outras práticas ilícitas como roubo, furto, cujas representações coletivas permitem que sejam conduzidos a algumas conclusões generalizantes. Em diversas situações do trabalho de campo em que estive conversando com meus interlocutores da comunidade Santa Clara, me deparei com uma comparação que aparecia sempre que suas experiências cotidianas não conseguiam explicar suas percepções arraigadas sobre a localidade de baixada. Suas narrativas, nessas ocasiões, terminavam com a mesma afirmação: “é como os morros do Rio de Janeiro...”. A essa interpretação simplificada de periferia recorriam sempre que lhes era exigido exemplos concretos recentes de eventos associados à violência no cotidiano do espaço público da comunidade, sobretudo, quando em suas memórias recentes esses exemplos se tornavam escassos ou inexistentes.

O desconforto parece estar mais relacionado ao fato de fazerem parte de um universo discriminado socialmente, quer dizer, estarem associados ao lugar “onde só tem gente que não presta”, dado o fato de existirem aqueles que desenvolvem práticas ilícitas e dos possíveis episódios concretos que isso venha a acarretar – confusão, mortes, roubos – embora cotidianamente não observem uma rotina desses eventos no espaço da comunidade.

Percebo que eles são conduzidos mentalmente a um dilema: admitir que o lugar seja relativamente harmonioso em seu espaço público, apesar da existência de práticas ilícitas parece lhes pesar de modo tal que seria como coadunar com práticas criminosas, tornar-se semelhante aos que praticam atos reprovados socialmente, sensação expressa em suas faces, no tom de voz relutante quando da conclusão: “não, mas é perigoso sim”, conforme a narrativa de Eduardo. Por outro lado, ater-se ao discurso de que o lugar represente perigo eminente a todos que deles se aproximem, distanciar-se da experiência e prender-se ao discurso, parece cumprir a função de demarcá-los como “pessoas de bem” em oposição aos “bandidos”, os tranquiliza enquanto cidadãos. Ao mesmo tempo e ironicamente, o reforço dessa compreensão última, apenas evidencia e alimenta ainda mais o estigma de seu lugar de moradia, o que também os fere diretamente, como um incômodo constante e perturbador. Se a existência de pessoas que praticam crimes na comunidade não ocasiona uma rotina de eventos violentos, há sempre presente a possibilidade e há em suas mentes exemplos concretos, ainda que não façam referência à exemplos próprios da localidade em si, mas às sociabilidades relacionadas às favelas do Rio de Janeiro veiculadas pela mídia aberta. Porque isso acontece? Porque esse lugar nas margens dos igarapés dentro da comunidade foi eleito o “lugar perigoso” e não outro?

Os estudos sobre as moradias no entorno dos igarapés demonstram que a analogia entre essas áreas e as favelas do Rio de Janeiro se dá há algum tempo e não se torna evidente apenas na fala de meus interlocutores. Essa mesma simplificação quando da explicação da problemática da moradia às margens dos igarapés em Manaus é identificada na fala de um gestor desta cidade, o governador Gilberto Mestrinho, ao estabelecer direta semelhança entre as moradias estabelecidas na extinta “Cidade Flutuante” e as favelas do Rio de Janeiro, conforme demonstram Costa Junior e Nogueira parafraseando Salazar, 1985, p. 78:

Antes da administração de Arthur César Ferreira Reis, o Governador Gilberto Mestrinho, ao propor “melhorias” para a população dos flutuantes não se absteve em comparar o “problema” dos flutuantes ao das favelas cariocas: “Não há, pois, como fugir a gravidade da questão, tornando-se claro a necessidade de construção das referidas habitações, objeto pedido, como primeira providência para resolver tal problema, similar ao das favelas cariocas” (COSTA JUNIOR E NOGUEIRA).

Adiante discutirei a proporção que o imaginário sugerido por essas afirmações generalistas ganha no contexto da cidade e como influencia diretamente na percepção dos moradores em relação à localidade. Curiosamente, em suas representações de perigo, meus

interlocutores de pesquisa também utilizavam a imagem das favelas cariocas como parâmetro comparativo à localidade estigmatizada de entorno de Igarapé, para justificarem a sensação de perigo que o lugar parece lhes sugerir, a despeito de se tratar de um assentamento humano com características físicas e sociais tipicamente amazônicas, aliás. Esse recurso discursivo se fazia presente sempre que não havia como recorrerem a eventos concretos de violência que explicasse tal sensação de perigo, posto que para eles a existência de práticas ilícitas por si só pressupõe violência, embora a experiência da localidade tenha demonstrado o contrário. Observe-se que a comparação não se prende apenas aos aspectos estruturais de precariedade ou à sua paisagem, mas comporta aspectos outros que se direcionam a explicar a periculosidade do lugar. Sem uma rotina de assaltos, mortes, roubos ou outro tipo de violência urbana que tenha ocorrido assiduamente no espaço público da localidade, ao menos não na proporção da sensação de perigo que o atribuem, acabavam por sentenciá-la como “a parte perigosa da comunidade” a partir da imagem mental produzida pelas mídias abertas às favelas do Rio de Janeiro, justificado pela circulação de drogas ilícitas na localidade, seja para o consumo ou venda.

Nessa simplificação, o tom de voz com que se pronunciavam, refletia um misto de medo em função da sensação de perigo que essa imagem mental reporta e satisfação por terem resolvido em suas concepções um problema posto, ainda que considerando seu estado aparente. A frequência com que a correlação entre a moradia no entorno do Igarapé em Manaus e àquelas que se situam nos morros do Rio de Janeiro aparecia, evidenciou-se na fala de meus interlocutores a tal ponto, que passaram a constituir como pistas de uma dimensão simbólica do estigma que recai sobre a localidade e que não poderiam deixar de ser consideradas. Mas, como se processa tal analogia? E em que medida essa representação opera como uma denúncia que termina por garantir não a solução de um problema, mas sim a estigmatização generalizada desse tipo de lugar em Manaus?

Manaus, no alto de seu isolamento geográfico, ligada às demais regiões quase que apenas por via aérea e fluvial – exceto pela existência da BR 174 que liga Manaus a Boa Vista/ Roraima – situada no extremo norte do país, a cidade vê refletir sobre si (e assim reproduz) uma imagem de periferia que se origina ao sudeste brasileiro, onde estão concentradas as principais empresas de comunicação do país – TV aberta, revistas impressas e eletrônicas, portais de notícia online etc. Seria como afirmar, em linhas gerais, que Manaus sabe de si pela imagem do “Brasil” pensado pelo e a partir do Sudeste brasileiro. Entendo que o estigma em questão não se dá apenas por uma via, visto que

pessoas de diferentes bairros com quem manteve contato no período da pesquisa, reconheceram esse ambiente de entorno de igarapé como perigoso: tanto aqueles que têm uma relativa proximidade, ou seja, os moradores da parte alta da comunidade; quanto aqueles que apenas tiveram eventual contato visual com seu aspecto (taxistas, transeuntes, visitantes de moradores etc.).

Uma informação, no entanto, ficava muito evidente na fala de meus interlocutores: a correlação entre esse tipo de moradia (à margem dos igarapés de Manaus) e a imagem mental que o manauara tem sobre as favelas do Rio de Janeiro. A generalização da ideia de favela, a imagem única da “favela” brasileira, veiculada pelos meios de comunicação como concentração de delinquência e imputada à localidade, tornou essa correlação uma das pistas para a compreensão da produção do “lugar perigoso” no contexto da cidade de Manaus.

3.1.2. A generalização da periferia: o caso das *banlieues* francesas e dos *guetos* estadunidenses

Muito já se falou sobre a generalização da pobreza nos espaços de moradia popular, ao mesmo tempo em que há um esforço no âmbito da sociologia, da antropologia e da geografia contemporâneas de demarcar suas especificidades. Não é exclusividade da periferia de Manaus ser interpretada por uma perspectiva homogênea que atua no sentido de criminalizar genericamente espaços de moradia popular, como se verá um pouco mais à frente neste trabalho. A experiência trazida por Wacquant (2001) pode auxiliar na compreensão da analogia posta neste trabalho entre a moradia no entorno do igarapé e os morros cariocas identificada em campo. Em pesquisa realizada na década de 1980 na França, o autor destaca o fenômeno denominado por ele como “americanização da pobreza na cidade Europeia”, ao tratar da analogia posta naquele momento pela imprensa, entre os bairros operários parisienses em declínio, as *banlieues* francesas e o *gueto* negro estadunidense. Wacquant demonstra como as *banlieues* francesas passaram a ser alvo de uma verdadeira campanha de marginalização de sua imagem, permeada por um imaginário presumidamente norte americano que as igualava aos *guetos* estadunidenses. As *banlieues* passaram em determinado momento a assumir a dianteira na atenção da mídia, de especialistas e do Estado enquanto um “problema social”.

A súbita ascensão da “banlieue” na hierarquia dos assuntos ditos da atualidade se fez acompanhar pela promoção imediata do termo ‘gueto’ e com ele, um florescimento de um imaginário de origem presumidamente norte americana (Harlem, Bronx, Chicago, as gangues, etc.), sugerindo, de maneira mais ou menos sustentada, que a condição dos residentes dos conjuntos habitacionais de periferia- HLM- se assemelha cada vez mais a dos negros nos EUA. (WACQUANT, 2001: p. 113)

A analogia não se dava por acaso, *banlieue* e *gueto* apresentavam algumas características em comum ao nível da composição, da distribuição e da dinâmica das populações, conforme observou Wacquant. Ambos foram constituídos a partir de diferentes formas de triagem social: no primeiro caso, o critério de triagem se pautava na origem e classe, no segundo, o critério residia no fator racial:

“[...] banlieue e gueto têm em comum o fato de serem enclaves com forte concentração de “minorias” – negros (cada vez mais latinos), do lado norte americano, e imigrantes (principalmente de origem não europeia) e seus descendentes, do lado francês (idem: 118).

Um marcador que Wacquant sublinha como ponto de convergência entre ambas as periferias, trata do “sentimento de indignidade coletiva” desenvolvido pelos moradores dessas regiões em função de um estigma forte que pairava sobre elas. Em ambos os casos, as regiões representavam a área de exílio social na cidade, sinônimo de deterioração e delinquência. É o que acontece no exemplo que ele narra abaixo em relação à periferia francesa.

Os habitantes de Courneuve assumiram por conta própria as representações midiáticas que descrevem Quatre Mille como “bairro do medo”, “a lixeira de Paris”, uma “jaula de animais” ou uma “reserva” (...). Para os jovens em particular, o local é um universo odiado (o adjetivo mais frequentemente usado para descrevê-lo é “podre”) que faz pesar sobre sua existência uma fatalidade difícil de ignorar, tal é disseminado o desprezo que envolve o bairro. (WACQUANT, 2001: p. 119)

Esse “sentimento de indignidade” incomodava em igual proporção aos habitantes do gueto norte americano, de tal modo que as famílias negras operárias e de classe média na medida em que tinham condições iam mudando para um bairro fronteiriço abandonado pelos brancos, deixando o gueto habitado apenas pelas famílias negras pertencentes aos estratos econômicos mais baixos. Mesmo assim, a vontade de mudar-se dali aparecia de forma muito frequente nas narrativas dos moradores, isso por que “(...) o gueto tornou-se um espaço desonrado, cuja simples menção é suficiente para evocar imagem de droga, violência e dissolução moral e social” (p.129). Para elucidar essa analogia entre as duas periferias, Wacquant recorreu a fontes primárias e secundárias. A começar pelo tamanho

territorial e densidade populacional com disparidades gritantes entre as duas periferias, dados esses que expressam suas diferenças “funcionais” e “ecológicas”.

Observa o autor que enquanto o gueto de Chicago abrigava cerca de 400 a 700 mil famílias, sendo caracterizado pelo seu tamanho de centenas de quilômetros quadrados, a região mais populosa da periferia francesa apresentava no mesmo período no máximo cerca 35 mil habitantes, distribuídos em um espaço que não chegava a medir 1/10 de algum dos guetos norte-americanos. Acrescente-se a isso, as diferenciações em termos de dinâmica e fluxo de cada local, uma vez que as *banlieues* localizavam-se distribuídas na paisagem urbana de Paris, favorecendo com que seus moradores fossem assimilados pela dinâmica da cidade e interagissem com outras camadas sociais em seu cotidiano, ao passo que o gueto operava como uma verdadeira “cidade negra dentro da cidade”, reservando em si, inclusive, uma divisão social do trabalho e relativa autonomia institucional que o tornava fechado em si. Outro aspecto importante: se nos guetos a homogeneidade racial aparecia como o principal vetor da discriminação a qual estavam sujeitos, nos bairros operários franceses era a heterogeneidade étnica que configurava como tal, visto que eram nessas periferias onde se dispersavam os estrangeiros, ainda que não se apresentassem em maior número que os franceses – a grande maioria dos conjuntos habitacionais era de nacionalidade francesa. As taxas e níveis de pobreza também se mostravam divergentes, se nas *banlieues* a taxa de desemprego atingia em média 40% de sua população, nos *guetos* apenas 16% dos negros tinham renda a partir de emprego, fazendo com que metade de sua população vivesse muito abaixo da linha da pobreza, além de não contarem com a proteção social do estado.

Apesar das *banlieues* passarem a ser representadas como uma zona de delinquência no mesmo nível dos guetos, as taxas de criminalidade e perigo identificadas por Wacquant destoavam muito entre os dois locais – no primeiro caso, os eventos podiam ser classificados como atos de “pequena delinquência” como roubo de mercadorias e carros, depredação de construções e brigas entre os mais jovens. A sensação de perigo residia no isolamento dos moradores, ocasionado pelo aspecto degradado, no caso do bairro de Quatre Mille, por exemplo. Além dos eventos de conflito envolvendo os jovens do bairro e mesmo os crimes considerados graves quase nunca acabavam em morte. No caso do gueto norte americano, os eventos de violência eram bem mais intensos e frequentes, concretizando-se em forma de homicídios, estupros e roubos. Os enfrentamentos entre gangues e traficantes,

o uso banalizado de armas de fogo era também uma realidade cotidiana. Em função disso, o próprio fluxo em seu espaço público se tornava diferente, esvaziado. Conclui assim que:

Falar de “gueto” na França, rendendo-se à importação contrabandeada de conceitos norte-americanos muito mais difundidos que compreendidos, só torna mais difícil um diagnóstico rigoroso tanto da situação da comunidade negra dos Estados Unidos, quanto da trajetória das populações marginalizadas das banlieues populares francesas. É, primeiramente, desconhecer a especificidade histórica da divisão racial da sociedade norte americana, clivagem no enraizamento muitas vezes centenário que a inscreveu tanto no espaço quanto no âmago das instituições e das mentes [...] É, em seguida, apagar todas as diferenças entre França e os Estados Unidos legadas pela história urbana e continuamente reativadas pelas estruturas e tradições profundamente díspares dos dois países [...] termo gueto cujo uso descontrolado, para não dizer irresponsável – no debate francês sobre a cidade tem tido como efeito principal obscurecer o processo de decomposição dos territórios operários e reforçar a espiral da estigmatização que tende a fazer das “banlieues” guetos simbólicos”. (WACQUANT, 2001: p.127 – 128)

Postas as constatações acima, importa esclarecer em seguida qual sua relação com essa pesquisa. Para tanto, é necessário que se discuta a palavra que designa as áreas habitadas pelas camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora no Brasil: o termo “favela” e suas representações variadas. Discutir sobre o termo empregado na classificação de territórios estigmatizados está para além de mera questão semântica, mas toca em um dos aspectos latentes na concretude da generalização produzida acerca desses lugares, uma vez que circulam por meio dos processos de comunicação cotidianos, cujo emprego não requer necessariamente prévia reflexão. Assim, se no caso estudado por Wacquant os guetos são projetados (enquanto imagem de periferia) sobre as *banlieues* francesas, no caso brasileiro em questão nessa pesquisa também se observa analogias que obscurecem a pluralidade das realidades locais brasileiras, também no que se refere às vivências populares.

Por esse motivo, adiante, traço uma análise comparativa entre a localidade de entorno do Igarapé e as favelas do Rio de Janeiro, cuja comparação foi por muitas vezes identificada na fala de meus interlocutores de pesquisa e, ainda, em outras evidências, como no discurso político de candidatos e gestores da cidade. Partindo desse ponto, entendo que para compreender a localidade como ela é em seu cotidiano e enquanto processo, é necessário entender o que não é em relação ao modelo mental de favela que lhe é imputado. Pretendo que seja possível compreender (ainda que de maneira sucinta e de certa forma pontual) ambas as periferias em seu processo e vivências, demarcar algumas diferenças e

semelhanças entre a moradia nas favelas cariocas e a moradia no entorno dos igarapés de Manaus. Compreender a moradia no entorno do igarapé da comunidade Santa Clara a partir do que ela não é, mostra-se um caminho legítimo na busca de elucidação sobre a produção do estigma que a ela é imposto.

3.2. O RIO DE JANEIRO NÃO É AQUI: DANDO ROSTO À LOCALIDADE MANAUARA

Ao tratar da relação Rio de Janeiro-Manaus identificada em campo, cumpre discutir contextos, vivências, sentidos, práticas, fatos, enfim, o cotidiano de cada localidade e os pontos em que se assemelham e se distinguem. De minha parte, exponho as inferências de campo na localidade do entorno do igarapé e, para garantir uma análise relacional, comparo tais dados, àqueles contidos em estudos sobre as favelas cariocas.

Começamos por discutir, em primeiro momento e ainda que de maneira breve, sobre o termo “favela” e sua operacionalidade no contexto de Manaus. Entenda-se que esta cidade é posicionada, nas últimas pesquisas que tratam do tema, como uma das que comportam os piores índices de déficit habitacional e infraestrutura urbana, incluindo-se saneamento básico e mobilidade. É o que demonstra, por exemplo, pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹³, cujos resultados divulgados em 2015 apontam a região metropolitana de Manaus como a pior do país em termos de qualidade de vida. Assim como outras capitais brasileiras, esta cidade detém uma paisagem que explicita sua disparidade socioeconômica, mas a precariedade de estrutura urbana é algo relativamente presente em todo seu espaço, embora em alguns pontos essa situação se torne ainda mais evidente. Do centro até os bairros periféricos é possível notar esse panorama. Desde o sucateamento de prédios públicos abandonados na região central da cidade,

¹³ Dados referentes ao Projeto Atlas da vulnerabilidade Social realizado pelo IPEA. Os dados consideram a região metropolitana de Manaus criada em 2007, a saber, Manaus, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, como a pior metrópole de todo o país para se viver, em função dos piores índices sociais e econômicos em relação a outras regiões metropolitanas. “Complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o IVS traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões, a saber, infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros (conforme malha municipal do Censo demográfico 2010) e para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país.” (IPEA, 2015, p. 12)

passando por regiões de bairros adjacentes sem calçamentos, ruas estreitas, presença de igarapés que operam como grandes esgotos a céu aberto, onde “quebradas” se avizinham a áreas residenciais consideradas nobres, até chegar às zonas mais longínquas caracterizadas pela escassez de serviços básicos. Como se, em linhas gerais, Manaus fosse uma grande periferia com enclaves residenciais de melhor estrutura aqui ou acolá, alguns até bem luxuosos, mas inexpressivos quantitativamente, se comparados a grande maioria de áreas residenciais da cidade. Soma-se a isso o fato da paisagem de Manaus contar com pouquíssimas árvores, a despeito do calor que por vezes chega a alcançar a média de 38° a 40°. Parece mesmo que a cidade é pensada por aqueles que não vivem o cotidiano de seus espaços públicos. Na extensão das principais avenidas da cidade o que se evidencia é a presença de muito concreto, o que torna ainda mais evidente o calor natural da cidade. A *jungle city* brasileira é uma cidade sem árvores e que tem uma relação conflituosa com as áreas por onde passam seus cursos d’água, transformando-os necessariamente em áreas empobrecidas e degradadas.

Apesar (ou em função) das deficiências em termos de infraestrutura urbana ser fator frequente em Manaus, o termo “favela” pouco se utiliza para denominar áreas residenciais empobrecidas. Quando assim se faz é por dois motivos que se entrelaçam: sob forma de ofensa, em sentido sempre pejorativo, e relacionando o termo à imagem das favelas cariocas. Isso porque essa palavra parece não operar como comunicadora apenas de elementos ligados à estrutura física desses espaços, mas traz em si informações sociais usualmente transmitidas pela imprensa: “crime”, “violência”, “tráfico de drogas” etc. Enfim, a palavra reporta à ideia de *perigo*. Então, quando algum manauara define um determinado lugar como “favela” pode-se entender duas coisas: primeiro, está se referindo a uma localização com infraestrutura urbana inferior ao padrão da cidade, embora tal padrão tenha a precariedade como regra, sendo presente de forma relativamente linear em todo seu espaço urbano; segundo, está se referindo objetivamente a um lugar na cidade, mas mentalmente sua referência pauta-se na imagem modelo das favelas do Rio de Janeiro veiculada pela mídia, em que se evidencia as ideias de “violência” e “crime”. Não é por acaso que esse termo não é utilizado sozinho, mas na forma de “favela Carioca”, “favelas do Rio”, “morros Cariocas”, como ficou evidente na fala de meus interlocutores e, inclusive, de gestores do estado. Assim, um dos lugares compreendidos como “favela” em Manaus, com direito a todos os adjetivos que esse termo sugere, seja em termos objetivos ou subjetivos, é o entorno dos igarapés. Como afirma Fernandes (2009) – para quem a

palavra “favela” evoca, além da imagem de desordem e sujeira, um “mito de marginalidade” sobre seus moradores – é vão o esforço de tentar estabelecer uma definição unívoca sobre esses espaços, o que se pode dizer sobre as “favelas” referencia-se a partir do que ela é em relação à cidade.

A partir de alguns estudos, entretanto, é possível traçar uma análise comparativa observando os pontos em que esses dois tipos de periferia brasileira convergem ou divergem. Antes é necessário deixar claro que o intuito ao traçar essa analogia não é negar a existência de atividades que justifiquem objetivamente o estigma imputado ao lugar que estudo, sob o argumento de que se trata de uma localidade cujo atributo de perigoso se dá unicamente em função dessa construção social veiculada pelas mídias. Pelo contrário, o que se intenta é, além de dar rosto a esse pequeno fragmento da periferia manauara – que por hora apresenta-se a partir de uma projeção de “favela carioca” –, compreender em que medida essa representação contribui para objetivação de práticas ilícitas (ainda que apresentando uma dinâmica diferente). Essa tendência pode se dar pelo que Fernandes define como “incorporação por extensão a partir do território” (FERNANDES, 2009: p.425), quando os moradores se tornam extensão do simbolismo da “favela” e passam a agir em conformidade com tais expectativas. Embora Manaus esteja distante geograficamente do território da cidade do Rio de Janeiro e de suas periferias, essa ideia se aplica à medida em que a localidade estigmatizada em questão neste trabalho é compreendida do ponto de vista simbólico como uma extensão das favelas cariocas, podendo haver a reprodução de um comportamento violento ou criminoso, ou de resignação em face de uma condição subalterna que se perpetua por gerações.

A comparação feita envolve as favelas (ou morros) cariocas e a moradia no entorno do igarapé de uma maneira generalizante, mas estabeleci um recorte tendo como base alguns estudos que tratam das favelas da Maré, Rocinha e Cidade de Deus, em sentido comparativo e transversal à localidade do entorno do igarapé que estudo, na baixada da comunidade Santa Clara do bairro Petrópolis, em Manaus.

3.2.1. O estigma e a relação com os aspectos físico– geográficos

Interessante como os simbolismos, sejam eles positivos ou negativos, associam-se às espacialidades das cidades em que as características físico-geográficas tornam-se

evidentes. Se, em Manaus, o estigma se fortalece na medida em que a moradia se aproxima do leito do igarapé, nas favelas cariocas em questão essa correlação se processa considerando os morros da cidade. Fernandes (2009) ressalta que a favela Maré, situada em área plana, carrega os estigmas imputados à Rocinha, mas de forma menos intensa. O autor explica que há uma diferença, ainda que tênue, entre a incorporação da favela da Maré e a da Rocinha à paisagem da cidade, isso porque “por estar situada em uma área plana (há apenas uma área em morro, Timbau) e por estar em uma área de passagem, a Maré parece chamar menos a atenção do que a Rocinha” (idem, 2009. p: 330). Em Manaus, a relação do estigma à proximidade do igarapé é evidente, uma vez que todo o bairro Petrópolis é composto por partes altas e baixas. Na sucinta contribuição de Tiago (2008, p.13) sobre o bairro Petrópolis, é possível confirmar como a geografia do bairro pode ser compreendida a partir apenas de seu nome “dado na época pelo próprio coronel Alexandre Montoril, pois segundo contam os moradores antigos, a geografia do lugar, formada por elevações e baixadas, se assemelhava a da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro”¹⁴. Mesmo assim, não se pode afirmar que todas as localizações de baixada do bairro estejam na mira do estigma imputado à localidade de entorno de igarapé em questão. Curiosamente, se no Rio de Janeiro são as partes elevadas que se destacam de maneira depreciativa, aqui são as áreas de baixada, sobretudo, aquelas próximas do leito do igarapé.

Importa frisar que a relação entre a marginalização e a pobreza individual dos moradores é algo relativo. Isso porque não se pode necessariamente afirmar que, de maneira geral, na área do entorno do igarapé estejam concentrados os mais pobres em relação ao conjunto do bairro, uma vez que a pobreza nesse contexto é algo que foge em certa medida das imagens mentais sobre o indivíduo pobre “morador de favela”, sendo a localidade considerada a “favela” da comunidade. Alguns moradores da parte alta da comunidade (ou do bairro Petrópolis) podem estar em área menos estigmatizada em relação a baixada no igarapé, mas não necessariamente detém melhor ou igual poder aquisitivo que os moradores da baixada. É comum observar no ambiente dos becos desse entorno, moradores que possuem veículo próprio, acesso à TV fechada e à escola privada para as

¹⁴ Observe-se como mais uma vez, o estado do Rio de Janeiro opera como parâmetro para esta cidade, a ponto de um bairro Manauara receber o nome de uma de suas cidades em função de uma semelhança percebida por seu fundador oficial.

crianças, dentre outros consumos que não estão dentro de uma ordem primária de necessidade e que alguns moradores da parte alta não têm acesso, ou têm em igual condições. Parte-se do princípio que nem todo pobre mora na “favela”, mas todo morador de “favela” é, necessariamente, pobre.

Além disso, a construção de uma rua ao lado do igarapé e o asfaltamento de alguns becos na década de 1990, quando da implementação do rip rap, permitiu a entrada de veículos e a alteração na arquitetura das casas que antes eram essencialmente palafitas. A paisagem da localidade apresenta, além do igarapé poluído e do lixo acumulado em alguns pontos da margem do rip rap (trazido pelos moradores dos becos por onde não é possível passar o caminhão coletor), casas que se distinguem entre si em termos de estrutura: uma casa de alvenaria relativamente grande de 2 andares pode perfeitamente ser vizinha de uma casa de madeira velha medindo 4x4 metros. Em termos de unidades habitacionais, não há nada que se difira em grandes proporções do conjunto da cidade, do bairro ou da comunidade como um todo. Mas, somado ao fato de estarem situadas às margens do igarapé e estarem situadas em becos, as moradias tornam-se. Como já dito, a precariedade é uma constante na paisagem da cidade, sobretudo nas áreas de periferia, mas ter casa situada nas margens do igarapé conduz imediatamente a uma imagem mental que coloca os moradores em desvantagem ao conjunto da cidade.

3.2.2. Composição populacional

Observemos a composição das localidades envolvidas. Fernandes (2009), ao analisar a forma como o estigma cerceia a mobilidade de jovens das favelas da Rocinha e da Maré no Rio de Janeiro, restringindo sua circulação aos ambientes internos dessas localizações, de modo tal que esses se sentem impedidos de frequentarem outros ambientes (como shopping centers, por exemplo), explicita quais características operam como marcadores estigmatizantes: a condição de jovem, negro e morador de favela. No Rio, os moradores da favela são expressivamente negros, descendentes de ex-escravos e quilombolas, além de brancos pobres, tendo sido o simbolismo dessa figuração rapidamente:

“[...] transmitida aos seus espaços de moradia, reincorporando a significação da senzala e do quilombo no mundo escravagista, ou seja, de lugar que cabe aos ‘párias’ e de lugar que representa o que

há de pior e execrável de seu universo social e cultural” (idem, 2009: p. 27).

Já em Manaus, a localidade de margem do igarapé é ocupada de forma predominante por “não brancos” que expressam a complexidade da miscigenação manauara contida na figura do “caboclo”, embora essa condição não seja tão expressivamente marcada, pois corresponde a um leque de características físicas (abarcando desde os que apresentam a pele mais clara, até a pele negra) que não se distingue de maneira tão contrastante da grande maioria da população da cidade, moradores de outras áreas. Conforme se confirma na descrição contida no livro que fala sobre o bairro Petrópolis, indicando que é como toda cidade de Manaus, em todo o seu contexto populacional formada por pardos, brancos, negros e índios. Ainda assim a localidade apresenta em número maior os que podem ser identificados, do ponto de vista conceitual atual, como “pardos”.

A propósito, é importante destacar que o critério “raça” opera em certa medida como um coringa no contexto de Manaus – e na localidade não é diferente –, sutileza que torna, talvez, a naturalização da perspectiva dominante ainda mais legítima, posto que não se demarque uma diferença explícita em relação ao conjunto da cidade. Dado o alto de grau de miscigenação, grosso modo, todo mundo é um pouco branco, índio ou negro.

Entende-se a miscigenação amazônica presente no conjunto da cidade e na localidade estudada, como produto-fim do processo sinalizado por Silva (1996). A autora explica como, desde os momentos iniciais de colonização das populações amazônicas, o casamento entre indígenas e brancos foi largamente incentivado, dada a necessidade de integração desses povos à ordem colonial – a miscigenação teria sido iniciada como estratégia de descaracterização e incorporação das populações amazônicas à ordem dominante. Era o que pressupunha o Diretório, instrumento político-administrativo que dispunha sobre as relações internas da sociedade regional e sobre o caráter de imposição socio-cultural do Estado Português. Instrumento esse que a autora entende ser “um primeiro código de postura” (p.78) imposto às povoações locais, a partir do qual compreendia-se que a inferioridade do indígena poderia ser dissipada por meio da união conjugal com brancos, mas que teria sido veiculado sob o discurso da necessidade de “paz e da concórdia pública”.

O casamento entre brancos e índios é possível e necessário. Se os índios podem se igualar aos brancos como vassalos, devem casar entre si. [...]O casamento é negócio de interesse do Estado, assunto de segurança pública e conveniência da política de colonização. Na convivência forçada e “pacífica” dos brancos e índios está a natureza das relações de dominação colonial e a preponderância dos interesses públicos (do Estado) sobre os interesses privados (do colono). (SILVA, 1996; p. 79-80)

Hoje, na cidade de Manaus do século 21, torna-se muito difícil para o manauara enquadrar-se nas categorias raciais estabelecidas (branco-negro-índio). Ao mesmo tempo, é bastante observável certa resistência em se reconhecer pertencente às raças que foram historicamente consideradas inferiores, como a negra e indígena. Não obstante, a grande maioria encontra-se situada em um fenótipo que corresponde a um desses dois grupos raciais, ou aos dois, ao mesmo tempo. Há, sobretudo, uma resistência maior em aproximar-se da figura do negro (cuja presença na Amazônia é muito pouco reconhecida), embora a aproximação à imagem do indígena também se processe de maneira problemática. No caso em questão, pode-se afirmar que, além do fato da região ter em maior grau a influência das populações indígenas, o *inconsciente coletivo* também colabora para a “inexistência” da figura do negro, especialmente ao se considerar a classificação primeira imputada a esses três grupos raciais na região, segundo a qual, se estabelece uma escala hierárquica de civilidade e prestígio em que o branco está numa posição superior, seguido pelo indígena e, por último, encontra-se o negro conforme explica Silva (1996). Ao falar sobre o nascimento da Amazônia e do modelo de colonização imposto a esta região, a autora resgata momentos históricos do processo de homogeneização e doutrinação das populações locais em face do colonizador português. Um dos aspectos que aborda corresponde exatamente à forma como o colono incute na compreensão das populações indígenas amazônicas, por meio da *reforma dos costumes*, valores ocidentais e, dentre eles, o estímulo à ascensão social e à diferenciação intergrupar. Onde é possível observar, desde aí, escalas hierárquicas, cujas nuances marcam as relações de alteridade:

Os estímulos à ascensão social e à diferenciação correspondem a níveis distintos das preocupações políticas e às medidas de institucionalização das relações dos índios entre si e dos índios com os brancos. De um lado, a honraria e o reconhecimento público dos índios que passam a ocupar cargos de confiança. Devem diferenciar-se dos demais como portadores de prestígios e privilégios que se estendem às suas famílias. De outro, os índios em geral não são iguais aos negros. A permissão dessa identificação, assim como essa equiparação social feita pelos colonos, é proibida e punida. Na qualidade de vassalos, os índios são superiores [...] (SILVA, 1996. p:72).

Entretanto, ainda que requeiram, os que carregam o fenótipo indígena no presente, não podem ser lidos socialmente como tal, dado os requisitos a cumprir: teriam que ser reconhecidos por uma comunidade étnica e serem possuidores da identidade indígena. A única certeza que se torna inegável é que a localidade é composta por uma grande maioria não branca, na mesma medida em que há uma certa resistência de se reconhecerem associados à imagem do indígena, embora de forma mais intensa haja a negação de pertencimento à raça negra.

De outro modo, no que diz respeito ao critério “origem” é bem demarcado o fato da localidade do entorno do igarapé em Petrópolis, figurar como enclave que reúne quase que unanimemente amazonenses (da capital ou do interior), ao passo que o mesmo não se pode afirmar de outros espaços de moradia melhores abastecidos em termos de infraestrutura urbana na cidade. Assim, no caso de Manaus, um marcador do território estigmatizado em questão neste trabalho é a origem de seus moradores, em vez da raça (já que esse critério se torna difuso). Pude me aproximar dessa constatação, ainda em pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos 2012 e 2013, quando considerei uma pequena amostra de 20 pessoas, cuja moradia se estabelece ao lado do igarapé, agora cerceado pelo rip rap. Naquela ocasião, dentre os entrevistados, apenas 2 eram nascidos em outros estados – uma senhora era natural do Ceará, a outra era do interior do Estado do Pará. Todo restante declarou ter nascido em algum município do interior do estado do Amazonas ou na cidade de Manaus. A própria história de composição do bairro Petrópolis demonstra essa evidência, uma vez que sua ocupação por volta dos anos 1950 foi impulsionada em função da enchente histórica de 1953, que trouxe para Manaus pessoas de várias cidades do interior do Amazonas. Embora, a comunidade Santa Clara tenha passado a existir em período mais recente, entre as décadas de 1970 e 1980, representando uma parte do bairro ocupada por meio de “invasão” (evento frequente em Manaus no transcurso dessas duas décadas).

O fato da localidade estigmatizada do entorno do igarapé apresentar como marcador de composição a origem expressivamente amazonense de seus moradores não pode ser interpretado como uma coincidência, mas sugere que talvez essa condição represente um marcador estigmatizante para esses dentro do próprio estado e/ou cidade de origem. Afinal, é uma experiência comum em Manaus escutar os chavões: “amazonense é preguiçoso” e “amazonense é acomodado”, utilizados para justificar a posição subalterna dessa população dentro de seu próprio estado ou cidade de origem. Quantos manauaras podem garantir que nunca foram interpelados em função de uma associação à imagem do indígena de maneira

pejorativa, reduzidos a serem incivilizados, ainda que sequer apresentem um fenótipo socialmente relacionado a esses povos? A pecha de “preguiçoso” e “acomodado” é utilizado muitas vezes para justificar o ambiente precário a qual estão associados.

3.2.3. Cultura e identidade

Como se vê, a composição populacional de ambos os lugares é dada a partir de uma triagem social que concretiza, cada qual a seu jeito, a concentração de grupos relacionados ou à cultura negra ou à cultura indígena. Mas, como cada localidade lida com essa relação? No caso do Rio de Janeiro, a marca da cultura negra nas favelas conduziu a um estereótipo que se, por um lado, resulta na degradação da imagem do lugar pelos motivos históricos já postos, por outro lado, possibilita a afirmação de identidade pelos moradores como grito de resistência, possibilitando o estabelecimento de uma identidade coletiva, conforme expõe Fernandes:

[...] a formação de espaços favelizados no Rio de Janeiro foi atravessada por um duplo processo de distinção no espaço urbano. Por um lado, representou a afirmação da favela como espaço de moradia e de lutas da população pobre e, enquanto tal, valorizado por eles como espaço de referência. Daí a importância das práticas culturais e sociais que nasceram nesses espaços ajudando a conformar uma identidade singular às favelas no conjunto da cidade. Por outro lado, esse processo de segregação representou a referenciação da favela como espaço estigmatizado pelos setores que, desejosos de uma cidade limpa e ordenada, veem as favelas como principais obstáculos aos seus anseios. (Fernandes, 2009. p:26).

Em Manaus, por sua vez, não há um movimento coletivo dos moradores da baixada, no sentido de formarem uma identidade dos “moradores das margens do igarapé”. Nesse caso, o que fica patente é uma postura de resignação diante de uma realidade posta. Wacquant (2004) reflete sobre essa dimensão do estigma territorial, ao observar que os moradores de locais estigmatizados são usualmente invadidos por um “sentimento de indignidade pessoal”, cuja baixa autoestima dificulta na construção de um sentimento de coletividade.

Pude presenciar entre os anos 2009 e 2014, uma tentativa de organização popular na localidade que tinha por objetivo solicitar providências acerca da condição de moradia inadequada e da ausência de serviços comunitários essenciais. Esse acontecimento ocupa uma importância central no meu trajeto de pesquisa na medida em que me permitiu

observar de forma mais participante o modo como aqueles sujeitos da baixada percebem suas casas, seu lugar de moradia e a si mesmos. Observei, por exemplo, que ao acontecer as plenárias e a abertura para espaço de discussão, alguns moradores não permitiam que outro morador falasse, sem necessariamente recorrerem a brincadeiras para constranger e interromper a fala do outro, numa postura clara de incorporação do estigma imputado a eles, enquanto parte do lugar estigmatizado. É importante esclarecer que, apesar de o movimento ser local, os líderes de maior referência eram sempre agentes externos – membros da Arquidiocese de Manaus, a “moça do movimento” que não é moradora dos becos da baixada, moradores da parte alta da comunidade etc. Fato é que mesmo com os resultados concretos obtidos a partir dessa organização, o movimento se esvaiu, assim que esses líderes se distanciaram.

Então, se nas favelas cariocas o estigma reforça uma identidade coletiva que se impõe como uma contestação à ordem estabelecida (ainda que haja entendimentos diferentes sobre isso), no caso manauara, as relações comunitárias são mais individualistas, não havendo de maneira tão coesa a formação de um coletivo, ou uma identidade coletiva demarcada na localidade.

3.2.4. Sociabilidades comunitárias, estigma, ilicitudes e violência

Este momento do trabalho trata de um tema que a mim parece muito complexo, sobretudo no que diz respeito à perspectiva epistemológica a partir da qual o tema é abordado neste trabalho, uma vez que não recorro à compreensão da violência e das práticas ilícitas associadas à localidade para entender o estigma que lhe é imputado, mas o contrário, como ficará mais claro daqui a algumas linhas. Assim, do ponto de vista do estigma de “lugar perigoso” imputado à localidade, um marcador dessa percepção que mostrou de maneira frequente na fala de meus interlocutores, corresponde à venda e consumo de drogas. Para os interlocutores, a associação ao tráfico de drogas ilícitas opera como a “porta de entrada” para outros crimes, como assalto e os mais diferentes tipos de violências. O tema para mim é complexo, primeiro porque compreendo esse aspecto mais como um produto-fim do estigma sobre a localidade do que o contrário, quer dizer, não é pela existência de práticas ilícitas que o estigma se reforça, mas essas práticas são reforçadas na medida em que o estigma se faz evidente. Por esse motivo, minha escolha metodológica

não foi entender o estigma por meio do “crime” e seus meandros internos, mas sim, talvez, compreender a reprodução de práticas relacionadas ao que se entende por “crime”, através das engrenagens que compõem a sociodinâmica do estigma. Então, toco nesse tema apenas no ponto em que ele aparece como marcador do estigma nas relações sociais da comunidade e localidade, entendendo, reforço, que o estigma justifica a reprodução de determinadas práticas e não o contrário.

Assumindo, de antemão, todas as limitações que essa escolha analítica possa trazer, mas partindo do ponto de que toda escolha pressupõe uma renúncia, entendo que não há pesquisa que contemple integralmente a demanda correspondente a seu objeto de estudo e a minha não seria diferente. Segundo porque entendo, ainda, que mesmo numa possibilidade remota de não haver prática ilícita nenhuma nessas imediações, dado o contexto macro e micro de construção social da imagem degradada sobre esse tipo de lugar, seriam grandes as possibilidades de que o estigma existisse, mesmo que de maneira um pouco diferente. Terceiro, porque as sociabilidades inscritas na relação entre parcela dos moradores da localidade e aqueles outros que mantém reconhecidamente alguma relação com as práticas ilícitas existentes na localidade se mostraram muito diferentes das informações que obtive nos estudos sobre as favelas do Rio de Janeiro,

Então, comecemos por discutir os pontos dessa relação entre o espaço de moradia popular, violência e crime, no Rio e em Manaus, considerando o que se observa no cotidiano dessas localizações. Os estudos que tive acesso sobre as favelas cariocas tocam de uma forma ou outra na temática “crime e violência”, ao mesmo tempo em que relatam “guerras”, rotinas de conflitos cotidianos no espaço público, a presença frequente de armas de fogo, seja pelo uso das polícias, seja pelo uso dos “bandidos”. Aliás, a presença de armas de fogo como marcador de distinção entre as figuras “trabalhador” e “bandido” dentro desses espaços, é algo que deve ser discutido com atenção, posto que seja uma realidade cotidiana muito distante da vivida na localidade de baixada da comunidade Santa Clara em Manaus. Por certo, é comum que as famílias que apresentam qualquer envolvimento com alguma prática ilícita no local convivam, por conta dessa prática, em constante tensão e desenvolvam conflitos internos à sua vivência familiar. Entretanto, como já mencionado, não é esta a questão específica aqui, mas compreender esses sujeitos em relação ao conjunto da localidade, e desta em relação à comunidade e assim sucessivamente, seguindo uma ampliação da escala socioterritorial.

O clássico estudo de Zaluar (1985) sobre a Cidade de Deus permite identificar alguns elementos-chave de discussão, uma vez que essa favela reporta necessariamente ao

medo tão identificado na fala de meus interlocutores. Medo esse descrito por Zaluar nos seguintes termos:

[...] não o medo que qualquer ser humano sente diante do desconhecido, mas o medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc. (ZALUAR, 1985.p:10)

Zaluar narra a “guerra das quadrilhas”, cujo roteiro acabou por tomar as telas de cinema quando da produção do filme “Cidade de Deus”, reforçando ainda mais a representação no imaginário coletivo brasileiro sobre a “favela” enquanto espaço de “crime” e “violência”. As quadrilhas, cada qual correspondente a um “pedaço” dentro da Cidade de Deus, a saber, a quadrilha de Manoel Galinha (da quadra), a do Zé Pequeno (dos apartamentos) e a de Timbó (das casas de triagem da quadra 13) protagonizavam uma disputa por território que culminava numa rotina de tiroteios e mortes por arma de fogo dentro dos limites da comunidade. Mas, se o filme potencializou a representação de “favela” enquanto espaço de crime e violência, também fez surgir a imagem do “bandido defensor de seu pedaço”, aquele que despertava nos moradores um sentimento de afetividade e gratidão pela proteção fornecida. Nos escritos de Zaluar observa-se que a interação entre os “bandidos” e o restante da população “trabalhadora” de suas respectivas localidades era forjada a partir de uma espécie de tutela dos primeiros em relação aos segundos.

No que diz respeito à Manaus, no transcurso de minha pesquisa empírica, por várias vezes, ouvi de meus entrevistados essa explicação em relação ao lugar em que estudo, pautada na representação do “bandido defensor” de seu pedaço, utilizada por meus interlocutores na tentativa de explicar o porquê dos moradores da localidade sentirem-se, por vezes, mais seguros em circularem nos becos, considerado perigoso por muitos que ali não residem, do que em outros espaços da cidade.

Entretanto, a experiência demonstrou que na localidade do entorno do igarapé esse personagem em questão simplesmente não existe – a relativa sensação de segurança afirmada por alguns moradores não se dá pela via do “bandido protetor do pedaço”, quer dizer, aquele que determina as regras de circulação e apropriação dos espaços dentro da favela, que tem poder para decidir quem (e como) morre e que, a seu modo, garante a defesa dos moradores, possibilitando uma relativa ordem, pautado em algumas premissas morais por ele estabelecidas e assimiladas coletivamente. Essa figura encontrada nos escritos de

Zaluar e Fernandes, muito repercutida em filmes famosos que tratam das favelas cariocas e citada por grande parte de meus interlocutores como exemplo para justificar porque a localidade não apresenta uma rotina de eventos considerados violentos, foi algo que tentei compreender na dinâmica local. Entretanto, mesmo eu fui surpreendida em constatar que no caso da localidade manauara estudada, essa figura simplesmente não existe.

Para tornar clara a diferença entre um lugar e outro, os atos violentos que acabam em morte ou em algum atentado à vida nos espaços públicos da localidade são pontuais e não estão inseridos em um roteiro que denote motivação articulada a uma determinação de um grupo criminoso ou coisa que o valha, mas apresentam motivações pessoais, rixas particulares.

As notícias de jornais que fazem referência aos eventos de “crime” e “violência” ocorridos nos becos demonstram geralmente mortes por arma branca e casos em que os envolvidos tiveram alguma relação pessoal ou familiar. Os jornais *on line* também noticiam eventuais dismantelamentos de quadrilhas de roubo ou tráfico de drogas, envolvendo alguns moradores. No período de 2 anos de pesquisa, houve apenas uma morte por arma de fogo; as demais resultaram de uso de arma branca ou outro tipo de artefato. Houve ainda uma tentativa de linchamento em decorrência de um suposto estupro de uma criança/adolescente. Mas, os eventos mais comuns são os pequenos roubos a carros comerciais que adentram o lugar, chegando ao ponto de alguns fornecedores deixarem de abastecer os estabelecimentos comerciais locais.

Os eventos sequentes de morte de adolescentes ou jovens do sexo masculino, nos termos descritos por Fernandes como algo comum nas favelas cariocas que estudou é algo estranho ao cotidiano da localidade. Não houve registro, durante esses dois anos de campo, de mortes de jovens e adolescentes dentro desse contexto, sequer essa é uma possibilidade presente e comum a todos. Ocorre sempre uma tensão por parte desse segmento nas raras ocasiões em que a polícia adentra os becos da localidade, embora cenas de tiroteio sejam inexistentes, seja entre os ditos “bandidos” ou entre esses e a polícia.

Entretanto, a mesma ausência de conflitos não pode ser identificada nos ambientes intrafamiliares, que concentram violências diversas em seus diferentes segmentos. Aliás, é no espaço privado dos domicílios que parece residir tensões que resultam em extremos conflitos e que não dispensa, por vezes, nem crianças, mulheres ou idosos. Uma criança de 10 anos resumiu essa percepção: “a rua não é lugar de brigar, lugar de brigar é em casa”, referindo-se a um ambiente cuja privacidade permite o desenrolar da discussão sem exposições maiores. A concepção da casa como ambiente para resolução de conflitos,

reproduzida na narrativa da criança, é um dos fatores que parece permitir e tornar legítimos os excessos e violações sofridos pelos grupos sociais fisicamente mais frágeis, como crianças, idosos e mulheres, sob o pretexto de se tratar de uma “questão de família”. E apesar de não ter me dedicado a pesquisar os conflitos intrafamiliares, entendo que esse seja um recorte de violência que atinge cotidiana e diretamente os moradores, cuja abordagem poderia render um novo projeto de pesquisa.

3.2.5. Os marcadores da relação bandido/trabalhador

Tratar desse aspecto pode, com efeito, cair no campo das generalizações. Tanto de minha parte enquanto observadora, e por isso dou grande importância às minúcias da descrição tentando transmitir informações para além do aparente, quanto de possíveis interpretações enviesadas da parte de quem lê, podendo conduzir ao entendimento simplificado de que todos que moram na localidade são de fato pessoas com algum desvio moral ou associado direta e propositalmente a práticas ilícitas. O campo me trouxe algumas informações sobre essas diferenciações populares que podem ser interpretadas relacionalmente às favelas cariocas.

Observe-se que, segundo Zaluar, no caso da favela Cidade de Deus, a relação bandido/ trabalhador se dava de maneira híbrida e complexa, na medida em que a figura do “bandido” mostrava-se ambígua quando da convivência comunitária. Zaluar demonstra como, no contexto dos anos 1980, era bem demarcada a imagem do “bandido” e do “trabalhador” da história, ainda que convergissem em termos de convivência e objetivos comunitários, poderia acontecer, inclusive, que os moradores “trabalhadores” desenvolvessem um sentimento de afeto e se sentissem protegidos pela figura do “bandido”. Entretanto, como já mencionado, no caso Manauara, essa dinâmica não existe.

Pelo que pude observar, na localidade não há, de maneira tão demarcada, as imagens do “trabalhador” e do “bandido”, não nos termos identificados por Zaluar, para quem a identidade do “trabalhador”, via de regra, foi construída socialmente por oposição aos “bandidos” e “vagabundos”, cuja característica maior é o fato de não trabalharem. Há ocasiões em que o trabalhador, seja do mercado formal ou informal, desempenha tanto um “personagem” quanto o outro: pode um homem ser trabalhador do Distrito Industrial, mas não deixar de desempenhar suas atividades ilícitas, sem causar, por isso, muita estranheza quando da convivência com o restante dos moradores “não envolvidos”. Embora existam

alguns moradores do sexo masculino que parecem fazer questão de se demonstrarem inseridos em alguma atividade ilícita, para quem não tem relação nenhuma com os meandros dessas atividades, fica obscuro a demarcação de quem de fato desenvolve algum papel na dinâmica dessas atividades (desde os menos importantes como “aviãozinho”, ou “olheiro” até as posições de liderança, se há) e aqueles que estão apenas a conviver em relação próxima ou tentar valer-se da imagem do “bandido” para algum fim. Contudo, é nítido o fato de que todos eles interagem de modo semelhante a qualquer outro grupo de moradores: com o cuidado de não excederem certos limites de convivência comunitária, o que, de certa forma, permite serem assimilados sem grandes conflitos por parte do restante da comunidade. Eu diria que a regra é ignorar, sempre que possível, o que outros estão ou podem estar fazendo de ilícito, seja nas ruas, seja dentro de casa.

Se há uma tensão, é a discricção e as regras de boa convivência que permitem certa tranquilidade nos ares da localidade, sem que necessariamente haja a presença de armas de fogo no cotidiano desse espaço – ao menos não no campo de visão de todos – como instrumento demarcador de posição e poder. Essa informação entra em contraste com o que Zaluar apresenta sobre o contexto da Cidade de Deus, ao explicar a arma de fogo como elemento-chave da classificação reconhecida pelos moradores daquela favela que opõe a figura do “bandido” a do “trabalhador”. Segundo ela, mais que apenas uma oposição lógica em um sistema classificatório:

Colocar uma arma na cintura tem, entre eles, o sentido de declarar publicamente uma opção de vida e de passar a ter com a população local relações marcadas pela ambiguidade e abertas ao conflito (ZALUAR, 1985: p. 146).

Diferente do cotidiano carioca marcado por conflitos abertos, nas ruas, envolvendo traficantes e policiais, ou o confronto armado entre os moradores envolvidos com o tráfico, não há na localidade uma rotina de atos violentos que conduza à violação da integridade física dos moradores, seja envolvendo vizinhos ou a polícia. Na localidade estigmatizada em Manaus, é absolutamente inexistente a cena de alguém circulando pelos becos empunhando arma de fogo (seja revólver ou fuzil) com o objetivo de demarcar território, nem mesmo aqueles reconhecidos pelos outros moradores como sendo envolvido com o tráfico de drogas. Se existem armas de fogo na localidade, essas não são expostas em meio à disputa por território entre “bandidos” ou em conflito direto com a polícia ou como marcador da relação “bandido” / “trabalhador”.

3.3. A IMAGEM DO “GALEROSO” COMO MARCADOR DE TERRITÓRIO PERIGOSO

Os anos 1990 foi o momento apontado pelos meus interlocutores, tanto da baixada quanto da parte alta da comunidade Santa Clara, em que se passou a se demarcar determinados lugares da cidade de Manaus como “perigosos”. De forma semelhante (e não por coincidência), esse também foi o momento em que esta cidade viveu o fenômeno das “galeras” de forma intensa, se estendendo pelos primeiros anos da década de 2000. Há várias narrativas sobre esses grupos, cada qual tentando explicar uma faceta do que pode ter sido a “galera” no contexto da cidade de Manaus, cuja memória coletiva atribui diferentes significados. Algumas falas indicam seu surgimento ainda nos anos 1980, cuja finalidade seria, então, reunirem-se para sair e dançar, figurando um “estilo de vida” daqueles segmentos jovens.

Outras falas aparecem de forma mais predominantes no senso comum manauara e associam esses grupos a eventos de confusão e brigas nos anos 1990. Data desse período o momento em que “galera” passou a ser sinônimo de “delinquência”, de modo tal que esse substantivo ter surgido a um adjetivo: “galeroso”. O termo “galeroso” remete a uma gama de sentidos e pode associar-se a forma de falar, de vestir, de se movimentar enquanto anda, mas pode, sobretudo, sugerir características relacionadas à conduta desses indivíduos, pressupondo que sejam, ao fim e ao cabo, “delinquentes”. Hoje em dia é comum que alguém que ande ou se vista em conformidade com tais informações, logo seja tipificado como “galeroso”, ainda que em tom de brincadeira. Esse tipo social resiste ao passar dos anos e se reformula, apresentando diferentes formatos e recebendo diferentes sentidos. Observe-se abaixo, na imagem retirada de uma página de humor da rede social Facebook postada em março do ano 2016, uma representação que reúne alguns elementos de identificação da imagem predominante de um “galeroso”, segundo o autor da postagem.

COMO RECONHECER UM GALEROSO...



ESSA ESPÉCIE PODE SER FACILMENTE ENCONTRADA EM BAIROS COMO: MAUAZINHO, CIDADE DE DEUS, ZUMBI, NOVA FLORESTA E JORGE TEIXEIRA...

Fonte: <https://www.facebook.com/manausvid4lok4/photos/a.1500397423514491.1073741828.1500367706850796/1803416389879258/?type=3&theater>. Acesso: 21/03/2016.

A imagem dá alguns indicativos, inclusive, de bairros marcados como violentos e perigosos em Manaus, todos situados na zona Leste da cidade. Os comentários se multiplicavam na página apenas acrescentando mais atributos depreciativos, sempre no sentido de criminalização da imagem dos sujeitos que se enquadram nesse perfil. Ao analisar a representação posta na figura, observo que apesar da imagem ter sido criada possivelmente no mesmo ano em que fora postada (2016), a música corresponde aos anos 1990, dando pistas de qual o período esse personagem está associado e o que a memória coletiva manauara guarda sobre. Interessante que outros elementos como a roupa, trazem informações mais recentes, demonstrando como a figura do “galeroso” se reformula numa mistura do ontem e do hoje.

Na mesma década alguns programas policiais sustentaram a imagem do “galeroso” como delinquente. Um dos mais marcantes desse período foi o programa local dos irmãos Souza, Carlos Souza e Wallace Souza, intitulado “Canal Livre”¹⁵, que em muito reforçou

¹⁵ Programa policial local apresentado por dois irmãos, Carlos Souza e Wallace Souza (conhecidos como “irmãos coragem”), na segunda metade de 1990. Ambos fizeram parte do cenário político de Manaus, a partir da visibilidade que

tais símbolos. Havia, inclusive, um personagem fantoche que atendia pelo nome de “Galerito”, cujo cenário era uma cela de cadeia. O boneco representava um personagem de um detento debochado, fazendo parte do quadro humorístico do programa. Importa menos, nesta dissertação, conceituar com precisão ou debater sobre as galeras de Manaus entre os anos 1990 e início dos anos 2000 e mais contextualizar os discursos que nortearam a ideia de delinquência e de eventos associados ao “crime” e à “violência” na cidade nesse período. O “Canal Livre” foi um dos programas da TV aberta local de forte apelo popular e de grande audiência, havendo contribuído para que outros tantos programas locais do mesmo gênero fossem ao ar depois. Em grande parte, o programa influenciou a percepção coletiva sobre os sujeitos sociais associados às “galeras”, reforçando o estigma tanto do estereótipo do “galeroso”, quanto dos possíveis lugares em que viriam a se concentrar.

Os elementos descritivos que compunham a figura do “galeroso” traziam informações que estavam presentes no estilo de vida da periferia Manauara, inclusive, na comunidade Santa Clara (tanto as partes altas, quanto a baixada). Assim, era comum que, ao adentrar na comunidade em meados de 1990, o transeunte se deparasse com grupos de pessoas cuja vestimenta e comportamento estivesse em conformidade com esse estereótipo. Sendo a comunidade um ambiente recém-constituído, assim como outras áreas de moradia emergidas de ocupação popular, vistas até então como “regiões-problema” da cidade, o programa parecia tocar diretamente no cotidiano dos moradores, na medida em que estabelecia um diálogo clientelista direto com suas necessidades, em tal medida que funcionava como instrumento de interpretação de suas realidades. A visibilidade conferida aos eventos de “violência” e “crime”, abordados em tom de humor, aproximava a TV do contexto popular, garantia grande repercussão entre os populares. O programa reforçava a necessidade da população designada como “trabalhadora” denunciar aqueles que estavam envolvidos com algum tipo de prática ilícita, sobretudo, o tráfico de drogas, assim como da presença ostensiva da polícia nos espaços de moradia popular. Discurso que garantiu a ambos os irmãos a inserção na carreira política com sucesso. Curiosamente, anos mais tarde, Wallace Souza (um dos “irmãos coragem”) fora acusado de ser um dos comandantes do “crime organizado” e de um “esquadrão da morte” no estado do Amazonas, vindo a falecer em 2010, em decorrência de agravos de saúde.

o programa lhes garantira. A transmissão ocorria por volta do horário do almoço, mostrando assassinatos, sequestros e operações de apreensão ao tráfico.

No diálogo com a sra. Conceição, recordamos juntas sobre as mortes de jovens entre o final da década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000, nas imediações da baixada. Lembramo-nos de nomes e contextos familiares dos que morreram ainda bastante jovens, alguns antes de completar a maioridade. As mortes se davam em função de brigas entre seus pares e por conflito entre grupos que se compreendiam de maneira diferente apesar de conviverem no mesmo espaço, a saber, entre os que eram compreendidos como “pais de família” ou “trabalhadores” e aqueles que eram denominados “malandros” – cabendo nessa categoria algumas variações, desde aqueles que eram considerados apenas “encrenqueiros”, “cachaceiros” ou “desocupados” até aqueles que eram envolvidos em algum tipo de prática criminosa, como latrocínios ou furtos, cujas vítimas podiam ser os próprios “trabalhadores” da comunidade. As mortes decorriam também, por conta da ação ostensiva da polícia sempre presente nos becos com armas em punho, sendo rotina a perseguição de policiais a alguns moradores que desenvolviam práticas ilícitas, assim como a abordagem policial a qualquer morador reconhecido como “trabalhador”, mas que volta e meia era tratado como “bandido”, dado o estereótipo almejado. Sabia-se constantemente da morte de alguém, por confusão entre moradores, acerto de contas ou por intervenção da polícia quando do combate ao tráfico. Geralmente, as mortes entre os próprios moradores ocorriam por meio de arma branca (terçado, faca e afins), ao passo que as mortes por arma de fogo eram pouco comuns. Esses eram eventos já esperados nos fins de semana ou datas de feriado prolongado.

Com o passar dos anos, a comunidade foi tomando outras formas, outros moradores foram ocupando o espaço de sua parte alta considerado relativamente bom, dada sua localização central; as ruas foram sendo asfaltadas e as casas melhorando suas fachadas. Na baixada, ainda que as mudanças também tenham ocorrido, elas foram pontuais e insuficientes para fazer com que o lugar figurasse um ambiente diferente – continua sendo o “Bodozal”, porém agora com o agravante de ser o “lugar perigoso da comunidade”, assim como morar nas proximidades do igarapé continua sendo demérito social. Além disso, muito facilmente se encontra como morador da baixada a figura do “galeroso” descrito na imagem, cuja representação em conjunto com a precariedade evidente na localidade, parece conduzir às imediatas reações de imprevisibilidade, de medo ou algo do gênero.

Observa-se nos mais jovens que carregam esse símbolo, inclusive, o reconhecimento nos estilos musicais referentes ao contexto das periferias ao sudeste do país, como Funk carioca e o Rap da periferia paulista. Apenas e tão somente, esses símbolos

são suficientes para demarcação aparente de um espaço delinquente no contexto da localidade e, de certa forma, o lugar foi se conformando enquanto tal. Os eventos, ainda que pontuais, de crimes contra o patrimônio na comunidade são automaticamente associados aos moradores da baixada. A imagem projetada sobre a pequena localidade contribui para a concretude de um “lugar perigoso”, na medida em que alguns grupos de moradores parecem interiorizar tais informações, expressando-se a partir dos elementos que compõem seus *gostos*, suas práticas, ocupações, seus estilos e padrões de vida. Entretanto, a localidade é heterogênea, e comporta grupos relativamente distintos. Dessa forma, importa compreender como esse estigma se processa e sustenta em ambiente interno.

3.4. A “RELATIVA HARMONIA” NA LOCALIDADE MANAUARA E O MEDO NAS FAVELAS CARIOCAS

Um primeiro aspecto garantidor da sensação de “relativa harmonia” por mim identificado em campo, reside no fato dos moradores da localidade não conviverem com conflitos por meio (e exposição) de arma de fogo, tampouco com a possibilidade generalizante e constante de homicídio. O ambiente e convivência relativamente tranquilos e a ausência da arma de fogo como elemento demarcador de poder territorial ajudam a justificar a relativa sensação de segurança descrita pelos moradores da pequena localidade manauara. No sentido inverso, Fernandes (2009) demonstra como nas favelas da Maré e Rocinha, a exposição cotidiana de armas ajuda a compor um cotidiano atravessado pela insegurança. Isso se reflete no medo presente entre os moradores daquelas localizações:

O medo de perder alguém querido ou de morrer, da forma em que é apresentado e no contexto em que se insere, não diz respeito pura e simplesmente à morte como uma fatalidade, que atinge a qualquer pessoa. Trata-se de uma preocupação muito presente no cotidiano em função do grande número de assassinatos. A presença constante de agentes da violência que ameaçam a segurança ontológica configura a ordem do mundo que passa a ser concebida com a possibilidade concreta do homicídio. (FERNANDES, 2009. p: 416)

E ainda:

[...] a questão que chama a atenção na Maré é mesmo a situação da violência. Este fator tem contribuído, inclusive, para a precarização dos serviços essenciais, na medida em que interferências de diferentes naturezas empreendidas pelos criminosos põem em risco o funcionamento regular das instituições locais [...] Igualmente, o poder empreendido pelo

tráfico no cotidiano, cala moradores que, acuados, preferem o silêncio ao risco de serem mortos ou expulsos, a exemplo do que também ocorre na Rocinha, com o diferencial de haver um processo de disputa territorial em latente, que altera rotinas e interfere na relação destes moradores com o território da Maré. (FERNANDES, 2008. p: 340)

É inegável que o estigma territorial imputado à localidade manauara contribua de maneira central para o *isolamento simbólico* do lugar. Eu mesma vi uma proposta de projeto de extensão ser indeferida pela universidade em função do possível *perigo* que esse tipo de lugar poderia representar para os alunos daquela instituição, segundo as palavras da pessoa responsável pela avaliação da proposta na ocasião. Uma representação de *perigo*, aliás, que não corresponde ao lugar em si, enquanto endereço e cotidiano, mas ao conjunto de elementos que o compõem (elementos esses referentes à ideia de “favela” enquanto espaço de crime e violência) e que o fazem ser lido socialmente como uma localização perigosa no contexto da cidade. Entretanto, as atividades das instituições locais não são afetadas como nas favelas estudadas por Fernandes (2009), mesmo porque, em contexto local os conflitos armados não existem, motivo pelo qual o “medo de morrer” (ser assassinado) ou de perder alguém querido em função desses conflitos não é uma preocupação evidente e comum a todos. Os moradores “não envolvidos” têm, inclusive, plena clareza que essa é uma “guerra” da qual não participam, que se há eventual possibilidade de morte, essa incide tão somente sobre aqueles indivíduos “envolvidos”. E de fato, assim tem sido.

Um segundo aspecto garantidor da “relativa harmonia” presente na localidade diz respeito à forma como os moradores (“envolvidos” e “não envolvidos”) lidam com a existência de práticas ilícitas no espaço dos becos. Na ausência da figura do “bandido protetor” da área (como já mencionado), os indivíduos que se associam a essa figura encontram outros meios de demarcação e proteção do território. Aliás, no caso da localidade de Manaus, entendo ocorrer o contrário: é a área (e todo simbolismo de “perigo”) que opera como “protetora prévia” da figura do “bandido” da localidade. Dizendo de outra forma, não é a figura do “bandido” que garante uma relativa harmonia nos espaços dos becos, mas o próprio simbolismo de “lugar perigoso” imputado à localidade que é reificado em uma espécie de poder para aqueles indivíduos lidos socialmente como “bandidos”.

Sobre isso, Douglas (1965) demonstra como a *desordem* opera não só como símbolo de *perigo*, mas também de *poder*. De certa maneira, pertencer a um lugar marginal e estigmatizado (permeado de simbolismos depreciativos) concede aos moradores,

sobretudo, àqueles associados às práticas ilícitas, um *status* de poder, uma espécie de poder às avessas, já que:

Estar à margem significa estar em ligação com o perigo, tocar numa fonte de poder. [...] Quando o indivíduo não tem lugar no sistema social, quando é, numa palavra, marginal, cabe aos outros, parece, tomarem as devidas precauções, precaverem-se contra o perigo. (DOUGLAS, 1966: p.74)

É a partir desse processo de comunicação (passiva e implícita) que eles estabelecem sua demarcação do território, no qual outros “bandidos”, alheios à localidade e ao conjunto de normas de interação social tacitamente estabelecido entre os moradores, não se dispõem a entrar; tampouco o morador comum ou eventual transeunte (cada um a seu modo e em conformidade com sua posição), se movem no sentido de afrontá-los, mas de evitá-los, de se proteger.

Embora as interações sociais estabelecidas nesses termos sejam permeadas por tensões, são também garantidoras da “relativa harmonia”, na medida em que mina as possíveis tentativas de conflitos, tornando, portanto, desnecessária a exposição da arma de fogo como demarcador das relações e do território. De certa forma, eles são sabedores que, ao se reunirem em determinado local da baixada, seja nas pontes ou becos, vestidos de determinada maneira, falando em determinado tom, estão enviando uma mensagem implícita de demarcação de território para os outros moradores (e para qualquer outro transeunte), ao passo que esses respondem por meio da estratégia do “não mexe comigo que eu não mexo com você”. Então, como se vê, o simbolismo pejorativo de “lugar perigoso” imputado à localidade, interfere, antes, no sentido de reprodução e reforço das práticas condenáveis socialmente, uma vez que essas operam como códigos de fonte de *poder*. Em síntese, é o simbolismo do “lugar” que garante a continuidade do “lugar” não apenas empobrecido, mas “perigoso”.

Se, por um lado, apenas o simbolismo garante uma espécie de *poder* àqueles que por ventura estejam associados a imagem do “bandido”, por outro lado, essa percepção conduz, também e necessariamente, ao *isolamento simbólico* da localidade. O lugar tende, por fim, a ser frequentado apenas pelos próprios moradores e pessoas próximas, embora esteja situado em localização estratégica de passagem entre bairros diferentes. E se, ao fim das contas, a localidade tem a circulação de pessoas quase reduzida a seus próprios moradores, esses já mantêm seus sistemas de vizinhança estabelecidos e equilibrados, uma vez que muitos são moradores da localidade há décadas. Esse é, com efeito, um terceiro

aspecto garantidor da “relativa harmonia” do lugar – constituir-se uma localização fechada em si, protegida do “desconhecido” e “imprevisível” – cuja dinâmica não coloca os indivíduos associados à figura de “bandido” em uma posição vulnerável, a ponto de se sentirem ameaçados, mas os deixa seguros, uma vez que está no lugar onde “todo mundo se conhece”.

Essa afirmação pode ser, entretanto, perigosa na medida em que pode ser interpretada de forma generalizante quando da dimensão da “marginalidade” nesse ambiente, podendo conduzir, inclusive, ao mesmo julgamento sentenciado pelo senso comum: que todos são meros “cúmplices dos bandidos” ou “gente que não presta”, já que convivem entre eles “passivamente” e, ainda, resistem em denunciar possíveis pontos de práticas ilícitas. Pode-se ainda concluir, envezadamente, que existe no ambiente em questão uma “naturalização” de tais práticas ilícitas por parte dos moradores “não envolvidos”, de modo que essas não lhes causem mais estranheza. Entretanto, as duas conclusões me parecem interpretações equivocadas. Isso porque é muito evidente na fala dos moradores da localidade a compreensão de que seu lugar de moradia figure como um ambiente propício a todo tipo de atividade ilícita para aqueles que ali não residem (e por vezes para eles mesmos), imagem essa que acarreta para a sua vida pessoal constrangimentos cotidianos¹⁶, além de uma possível ameaça a sua integridade física, caso haja de fato uma operação policial na localidade, sendo eles pertencentes ao lugar.

Não há, portanto, a “naturalização” de determinadas práticas, mas tensão e estratégias cotidianas e latentes de boa convivência, no sentido de evitar conflitos. Seria a escolha estratégica de não partir para o embate – cada agente ignora o que destoa do outro, e evita-se o conflito, apesar da existência sempre presente de tensão. Não obstante a tensão decorrente dessas interações sociais, os moradores dessas imediações relacionam os becos à imediata sensação de proximidade, em oposição à impessoalidade de outras vias públicas localizadas, inclusive, em áreas nobres da cidade. A localidade de baixada é, antes, o lugar em que “todo mundo se conhece”. Observe-se que estou tratando das sociabilidades entre os moradores considerando a figura do “bandido” (geralmente homens, adultos e jovens) como demarcador da área estigmatizada; mas, para o *olhar de fora*, a marginalização do

¹⁶ O constrangimento está na interação social desde o momento em que o morador da baixada tem de ouvir “piadinhas”, até terem seu lugar de moradia evitado por conhecidos, amigos e parentes. Quando um morador da baixada quer conduzir a percepção do outro no sentido de nivelar-se a ele ou de colocá-lo em posição inferior, também pode recorrer à sua posição territorial. Mas, nesse caso, os critérios de classificação vão se esmiuçando, pode recorrer ao fato da família de seu oponente estar situada em um beco mais precário e distante das ruas, ou ao fato de que se trata de uma família que “só come salsicha”, etc.

lugar não se limita a esses grupos, podendo ser estendida às crianças e mulheres que trazem em seu modo de falar e vestir as informações da “degradação” existente nos becos.

Importa frisar, ainda, que, a despeito da compreensão de um relativo *poder* que esses sujeitos sociais pensam ter sobre si e sobre o meio em que vivem, do ponto de vista relacional em um sistema social, estão posicionados em um (não)lugar subalterno e submisso diante das forças invisíveis que os empurram para o cumprimento de suas previsíveis “sinas”. Submetem-se às expectativas sociais lançadas sobre si e os seus, e adequam-se enquanto órgão constituinte do “lugar perigoso” a eles imposto. São eles determinados pelo “outro” (*olhar de fora*), pelo estado inalterado das coisas, pela sociedade que, incauta, os produz enquanto “marginais”, mas que ao mesmo tempo são desejosos de sua inexistência. Não deixam de ser uma espécie de “trabalhador precarizado”, mão-de-obra barata para o comércio de drogas ilícitas. Nos dois anos de pesquisa observei, no entanto, que a associação desses indivíduos ao comércio ilegal de drogas não passa, necessariamente, pela referência a determinada facção criminosa. Por mais que haja a pichação da sigla da Família do Norte (FDN)¹⁷ em alguns muros da comunidade Santa Clara e da localidade da baixada, não se faz referência ao nome da facção para designar as atividades de comercialização de drogas na localidade.

Postas as comparações, reforço o quanto se torna extremamente perigoso o recurso de comparações generalizantes, desprovidas de prévia reflexão sobre as pluralidades locais, posto que isso faz com que o imaginário se sobreponha às experiências cotidianas vivenciadas no lugar. O estigma se fortalece na medida em que as afirmações que circulam se pressupõem isentas de subjetivismo, e propõem uma tentativa de descrição objetiva de uma realidade. No entanto, os processos de comunicação enquanto *violências simbólicas* fazem “ver e crer” fatos e possibilidades de maneira desproporcional ao que a experiência revela. Seguimos aqui o mesmo argumento de Wacquant (2001), que considera desproporcional a comparação entre gueto estadunidense e *banlieue* francesa, afirmando equivaler a colocar na mesma balança boi e rã, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a equação apressada entre transformações do discurso e transformações do real, uma vez que:

[...] o efeito bem conhecido da profecia auto realizante que se observa toda vez que um discurso é investido do poder de fazer

¹⁷ Principal facção de tráfico de drogas criada no Amazonas sob a liderança dos narcotraficantes Zé Roberto da Compensa e Gelson Lima Carnaúba.

advir no mundo das coisas aquilo mesmo que o discurso diz que lá existe pode revelar-se particularmente poderoso no caso de populações que, além de sua marginalização econômica, sofrem, antes de mais nada, por serem desprovidas do controle de sua própria representação pública. (WACQUANT, 2001. p :115-116)

De igual modo, também se observa uma discrepância na comparação entre as sociabilidades e dinâmicas existentes nas periferias do Rio de Janeiro e da cidade de Manaus, considerando os exemplos aqui postos das favelas Rocinha, Maré e Cidade de Deus e a pequena localidade no entorno do igarapé que perpassa o bairro Petrópolis. No caso em questão, a invisibilidade manauara evidente desde os primeiros sinais de seu povoamento e ocupação, parece conceder espaço para a projeção de uma imagem exógena sobre vários aspectos desta cidade, inclusive sobre sua periferia.

CAPÍTULO 4

A INTERIORIZAÇÃO DO ESTIGMA PELOS MORADORES DA LOCALIDADE: CONSEQUÊNCIAS, ESTRATÉGIAS, REPRODUÇÃO.

4.1. AS RELAÇÕES DE FORÇA ENTRE OS GRUPOS CLASSIFICÁVEIS

No capítulo anterior foi posto que a ideia de “lugar perigoso” associada a determinadas localizações no contexto da cidade de Manaus começa a aparecer a partir da segunda metade da década de 1980, consolidando-se na década de 1990, conforme recordam meus interlocutores. Foi posto, ainda, que, no âmbito da comunidade Santa Clara, essa percepção vai se projetando progressivamente sobre a pequena localidade do entorno igarapé, à medida que a comunidade vai tentando equiparar-se aos bairros antigos que a circundam. Em tal nível essa diferenciação no espaço interno da comunidade foi construída que, em determinado momento de sua trajetória, tão somente os becos localizados no entorno do igarapé eleitos como passaram a representar a parte “perigosa” da comunidade Santa Clara. Assertiva, aliás, que detém um status de “verdade” entre os moradores tanto da parte alta, quanto da baixada. Uma compreensão que se constitui da seguinte forma: enquanto os espaços de moradia das ruas da parte alta passaram a representar a “boa localização” (cujos atributos estão para além da estrutura física) da comunidade, a área de baixada figura como o “lugar dos bandidos” ou onde “só tem gente que não presta”.

Convém salientar que os processos de estigmatização comportam uma sociodinâmica responsável por sustentar a estrutura hierárquica de *posições* no sistema social, uma vez que essa se inscreve cotidianamente no âmbito dos microcosmos. Ao mesmo tempo em que é a sociodinâmica sustentada pela estrutura hierárquica das relações, quando da incorporação e naturalização de sua representação pelos sujeitos sociais que se distribuem nos *espaços sociais*. É possível compreender que o *espaço social* (espaço do estilo de vida) a que Bourdieu (2007) se refere é formulado nesse mesmo *espaço* pelos indivíduos que atuam no sentido de conservá-lo ou transformá-lo. As condições diferentes de existência, diz Bourdieu, produzem tanto *habitus* diferentes, quanto julgamentos acerca das práticas a eles associados, dinâmica que contribui para a distribuição de indivíduos em grupos classificáveis, quer dizer, para a reprodução da estrutura de *classes*. Quando Bourdieu trata de *classes*, considera, como já mencionado, que essas representações se justifiquem para além do viés economicista (entre ricos e pobres há uma vasta gama de representações justificáveis de reconhecimento grupal), ao mesmo tempo em que norteiam a percepção do mundo social. Por *habitus* Bourdieu define:

Habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis, e ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida [...] Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. (BOURDIEU, 2007.p. 163;164)

Mas, no jogo de relações de força entre as classes, Bourdieu observa que os membros das classes populares não estão situados em uma posição que possibilita dar definição à percepção do mundo social. Entretanto, neste momento do trabalho, discuto como, em contexto popular, também ocorre a incorporação da estrutura de classes e como essa dinâmica se processa no dia a dia, por meio dos processos de comunicação social e das estratégias de reconhecimento e diferenciação entre os sujeitos sociais da pequena comunidade. Ainda que por meio de outros elementos de diferenciação (justificáveis por uma percepção local), os próprios moradores da localidade estigmatizada passam a se perceber a partir das informações lançadas sobre a localidade, onde o responsável pelas condições físicas e sociais do lugar é sempre o “outro”. É sobre essa dinâmica de diferenciação e disputa moral, interna à comunidade entre os próprios moradores, que trata esse capítulo.

Na comunidade, as imediações da baixada do igarapé foram eleitas mentalmente como a “parte perigosa”. Na medida em que as mudanças foram acontecendo e os elementos do *estilo de vida* urbano foram aos poucos produzindo um outro *espaço* na comunidade, mais “organizado” e “limpo” (ainda que modestamente) em oposição à “desordem” e “sujeira” encontrados nos becos da baixada. Considerando que os moradores observem tais mudanças a partir de uma perspectiva evolutiva de “urbanização” na qual a localidade de baixada não se enquadra, chega-se à ideia de *impureza* com que Douglas (1965) explica certas informações visuais que remetem à desordem e interferem diretamente nas sensações que possamos vir a sentir. Por *impureza* entenda-se todas as coisas que estão fora do lugar previamente estabelecido, cuja imagem afronta as informações mentais arraigadas, nos causa desconfortos, nos direciona, necessariamente, à sensação de *imprevisibilidade* e, por sua vez, à sensação de perigo: o imprevisível é perigoso.

No caso em questão, os becos são imprevisíveis ao observador que, ao transitar pela rua que dá acesso à baixada, o observa em comparação ao conjunto da cidade e comunidade, o classifica mentalmente como um lugar que se destaca negativamente e passa a imaginar as várias possibilidades de delinquência que acredita veemente acontecer, ou seja, a arquitetura dos becos em si amplia a sensação de imprevisibilidade e, por sua vez, de perigo. Para o *olhar de fora* (incorporado pelos próprios moradores da baixada) a ideia de “lugar perigoso” está demarcada a partir da região dos becos no entorno do igarapé. Essa área também corresponde a uma região limítrofe da comunidade, ou em outros termos, a fronteira entre três bairros.

Partindo da premissa de que exista uma escala evolutiva de “urbanização” percebida pelos moradores na comunidade Santa Clara – que agora se pretende em igual condição às áreas mais antigas adjacentes –, entende-se que uma nova compreensão sobre o lugar estigmatizado em questão emerge em forma de negação. Se a baixada já foi um lugar deteriorado socialmente em decorrência de sua condição vulnerável às intempéries da natureza (o lugar dos mais pobres), hoje, sem essas variáveis naturais tão presentes, sua desvantagem reside no fato de representar a “favela” da comunidade. E essa condição lhe sujeita a todas as representações que esse termo sugere, figurando como o lugar onde “só tem gente que não presta”. Perceba-se que o estigma sobre a moradia às margens do igarapé se reformula, mas se mantém. Além disso, se em tempos pretéritos os atributos relacionados a comportamentos delinquentes pesavam, por assim dizer, sobre toda a comunidade, no sentido relacional aos bairros antigos (na proporção e pelos motivos já expostos no capítulo anterior), hoje essa percepção é concentrada sobre a localidade da baixada, a “favela” da comunidade. Sobre isso Fernandes (2008) afirma:

(...) na construção do discurso que sustenta a representação social da favela, se busca construir uma interpretação própria, com referências particulares ao grupo social que a estabelece – neste caso, os grupos dominantes, externos (e avessos) àquela realidade. Parece-nos ser nessa direção que SILVA (2002) sustenta a ideia de “sociocentrismo” no que se refere à construção de um conjunto de referências estéticas, morais e culturais em torno das favelas, uma vez que ideias sobre modelo de família, padrão de comportamento e gosto cultural são referenciadas a partir de ideias e práticas sustentadas pelos setores dominantes da cidade. Esses “modelos” que servem de base para a construção do outro no processo de ancoragem reflete-se, por exemplo, em padrões de consumo (“o que não pode faltar em uma casa”) e de comportamento (“o que é considerado normal e socialmente aceitável”). Assim, a favela passa a ser referenciada a partir do que não tem em relação ao modelo idealizado, constituindo-se como espaço da ausência. (FERNANDES, 2009: p.180)

Entretanto, essa compreensão trazida por Fernandes não se processa por meio de rivalidades explícitas, pelo contrário, há um certo consenso de que a baixada seja o espaço de moradia daqueles que promovem o perigo na comunidade, onde estão concentrados grupos sociais relacionados a diferentes segmentos de delinquência. Observa-se que essa percepção passa a ser introjetada coletivamente, inclusive, pelos próprios moradores da baixada, a despeito de suas experiências cotidianas. Fernandes indaga que:

Ao se construir significados e conferir coerência ao discurso, tornando-o assimilável e incorporado a coletividade, internaliza-se o discurso e suas referências segundo o qual o não-familiar torna-se familiar (Fernandes, 2009: p. 179)

Não é à toa a desproporcionalidade entre a representação do “lugar perigoso” imputado à localidade e a experiência cotidiana vivenciada nesse espaço. A partir disso surgem reações, estratégias e consequências. No contexto da comunidade Santa Clara, os símbolos de diferenciação e vantagem – dos grupos sociais das ruas da parte alta sobre aqueles situados às margens do igarapé – estão relacionados diretamente às posições socioterritoriais que ocupam, na medida em que essas são compreendidas hierarquicamente. Todavia, a *classificação hierárquica* (Bourdieu, 2007) a partir da qual esses últimos são lidos socialmente, também estão presentes em suas percepções em relação a seus pares da baixada, dinâmica que possibilita a demarcação de escalas sociais mais ou menos valorizadas também no ambiente de moradia da pequena localidade. Critérios de diferenciação intragrupal muito particulares do lugar, mas que estão comportados dentro de uma estrutura de *relações de poder*, cujo objetivo é, com efeito, eleger os *desclassificados* em escala local, cuja existência justifique o estigma territorial.

A tentativa de diferenciação ocasiona subdivisões e o não reconhecimento coletivo entre os moradores; quer dizer, ao incorrer na acusação do outro pelo ambiente “insalubre” e “degradado” no lugar de moradia, automaticamente o morador se demarca enquanto diferente. Surge dessa estratégia relações individualistas, disputas por *respeito* (Pinheiro, 2017)¹⁸, enfim, um ambiente heterogêneo, para além até das figurações populares dicotômicas já problematizadas em muitos trabalhos sobre a periferia, como é o caso das categorias “trabalhadores” e “bandidos/vagabundos”. Quer dizer, entre essas duas categorias há gradações grupais, nuances de um mesmo grupo de moradores que apenas é

¹⁸ Em dissertação recentemente defendida na UFAM, Pinheiro (2017) discute a forma como o "respeito" aparece nos discursos de moradores de outra região do bairro de Petrópolis quando falam sobre violências

visto enquanto igual por pertencerem ao mesmo território estigmatizado, mas que poderiam perfeitamente (considerando o perfil socioeconômico) ser pertencente a qualquer outra localização do bairro Petrópolis. Sugiro entender quais elementos de estigmatização pesam sobre os moradores, para que depois seja possível discutir sobre suas reações e estratégias de fuga da desclassificação social.

4.2. AS DIFERENTES FORMAS DE DETERIORAÇÃO DA IMAGEM DO MORADOR DA MARGEM DO IGARAPÉ

Como se viu no capítulo anterior, áreas de entorno dos igarapés do perímetro urbano de Manaus são constituídas por moradias organizadas em becos, onde casas de diferentes tipos e tamanhos se “amontoam” e milhares de moradores constroem sua rotina diante da precariedade dos serviços coletivos de saneamento básico e esgoto. Como também se vê, é para esses cursos d’água que as tubulações de esgoto implementadas no período mais recente da metropolização de Manaus, passaram a direcionar todo tipo de dejetos, advindos das mais imprevisíveis localizações. Viver às margens desses cursos d’água representa por si só um elemento de desclassificação social, havendo várias formas de deterioração da imagem desse tipo de morador, além de, no contexto contemporâneo, impor-se sua marginalização em vários aspectos.

“São imundos e preguiçosos, ficam jogando lixo no igarapé e depois reclamam”. Expressões como essa são típicas de se ouvir nesta cidade quando alguém faz referência aos moradores de imediações de igarapés, assim como evidenciam a compreensão hierarquizada e naturalizada do espaço. Na presente pesquisa, a estigmatização desses segmentos se revela cotidianamente na narrativa de nossos interlocutores da parte alta. Essa dinâmica garante o estabelecimento da comunidade como um lugar seguro e bom para se viver, exceto pela existência da localidade de baixada do entorno do igarapé, na medida em que:

[...] o mais importante é, sem dúvida, que a questão desse espaço é formulada nesse mesmo espaço; que os agentes têm sobre este espaço, cuja objetividade não poderia ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo. (BOURDIEU, 2007: p. 162).

Há formas variadas de deterioração da imagem do morador desse tipo de localidade, uma delas é quando se atribui as condições precárias de moradia inadequadas – determinadas pelo fornecimento coletivo precarizado de saneamento básico e tratamento de esgoto – a um suposto “deszelo” dos moradores, falta de higiene, “costume do povo de fazer favela” como afirma Eduardo, morador da parte alta. Na narrativa de meus interlocutores da parte baixa também é muito forte a presença de adjetivos relacionados ao aspecto material do lugar, esses repetem reiteradamente como são sujos os becos, o próprio leite do igarapé, embora em suas interpretações a “culpa” seja sempre dos vizinhos, dos moradores de outros becos. Pouco se associa a precariedade do lugar à negação de um direito social fundamental, como é o *direito à moradia* e, em contexto mais amplo, à cidade. Situação, aliás, que os coloca na mesma condição. O caminho mais fácil para explicarem a realidade que lhes é posta, é fazendo circular o *juízo* que lhes recai, reproduzindo o discurso que os discrimina sempre apontado para o outro: “Esse povo é muito imundo”; “povo preguiçoso, jogam lixo de qualquer jeito, depois culpam o prefeito”, são algumas expressões ouvidas. Pensando nisso, tento adiante tornar compreensível as condições materiais de moradia que colocam o morador dos becos em concreta desvantagem diante do morador das ruas, quando se trata de acesso ao serviço básico de coleta de lixo.

4.2.1. A pecha de “imundos” e as condições materiais de moradia

A ideia de um morador poluidor e responsável pela insalubridade de seu lugar de moradia é uma das dimensões do estigma que toca diretamente na condição de “cidadãos” desses sujeitos sociais, embora pouco se discuta o fato de que a esses grupos moradores dos becos da baixada, seja negado um serviço básico e essencial que, em tese deveria ser acessível igualmente a todos: a coleta de lixo. É possível, a partir da observação ao cotidiano local, mensurar o esforço diário exigido dos moradores dos becos da baixada para dar o fim adequado ao lixo produzido no seu dia a dia, podendo, inclusive, compreender tal dinâmica de forma relacional aos moradores da parte alta. Se para esses o esforço de dar direcionamento adequado ao lixo doméstico resume-se ao ato de transportá-lo para o lado de fora da porta de casa, para os moradores da baixada torna-se um desconforto constante que exige malabarismos e cooperação coletiva diária.

O lixo dos moradores dos becos (onde o caminhão não entra) é reunido em um depósito construído por eles mesmos, localizado na “rua do rip rap” – a única que dá acesso

aos becos da baixada – para que o caminhão coletor o recolha ao fim do dia. Essa dinâmica faz com que no transcurso do dia seja possível observar grandes e médios acúmulos de lixo doméstico em alguns pontos de toda a extensão do rip rap, tornando o aspecto do lugar ainda mais *poluído*. Significa dizer que, a despeito da maior quantidade de lixo acumulado em uma única rua (na “rua do rip rap”), depositado não apenas pelos seus moradores, mas também por aqueles que residem nos becos, a coleta de lixo é feita apenas uma vez por dia, da mesma forma como se faz nas ruas da parte alta, onde o lixo é depositado individualmente na frente de cada casa, correspondendo a uma demanda inferior à “rua do rip rap” que comporta o lixo de seus moradores e dos becos. São dezenas de becos que em média têm um pouco mais de 1 metro de largura e, em cada um deles reside um quantitativo de pessoas que equivale ao total de moradores de uma rua – ou possivelmente, um número até maior, já que existe um grande contingente de núcleos familiares residindo na mesma casa em situação de “coabitação familiar”.

Conclui-se, então, que o quantitativo real do contingente situado nos becos sequer entra na conta dos serviços de coleta de lixo. Caso os becos dispusessem da mesma largura das ruas, o quantitativo de pessoas residentes ficaria visível e entraria, enfim, na conta do serviço de coleta de lixo? Essas variáveis desencadeiam práticas e produzem costumes que são absorvidos no cotidiano, ao se considerar o trato prático operacional dos afazeres no dia a dia, favorecendo a concentração de lixo nos próprios becos ou o ato de jogá-lo diretamente no leito do igarapé. Algumas pessoas têm que caminhar alguns metros para fazer o descarte do lixo doméstico adequadamente (na “rua do rip rap”), se querem demonstrar que são detentoras de uma “consciência ambiental” tão exigida por parte da opinião pública, mas que é desfavorecida pelas condições materiais de moradia.

Como se vê, a prática cotidiana muitas vezes não permite prévias reflexões e alguns moradores acabam jogando o lixo diretamente no leito do igarapé. É possível entender que as condições materiais de moradia geram tais práticas. Considerando que condições diferentes de existência produzem *habitus* (sistema de esquemas geradores de práticas) diferentes, na parte baixa onde há difícil acesso a serviços de coleta de lixo, cria-se com maior facilidade uma *disposição* a aceitar a *sujeira* imposta ao ambiente, assimilando-a com maior naturalidade do que moradores de áreas com maior facilidade de acesso a esses serviços, onde necessariamente o ambiente apresenta-se mais limpo.

Tem-se assim, a visão de um ambiente insalubre, ou mais que isso, um ambiente que vai revelando-se um espaço “degradado” em relação às suas redondezas. “Aqui é muito feio”, também pode ser considerada uma das expressões frequentes ditas pelos moradores da localidade em relação ao seu lugar de moradia. Apenas o contato visual de alguém de fora com o *lugar* pode provocar uma imediata sensação de incômodo, qualquer coisa que se localize entre o *medo* e o *nojo*.

Conforme Elias (1990), os parâmetros de *limpeza* e *sujeira*, responsáveis por ocasionar sensações consideradas fisiológicas (ânsia de vômito, mal-estar), foram, na verdade, aprendidas socialmente no bojo das *relações de poder*. Elias explica como essa percepção partiu da necessidade da aristocracia europeia do século XIV em distinguir-se (por meio do constrangimento) dos demais estratos sociais, aqueles cujo comportamento passa a ser definido por eles como “primitivo” e “incivilizado”. Costumes até então vistos com naturalidade, como o simples ato de assuar o nariz com as mãos, passaram a ser condenáveis e associados à rale. A burguesia, por sua vez, era julgada por não dominar as *regras de etiqueta*, elemento específico de distinção da aristocracia. Segundo Elias, teria sido a partir da necessidade de se separar o mundo social em grupos classificáveis, que surge a ideia de *sujeira* e *limpeza*, até então, uma percepção inexistente. Desse ponto de vista, estranhar a “sujeira” contribui para demarcação do indivíduo como alguém “limpo” e mais “civilizado” que os demais.

4.2.2. Pressuposição de comportamentos moralmente condenáveis

Segundo Bourdieu (2007), os critérios de *juízo*, sejam eles conscientes ou inconscientes, orientam-se a partir de informações produzidas pela perspectiva da alta burguesia, detentora da *cultura legítima* e referência no mundo social. Sua posição privilegiada no jogo de *distinção* justifica-se por meio do *gosto*, expressão distintiva das classes privilegiadas, sendo “a base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado” (BOURDIEU, 2007: p.56). O *gosto* para Bourdieu é, ainda, anunciador de estilos de vida e posições diferentes no espaço social, na medida em que cada classe se relacione de forma diferente com a *cultura legítima*. As pequenas burguesias, por exemplo, se auto afirmam a partir de aquisição de alguns objetos (roupas, móveis, etc) e práticas de consumo já produzidos pelas elites. Quanto às classes populares, Bourdieu define sua função no jogo de *distinção* apenas como “contraste” e “ponto de referência negativo”.

Assim, o distanciamento às informações associadas à cultura popular justifica a autoafirmação e legitimidade das outras classes (BOURDIEU, 2007: p.57-58). De um ponto de vista simbólico, esse é o ponto chave de diferenciação, responsável por violências terríveis.

Nesses termos, é possível afirmar que o julgamento lançado sobre a localidade se alicerça nas informações relacionada à *cultura legítima*, de modo tal que a percepção de “sujeira” do lugar, constante no olhar de fora, não considera apenas as deficiências em termos de infraestrutura já mencionadas, mas relaciona-se, também e necessariamente, às informações visuais de *cultura* que alguns grupos de moradores da localidade transmitem sobre si, seja por meio de suas vestimentas – no caso das mulheres, pelo fato de suas roupas reportarem à ideia de “vulgaridade” veiculada, no caso dos homens, à “bandidagem”, ideia produzida de igual modo –, seja por meio de sua oratória, quer dizer, a forma sem cerimônia com a qual se comunicam, recorrendo muitas vezes à zombaria ou palavrões. Além disso, há os estilos musicais que ressoam nas casas, como tecnobrega, arroxa, bregas, dentre outros que denotam suas posições no mundo social.

A “deterioração” da imagem do lugar passa também e necessariamente, pela associação imediata de seus moradores a comportamentos moralmente condenáveis, em que a roupa que trajam opera como elemento determinante de julgamentos sobre suas condutas. Às mulheres, sobretudo àquelas que trazem em si informações associadas mentalmente a esse tipo de lugar, vestindo trajes populares como bermudas e saias curtas em conjunto com mini blusas, são atribuídas palavras depreciativas, como “piriguetes”; aos homens, atribui-se termos pejorativos que os caracterizam enquanto uma espécie de sub-gente a ser evitada, “galeroso”, “pilantras”, “bandidos”, “gente que não presta”. Alguns interlocutores expressaram suas opiniões sobre a aparência das pessoas para tentar justificar suas impressões: “são feios”, “são sujos”. Entendendo-se que a “sujeira” nos termos que é anunciada, não está reduzida ao oposto de algo “limpo”, mas como sinônimo de “poluição”, nos termos, já discutidos acima, de Douglas (1965).

O *julgamento* em relação a algumas crianças pelos próprios moradores da localidade foi uma das mais importantes surpresas, dado o distanciamento com que esse segmento é lido socialmente. Afirmações do tipo: “isso não é mais criança, criança é inocente, esses assim já são acostumados”, referindo-se à possibilidade de um possível caso de exploração infantil na baixada, a despeito da idade da criança. Essas falas demonstram outra dimensão

cruel do estigma territorial que explicita como o processo de desumanização dos sujeitos sociais inseridos em território estigmatizados não poupa sequer as crianças moradoras do ambiente demarcado como espaço de moradia de “gente que não presta”. É possível identificar esse processo de desumanização do morador da baixada a partir da fala de Eduardo, morador de uma das ruas da parte alta, em que estão presentes elementos típicos da percepção e discurso dos moradores de cima, destacando-o como uma fala representativa desse grupo.

4.3. O OLHAR DE CIMA: “BANDIDO TEM QUE MORRER”

Eduardo, 39 anos, casado, pai de uma menina, morador da parte elevada da comunidade. Como profissional ele se diz uma espécie de “faz tudo”, atuando conforme “a vontade ou a necessidade”. Diz ter como registro em carteira, apenas a profissão de mecânico, mas na ocasião da entrevista trabalhava com marketing digital, com uma renda que variava em torno de R\$ 1.300. Na verdade, seu perfil socioeconômico é muito próximo da grande maioria que vive nos becos da baixada em termos de estudo e renda, pois cursara até segundo grau (atual ensino médio), afirmando não se sentir “capaz” de ingressar em uma universidade, por se achar “muito burro”. Além do valor de renda informado ser, inclusive, inferior à renda de alguns moradores entrevistados da baixada. Também há uma semelhança quanto a questão da *coabitação familiar*, dado o fato de que, na casa em que reside com sua família, moram outros dois núcleos familiares (os irmãos, suas esposas e filhos)¹⁹.

Sua mãe (falecida) e pai são nascidos em um município do interior do Amazonas, mas ele e seus irmãos acabaram nascendo todos na cidade de Manaus. Relembra que, enquanto criança, sua família morava em um bairro próximo, até que a separação de seus pais fez com que a mãe decidisse mudar para reconstruir a vida em outro lugar, longe dos boatos que a constrangiam no bairro onde moravam. Após o falecimento da mãe, ele e dois

¹⁹ Como a análise se propõe relacional, é importante sinalizar semelhanças e diferenças, pois isso demonstrará, aos poucos, como a posição socioterritorial da moradia e seu espaço social correspondente são determinantes na compreensão hierárquica existente na comunidade que envolve esses dois subgrupos antagônicos: os moradores das ruas da parte alta e os moradores dos becos à margem do igarapé.

de seus cinco irmãos passaram a dividir o mesmo imóvel, subdividido em três cômodos separados. Em um deles moram Eduardo, sua esposa e filha.

A casa onde reside ainda está praticamente com a mesma estrutura de quando fora construída. Pode-se observar as paredes de alvenaria com o reboco gasto, o vidro da janela com uma pequena parte quebrada. Em frente, um compartimento separado onde tentou empreender pequenos negócios. O último foi uma pequena *lan house* que teve de ser fechada em função de uma dívida contraída após um assalto à mão armada que sofrera, quando os assaltantes levaram um notebook de um cliente, cujo valor ele teve que restituir. Diz ter certeza da participação de um adolescente morador da parte da baixada. Apesar de não conviver tanto com o pai, um policial militar, relata sua influência para sinalizar seu posicionamento diante de temas polêmicos, demarcando-se com uma postura conservadora: “Sou filho de militar, então...”.

Eduardo, como já mencionado, recorda que apenas em meados dos anos 1990 a comunidade chegou a ser interpretada como um lugar perigoso, mas que agora essa percepção já não mais existe. Apesar disso, contraditoriamente, afirma que o lugar está muito mais perigoso por haver, em sua visão, muito mais roubos do que anteriormente, enfatizando que: “Hoje em dia tem mais. Tem muito mais, sem chances [...] Porque agora tem mais bandido”. Ao mesmo tempo ele credita reiteradamente que a periculosidade por ele afirmada, resume-se aos moradores da baixada. Ao tentar explicar o porquê da localidade do entorno do igarapé lhe parecer um “lugar perigoso”, a despeito da pouca incidência de casos considerados violentos por ele, quer dizer, aqueles que representam crimes contra a propriedade, após admitir não lembrar exatamente de algum fato concreto ocorrido na baixada recentemente que justifique sua impressão, conclui: “*então perigoso é aqui em cima, porque eles não aprontam lá, aprontam aqui em cima*”. Eduardo reluta muito a essa conclusão, seu tom de voz confirma e ao mesmo tempo nega, chegando ao fim à conclusão que nas imediações de sua casa não é perigoso, afirmando: “não, lá embaixo é perigoso sim”. Os casos de roubo na parte alta da comunidade são, comumente, associados aos moradores da parte baixa, sobretudo àqueles que estão relacionados às drogas ilícitas, seja na posição de usuário ou traficante. Ainda que não haja certeza sobre a real autoria de tais delitos, essa reside na percepção que Eduardo tem sobre o lugar: “aí de baixo vem muito, dali daquele beco lá da morte”.

Acaba, por fim, depreendendo que o lugar é perigoso em função da venda de drogas. Chega a afirmar “*bandido deve tudo morrer*”, se referindo aos “*bandidos*” que moram na comunidade, ou melhor, nas imediações do igarapé. Os atributos que requer para si parecem ser os de um cidadão trabalhador e esclarecido, honesto, diferente dos que critica. Fala com certeza do caráter perigoso da baixada, ainda que não apresente nenhum fato concreto presente que justifique sua impressão. Com alguma resistência, Eduardo passa a admitir a pouca periodicidade de casos de violência na parte baixa, por falta de evidências ou exemplos a citar, então segue para o discurso de que “*aprontam em outros lugares*”, uma espécie de generalização que impossibilita seguir adiante considerando a experiência da comunidade, em função da amplitude da expressão.

Esse foi o entrevistado que demonstrou a postura mais rígida em relação às drogas ilícitas. Talvez pelo fato de ser o único entre os entrevistados a ter um caso de dependência química na família. Uma sobrinha com quem conviveu desde pequena e hoje, apesar da idade entre 20 a 25 anos, tem sua aparência envelhecida em decorrência do uso abusivo de substâncias psicoativas. Na ocasião da entrevista, exatamente no momento em que conversávamos sobre a existência e circulação de drogas ilícitas na comunidade, ela nos surpreende ao chegar e Eduardo confessa: “Tá vendo porque sou contra?”. Toda a narrativa de Eduardo se desenvolve no sentido de evitar qualquer sinal de aproximação à imagem do usuário ou traficante, reduzindo a referência a esses grupos de forma genérica pelo termo “bandido”, apesar de em seu íntimo não entender sua sobrinha (usuária e “olheira”) enquanto tal. Sequer tolera a possibilidade de enxergar humanidade na figura do “bandido”: “o cara que vende droga, ele deveria... morrer. Pra não fazer isso mais”. Perguntei a ele se sua sobrinha também podia ser considerada uma “bandida”, já que segundo ele, atuava como “olheira”. Ele se surpreende com a pergunta, pensa um pouco antes de falar e responde: “então... é também”.

As favelas cariocas foram figuras sempre presentes na narrativa de meus interlocutores, quando da tentativa de explicação da periculosidade do lugar. Na fala de Eduardo essa analogia aparece no sentido de tentar explicar o modelo de organização e cultura do tráfico por ele atribuído àquele lugar:

Eduardo: Se criou essa cultura que veio do Rio de Janeiro...

Pesquisadora: Qual?

Eduardo: A segurança está onde estão os bandidos'[...] a televisão ensina, jornal passa: 'ah, o morro tá dominado', aí o pessoal diz:

‘ah, aqui não tem mortes, os traficantes que mandam aqui’. Então, criou-se essa cultura que se a população obedecer aos bandidos, ninguém é roubado.

Pesquisadora: Tu acha que os moradores da baixada obedecem aos “traficantes”?

Eduardo: Eu acredito que sim, por que... todo mundo é obediente lá porque não denunciam. As pessoas sabem que o pessoal tá lá, sabem que tão vendendo droga, usam droga na frente dos filhos deles e ninguém faz nada. (Eduardo, 2015)

Eduardo é mais um dos interlocutores que acredita haver uma dinâmica de tutela entre “bandidos” e “população” em toda periferia onde há a circulação de drogas ilícitas. Chama atenção o distanciamento de sua visão à medida que precisa recorrer a exemplos tão distantes e difundidos pela mídia, para explicar a dinâmica interna da localidade que fica a alguns metros de distância de sua casa. Poderia ter citado exemplos locais, se detido aos fatos que ocorrem cotidianamente na localidade, mas mesmo que por várias vezes tenha tentado extrair essas informações de Eduardo, elas não apareceram em sua fala como uma rotina, a não ser de maneira genérica: “4:00hs da manhã tão roubando aqui na esquina”, diz referindo-se às proximidades de sua casa, na parte alta.

Eduardo faz determinados julgamentos sobre os moradores que por ventura não estejam associados às práticas ilícitas no contexto da localidade de baixada. Conclui que os moradores não envolvidos com drogas ilícitas desenvolvem uma espécie de cumplicidade com os “bandidos”, alegando, a seu modo, que esses sejam alienados de senso crítico e de visão social. Isso porque, segundo ele, quem não denuncia:

Não se acha...não se acha... vamos dizer... prejudicado. Não se acha, mas tá. Porque que não se acha prejudicado? Porque não te acertaram diretamente. É aquela história. Enquanto a bronca tá só pro vizinho, tá tudo bem. Ninguém se incomoda com a vida dos outros, entendeu? Enquanto o cara não me roubar, tá tudo bem, entendeu? Mas, não é assim. A gente tem que ter a visão mais social. (Eduardo, 2015)

Eduardo entende que os moradores da baixada não estão afetados diretamente em sua integridade e segurança. A “visão social” a que se refere, diz respeito à contribuição da população no combate ao tráfico de drogas ilícitas, atividade que em sua visão é fomentadora de outras tantas ilicitudes. Os moradores da baixada, segundo Eduardo, carecem de uma visão ampla da “engrenagem social” em que está inserida a venda e consumo de drogas ilícitas. Segundo ele, os moradores da baixada “não envolvidos” não conseguem entender o quanto o uso e venda de entorpecentes prejudicam milhares de famílias, direta ou indiretamente e, por estarem seguros sob a proteção dos “bandidos”, não

os denunciam. Duas observações são importantes de serem consideradas a partir da narrativa desse morador. A primeira, diz respeito ao distanciamento de Eduardo em relação à condição do morador da baixada, a despeito de sua proximidade territorial, pressupondo que estejam “protegidos” pelos “bandidos”, os quais sequer ele sabe precisar quem são. Embora existam de fato alguns grupos relacionados a práticas ilícitas (ainda que seja obscuro precisar quem seja), não há a figura do “traficante” conhecido publicamente como o “dono do território” na localidade, para que Eduardo possa imputar-lhe a função de “bandido protetor”, restando-lhe apenas a opção de especulações genéricas.

Outra observação importante trata do fato de Eduardo também estar na condição por ele questionada, qual seja, ser sabedor de um ponto de venda de drogas ilícitas nas proximidades de sua casa e ainda assim não denunciar, além de estar ciente da condição de sua sobrinha que desempenha a função de “olheira” na região em que mora. Ambas as situações colocam Eduardo na posição do morador da baixada e sob o dilema de estar associado a práticas condenáveis socialmente, seja em decorrência do ambiente de moradia, seja em função do vínculo familiar com alguém inserido no tráfico de drogas. Na verdade, Eduardo parece entender que sua sobrinha se difere em alguns pontos do “bandido” expresso em sua narrativa e, embora chegue a admitir que ela de certo modo se assemelhe a eles, em sua visão, ela não representa perigo, tendo chegado a esse ponto inicialmente em condição de vítima dos “bandidos”. Mas, quem são os “bandidos”? Quem é esse “outro”?

Não foram poucas as vezes em que ouvi alguma acusação envolvendo os moradores da baixada de forma genérica e especulativa. Mas, em uma dessas vezes o boato teve nome e endereço. Na ocasião, uma moradora das ruas da parte alta da comunidade perguntava-me se eu havia visto seu irmão, morador de um dos becos da baixada. Segundo ela, disseram-lhe que ele havia se envolvido em uma discussão grave, que estava preso havia dois dias e ninguém sabia de seu paradeiro a partir de então, em que cadeia poderia estar. Havia acabado de ir a sua casa e não encontrara ninguém para atendê-la e dar-lhe uma explicação. Estava muito preocupada. Tentei acalmá-la informando que havia visto seu irmão trabalhando na oficina em sua casa havia poucos minutos, do mesmo modo que não estava a par de qualquer situação de conflito que o envolvesse. Ela me dizia que uma amiga da igreja havia lhe contado sobre seu irmão, dando inclusive, detalhes sobre a confusão relacionada ao momento da chegada da polícia e de sua prisão. Felizmente, passados poucos minutos, ela se certificaria que de fato seu irmão não estava preso. A história, tão

rica em detalhes, que lhe foi contada não ocorrera de fato. Essa é apenas uma das situações em que os boatos circulam e tomam formas reais a ponto de serem expressos em minúcias, ressaltando cotidianamente a posição da localidade em relação ao seu entorno. Ali é o lugar em que confusões de toda sorte podem ocorrer e da onde todo tipo de gente perigosa pode surgir.

4.4. O OLHAR DE BAIXO: CONTEXTOS FAMILIARES

Henrique, natural do município de Parintins/AM, 31 anos, formado em matemática, casado, pai de dois filhos. Vive com sua esposa, também com formação superior em Serviço Social. Moram em um dos becos da baixada, desde o início dos anos 2000. Na ocasião da entrevista, o casal acabara de se mudar para a casa de alvenaria recém-construída, onde os móveis, as louças, o piso se apresentavam todos perfeitamente limpos e organizados, tudo em seu devido lugar. Esperavam a chegada do segundo filho, a esposa de Henrique estava no nono mês de gestação. Ele não foge do perfil do morador da baixada em termos de origem: é natural do interior do Amazonas e veio para Manaus em decorrência da falta de oportunidades no interior da cidade de Parintins onde vivia.

Henrique esclarece que pertencia a uma comunidade no interior de Parintins, onde realizava atividades ligadas à agricultura ou qualquer outro tipo de trabalho braçal que lhe garantisse uma renda. Explica como a vida no interior é diferente da cidade, onde desde pequena a criança é introduzida nas atividades laborativas da família. Não havendo outra opção, as crianças seguem na companhia dos pais para os locais onde esses desenvolvem suas atividades. A medida que crescem, os filhos vão ficando a par de todo o conhecimento que requerem para reproduzirem as atividades da família. Então, geralmente filho de carpinteiro torna-se carpinteiro, de pescador torna-se pescador e assim por diante. A família de Henrique lidava com pesca, mas ele lembra que ao começar de fato suas atividades laborativas, fazia de tudo um pouco. Ele reforça o quanto era acirrada a concorrência para conseguir alguma atividade que lhe fornecesse renda naquele pequeno interior do município de Parintins. Viveu assim até os 16 anos, quando por incentivo de sua mãe, veio para Manaus dar continuidade aos estudos.

Entretanto, se há uma informação que aparece de forma evidente na narrativa de Henrique é o desejo de retornar à sua cidade de origem, onde considera que a qualidade de vida seja melhor, afirmando que “lá você vive livre. Aqui você vive preso. Você vive mais

dentro da sua casa”. Já havia mencionado que os becos da localidade estão sempre povoados de muita gente, mas Henrique e sua família não estão entre esses. O ambiente limpo e arrumado de sua casa entra, inclusive, em contraste com a sujeira e precariedade do beco em que está situada. Essa parece ser a postura daqueles que desejam sair da localidade, resignar-se até chegar o momento exato de partir para o lugar que acreditam ser de fato seu “habitat”, conforme ele mesmo afirma. Mas, Henrique não pretende voltar para exercer as mesmas funções que desenvolvera quando mais novo. Havendo se formado, feito especialização e com planos de cursar um mestrado, Henrique pretende voltar agora exercendo atividades de ensino. No momento da entrevista ele exercia a função de almoxarife para qual é exigida apenas o ensino médio completo, em uma empresa do comércio, tendo uma renda familiar em torno de R\$ 1.500. Na ocasião, sua esposa estava sem trabalhar fora. Grávida, fazia vendas de produtos em casa para auxiliar nas despesas de casa. Alguns meses depois, soube que começara a exercer a função de Assistente Social em um município vizinho.

Em outro beco, um pouco adiante, fica a casa da senhora Conceição e família. Uma de suas filhas, Rafaela, uma jovem de 21 anos de idade, foi uma das moradoras da baixada que entrevistei de forma mais esmiuçada. Por ser jovem e, por isso mesmo, estar em momento de ampliação do círculo de relações sociais, seja no âmbito pessoal ou profissional, considerei que ela poderia possibilitar uma perspectiva diferente a dos outros entrevistados, todos com faixa etária acima de 30 anos. Além disso, Rafaela teria também todos os atributos para se sentir marginalizada: além da posição de sua moradia no espaço social da cidade, ela é uma mulher transexual. Esses dados, juntos, tomados *a priori*, poderiam engessá-la a um tipo idealizado pelo senso comum e deteriorado socialmente, conduzindo-a a reprodução de tal estereótipo. Afinal, que imagem usualmente se veicula de uma transexual moradora de uma localidade conhecida como um lugar onde “só tem gente que não presta”? O que Rafaela poderia esperar de si e de sua trajetória pessoal?

A família de Rafaela figura como uma exceção no beco em que residem, onde geralmente as atividades laborativas dos moradores baseia-se no trabalho informal e precarizado, ou naqueles que correspondem a funções consideradas subalternas, além de um significativo número de pessoas sem ocupação ou que apresentam perfil profissional inapto ao mercado formal de trabalho. A primogênita da família é funcionária pública concursada, o irmão do meio é recém-formado em Engenharia Civil e Rafaela está na metade de seu curso de licenciatura. Mas, diferente dos irmãos, ela é a única nascida e

criada na localidade, havendo estabelecido, desde a tenra idade, relações de amizade com as crianças do beco onde mora. Lembra da infância, das brincadeiras sobre as pontes de madeira, dos períodos de chuva em que o igarapé enchia e ocupava toda a extensão da localidade. Reforça que sua infância no lugar, apesar de toda precariedade, foi de muita brincadeira junto às outras crianças nos becos, apesar de lembrar também dos primeiros momentos em que percebera como outros colegas de escola se reportavam a seu lugar de moradia de maneira pejorativa.

Os pais de Rafaela não dispõem das mesmas características desenvolvidas pelos filhos, uma vez que possuem baixa escolaridade, mantiveram as despesas da família desde que chegaram na localidade por meio de renda advinda da pequena taberna que possuem e depois, a partir do aluguel de pequenos imóveis que detiverem na localidade no decorrer dos anos. Sua família apresenta basicamente esse contexto: a figura do pai como mantenedor, a mãe como agente orientador e de sustentação das atividades financeiras da família; e os irmãos como exemplos concretos de superação de uma realidade posta e predominante em um ambiente empobrecido. A mãe aparece como uma figura central na formação de Rafaela em sua narrativa, pois a rotina das atividades da família possibilitava com que a senhora Conceição acompanhasse o desenvolvimento dos filhos cotidianamente, ao mesmo tempo em que os direcionava a concentrar as atenções nos estudos. A casa é simples, em estrutura mista (madeira e alvenaria), mas ampla e comporta apenas a família nuclear da senhora Conceição, diferente da realidade da grande maioria das moradias em que coabitam dois ou mais núcleos familiares. É a partir do exemplo de Rafaela que é possível discutir um ponto importante desse trabalho que considera a confluência entre as condições precárias de moradia, estigma territorial e reprodução ou superação da condição subalterna desses sujeitos sociais.

4.5. AS CONDIÇÕES MATERIAIS NA FORMAÇÃO DE *DISPOSIÇÕES* E MATIZES SOCIAIS

A vivência de Rafaela na localidade de baixada desde a infância até os dias atuais, não impediu que desenvolvesse *disposições* diferentes aos dos amigos de infância do beco em que mora, seja em termos de consumo, educação, costumes, vestuário, etc. Ela ainda vive de forma presente as sociabilidades nos becos, está vez por outra socializando com os vizinhos sentada na frente de sua casa, ou nas casas próximas à sua. Pergunto a ela o que

considera ter contribuído para que tenha percorrido um caminho diferente daqueles com quem brincava quando criança nos becos, sendo a única dentre esses a ingressar em uma universidade, enquanto o restante sequer considera essa possibilidade ou chegou a concluir o ensino médio. Mas, não apenas isso, a diferença está no estilo de se vestir, falar, de se comportar, informações essas decorrentes da vivência em ambientes múltiplos. Em primeiro momento, ela diz ter sido o apoio da mãe que a impulsionou aos estudos, sob a discurso de “ser alguém na vida”. Pergunto se os pais de seus amigos também não os incentivavam a estudar. Ela responde que sim, considerando que talvez não saiba mesmo porque trilhou um caminho tão diferente do meio em que cresceu. Mas, aos poucos vai identificando algumas condicionantes.

Além da figura da mãe como fomentadora da cultura do “estudar para ser alguém na vida”, ela lembra dos exemplos concretos existentes em casa, a partir da figura de seus dois irmãos, ambos com formação escolar superior. Sobretudo, a mais velha que custeara seus estudos durante um ano, após Rafaela ter fracassado na primeira tentativa de ingressar em um curso superior. O investimento de todo um ano de estudo deu resultado: em 2014 conseguiu enfim, ser aprovada em um curso de licenciatura pela Universidade do Estado do Amazonas. Entretanto, além do apoio e exemplo da família, ela também considerou sua condição de transexualidade como um motivador central em sua decisão de ter um estudo para além daquele comum em seu meio de convívio até então.

Quando eu tava no terceiro ano, eu estudava, mas muitas vezes eu não queria saber de estudar pra ingressar dentro do ensino superior. Quer dizer, eu fiz as provas que eram convenientes pra entrar, acabei não passando. Aí o que eu pensei? Eu falei, “Pô, não consegui”. Eu falei “o que que eu quero da minha vida?”. Porque se eu não for isso, o que eu vou ser sendo quem eu sou? Porque hoje em dia se eu for puxar pro lado da transexualidade, não tem mercado de trabalho. [A não ser a] prostituição, o ofício da prostituição. A questão é: ou tu tem que trabalhar nesse ramo ou em subemprego que é também o que é dado à pessoa que é transexual [...] daqueles empregos bem baixos e que muitas vezes nem dão. Se não fosse por mim mesmo, quem iria ser por mim? Alguém iria? Não. Se não fosse o exemplo dos meus irmãos e da minha mãe, por exemplo, eu não teria outro exemplo. (Rafaela, 2016)

Rafaela e os irmãos compõem os matizes sociais da localidade juntamente com outros grupos que detém *disposições* diferentes entre si, decorrentes da condição individual de cada família. Os exemplos concretos da rotina de estudos dos irmãos mais velhos, os direcionamentos da mãe que conduzira Rafaela a entender o estudo como sua ocupação principal, o fato de terem uma casa com espaço suficiente para comportar adequadamente

práticas de estudo, são elementos que *a priori* e isoladamente podem parecer sem importância, mas que no trato prático cotidiano fazem a diferença, sobretudo, se observado o contexto de outras famílias que compõem o mesmo território. No caso, por exemplo, das famílias com crianças que apresentam um possível “desinteresse” em relação à escola, cuja consequência futura será a reprodução de grupos sociais que se situam em trabalhos precarizados, sejam eles lícitos ou ilícitos. Primeiro, em função da pouca familiaridade dessas crianças com a *cultura legítima* reconhecida na escola. A pouca escolaridade dos pais, o distanciamento desses núcleos familiares em relação aos saberes e práticas escolarmente reconhecidos, associados à *cultura legítima* e determinantes para a produção de uma *disposição culta*, pode influenciar no não reconhecimento dessas crianças em relação ao ambiente escolar.

Segundo, porque de certo modo o senso comum tem razão ao apontar que o “desinteresse” da criança em relação à escola vem de casa, e acrescento: da inadequação da casa e de toda inadequação do conjunto de serviços coletivos que compõem a categoria habitação, sobre as quais se estabelecem as práticas cotidianas. É comum nas unidades habitacionais da localidade, os casos de coabitação familiar, situações em que numa mesma residência moram pelo menos dois ou três núcleos familiares. Nesses casos, o pouco espaço interno das moradias é disputado pelo grande número de moradores divididos entre adultos e crianças. A ausência de privacidade não permite a acomodação que crianças e adolescentes requerem para a permanência em suas próprias moradias, tampouco para o estudo, conduzindo-os necessariamente para o espaço externo: a rua (no caso, os becos). Não havendo espaço suficiente para que se reserve um ambiente destinado às práticas de estudos, crianças e adolescentes passam a ter maior dificuldade para desenvolverem as *disposições* exigidas na escola. Ao mesmo tempo há o som da TV, das conversas paralelas, das pessoas que passam no espaço externo, o ruído da realização de outras atividades sendo executadas dentro de casa, enfim, uma série de congestionamentos internos de fluxos e sons.

Essa observação não se direciona a conceber “a rua” como espaço inadequado, apto a desvirtuar crianças e adolescentes, mas, antes disso, como a única alternativa menos angustiante (e mesmo, mais interessante) para esses grupos sociais. Assim, “a rua” deixa de ser apenas mais um elemento de seu processo de socialização para tornar-se o principal. Entretanto, a “rua” se expressa em becos precarizados; e se, por um lado, a criatividade das crianças impera, fazendo com que qualquer pedaço de objeto inutilizado seja pretexto para

uma possível brincadeira e interação, gerando um ambiente de confiança entre os pequenos, por outro lado, a face prazerosa da “rua” passa a ser entendida em possível oposição ao ambiente escolar e doméstico. Além disso, a precariedade dos becos opera como uma extensão dos indivíduos que brincam em meio ao lixo, ao esgotamento precário, às fezes de animais que se multiplicam nessas localizações; adequam-se à inadequação, sentem-se parte de tal e igualam-se no (des)valor do lugar.

Longe de conceber esses indicadores por um viés fatalista, uma vez que em tempos atuais há uma maior variação no “perfil” do morador da localidade – e por motivos que não posso precisar quais no momento –, lançamos a hipótese de que foi em função de um contexto de ampliação das políticas sociais proporcionado durante as gestões do PT no governo federal (2003-2016), que houve uma margem de abertura para que parcela desse segmento desfocasse das necessidades primárias em contexto local e passasse a estabelecer estratégias para a realização de projetos até então concebidos por eles como algo “incomum” e de importância secundária. Ainda que pelo aumento do poder de consumo das camadas mais empobrecidas e não pelo viés de mudanças estruturais de economia, houve uma visível e relativa melhoria na qualidade de vida e possibilidades de certa mobilidade social dos sujeitos sociais que moram ou moraram na localidade. Entretanto, como se vê, o meio proporciona condições concretas para produção de sujeitos sociais que acabam por serem caracterizados dentro do perfil do trabalhador precarizado, seja desenvolvendo trabalho lícito ou ilícito.

Exemplo de trabalho ilícito e precarizado, está na experiência de alguns jovens (sobretudo, homens) que se aventuram em práticas condenáveis socialmente. Como um ritual de passagem, antes de chegarem à idade adulta, alguns adolescentes passam por um tipo de evento relacionado a práticas ilícitas. Ser “homem” em um meio em que é necessário se impor a partir de informações “masculinas” para não ser tratado como um elemento “fraco” associado ao universo “feminino”, pode ser um caminho sem volta, sobretudo, para aqueles cuja “rua” é o ambiente de sociabilidade dominante. Crianças com esse perfil tendem a se comportar como os adultos com os quais interagem nas ruas, reproduzindo o jeito de falar, de andar, de vestir e de resolver seus conflitos. Ao entrarem na fase da adolescência, continuam a agir em conformidade com a expectativa social lançada sobre eles e, para alguns, a atividade ilícita parece uma boa opção, tanto por garantir renda melhor ou similar a outros tipos de trabalhos precarizados considerados

lícitos, quanto por serem atividades que se adequam aos seus perfis, conforme apreendem socialmente. Tornam-se os adultos “desocupados” que vivem nos becos “de dia e de noite”, como observam os interlocutores.

Como já mencionado, as relações entre os moradores que exercem essas atividades são dadas de maneira muito sutil e requer deles esforço estratégico para mantê-las com discrição, sem causar maiores desconfortos ou afronta à vizinhança, com a qual, como já dito, desenvolvem uma relação relativamente harmoniosa. Quando seus antecedentes criminais os deixam manchados para o resto de suas existências, há pouca possibilidade de que migrem para o “mercado formal de trabalho”, ou mesmo, que desenvolvam trabalhos informais considerados lícitos; mas nos casos em que isso não acontece, seguem sua fase madura como qualquer outro cidadão. É bom lembrar que na categoria “desocupado” não estão apenas aqueles considerados “bandidos” pelos moradores da localidade, mas também aqueles cuja imagem não se associa ao trabalho lícito, seja ele formal ou informal.

Há uma família da baixada que representa bem a categoria “desocupado” em suas diferentes expressões, a “família dos ratos”. São assim identificados em função da grande quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar, além de serem todos muito parecidos uns com os outros. Na verdade, “rato” geralmente opera como adjetivo atribuído àqueles indivíduos cujos núcleos familiares são numerosos e que muitas vezes servem de caçoo para os outros moradores. No caso em questão, quando crianças, esses mesmos rapazes que hoje sugerem “perigo”, eram tratados pela vizinhança com certa zombaria. Sempre foram franzinos e alguns apresentavam dificuldade na fala, além de todos serem sabedores dessa família ter poucos recursos financeiros para manutenção do básico, como roupas e alimentação. Os pais trabalhavam informalmente, as mães sempre foram “do lar”, nada diferente do contexto presente. Pouco se consegue visualizar a casa onde moram, coberta por uma cerca de madeira reutilizada, na margem do rip rap. Ainda adolescentes, os meninos tiveram problemas com a polícia em função de sua associação à venda de drogas ilícitas. Mesmo dentre esses, não se sabe ao certo quem pratica ou não esse tipo de atividade, apesar de que parecem fazer questão de serem compreendidos como tais. Conversam em voz alta sobre a experiência própria e de seus conhecidos, narrando alguns eventos de abordagem policial, de calote quanto ao pagamento que lhes é devido, podendo-se ouvir inclusive relatos sobre o stress relacionado à sua rotina de trabalho – é assim que

demonstram compreender a atividade que exercem. Tornaram-se trabalhadores precarizados informais disponíveis para a comercialização de drogas ilícitas.

O outro grupo identificado é formado por amigos que se conhecem desde crianças. Porém, esses, ao que tudo indica, atuam na comercialização de drogas ilícitas de forma mais discreta. Hoje estão na faixa etária entre 30 e 40 anos, podendo haver mais jovens. Alguns têm emprego fixo, outros abriram pequenos comércios na localidade ou exercem outro tipo de profissão, mas que de algum modo ou outro, não deixaram de ter certa ligação com a venda de drogas. Esses estão quase sempre reunidos em outra localização dos becos. Nos anos 1990, alguns jovens que faziam parte desse grupo morreram em função de confronto com a polícia ou por problemas relacionados ao tráfico. Na verdade, dentre os que restaram não se sabe ao certo quem permanece ou quem deixou de exercer ter ligação direta com essas práticas ilícitas, uma vez que todos interagem normalmente uns com os outros e com o restante dos moradores.

Do ponto de vista da aparência, esses grupos são apenas exemplos de marcadores do lugar, uma vez que transmitem informações sobre si que podem sugerir alguma associação com a venda de drogas ilícitas, variável apontada por meus interlocutores como responsável pela periculosidade do lugar: são homens, geralmente jovens, reunidos em um lugar precarizado à margem do *rip rap*. Ou seja, não é somente a ideia de “perigo” que imputa à localidade um status degradado, mas também as condições materiais de moradia nela existentes que a transforma no *lugar poluído* em relação ao conjunto do bairro Petrópolis e da comunidade Santa Clara, quer dizer, que a faz figurar como a “favela” da comunidade. Observe-se a gradação socioterritorial estabelecida: nas partes elevadas da comunidade as condições de moradia, ainda que modestas, estão em conformidade com o aceitável em relação ao conjunto da cidade e do bairro; na baixada do entorno do *rip rap*, as condições de moradia estão abaixo do aceitável – sugerem “desordem” em função da aglomeração de casas e pessoas nos becos, “sujeira” devido ao aspecto poluído do *igarapé* e “imprevisibilidade” por conta da arquitetura e sequência desconexa de becos que há no lugar.

Jessé Souza (2012) faz uma análise contemporânea que se aproxima da compreensão inferida em campo no que diz respeito às gradações grupais encontradas na localidade e, embora não explique totalmente a pluralidade dos contextos familiares, contribui de maneira provocativa para compreensão do contexto popular atual. Mesmo porque é notório que, a despeito de pertencerem a um mesmo território empobrecido e

estigmatizado, os núcleos familiares podem apresentar trajetórias diferentes, por adquirirem *habitus* diferentes. Como isso se processa?

Souza realizou um estudo sobre classes sociais no Brasil, a partir do qual identificou os matizes sociais que emergiram nos últimos anos, distribuídos em setores por ele denominados de “batalhadores” e “ralé”. Ele identificou, logo abaixo da classe média, um setor da classe trabalhadora que se soergue em contexto mais recente, aspirantes à pequena burguesia empreendedora brasileira: os *batalhadores*. Para o autor, esses são, com efeito, os beneficiários em potencial dos projetos de “capacitação” e de ampliação de “oportunidades” característicos das gestões petistas da última década. Composto em sua grande maioria por trabalhadores relativamente estáveis e capacitados, cuja relativa ascensão social fora conseguida por meio de muito esforço pessoal.

Há, porém, outra classe social identificada por Souza, composta por indivíduos que até têm, na grande maioria das vezes, a mesma origem empobrecida dos *batalhadores*, mas que apresentam limitações que estão para além do aspecto econômico. O setor denominado por ele de *ralé brasileira*, situado abaixo dos *batalhadores*, se mostra tão bloqueada ao acesso de bens que lhes possam proporcionar meios de ascensão social, que sequer os programas sociais que lhes foram direcionados conseguiram dar conta de suas mazelas. Segundo ele, é tênue a linha que separa esses dois subgrupos, posto que ambos comunguem da mesma origem, conforme explica:

No setor logo acima da “ralé”, que abrange também setores importantes de uma “elite da ralé” capaz de ascensão social – desde que existam oportunidades de qualificação e de inserção produtiva no mercado competitivo – é que encontramos a nova classe trabalhadora. Essa é uma classe quase tão esquecida e estigmatizada quanto a própria “ralé”. Mas, ao mesmo tempo, conseguiu, por intermédio de uma conjunção de fatores [...] internalizar e in-corporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva do novo capitalismo financeiro. (SOUZA, 2012. p: 47-48)

Essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. (SOUZA, 2012. p:50)

A diferença, em linhas gerais, entre um grupo e outro, consiste no fato de que os *batalhadores* desenvolveram *disposições* que lhes permitiram certa mobilidade social, ao

passo que a *ralé* figura como uma classe estagnada e alienada de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social em virtude de suas carências simbólicas, das disposições sociais mínimas necessárias ao acesso das “oportunidades” do mercados e das políticas públicas. Assim, a *ralé* é representada pela categoria de potenciais trabalhadores precarizados disponíveis para exploração das classes média e alta, aptos apenas para o desenvolvimento de funções em que se sobrepõe o uso do “corpo”, seja no desempenho de trabalhos lícitos ou ilícitos. Souza explica que:

Essa “classe social”, nunca percebida até então enquanto classe, ou seja, nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre foi invisível entre nós, e percebida apenas como “conjunto de indivíduos”, carentes ou perigosos[...]. Essas são as pessoas que estão a um passo – ou com os dois pés dentro – da delinquência e do abandono. Essa classe é moderna. Não é o jeitinho brasileiro de 500 anos atrás que a cria, mas a impossibilidade afetiva, emocional, moral e existencial de “incorporação” dos pressupostos indispensáveis à apropriação tanto de capital cultural quanto de capital econômico. (SOUZA,2009. p: 25)

Os estudos de Jessé Souza sinalizam as práticas cotidianas como importantes para a formação de um conjunto interligado de disposições, onde o *capital familiar* ocupa uma posição central. Para ele, a relativa ascensão dos *batalhadores* só se torna possível em função dos exemplos concretos que observam em seus contextos familiares, cuja prática se pauta na lógica do trabalho duro e continuado. Ao defender a centralidade da família na base das transformações sociais, o autor observa que, ao contrário dos *batalhadores* que seguem o modelo tradicional de família nuclear em que a relação “pais e filhos” é bem definida, a *ralé* apresenta um quadro de família monoparental, onde a ausência e/ou mudança da figura masculina é uma constante, enfrentando por vezes problemas associados ao alcoolismo.

Entendo, porém, que a *família* se torna importante enquanto elemento de imposição de “respeito”. No contexto da localidade, compor um núcleo familiar reconhecido como uma família “de respeito” – aquela que não é composta por “desocupados”, nem por trabalhadores reconhecidamente precarizados – tem, antes, um peso simbólico na constituição dos indivíduos enquanto sujeitos coletivos, quer dizer, influencia na forma como esses acreditam serem lidos socialmente, de tal modo que pode representar uma espécie de *capital*. Quanto mais associada ao “trabalho digno” – compreensão que inclui não apenas obtenção de renda, mas um relativo *status* do cargo

ocupado – mais respeitável é a família, assim como há mais chances de seus membros romperem com o *ethos* associado à localidade.

Não há uma regra inquestionável, mais torna-se mais difícil para uma criança que pertença a um núcleo familiar visto como *outsider* mesmo dentro de um ambiente *outsider*, rompem com um ciclo de pobreza. Mesmo porque, por ficarem com sua circulação limitada ao espaço estigmatizado, não são conhecedores de outra forma de se relacionar com o mundo, a não ser na posição que ocupam no *espaço social*. Importa ressaltar que a “família dos ratos” apresentam um modelo de família nuclear (composta por pai, mãe e filhos), mas sempre foram lidos pelos outros moradores como “incapazes”, ainda que o pai desenvolvesse trabalho lícito para obtenção de renda, como a venda de picolé – trabalho lícito, mas precarizado. A família de Rafaela, por sua vez, operava para os outros moradores como “donos” de seu próprio negócio, ainda que fosse um estabelecimento modesto. Ser “dono do próprio negócio” era (como ainda é) um objetivo para parte dos moradores.

Nossa pesquisa sinaliza, ainda, as condições materiais de moradia (interna e externa à unidade habitacional) como uma condicionante matriz na formação da imagem que o *indivíduo* tem de si e do valor social que entende ser-lhe correspondente. É necessária uma força pessoal a mais para não se perceber em conformidade com a expectativa social lançada sobre o lugar a que está associado por ser membro constituinte de tal ambiente. Seus corpos e sentidos acabam se acostumando à precariedade e tomando como normal a inadequação a eles atribuídas.

Henrique e esposa, Rafaela e irmãos compõem ainda que com certas restrições, o setor da classe trabalhadora que Jessé Souza denomina de *batalhadores*, em contraste com uma grande maioria de trabalhadores precarizados que formam a grande massa da localidade. Embora, na prática, tanto Henrique, nos seus trinta anos de idade, e Rafaela, com apenas 21, ainda estejam a caminho da inserção do mercado de trabalho em conformidade com sua formação profissional, esses se reconhecem como sujeitos sociais que se constituem ou que virão a se constituir em termos materiais por meio do trabalho assalariado, preferencialmente formal, diferente de seus pais cuja trajetória é marcada pelo trabalho autônomo, muitas vezes reduzido ao uso do corpo. E ainda que não detenham tanto *capital econômico* a ponto de distinguir-se de seus pares da localidade em termos territoriais, o *capital cultural* advindo de suas experiências acadêmicas e profissionais faz

com que não se reconheçam no grupo de moradores que não desenvolvem *disposições* para atividades intelectuais. Isso fica claro quando Henrique reconhece que aqueles que podem ser considerados seus amigos são os que fazem parte do seu trabalho, assim como quando Rafaela relata sobre a dificuldade de estabelecer diálogo sobre assuntos como política entre seus amigos de infância, ainda que interajam entre si cotidianamente.

4.6. DA FAMA AO ISOLAMENTO SIMBÓLICO DO LUGAR

Henrique chegara à localidade em 2002, aos 18 anos de idade. Em 2015, ele enfatiza a impressão em relação ao lugar fazendo um comparativo entre o ontem e o momento por que passa a localidade no momento da entrevista, em 2015:

Eu achei que estava assim... mais perigoso né...A violência grande e... a violência pública aqui nos becos... Agora tá melhor, né? Melhorou um pouco. (Henrique, 2015)

Observa-se que Henrique consegue demarcar a diferença no tipo de violência que percebe ter diminuído na localidade quando se reporta à “violência pública” nos becos. Há um consenso entre os moradores da baixada em afirmar que o ambiente está relativamente mais tranquilo em comparação aos anos anteriores, em função da inexistência de conflitos e tiroteios, antes frequentes nos becos, seja da parte da polícia ou daqueles moradores com algum envolvimento com práticas ilícitas. Henrique relembra a rotina da localidade no ano em que chegou: “cheguei pra cá, passava 7:00, 8:00 horas da noite, ouvia tiro, agora ninguém ouve mais”. Não obstante a diminuição dos eventos de violência no espaço público dos becos percebida pelos moradores que vivenciam seu cotidiano, a localidade dos becos tornou-se um ambiente isolado simbolicamente pelos moradores de outras localizações da comunidade e do bairro que evitam transitar por essas imediações.

Pergunto se Henrique percebe que à localidade dos becos é atribuído um sentido de perigo, ficando geralmente caracterizada como um espaço mais perigoso em relação a outras localizações do bairro e da comunidade.

Henrique: Com certeza, tem colega que não desce pra cá de jeito nenhum

Pesquisadora: Por quê?

Henrique: Porque não se conhece, tipo eu sair daqui e ir pra lá. Eu não conheço. O pessoal também não me conhece, eu posso ser

abordado lá. Por quê? A pessoa fica mais vulnerável, né”.
(Henrique, 2015)

Mesmo confirmando, ele tenta demonstrar inicialmente que a razão pela qual os moradores de outras localizações formam esse julgamento sobre a localidade é porque se trata de um lugar que para eles é “desconhecido”. Chega a afirmar que ele mesmo se sente inseguro nas localizações da parte alta, onde não é conhecido, sendo esse o motivo pelo qual os moradores de outras localizações se sentem inseguros quanto à localidade.

A eufemização acerca do julgamento lançado sobre seu lugar de moradia, identificada na narrativa de Henrique, chama atenção. Um pouco mais de conversa e ele admite que de fato as práticas de julgamento não se dão na mesma proporção sobre localizações diferentes do bairro e da comunidade, considerando que a região dos becos recebe atributos depreciativos não conferidos a outras localizações e tenta explicar: “por causa da fama do local... elas [as pessoas de outras localizações] têm um receio e (como eu falei, né?) elas ouvem falar e o ambiente... vamos dizer assim... retrata isso”. Quando Henrique se refere ao “ambiente”, está tratando dos grupos de homens que se reúnem em alguns pontos dos becos e do rip rap, muitas vezes citados por ele.

(...) por que a gente vê aqui. Eu passo aqui esses fumador de droga aí passa o dia todo sentado aqui. Eu saio 5:00 horas da manhã, tão sentado. Eu chego, eles tão sentado do mesmo jeito. Quer dizer, uma pessoa dessa não estuda, não tem um trabalho, mas sobrevive [vive, né? Pergunto] ... Vive, sobrevive... Sobrevive, né? Que um tempo... A gente sabe que o caminho da droga é... O final deles é trágico. (Henrique, 2015)

Entretanto, pouco aparece na narrativa de Henrique observações sobre a precariedade da estrutura do lugar ser um dos motivos pelo qual os moradores de outras áreas evitem circular pela localidade. Ainda assim, ele mesmo comenta que o odor e o lixo concentrado à margem do igarapé fazem com que evite ou passe apressadamente pela estrutura do rip rap quando precisa transitar, evidenciando como a precariedade e a insalubridade associados ao igarapé operam como suportes materiais do estigma simbólico territorial. O beco em que Henrique mora fica localizado a aproximadamente 30 metros do rip rap, uma distância relativamente longa considerando que existem casas cujas portas e janelas são voltadas diretamente para esse curso d’água, geralmente povoado por urubus, ratos e outras pragas urbanas.

A narrativa de Rafaela, reforça que consegue perceber a diferenciação territorial entre os moradores das ruas da parte alta e os moradores dos becos da baixada. Rafaela dá um exemplo de como a estigmatização do lugar em que mora afeta diretamente a vida social do segmento a que pertence, sendo ela uma jovem universitária de 21 anos de idade, com uma rede de relações estabelecida fora da localidade. A marginalização generalizada imputada ao lugar faz com que a relação entre moradores dessas duas localizações opostas seja mantida a partir de uma regra onde a distância entre dois pontos não seja a mesma – ainda que fisicamente mantenham entre si a mesma distância, a casa do “morador da baixada” torna-se simbolicamente mais distante à casa do “morador de cima”.

Rafaela: por exemplo, quem mora lá em cima, em Petrópolis eles pensam que...por exemplo, tem uma colega que tem o maior medo de descer aqui. Porque quando eu peço pra ela vir aqui, por exemplo, pegar um livro, eu falo que eu não vou lá na casa dela, se ela quiser ela que venha aqui (risos). Não vou mesmo! Eu digo ‘se tu quiser, tu que venha aqui’. Daí ela vem, ela fica ‘eu tô te esperando aqui na escada, aqui em cima’. Eu digo ‘desce’...aí ela vem, morrendo de medo, mas vem (risos).

Pesquisadora: Mas, por quê? O que ela acha que acontece?

Rafaela: Ela acha que ainda acontece o que acontecia antes, né. (Rafaela, 2016)

Sendo jovem e universitária, Rafaela vê suas relações de amizade comprometidas na medida em que pode visitar seus amigos, mas não pode ser visitada. Ainda que se imponha no sentido de tentar evitar que o estigma relacionado ao seu lugar de moradia lhe afete diretamente, esse se apresenta de diferentes maneiras e está presente de forma constante em seu cotidiano. Como na vez em que seu namorado, ao deixá-la de carro na rua que dá acesso aos becos, passou a fazer comentários pejorativos sobre os trajés das pessoas que estavam em seu campo de visão, associando-os a pessoas de segunda categoria. Rafaela é uma jovem mulher cuja imagem não expressa um aspecto sexualizado entendido como “vulgar” geralmente associado a pessoas transexuais. Sua imagem destoava também de *tipo ideal* que se espera encontrar nessa localização, embora essa imagem genérica do lugar não comporte a dimensão da pluralidade social do lugar e suas possibilidades.

4.7. ESTRATÉGIAS DE RECONHECIMENTO E DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS DEBAIXO – A ETERNA BUSCA POR RESPEITO

A incorporação da filha primogênita da senhora Conceição nas atividades da igreja católica da comunidade é algo que aparece imediatamente em sua explicação quando de sua chegada na localidade no início da década de 1990, como uma estratégia de restrição do campo de circulação da filha em meio a um ambiente até então marginalizado e empobrecido. Mesmo porque ser reconhecido socialmente como pessoas trabalhadoras e sem envolvimento com práticas ilícitas torna-se importante para algumas famílias da localidade e a religião é uma forma prática e reconhecida socialmente como um elemento demarcador de pessoas consideradas *respeitáveis*, assim como indicou Henrique em sua entrevista quando trata de sua relação com aqueles sujeitos sociais que desenvolvem alguma relação com práticas ilícitas:

Eles me chamam de Pastor [...] Não sou pastor, sou membro da igreja, mas eles respeitam essas pessoas que são assim... fazem parte de uma religião, eles respeitam. Nós não estamos no meio deles. Se a gente passa por eles, se a gente está evangelizando a gente fala a palavra de Deus pra eles. Quem é temente a Deus, respeita. (Henrique, 2015)

É comum observar a tentativa de obtenção de respeito por meio da religião também em alguns grupos demarcados na localidade como “bandidos”, no caso dos homens ou como “piriguetes”, no caso das mulheres. Como se a *conversão religiosa* operasse como uma tentativa de obtenção de respeito ou, ainda, os ajudasse a se manterem fora de suspeita. Os trajes associados a evangélicos, a Bíblia na mão, a pregação em cima das lajes é prática observável entre alguns dos homens desse perfil. Embora circulem, interajam e mantenham uma rotina associada a grupos que desenvolvem práticas ilícitas, fazem questão de externar por meio desse conjunto de informações sua relação com a religião evangélica. O que se observa é que o hibridismo característico das relações nessa localização, torna impossível saber se esses sujeitos sociais assim agem por não considerarem um desencontro moral desenvolver atividades ilícitas ao mesmo tempo em que desempenham comportamento religioso; ou se utilizam da imagem do *homem convertido* na tentativa de requerer respeito e de camuflar suas reais condições. No caso das “piriguetes”, sendo essas mulheres e moças moradoras de um ambiente que por si só parece lhes prender a um estereótipo sexualizado e deteriorado socialmente, seus trajes após a *conversão* são forjados para passar uma

mensagem de conduta casta, sem culto à vaidade. Ainda que jovens, passam a se vestir com vestidos e saias longas que em nada lembram o que possam ter sido no passado.

O ambiente é de muita proximidade entre os moradores. Não me refiro a uma proximidade associada às *relações de vizinhança*, mas, antes, à estrutura física do lugar, cuja estreiteza torna inevitável que os moradores sejam sabedores do dia a dia de cada um, sem necessariamente manterem relações de proximidade social entre si. A proximidade física com que as casas são construídas faz com que ocorra o compartilhamento de informações intrafamiliares, a despeito do distanciamento das relações entre vizinhos. Assim, atividades íntimas como as refeições habituais de cada família são sabidas entre vizinhos e podem ser consideradas outra forma de diferenciação entre os moradores. Nesse contexto, torna-se uma questão de honra poder comer diariamente de maneira farta, pois sinaliza ter poder de compra para o consumo de carne de boi, frango, peixe, feijão, que para os moradores são a base de uma *verdadeira refeição*. Ao contrário de outros alimentos industrializados ou de menor valor, como salsicha, ovos e enlatados em geral, associados àqueles que não têm condição financeira de manter diariamente uma “comida de verdade”.

Algumas famílias com baixíssima renda, sobretudo, aqueles que de algum modo estão ligados às drogas ilícitas, são os mais afetados por críticas, pois fazem parte do grupo considerado um dos mais incapazes: aqueles que se submetem a risco de vida constante para a garantia da subsistência e, ainda assim, não conseguem ter poder de compra para o consumo do básico. Conforme demonstra a narrativa da senhora Conceição: “*são um bocado de coitado. Não sei que coisa é essa, vendem droga e só comem salsicha*”. Na localidade de baixada, significativa parte dos moradores advém ou presencia de muito perto o cotidiano de famílias em condição de extrema pobreza, de modo que necessidades primárias como a alimentação, por exemplo, torna-se um diferenciador. Assim, alimentar-se mal torna-se desonroso, parece humilhante ser demarcado como a família que só come *salsicha e ovo*, por ser considerada refeição de baixo custo. Com cerca de R\$3.00, alguém pode comprar uma porção de salsicha e ovo para alimentar uma família de aproximadamente cinco ou seis pessoas, por exemplo. Nesse contexto, não ter acesso aos itens básicos da “verdadeira alimentação” opera como código demarcador de desclassificação, uma vez que o ideal seja comer com fartura e em variedade.

Outra forma de se compreender em vantagem em relação ao demais, é morar em um beco que seja mais próximo da rua, ou na “rua do rip rap”. Os moradores que moram

no “miolo” dos becos, são percebidos em desvantagem em relação aqueles cujas casas ficam mais próximas da rua, pois trata-se de uma localização de difícil acesso, onde não se quer morar. Via de regra, os moradores gostam do fato de morarem em um bairro central de Manaus, mas, como já mencionado, morar no “miolo do beco” implica em uma série de constrangimentos cotidianos, desde um simples descarte do lixo, até a locomoção de objetos de grande porte para a residência. Além disso, quanto mais as sociabilidades dos becos ficam ocultadas, mais tornam-se *imprevisíveis*. O morador da “rua do rip rap”, também se sentem em vantagem em relação aos demais moradores dos becos, pois apesar de morarem na baixada a menos de 30 metros do igarapé, passaram a morar na “rua” após a intervenção do prefeito Alfredo Nascimento, em meados de 1990. Nas tentativas do poder público em retirar os moradores da margem do igarapé, esses são os mais resistentes à mudança, uma vez que já se sentem contemplados com a primária estrutura instalada no lugar. É possível ouvir de maneira muito comum, alguns desses moradores da “rua do rip rap” tecendo comentários sobre os moradores dos becos, na tentativa de ver-se em melhor posição social que os demais: “mora lá no cafundó e vem pra cá”; “mora no chavascal e vem querer dar uma de gostosa”, etc. Observe-se que todos estão afetados pela problemática, com nuances de “melhor posição” produzida por eles mesmos, visto que a perspectiva hierárquica sobre o mundo social seja, também na baixada, uma perspectiva dominante. A unidade está longe, posto que juntar-se ao outro, seria assemelhar-se em sua “desvantagem”, o que é veemente negado a partir da eufemização das informações.

4.7.1. Periferia dividida: a formação de gradações grupais e relações de alteridade

Apesar da aparente homogeneidade que as representações sobre a localidade sugerem, os grupos sociais que habitam essas imediações estão longe de serem expressões unívocas de um estereótipo. O estigma do lugar de moradia (comum a todos) provoca diferentes reações e, por implicação, resulta em diferentes matizes sociais ou, dizendo de outra forma, em gradações grupais dentro de um mesmo *espaço social*. Como se os matizes observáveis na localidade fossem demarcados mais pela diferença, que pela semelhança.

É importante destacar, antes, que a compreensão dos moradores em relação a seus pares, não foge da perspectiva que considera como parâmetro a *centralidade moral do trabalho* ao compreendê-lo enquanto dispositivo de honra e, porque não dizer, demarcador

de caráter. Portanto, as relações de alteridade se pautam, especialmente²⁰, na forma como todos os grupos citados na sequência se relacionam (ou não) com essa categoria. Como estar-se tratando de um contexto amazônico, é importante trazer as considerações de Silva (1996), ao explicar como essa cultura do *trabalho* foi inculcada nas populações amazonidas, ainda em estágio de colonização e processo de destribalização, fazendo com que o então indígena passasse a compreender as ideias de *trabalho* e *honra* como sinônimos, em oposição ao ócio ao qual foram associados pejorativamente pelo colonizador. Considerando, entretanto, conforme afirma Silva (1996), que esse disciplinamento não obtivera os resultados esperados observe ainda estar em processo no momento em que o manauara é tachado de “acomodado” por resistir, ao seu modo, aos discursos de competição e empreendedorismo atuais. Mas, no escopo do discurso dominante primeiro lançado sobre os povos amazônicos, depreende-se que:

O trabalho é um bem espiritual e temporal, princípio que orienta a utilidade do índio para si próprio, para que contribuam no sólido estabelecimento do Estado e para o progresso dos moradores, das aldeias e das povoações. A ambição deve ser inculcada como medida de combate ao ócio e à pobreza. O dever do trabalho corresponde à expectativa de honra e ascensão social. Persuadidos dessa máxima, os índios dar-se-ão conta da utilidade do trabalho e dos prejuízos da ociosidade. (SILVA, 1996. p:73)

Então, na mesma medida, as escalas de classificação hierárquicas são constituídas tendo como parâmetro de honradez o grau de acesso e a relação que cada morador desenvolve com o trabalho. Observa-se, assim, que em uma posição de base está o acesso ao trabalho lícito, ainda que informal (considerado inferior, mas digno); em seguida, de forma mais privilegiada, se vê o acesso ao trabalho lícito e formal. Aliás, existe todo um significado circular pelos becos com a farda ou crachá da empresa. Mas, abaixo dessas escalas estão aqueles sem acesso à atividade laborativa reconhecida pelo meio enquanto tal, os ditos “desocupados” (um termo que comporta um grupo amplo e heterogêneo de indivíduos não inseridos no mercado de trabalho). A partir de tais critérios vão se estabelecendo as nuances grupais dos mais honrados ou desonrados, de modo tal que o termo “desempregado” deixa de ser uma condição temporal e passa a ser um atributo.

²⁰ Uma vez que estão relativamente na mesma condição socioterritorial, o acesso ao trabalho configura como um elemento importante de diferenciação na medida em que garante melhores condições de consumo e aquisição de mais elementos de distinção, como, por exemplo, o cuidado com a casa, a aquisição de um carro, compra de roupas melhores, etc.

Então, é nas diferentes formas de relação do morador da baixada com o *trabalho*, que reside o primeiro critério de diferenciação e desclassificação social.

Em campo foi possível encontrar uma gama de trabalhadores informais (pedreiros e auxiliares, domésticas, flanelinhas, eletricitas, camelôs, mototaxistas); pequenos e médios comerciantes dos mais variados tipos de mercadoria (roupa, estiva, alimentos). Esse grupo caracterizado em sua essência pelo baixo *capital escolar*, acaba por encontrar na ação microempreendedora ou no trabalho autônomo, sua fonte de renda. Observe-se, no entanto, que não está em questão o juízo de valor desse segmento em relação às vantagens ou desvantagens de suas atividades laborativas – se estão nesse campo de atuação por opção ou por falta dela – mas, sim o fato de terem pouco *capital escolar*, de tal modo que essas atividades laborativas operam, antes, como uma saída viável e em alguns casos (sobretudo, no caso de alguns comerciantes) mais atrativa economicamente. Esse grupo pouco dissocia sua imagem do *ethos* do morador da localidade, pois figuram como o tipo que mais vive o cotidiano e as sociabilidades comum nos becos. Muitas vezes, seu espaço de trabalho é uma extensão de sua casa, seja no caso das tabernas, oficinas, mercadinhos, salões de beleza etc. Seus corpos também são uma extensão do lugar em que moram, pois, revelam em sua imagem traços do ambiente.

Há, por outro lado, um segmento de trabalhadores, aqueles inseridos ou com potencial para o mercado formal, que desempenham diferentes funções com diferentes níveis de formação escolar, seja no comércio ou na indústria. Encontra-se desde auxiliar de serviços gerais, cuja formação necessária restringe-se ao ensino fundamental; vendedores e operadores de caixa, montadores do distrito industrial; profissionais esses com grau de escolaridade que varia entre Ensino Médio completo e incompleto. Há profissionais de nível técnico, como gerente de loja e profissional técnico em contabilidade que atua em agência bancária, cujos títulos pomposos obscurecem a condição de um profissional mal remunerado, por vezes, com renda inferior aos autônomos e comerciantes. Grande parte dos moradores que está nesse grupo de trabalhadores formais não vivem de forma tão presente o cotidiano da localidade. Sobretudo, os trabalhadores do comércio, devido a jornada de trabalho. Entretanto, assim como o grupo de trabalhadores informais, nesse grupo também há matizes. Observe-se que há profissionais de nível superior, como é o caso de uma servidora pública concursada que hoje vive com um salário acima da média da localidade e profissionais com o mesmo nível de formação atuando em suas áreas no segmento privado. E ainda nesse matiz, encontra-se profissionais de formação superior que

ainda não exercem a profissão para qual se formaram, cuja dificuldade de inserção em suas áreas de atuação faz com que continuem exercendo cargos de nível médio – encontram-se “desprovidos do capital social necessário para obter o pleno rendimento de seus diplomas”, Bourdieu (2007, p.142) e acabam por engrossar a fila de diplomados cuja formação acadêmica parece não ter sido o suficiente para garantir uma vaga no mercado.

Outra gradação grupal da localidade diz respeito àqueles que estão à margem da formalidade e da informalidade laborativa – os indivíduos marginalizados de forma generalizante: os “desocupados”. Alguns associados ao ócio, outros a práticas ilícitas – quando essas duas interpretações não são lançadas juntas sobre um mesmo sujeito. São eles designados por diferentes termos: “vagabundos”, “ladrões”, “traficantes”, “cachaceiros”, “piriguetes” (no caso de mulheres, cabendo aqui a possibilidade de prostituição) etc. Esses parecem ter se adequado à expectativa social lançada sobre o *espaço social* imputado à localidade e operam como demarcadores da baixada com sua forma de falar e vestir, enfim, todo seu estilo de vida. São caracterizados por constituírem seu cotidiano quase que totalmente na localidade assim como os autônomos e comerciantes, mas diferentes desses, não têm suas figuras ligadas a uma ocupação laborativa. Estão quase que diuturnamente marcando presença no espaço público da localidade, sentados nas laterais dos becos, conversando em grupos. Há mulheres também, talvez até em maior número, que se encaixam nessas características, mas, por uma questão de desigualdade de gênero²¹, o desprezo por essa condição afeta mais frontalmente os homens. Certa vez, foi possível ouvir de um deles uma brincadeira quanto à sua condição: “essa é a rua dos desempregados”. Na ocasião, a rua estava com uma fila de homens de idade adulta sentados na calçada. Entendendo que há uma escala social de classificação utilizada pelos moradores da baixada para interpretar seu espaço de moradia, esse último grupo repleto de pluralidade parece configurar como os *outsiders dos outsiders*, se recorrermos aos termos de Norbert Elias, ou a *ralé*, se considerarmos os estudos de Souza (2009) sobre as classes no Brasil.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem

²¹ Às mulheres que estão sem trabalhar, cabe também serem lidas como “dona de casa”, ou “mãe” que dedica cuidados ao filho. Não ter ocupação laborativa fora de casa e, portanto, autonomia financeira, tem sido apontado como um dos indicadores da submissão da mulher à violência doméstica, mas essa torna-se uma condição “aceitável”.

econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (SOUZA, 2009. p: 21)

Há, na verdade, um grande contingente de indivíduos inaptos ao mercado formal de trabalho e que não se reconhecem na modalidade “empreendedora”, e parecem seguir sem perspectiva de alteração de sua realidade. Os “desocupados” correspondem, com efeito, a um grande contingente de desempregados que recebem todos os simbolismos negativos de sua condição, uma vez que no contexto popular o “trabalho” representa um elemento valorativo do indivíduo. Além disso, do ponto de vista da aparência, é tênue a linha que os separa daqueles que desenvolvem práticas ilícitas, mesmo porque não há um confronto direto na localidade entre “bandidos” e “trabalhadores” – e ainda que houvesse, não se encaixariam nesse segmento – como já mencionado neste trabalho. Observe-se, portanto, que não há dois grupos estanques de “trabalhadores” e “bandidos”, mas nuances que vão se justapondo em escalas e que se confluem num mesmo território, num mesmo *espaço social*, sem necessariamente se reconhecerem numa mesma identidade coletiva.

A despeito da desconexão intergrupala, é o território que os assemelha, uma vez que compartilham e são parte do mesmo espaço deteriorado socialmente e, por implicação, desvalorizado do ponto de vista do mercado imobiliário. A desvantagem dos moradores desse entorno se acentua em conformidade com sua posição socioterritorial no espaço do bairro Petrópolis e da comunidade Santa Clara. Ainda que muitos deles estejam em igual ou melhor condição socioeconômica que os moradores de outras localizações, estão localizados em um lugar que os coloca simbolicamente em uma posição inferior.

Todos vivem sob a angústia de morar num lugar desclassificado socialmente, destinado a gente “perigosa”, “barra pesada”, “marginais”. No entanto, é provável que numa hipotética conversa entre um morador das ruas das partes altas da comunidade e um morador da baixada, esse último sinta certo desconforto pelos termos pejorativos com que

os moradores da parte alta se referem ao seu *lugar* de moradia, sem, contudo, saber ao certo se tratar de vergonha pelo lugar em que mora ou repulsa pelo que ouviu, uma vez que ele mesmo faz parte do *lugar* em questão. Há alguns caminhos possíveis de reação por parte do morador do lugar estigmatizado. No caso de sentir-se envergonhado, pode utilizar da mesma estratégia de *distinção* de seu interlocutor tentando provar ser uma exceção (por de fato pensar que é), uma vez que incorpora essa perspectiva do *lugar* como “verdade”. Pode, por outro lado, ocorrer do morador da parte baixa, ao sentir como insulto o que lhe foi dito, a depender da compreensão que tem de si, assumir esse personagem e, em postura de autodefesa, passar a representar de fato o papel que lhe foi imputado. Como parece ser o caso dos jovens que adentram no “mundo do crime”, sobretudo, aqueles que mais são manchados pelas famílias consideradas *incapazes*, por se estarem com maior frequência em posição de autodefesa. Tome-se como exemplo o caso de um menino de aproximadamente 10 anos que, ao ver sua mãe sendo acusada de roubo por um dono de uma taberna, passou, a partir de então, a ameaçar aquele senhor. Sempre que o encontrava o menino dizia: “eu vou crescer um dia e vou te matar”. A criança pertence à família do senhor “Mário dos filhos” (que será mencionado algumas linhas abaixo), cujos filhos têm envolvimento com práticas ilícitas.

Pode ainda, haver a negação do *lugar perigoso* por parte daqueles que reagem no sentido de ultrapassar o estigma, seja mudando-se da localidade para outra *localização*, ou permanecendo e mantendo uma postura de resignação diante das mazelas impostas aos moradores. Essa última reação implica em práticas individualistas dos moradores da baixada, cujo sentimento de *indignidade pessoal* faz com que resistam em se reconhecerem no outro, enquanto igual na condição socioterritorial. Então, compram carros, reproduzem o estilo de vestir da classe média, sobretudo, as mulheres que não querem ser associadas à imagem de “piriguete”, mas que não aderem à imagem da mulher evangélica convertida, mencionadas anteriormente. A imagem de “piriguete” está restringida às meninas pertencentes às famílias mais fragilizadas em contexto local. Não ser ou não ter uma “piriguete” na família, significa estar em posição diferente dos grupos mais *desclassificados*.

Compreende-se, no entanto, que em todas essas reações, o estigma apenas se reforça. Consta-se, portanto, que as diferentes reações em relação ao estigma vivenciado pelos moradores, gera a formação de diferentes gradações grupais (estabelecidos por pequenos detalhes), assim como as relações sociais locais estabelecidas por meio de estratégias de diferenciação. Por implicação, ocorre uma grande dificuldade de

estabelecimento de uma identidade coletiva, uma vez que essa requeira um significativo movimento de reconhecimento entre os pares. Seja pela afirmação ou negação do estigma, o resultado final implica na reprodução das sociabilidades, práticas e costumes associados ao lugar.

O critério de desvantagem socioterritorial se estabelece a partir de um parâmetro físico e simbólico: o igarapé. Quanto mais próxima desse curso d'água e das sociabilidades existentes em suas margens, mais desvalorizada é a moradia e mais constrangedor torna-se o ato de morar, tanto pelos significados simbólicos já reiteradamente expostos, quanto pela concretude da insalubridade do lugar reificado em “espaço degradado”. Dessa forma, o mesmo território que assemelha grupos que em certa medida são diferentes é o mesmo que os separa concretamente, em decorrência da desonra provocadas pelo estigma lançado sobre o lugar. Olhar para o outro como um igual implicaria em admitir sua desvantagem, ter uma longa conversa consigo sobre o lugar no espaço urbano que lhe cabe. Torna-se, então, mais adequado fazer de conta que não se vê onde se vive, restringindo-se ao cotidiano externo à localidade, como geralmente fazem alguns; ou viver o lugar, ocupar os becos, partilhar o cotidiano com os vizinhos, ignorando toda precariedade nele existente, como age outra parcela dos moradores. Ver e não enxergar, apenas ignorar e continuar a empreitada pessoal.

4.7.2. A condição de cúmplice de “bandido” sob a perspectiva do morador da baixada.

“... não tem possibilidade, porque eu acho que a pessoa que não conhece a quem vende acha que a pessoa é totalmente ruim, é má, né ‘-oh, se tu falar com ela vai te brigar, vai te matar’ e não é assim. Por exemplo, as pessoas que moram aqui que eu conheço... as pessoas falam com a gente, conversam com a gente, são pessoas legais, as próprias pessoas que são do tráfico (...) o desconhecido amedronta”.

O relato acima é de Rafaela, a jovem há pouco citada, e reflete de maneira sucinta como os critérios de percepção do outro na localidade de baixada não são direcionadas estritamente pela imposição do medo. Apesar do distanciamento e estratégias de diferenciação existentes entre os subgrupos da localidade do entorno do igarapé, não há em seu espaço público a periodicidade de conflitos diretos que resultem em agressão física ou

mortes frequentes. Assim como a existência de alguns sujeitos sociais que praticam atividades ilícitas, não implica necessariamente numa postura de tutela desses em relação ao restante dos moradores, como já mencionado em momento anterior deste trabalho. Na verdade, paradoxalmente, o próprio distanciamento entre os subgrupos que não interagem como iguais, em conjunto com o sentimento de comunidade que os aproxima (uma vez que a grande maioria os moradores se conhece de longa data), são, por assim dizer, os ingredientes constituintes da receita para os baixos índices de violência acima mencionados: se conhecem tempo suficiente para identificarem que não oferecem risco uns aos outros, ao mesmo tempo em que preferem o distanciamento entre si. É comum alguém afirmar que gosta e prefere morar na localidade porque já conhece todos os “bandidos” e esses não lhes causam mal. Por outro lado, não criar atrito com aqueles que não estão envolvidos ativamente em atividades ilícitas parece uma estratégia inteligente da parte daqueles que desenvolvem essas práticas, tanto para garantir a continuidade de suas atividades à medida que haja menor possibilidade de serem denunciados, quanto para diminuir as chances de serem afetados por essas denúncias, pagando por vezes, com a própria liberdade ou no extremo, com a própria vida. Eis o *acordo tácito* em que preservando ao outro, preserva-se necessariamente a si e garante-se uma *relativa harmonia*.

Entretanto, essa *relativa harmonia* pode ser interpretada de outra forma pelos moradores da parte alta, por exemplo. Apresentei à senhora Conceição, mãe de Rafaela, uma observação que o morador da parte alta da comunidade, Eduardo, fez em relação aos moradores do entorno do igarapé (com todos os cuidados de preservação da identidade, utilizadas inclusive nesse texto). Informei a ela que, do ponto de vista do morador da parte alta, todos os moradores da parte baixa que não usam ou vendem drogas deveriam denunciar aqueles que vendem, uma vez que saibam de quem se trata; e que, ao não denunciarem esses, estariam se igualando em caráter com aqueles que desenvolvem práticas ilícitas, pois não estariam pensando naqueles que seriam indiretamente prejudicados. Diante desse argumento, senhora Conceição apenas responde: “Escuta: e adianta alguma coisa? Parece que quanto mais denuncia mais aparece...”. Sua sucinta afirmação expressa dois posicionamentos identificados na narrativa dos moradores da baixada: o primeiro, diz respeito à certeza de que acionar a polícia por si só não resolve o problema da existência de grupos que desenvolvem práticas ilícitas na localidade. Seria comprar uma briga em vão, além de acarretar situações não mais frequentes (como

tiroteios), ocasionando transtorno e mais tensão na localidade, como já foi há alguns anos, conforme recordam. O segundo posicionamento trata de distanciar-se da ideia de ser alguém conivente a algo ilícito, de negação a uma suposta cumplicidade na qual não se reconhecem.

Henrique expressa uma opinião equivalente à da senhora Conceição e, assim como ela, mostra-se surpreso com a possibilidade de alguém cogitar a possibilidade de duvidar de seu caráter associando-o, ainda que indiretamente, a grupos que desenvolvem práticas em conflito com a lei.

Henrique: Nessa questão de denunciar... [se não denunciar] se torna conivente ele quer dizer, né? Bom, eu não vou dizer que ele tá errado, né? É uma opinião que ele dá, é a visão que ele tem. Mas, eu acho que não se resume nessas coisas porque ... Tipo assim, se você denuncia, a polícia pode até vir, mas é uma em dez, vamos dizer isso. E muitas vezes, você acaba se prejudicando. Se uma pessoa dessa descobre que você fez uma denúncia ou então denunciou por algum motivo, ele vai vir contra sua família. Então não é uma questão de convivência, vamos dizer, é uma questão de opinião, né?

Pesquisadora: Uma questão de se preservar, né?

Henrique: Não é nem preservar.

Pesquisadora: O que seria, então?

Henrique: Se eu denunciar ele, não vai tirar ele da droga, não vai adiantar. Se eu denunciasses e ele saísse da droga, eu denunciava todo mundo. Se você não tem um trabalho social dentro da comunidade não adianta, é você dar murro em ponta de faca. Então, no momento, se você tira ele daqui, joga ele numa prisão piora a situação. Então, se você não apresentar uma solução, como é que tu vai querer combater? Só com a polícia? A polícia vai, bate, prende, amanhã ele tá solto. Então, é uma questão de, vamos dizer assim, de bom senso, né? Não vou dizer que o rapaz esteja errado que a pessoa se torna conivente, mas a gente precisa conhecer os dois lados, né? Não adianta eu falar só por raiva ou só por emoção, que não vai adiantar nada. (Henrique, 2015)

Seja pelos motivos expostos por Rafaela ou por aqueles evidenciados nas falas da senhora Conceição e de Henrique, curiosamente, a presença ostensiva da polícia não figura para os moradores como uma alternativa de solução para o problema da circulação de drogas ilícitas ou de outras práticas em conflito com a lei existentes na localidade da baixada – embora essa seja uma proposta unívoca e reiteradamente propagada pelo poder público como solução para tais problemas. Os moradores sabem, por experiência coletiva, já vivenciada em meados dos anos 1990, que a ação da polícia por si só não é garantia de um ambiente mais seguro e, mesmo que implicitamente, transparecem o medo desse tipo

de ação lhes acarretar ainda mais insegurança, considerando a possibilidade de viverem constantemente no meio do fogo cruzado entre “polícia” e “traficante”. A ação da polícia apenas poria em risco a *relativa harmonia* que levaram anos para estabelecer. A primeira pauta, em termos de segurança, que se coloca nos discursos do poder público ou daqueles que o almejam é o aumento de operações policiais de combate ao tráfico e roubo, mas o que se aprende pela experiência da pequena localidade é que reduzir essa questão nesses termos, apenas gera mais sensação de insegurança. A questão social vista como questão de polícia não alcança suas demandas no ponto em que dizem desejar.

4.7.3. A fragilidade da “relativa harmonia” na baixada

Entre os anos 2015 e 2017, período em que desenvolvi a presente pesquisa, muitos fatos emblemáticos aconteceram em Manaus relacionados ao tráfico de drogas e à população mais pobre da cidade que, via de regra, opera como mão de obra barata em potencial nesse segmento. Dois episódios, em especial, chocaram a população manauara e tornaram-se conhecidas no restante do país. O primeiro fato ocorreu entre os dias 17 e 19 de julho de 2015, quando uma série de assassinatos manchou todo um fim de semana, com homicídios ocorridos simultaneamente em diferentes pontos da cidade, tendo um saldo total de 35 mortos entre a noite de sexta-feira (17) e domingo (19). Nos veículos da grande mídia, esse acontecimento foi associado ora a uma possível retaliação de policiais à morte de um sargento da Polícia Militar, ora à rivalidade entre facções, supondo-se que os mortos tivessem algum envolvimento com práticas ilícitas como roubo e tráfico de drogas. Outro caso, de proporções ainda maiores, diz respeito ao massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim – Compaj, em janeiro de 2017, cujo resultado final foi um montante de 56 mortos, dentro dos muros daquela instituição, seguido de uma série indefinida de homicídios do lado de fora, ocorridos ao longo dos primeiros meses do ano – fatos associados a acertos de contas e rivalidades entre facções rivais.

Estudar um pequeno fragmento de periferia cujo estigma de “lugar perigoso” se sustenta justamente pela existência de grupos sociais associados a práticas ilícitas, sobretudo, à circulação de drogas, exigiu que estivesse atenta a como esses dois fatos poderiam repercutir naquele espaço dali em diante, visto que ambos os eventos envolveram os segmentos marginalizados de pontos diferentes da cidade de Manaus. Em especial, porque o campo me conduzia à conclusão de que meu lugar de estudo havia alcançado,

apesar da existência de práticas ilícitas, um patamar de relativa harmonia entre seus moradores. Os da baixada, ainda que tomados pelo discurso dominante sobre seu espaço de moradia, sabem por experiência que os eventos de brigas e mortes, estupro, tiroteios, antes frequentes na localidade, passaram a não ocorrer com a periodicidade de antes e hoje são vistos como algo incomum nessas imediações.

O evento de julho de 2015 passou próximo às portas da localidade. Embora não tenha sido registrada nenhuma morte nessas imediações em Petrópolis, nos bairros vizinhos, a saber, São Francisco e Aleixo, houve a ocorrência de homicídios com a mesma característica de execução – muitos tiros e a utilização de motos em alguns casos. Apesar de não ter afetado diretamente a localidade de baixada em questão – não havendo envolvidos nem em condição de vítima, nem em condição de autor de crime – esse evento parecia ser um prenúncio de outros tempos na periferia manauara. Até então, os conflitos terminados em morte envolvendo moradores da localidade, ocorridos de maneira eventual e em período mais recente, apresentavam características diferentes. As motivações ditas “passionais” em que se identificava o uso de arma branca era predominante, em detrimento do uso de arma de fogo, cujo uso era incomum nessas imediações, assim como as mortes com características de execução.

Um fato isolado chama atenção no ano de 2016: o assassinato de um rapaz em um dos becos da localidade, cuja motivação estava relacionada à venda e/ou consumo de drogas. A vítima era um dos filhos do senhor Mário “dos filhos” – cujo apelido faz referência à prole numerosa que possui, alguns deles envolvidos com práticas ilícitas e com passagem pela polícia. Esse foi um dos crimes que iniciou as mortes por arma de fogo em período mais recente na localidade, embora tenha ocorrido isoladamente e apresentado características de uma desavença pessoal. Não à toa descrevi no Capítulo 3 que, no período de 2 anos de pesquisa, os conflitos terminados em morte eram pontuais e dissociados de um contexto de extermínio por associação a alguma prática ilícita. De fato, no período de pesquisa era essa a informação que o campo trazia.

Janeiro de 2017 deu o tom do que estaria por vir. A chacina no Compaj que deixara dezenas de mortos parece ter se expandido para além dos muros daquela instituição. Esse evento, por sua vez, afetou de forma mais direta o cotidiano da localidade. A foto de um dos presos que saíra estampada nos jornais, sendo apontado como um dos articuladores internos da chacina no Compaj, fora reconhecida pelos populares como sendo de outro dos

filhos do senhor Mário “dos filhos”. O clima de terror que se instalara na cidade como um todo também repercutira entre os moradores da localidade que, por morarem em um lugar considerado “perigoso”, tinham um motivo a mais para se preocuparem. A visibilidade dada aos crimes de diferentes naturezas pela mídia local, o retorno de programas policiais direcionados a esse tipo de assunto, a partir de então, davam o indicativo de que a cidade estava “entregue aos bandidos” – agora com o auxílio de câmeras, a TV mostra a “novela da vida real”.

Nos meses seguintes, os crimes com características de execução passaram a ocorrer na localidade tendo como motivação central o envolvimento das vítimas com o consumo ou venda de drogas ilícitas. Apenas no primeiro semestre de 2017, quatro mortes foram registradas nessas imediações com as mesmas características de execução: assassinato planejado, o uso de arma de fogo com uma quantidade elevada de tiros, além da utilização de motos como suporte para a execução e fuga do local do crime, em alguns desses casos. Um número alto para um lugar que há aproximadamente uma década não convivia com uma rotina de conflitos dessa natureza, apesar da existência de indivíduos envolvidos com práticas ilícitas. Na TV, o secretário de segurança do Estado expressa sua explicação sobre a rotina de morte que começara a se propagar na cidade como um todo: os grupos de crime organizado estariam em crise, pois, segundo o secretário, enquanto seus negócios estão indo bem, não há mortes, se elas começam a acontecer é porque alguma coisa não vai bem.

Não se pode dizer, no entanto, que a localidade tenha voltado a ter a mesma rotina de uma década atrás relatada pelos moradores, quando ocorria crimes e tiroteios com periodicidade quase que semanal. A natureza das mortes mudou, se adequando ao estigma que recai sobre a localidade no momento: se antes as mortes decorriam de conflitos pessoais, confusões entre vizinhos, com o uso de arma branca ou tiroteios envolvendo a polícia; hoje, a bala tem nome, endereço certo e a morte pode vir de moto. Torna-se compreensível o zelo investido na manutenção da “relativa harmonia” entre os moradores da localidade, ainda que isso custe a continuidade de práticas ilícitas no lugar, a despeito da contrariedade de alguns. Um passo em falso e tudo pode servir de estopim para uma mudança de cenário, em que o morador da localidade (des)conhecida como “perigosa” pode passar a ser protagonista de um filme no qual não deseja atuar.

5. NOTAS FINAIS

Como já exposto, esta dissertação se propôs a compreender os processos sociais que possibilitaram a produção e reprodução de espaços degradados socialmente na cidade. Seu objetivo foi compreender como esses processos ocorreram em uma comunidade do bairro Petrópolis, referida neste estudo pelo nome fictício “Santa Clara”, onde uma localidade de entorno de igarapé foi eleita o “lugar perigoso”. O *Bodozal*, nome pelo qual é conhecido o “lugar perigoso” da comunidade, é um exemplo emblemático de como os simbolismos afetam de forma concreta a produção das realidades, tornando “verdades” informações que atuam diretamente nos processos de estigmatização. Assim, durante o trajeto de estudo foi necessário um esclarecimento teórico de um conceito central neste trabalho: o estigma. A contribuição interacionista de estigma por Goffman foi importante, no ponto em que o autor sublinha que os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas com maior probabilidade de serem neles encontradas. Para Goffman, as informações mentais arraigadas que nos permite prever as categorias de pessoas associadas a determinados ambientes, também nos conduzem à previsibilidade de seus atributos. A amplitude dessa percepção, para Goffman, se dá de forma tal que pode abarcar atributos de diferentes naturezas, como, por exemplo, a possível “ocupação” de determinado indivíduo, até o grau de “honestidade” a ele associado. Reconhecendo as contribuições de Goffman para o debate, importa salientar, entretanto, suas limitações, quais sejam, quando reduz a reprodução do estigma ao âmbito micro e individual, ao dissociar a sociodinâmica inerente dos processos de estigmatização do contexto amplo em que necessariamente estão inseridos, e ainda, quando retira da discussão o intuito (consciente ou inconsciente) de utilização do estigma como instrumento de manutenção de determinada ordem social estabelecida pelos grupos sociais que o reproduzem, seja no contexto macro ou micro.

Norbert Elias e Bourdieu, por sua vez, observam os processos de estigmatização no escopo das *relações de poder* e das relações de força entre classes por meio das *violências simbólicas*, respectivamente. Ambos os autores partem do princípio, cada um a seu modo, de que é no microcosmo do mundo social que se sustentam as assimetrias sociais, sendo estas inscritas nas práticas cotidianas de reconhecimento e diferenciações intergrupais. Quando Elias fala de “poder”, está falando de algo que se inscreve de forma latente nas interações sociais, assumindo várias formas e sob o pretexto dos mais diferentes critérios,

conforme demonstra no livro *Estabelecidos e Outsiders* escrito em parceria com John L. Scotson, quando da análise da pequena comunidade inglesa Winston Parva. Os autores puderam concluir que o estigma naquele pequeno lugar apresentava características estruturais das relações de poder, representando uma espécie de “paradigma-empírico” que pode ser projetado em diferentes contextos, dos mais simples aos mais complexos. Em síntese, Norbert Elias utiliza o exemplo da comunidade *Winston Parva* para explicar que o estigma se estrutura, necessariamente, a partir da relação entre *estabelecidos* e *outsiders*. Bourdieu, por sua vez, entende como uma forma de violência imposições simbólicas empreendidas entre classes sociais, ao mesmo tempo em que são essas violências simbólicas as responsáveis pela produção/reprodução de uma perspectiva hierárquica das relações. Se o que está em jogo são interesses de grupos que se posicionam de forma antagônica em relação a algo, diz Bourdieu, há necessariamente a tendência de um grupo impor-se, estabelecendo a partir de sua posição um “caráter objetivo” às relações, pressupondo que tais informações parciais sejam tidas como uma “verdade” total e legítima sobre os grupos, embora produzidas de maneira enviesada. Esta dissertação se filiou a esse roteiro analítico e a partir dessa escolha teórico-metodológica tracei a metodologia para a compreensão do estigma em questão.

Pôde-se concluir que o caso trata-se de um estigma territorial historicamente construído e socialmente reproduzido em contexto contemporâneo, antes, sobre um tipo de localização em específico: as áreas de entorno de igarapés do perímetro urbano da cidade de Manaus e que o processo de criminalização generalizada desses grupos sociais guarda uma relação direta com o processo de degradação desses cursos d’água em Manaus, uma vez que foram suprimidos e passíveis das ações de degradação por parte da elite que determinou a produção da espacialidade nesta cidade por meio de grandes projetos de reordenamento urbano, de modo tal que hoje esses cursos d’água figuram tão somente como grandes esgotos a céu aberto. Os estudos locais denotam um “sentir” o ambiente em que as transformações da relação entre o “homem” e os igarapés, são narrados considerando não apenas conflitos e tensões relativos à degradação de seu aspecto físico, mas também de sua dimensão simbólica, indicando os significados que os habitantes desta cidade já atribuíram e atribuem a esses cursos d’água. A imagem dos igarapés e das sociabilidades que passaram a sugerir no contexto de industrialização da cidade, de certa maneira, conformam disputas que se processam no campo simbólico entre o que seja civilizado ou incivilizado, ou entendido como cultura legítima e cultura popular.

Depreendeu-se que o conjunto de características físicas e culturais que a localidade reúne, por si só, parece lhe sentenciar à deterioração e é a partir dessa percepção sobre o lugar que se observa o desenrolar dos mais diferentes tipos de sociabilidades e possibilidades de reação dos moradores dessa baixada, gerando, inclusive, *disposições* que reforçam ou negam o *ethos* de “delinquência” imputado à localidade.

Com base no exemplo da comunidade Santa Clara, pôde-se observar que numa escala local de existência e distribuição de equipamentos urbanos, os atributos depreciativos vão se conformando ao grau de precariedade desses serviços (saneamento, esgotamento sanitário, organização de unidades habitacionais), quer dizer, quanto mais precarizado o lugar se mostra, mais criminalizado socialmente ele tende a se tornar e, por implicação, mais oferece bases materiais e simbólicas para a produção e reprodução de práticas condenáveis socialmente. Num movimento de horizontalização urbana da cidade de Manaus, áreas que foram mais recentemente constituídas por meio de “invasão” foram fortemente demarcadas como regiões problemas. Percepção essa que parece originar a ideia de perigo e do estigma territorial de alguns pontos de Manaus, até então uma percepção inexistente em relação a espaços populares na cidade. Este foi o caso da comunidade Santa Clara constituída nos anos 1980, cuja condição fez com que operasse inicialmente como uma região outsider em meio a bairros mais antigos e melhores equipados. Com o passar dos anos, essa imagem passou a pesar de forma mais intensa sobre a localidade de entorno do igarapé, não coincidentemente, área que apresenta maiores níveis de precariedade em termos de infraestrutura urbana. Em síntese, o que se entende é que o estigma em questão operou como recurso para que a comunidade (mais precisamente as ruas da parta alta) passasse a ser vista como um espaço “bom para se viver” e em conformidade com os bairros antigos de seu entorno, diante dos quais era, há alguns anos, marginalizada

Até determinado momento de minha experiência em campo, entre os anos de 2015 e 2017, tive a impressão de estar tratando de um momento de transição da pequena localidade estigmatizada, antes marcada por eventos sequentes de violência, vivenciando no presente um cotidiano diferente, relativamente harmonioso. O ano de 2017 trouxe, no entanto, novidades que deixam em aberto as expectativas sobre a pequena localidade que agora se vê na rota dos últimos acontecimentos. O clima de medo e a sensação de insegurança instalados no cotidiano manauara após a série de assassinatos de julho de 2015 e a rebelião carcerária no início de 2017, foram anunciadores de mudanças nos eventos de crime e violência na localidade. Como num toque de mágica, as execuções por meio da

arma de fogo, até então estranhos ao cotidiano do lugar, passaram a acontecer com certa frequência, em conformidade ao que se anunciara em relação ao conjunto da cidade.

É possível observar também, a partir dos dois eventos emblemáticos de violência citados, a ênfase que os telejornais passaram a dar aos assuntos relacionados, quando da narração de detalhes dos crimes noticiados. O repórter sugere todo um roteiro, desde diálogos entre vítima e agressor, tentando mensurar o grau de proximidade entre as partes, até à identificação da motivação do delito, enfim, tentando “remontar” as cenas dos crimes. Então, o que era para ser uma notícia, passa a figurar como uma espécie de entretenimento, uma pequena novela em que os personagens principais são pessoas comuns da vida real, agora transformados em estatística e índices de audiência. Os políticos, mais uma vez, passaram a recorrer de forma insistente à analogia entre o cenário de guerra e medo imposto às favelas cariocas e a cidade de Manaus, para lembrar aos eleitores manauaras sobre o “rumo que a cidade está tomando”, aproveitando para venderem-se enquanto heróis do “problema” por eles identificado (*sic*). Se, antes desses acontecimentos, o campo já sinalizava que os simbolismos incidiam diretamente e de forma latente na produção de práticas, após a multiplicação de eventos de violência na pequena localidade nos primeiros meses de 2017, apenas houve a certificação da importância dos aspectos simbólicos nesse processo. É importante, então, resgatar as principais ideias que possibilitaram compreender as diferentes escalas em que os simbolismos interferem na produção da realidade, dos contextos macros aos micros.

Foi possível concluir que as condições materiais do lugar empobrecido do entorno de Igarapé figuram apenas como um pequeno fragmento que está no fim de todo um quadro socioeconômico/político global, na mesma medida em que as práticas locais de estigmatização desse lugar seja uma resultante que está no final de toda uma relação de poder estabelecida em escala global. Primeiro, as violências simbólicas afetam a cidade de Manaus, cujo parâmetro de julgamento se baseia na inadequação da cidade à ideia de *civilização*, e de seu distanciamento em relação à *cultura legítima*. Manaus, enquanto cidade amazônica, de tal modo fora obnubilada pela ideia de “Amazônia” (o espaço inalterado, onde não há civilização), que passa a ocupar um “não-lugar” em relação ao Brasil e ao mundo.

O estigma, percorrendo caminhos sempre relacionais, começa por aí. No momento em que as características físicas e culturais associadas à cidade – indígenas em sua essência – são consideradas inferiores, há a reação das elites locais, responsáveis pela produção do

espaço urbano, no sentido de ultrapassá-las. As ações afetaram diretamente as sociabilidades inerentes aos igarapés e, apesar da supressão de alguns, os que restaram representavam, até meados de 1980, o espaço onde a *cultura popular* se mostrava plena. Então, o estigma de que tratei neste trabalho se inscreve de maneira central na relação do manauara com suas raízes regionais, diante dos conflitos identitários que a *violências simbólicas* impuseram. Várias foram as formas de cercar as sociabilidades existentes às margens dos igarapés, desde o Código de Posturas de 1868 até a presente data em que foram reduzidos a meros esgotos a céu abertos.

O igarapé, em contexto contemporâneo da cidade de Manaus, tornou-se uma área “degradada” em relação ao conjunto da cidade – além de seu aspecto literalmente poluído em função dos resíduos domésticos direcionados para seu leito, também apresenta uma paisagem que transmite a ideia de desordem e *poluição* (Douglas, 1965), haja vista a grande quantidade de becos e unidades habitacionais que formam uma espécie de labirinto em seu entorno. De igual modo, trata-se de uma área que comporta sociabilidades, consideradas tão deterioradas quanto seu aspecto físico. Ao tratar da localidade do entorno do igarapé, determinada como o “lugar perigoso” da comunidade Santa Clara, no bairro Petrópolis, pude perceber como o estigma que lhe recai se reatualiza, mas não some, como se de fato fosse uma tatuagem. O *bodozal*, antes considerado um espaço inapropriado para moradia humana por estar sujeito às intempéries da natureza, ocupado por pobres sem poder para aquisição de terra arrendada, hoje tornou-se o “antro dos bandidos” para os moradores das outras localizações da comunidade.

Foi importante perceber que, na sociodinâmica do estigma, essa representação foi produzida e reproduzida para que pudesse ocorrer a autoafirmação de outro grupo que em determinado momento de sua trajetória, passou a requerer para si o *status* de ser um morador de uma boa localização, a saber, o grupo dos moradores das ruas das partes altas. Havendo a comunidade surgido em meados de 1980, por meio (e quando) as “invasões” determinavam o surgimento de novos bairros na cidade ao mesmo tempo em que eram criminalizados por isso. No início dos anos 1990, a comunidade passou a receber do poder público a prestação de alguns serviços urbanos, como asfaltamento, escolas, serviços de luz e água, dentre outros. Estando cercada por bairros antigos melhores equipados em termos urbanísticos, mas sendo vista como uma área “perigosa” naquele momento da história de Manaus, haveria de existir algum argumento que solucionasse a impressão generalizada que lhe recaia. Eis que surge o “lugar perigoso” da comunidade, o espaço que

explicaria a “má impressão” dos outros em relação a seus moradores. É comum alguém que mora em alguma rua da parte alta exaltar a boa localização da comunidade, situada em zona central da cidade, ao mesmo tempo em que aponta como único problema a área de baixada no entorno do igarapé, onde moram os “bandidos”. Todo evento de roubo que acontece nas ruas da parte alta, já está previamente associado aos moradores da baixada.

A partir dessa representação, reproduzida como uma verdade inquestionável que não requer prévia reflexão, surgem diferentes formas de reação por parte dos moradores da baixada. Sejam as reações no sentido de negar ou assumir o estigma, em ambas as situações não deixam de ser formas de reforça-lo, de tornar mais evidente sua existência e, por implicação, a existência de grupos percebidos hierarquicamente. Equivoca-se quem aborda a questão da estigmatização de grupos sociais considerados criminosos em potencial a partir de uma perspectiva única, tentando imputar-lhes certos personagens que transitam por pontos extremos da ideia de “bem” e “mal”: ora são vistos como “vítimas” de sua condição em uma sociedade excludente, quando há tentativa clientelista de defendê-los; ora como “bandidos” naturalmente sem caráter, quando se tenta incriminá-los. Nos dois casos, o indivíduo em questão sempre aparece como sujeito passivo e inerte diante da fatalidade de sua condição social, cujas informações os prendem a expectativas sociais. As estratégias grupais de fuga da desclassificação exercidas pelos indivíduos da pequena localidade operam como uma espécie de dissimulação de sua desvantagem socioterritorial em relação a outros. Primeiro, do bairro em relação à comunidade, depois da comunidade em relação à localidade em torno do igarapé e em seguida, no ambiente interno da localidade, a escolha dos mais desclassificados em escala local.

No caso em questão, percebe-se essa dinâmica de autoafirmação em gradações grupais. Primeiro, os moradores das ruas, nas partes altas, por estarem situados em área circunscrita de bairros mais antigos, diferenciam-se em relação aos moradores dos becos abaixo para sustentarem a hipótese de morarem em lugar seguro, cujo perigo reduz-se tão somente às imediações do igarapé. Geralmente, todos os possíveis eventos de crime ou violência que acontecem aos moradores da parte alta são associados ao “lugar perigoso da comunidade”, ou seja, à localização dos becos no entorno do igarapé.

Os moradores da baixada, por sua vez, constituem nuances grupais e acabam por incorporar o discurso dominante, imputando as características estigmatizantes a seus pares, baseados em critérios que só fazem sentido em escala local. No tocante às afirmações

pejorativas ao lugar, pouco se percebem enquanto alvo delas, dessa forma, o problema será sempre o “outro”, o “vizinho”, os “moradores de outros bicos”, os “traficantes”, as “piriguetes”. Os *distanciamentos mútuos* ocorrem a despeito da proximidade territorial, visto que reconhecerem-se enquanto unidade seria, necessariamente, para alguns, assemelhar-se aos desclassificados e admitir sua desvantagem em relação aos demais que estão em uma posição socioterritorial, quer dizer, num *espaço social* mais privilegiado.

Apesar disso, há uma espécie de *acordo tácito* entre esses subgrupos, que faz com que o lugar não seja caracterizado pela violência entre vizinhos. Mesmo os grupos que agem como trabalhadores do comércio de drogas ilícitas, o fazem de forma discreta, mantêm uma “ordem” no lugar, já que qualquer comportamento que transgrida essa *relativa harmonia* é punido cedo ou tarde. Por outro lado, essa mesma suposta harmonia, concerne a uma eufemização das relações, responsável por transmitir a ideia de relação amistosa entre todos os sujeitos que se posicionam no campo de maneira oposta, tornando invisível qualquer conflito que se processe nas relações de poder. Isso significa dizer que, por estarmos tratando de representações que se processam no campo simbólico, essas relações de poder serão sempre (por essa via) *invisíveis*.

Nesse sentido, todas as angústias sociais correlacionadas à ausência de direitos coletivos que assola a comunidade e a localidade, muitas vezes fomentadas pela ação do Estado, são personificadas nos próprios sujeitos sociais que têm seus direitos negados. Tentemos visualizar situações concretas em que as produções simbólicas contribuem efetivamente na violação de direitos desses sujeitos: uma criança que é explorada sexualmente, uma mulher que é agredida, um jovem ao ser abordado por policiais, um grupo de moradores solicitando providências para o problema de alagação ou do lixo nos igarapés. Em todas essas possíveis situações, o senso comum acerca desses sujeitos abre precedentes para culpabilização das vítimas pela violação de seus próprios direitos.

A “degradação” do entorno dos igarapés de Manaus é uma daquelas temáticas que foram incansavelmente tratadas pelas diferentes áreas do saber na produção bibliográfica local. Há certo cansaço, uma sensação de “mais do mesmo” quando se desenvolve pesquisas atuais sobre o assunto. Isso faria sentido, exceto pelo fato de que, a despeito de expressiva dedicação acadêmica investida no tema, a moradia no entorno desses cursos d'água persiste em configurar como um “problema” na cidade. Esse momento do trabalho se pauta sobre essa angústia. A preocupação maior se dá, antes, em função de todas as

circunstâncias que esse tipo de leitura sobre essas localizações pode desencadear no cotidiano das camadas populares que as ocupam.

Os moradores de entornos de igarapés em Manaus funcionam como uma espécie de extensão da desvalorização desses cursos d'água: ambos representam em dias atuais uma parte da cidade que se nega. Por um lado, invisíveis, dado o isolamento simbólico imposto a esse tipo de espaço de moradia; por outro lado, visíveis pelo incômodo latente que despertam. São muitas as sujeições sofridas, conforme pude inferir em campo: desde desconfortos derivados da deterioração e precariedade da localidade por conta de sua paisagem fisicamente degradada, até aqueles decorrentes da criminalização generalizada imputada ao lugar. Ambos os argumentos embasam ações de expropriação e deslocamento desses grupos sociais para localidades mais distantes do centro da cidade, como tem ocorrido nas ações estatais do governo em áreas de igarapés. Percebe-se, ainda, uma escala ascendente de deterioração da imagem das sociabilidades existentes nessas localidades: se antes esses espaços de moradia figuravam como degradados em função do aspecto empobrecido e “desordenado” que apresentavam, hoje a deterioração de sua imagem se expressa em uma figuração que aponta para sua criminalização generalizada.

Bibliografia

BECKER, Bertha. A urbe Amazônia. A floresta e a cidade. Rio de Janeiro. Garamond, 2013

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 10.ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand, 1989.

_____. A distinção; crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern & Guilherme Teixeira. São Paulo/Porto Alegre: EDUSP/Zouk, 2007.

_____. Efeito do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do Mundo. Trad. Mateus S. Soares Azevedo, James A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Teixeira e Jairo Veloso Vargas. São Paulo. Ed.Vozes, 2012.

BROWDER, Jhon; O. A Godfrey , Bryan J. Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus. Edua. 2006.

COSTA, Danielle Pereira da; SCHMITT, Jair. A geografia urbana de Manaus: Desafios para mobilidade e circulação.Pluris. 2010.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: editora Boitempo, 2006.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. “Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. O processo civilizador; uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, v. I.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência na periferia de São Paulo, 2008. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas.

FERNANDES, Fernando Lannes. Violência, medo e estigma. Efeitos socio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro, 2009. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara, 1988.

_____. Ritual de interação; ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio Rodrigues da Silva. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

GOMES, Karla da S. Os igarapés de Manaus na percepção dos jovens manauaras. 2004. Dissertação de mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-Centro de Ciência do Ambiente. Universidade Federal do Amazonas.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 27-66.

JUNIOR, Waldemir Rodrigues Costa; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. De Eduardo a Eduardo: a cidade sobre os igarapés. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 05 Dez/2010.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999. Tradução de Sérgio Martins e Revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. GEO-USP. Espaço e Tempo, São Paulo. N.24, 109-123, 2008.

MISSE, Michel. *In*: MISSE, Michel (org.). Acusados e Acusadores. Estudo sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Revan. FAPERJ, 2008.

MONTE-MÓR, ROBERTO LUIS. O que é o urbano no mundo contemporâneo. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Curitiba, n.111, p. 09-18, julh-dez. 2006.

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle Pereira de. A análise da moradia em Manaus (Am) como estratégia de compreender a cidade, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn24530.html>.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espaço – Tempo de Manaus. *In* Espaço e Cultura, N. 33, p. 33-41: UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. *In*: CASTRO, Edna (org.). Cidades da Floresta. Anablume, 2009.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia de prática. *In*: Ortiz, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzinendi. Editora Ática, 1983.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Contingências da violência em um território estigmatizado. Coleção: Conflitos Sociais e Práticas Sociais. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PINHEIRO, Israel. “Regimes de violência: narrativas ao redor de um lugar seguro”, 2017.

PIZARRO, Ana. Amazônia: As vozes do rio. Imaginário e modernização. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SCHERER, Elenise Faria. Desemprego, trabalho precário e des- cidadanização na Zona Franca de Manaus. Somanlu. Ano 4, n.1, p. 125-145, 2004.

SILVA, Marilene Corrêa. O Paiz do Amazonas. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive* / Jessé Souza; colaboradores. André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª Ed. rev. e ampl. / Jessé Souza; colaboradores Brand Arenari [et al.]. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.

WACQUANT, Loic. Os condenados da cidade. Estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. Organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.